



Ivan Fernandes

# Martins e Caetano

QUANDO O TEATRO COMEÇOU A SER BRASILEIRO

# **Martins e Caetano**

**QUANDO O TEATRO COMEÇOU A SER BRASILEIRO**

Presidenta da República

**Dilma Rousseff**

Ministra da Cultura

**Ana de Hollanda**

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES – FUNARTE

Presidente da Funarte

**Antonio Grassi**

Diretora Executiva

**Myriam Lewin**

Diretora do Centro de Programas Integrados

**Ana Claudia Souza**

Gerente de Edições

**Oswaldo Carvalho**

Ivan Fernandes

# Martins e Caetano

QUANDO O TEATRO COMEÇOU A SER BRASILEIRO

Copyright©Ivan Fernandes  
Todos os direitos reservados

Fundação Nacional de Artes – Funarte  
Rua da Imprensa, 16 – Centro – Cep: 20030-120  
Rio de Janeiro – RJ – Tel.: (21) 2279-8071  
livraria@funarte.gov.br – funarte.gov.br

*Coordenação da Bolsa Funarte  
de Criação Literária*  
Ana Vasconcelos

*Edição*  
Oswaldo Carvalho

*Produção Editorial*  
Jaqueline Lavor Ronca

*Produção Gráfica*  
João Carlos Guimarães

*Produção Executiva*  
Suelen Teixeira

*Projeto Gráfico*  
Fernanda Lemos  
Gilvan Francisco

*Capa - design gráfico e foto*  
Livio Avelino

*Revisão*  
Obra Completa Comunicação

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
FUNARTE / Coordenação de Documentação e Informação**

Fernandes, Ivan.

Martins e Caetano : quando o teatro começou a ser brasileiro  
/ Ivan Fernandes. – Rio de Janeiro : FUNARTE, 2012.  
300 p. ; 21 cm .

ISBN 978-85-7507-143-4

1. Teatro – Brasil – História e crítica. I. Título.

CDD 792.0981

*Do silencio da história se aproveita com  
vantagem a poesia; e a imaginação supre  
optimamente todas as omissões.*

Gonçalves de Magalhães



– Merda!

O Imperial Teatro São Pedro era o maior edifício da Praça da Constituição, um dos centros de lazer e comércio da Corte. Toda a vida social da cidade passava por ele. Tinha sido construído quando a praça ainda era um simples descampado a que chamavam Rocio, em cima de um velho cemitério, usando pedras desviadas das obras da nova catedral, por isso se comentava à meia-boca que era amaldiçoado, protegido pelo demônio. Bom protetor, o demônio: reduzido a cinzas poucos anos antes por causa de um incêndio, o São Pedro tinha renascido ainda mais belo e imponente do que o original, com arcos na porta, restaurante no terraço com mesinhas e vista para a praça, além de pequenas estátuas espalhadas pelo telhado e dezenas de pequenas janelas que regulavam a iluminação interna.

Aliás, o nome do edifício também tinha mudado, agora se chamava Teatro Constitucional Fluminense, porque o nome de Pedro caíra em desgraça junto com a partida do primeiro imperador. São Pedro, por sinal, não foi o primeiro santo a batizar o teatro, que nasceu Teatro São João, em homenagem ao primeiro rei que chegou. Mas esse também caiu em desgraça quando partiu. Mudam-se os reis, mudam-se os santos. As glórias dos políticos são levadas com o vento, e o teatro que se lixe pra acompanhar. Com a partida de João, virou Teatro São Pedro. Com a

partida de Pedro, virou Teatro Constitucional Fluminense. Mas todo mundo ainda chamava de Teatro São Pedro. Talvez porque fosse mais fácil de pronunciar. Ou talvez porque Pedro I tinha ido, mas Pedro II tinha ficado, embora naquela época ainda não passasse de um menino sem idade para governar. Ou talvez ainda porque aquele teatro amasse o antigo imperador, assim como tinha sido amado por ele. Pedro I usava o teatro como se fosse sua casa, ou seu palácio. Frequentava coxias e camarins sem pedir licença, prestigiava com sua presença a maior parte dos espetáculos e chegou a se apresentar ali, tocando e cantando sua composição para o Hino da Independência. Era amigo dos atores e amante das atrizes. Se o país com Pedro era melhor, não se sabia; mas que com ele o teatro era mais animado, ah, isso era.

– Merda!

Na porta do teatro as carruagens e cupês de luxo, vazios, esperavam. Os cavalos, desatrelados, devoravam sem cerimônia o capim nascente da praça. Os cocheiros, embora impecáveis em suas sobrecasacas e botas, se espalhavam aqui e ali em pequenas rodas de jogo e bebida. Um ou outro negro de ganho esperava a saída pra vender laranjas. Escravos passavam levando e trazendo coisas e recados – era considerado falta de educação homem livre carregar uma folha de papel que fosse. E um cambista contava a fêria do dia – esta nova espécie de sanguessugas que ficava com os ingressos dos espetáculos de sucesso, para revendê-los ao público, acima do valor.

O hábito de se desejar “merda” antes dos espetáculos teatrais vem daí: espetáculo que juntava merda de cavalo na porta era sucesso. Quando uma peça fracassava não vinha carruagem nenhuma, no máximo uns pobre-diabos que pagavam com laranjas

ou ovos ou outra granja qualquer. A ironia de se desejar “merda” tinha vindo da França, e como o Rio de Janeiro tinha ambições de ser uma cidade ainda mais francesa do que Paris, por aqui atores e mesmo espectadores mais esclarecidos se desejavam *merde*, assim mesmo.

– *Merde!*

O Teatro São Pedro ou Constitucional Fluminense, conforme a inclinação política, só era acessível a alguns. Tinha sido mandado construir por D. João VI, porque não havia nenhuma casa de espetáculos digna de abrigar a nobreza na época da sua chegada. Nas palavras del Rey em documento oficial, era necessário “um teatro decente”, necessário na cidade pelo “maior grau de elevação e grandeza em que hoje se acha pela minha residência nela”. Funcionava como teatro oficial e era oficialmente propriedade do Banco do Brasil. Os teatros por aqui, até então, eram de pau-a-pique, pequenos, cadeiras de palha. E sem iluminação: o espectador é que trazia sua própria vela de sebo, que servia também pra iluminar o caminho de volta pra casa. A plateia trazia também seus farnéis de azeite e peixe frito, e como não havia faxinas, os restos ficavam por ali mesmo. Agora não, o padrão do São Pedro puxou todos pra cima, hoje temos pelo menos mais três teatros, todos com camarote reservado à família real, com repertório francês, sem contar o Teatro Lírico, apenas para óperas e concertos. Todos abrigavam eventuais atrações internacionais. O luxo do São Pedro, com suas mais de duzentas velas para iluminação e seu *buffet*, se compara ao de Paris, a eterna obsessão. É o maior da América Latina, com quase mil lugares, e abriga, além de representações teatrais, óperas e espetáculos de dança e canto.

A boa sociedade, então, dispunha de mil cadeiras no teatro, o que não quer dizer que dispunha de mil espectadores. Senão, vejamos: de cada três homens, um era escravo; o tráfico, embora proibido *pra inglês ver*, corria solto: como costuma acontecer com todas as proibições, a única consequência visível para a população acabou sendo o absurdo aumento do preço do artigo proibido. O escravo era ao mesmo tempo uma utilidade e uma ameaça, e vivia-se o temor surdo de uma revolta negra, tamanho o crescimento dessa população. E dos homens livres, nem todos tinham condição de frequentar um teatro que exigia casaca e traje de gala. Olhando-se os camarotes do São Pedro, se diria que somos uma nação branca e europeia. O público era quase sempre o mesmo, nobres, grandes proprietários e negociantes, bacharéis, diplomatas e um ou outro turista: a elite econômica, política e cultural de um Império que só concedia direitos aos cidadãos de renda declarada. Com público tão reduzido, raramente qualquer peça chegava à sua segunda apresentação. De fato, outra prova do sucesso da peça daquela noite, além dos montes de bosta de cavalo acumulados na porta, era que estava em sua terceira apresentação em menos de dez dias.

Mas para a maioria da população, os caixeiros, os pequenos comerciantes, os trabalhadores urbanos, os soldados, os lavradores, o teatro era caro e só brilhava no reflexo das pequenas poças que se acumulavam com as chuvas recentes. Para esses havia o circo, os espetáculos de mágica, de mímica, as barracas de teatro de bonecos e as que exibiam bichos e homens deformados. Eram todos montados em pequenos casebres ou mesmo na rua, onde não havia necessidade de camarotes imperiais nem cadeiras para críticos.

Mas, naquela altura de março de 1838, por mais desinformado que se fosse, era impossível alguém não ter ouvido falar no que acontecia no Teatro São Pedro: representava-se ali a primeira peça brasileira. Até os escravos desocupados que improvisavam com os cocheiros um jogo da velha rabiscado na lama sabiam que João Caetano estava em cena.

– De que vale? Não nos deixam entrar... Eu marco as cruzes.

João Caetano era o ator brasileiro do momento. Ser brasileiro, na época, era antes de tudo não ser português. O próprio termo “brasileiro” ainda concorria com outro, “brasiliense”, para identificar os nascidos na terra. Ainda estávamos nascendo como país, como identidade, afirmando nossa nacionalidade contra tudo que era estrangeiro – assim como o adolescente tenta afirmar sua identidade contra seus pais. Portugal era o grande inimigo do país, identificado com a tirania, a opressão, o atraso, com nossa condição de colônia. Era o auge da lusofobia.

Os ressentimentos ganhavam as ruas, com vaias aos portugueses e apedrejamento de seus estabelecimentos, e chegavam ao teatro. O ofício de ator no Brasil colonial era reservado aos mestiços, escravos e artesãos, mas com a chegada da Família Real, adquiriu foros de nobreza e passou a ser dominado pelas companhias vindas de Portugal, que se aboletaram nos principais teatros e só cediam espaço aos protegidos. Caetano tinha se afirmado como o primeiro ator brasileiro desta nova tradição, trágico, sério, comparado aos grandes de França, sofrendo enorme perseguição e boicote dos portugueses. Empurrado para as pontas e papéis cômicos nas companhias portuguesas, reagiu e montou sua própria companhia, a primeira companhia brasileira de teatro a ter atividades regulares e constantes. Empresário

competente, tinha conseguido se manter à frente do Teatro São Pedro nos quatro anos anteriores, lançando-se a protagonistas como o Otelo, que tinha sacudido a cidade no ano anterior. Conta-se que, no fim da peça, quando ele partia para cima da amada, enlouquecido de ciúme, e soltava um rugido selvagem ao mesmo tempo que suas mãos alcançavam o pescoço da mulher, a plateia gritava de pavor.

– É verdade. Dava pra ouvir aqui de fora. E escuta essa: quem fazia o papel da traidora era a mulher dele na vida real. Teve um dia então que ele perdeu a cabeça, achou que a peça era a vida de verdade, e já ia enforcando mesmo a pobre moça. Gritava: “morre diabo”! Tiveram que entrar no palco para salvar o pescoço dela, que já ia ficando roxa...

– Mas como é que sabe disso?

– Ouvi toda a conversa do patrão no caminho de volta. Depois dessa história, o sucesso até aumentou, o tal “morre diabo” entrou na peça e todo mundo se perguntava se ele estava representando ou enlouquecendo.

– Eu é que vou enlouquecer se não ir à venda tomar um go-dório antes do patrão sair do teatro.

– Melhor de três então. Valendo a pinga.

Com a bandeira de um teatro brasileiro, Caetano era uma celebridade. Tinha um grande tino publicitário, fazendo com que cada polêmica sua chegasse aos jornais. Vivia às turras com os atores da terrinha, a quem acusava de bigodear os nacionais, da mesma forma como se provocavam a maioria dos portugueses e brasileiros que dividiam a população do Rio de Janeiro ao meio. A independência e o trono deixado vago pelo Imperador tinham posto os nervos de todos à flor da pele. Uma guerra civil não de-

clarada, com cicatrizes expostas em ambos os lados. E o Caetano tinha virado o símbolo da resistência brasileira. Um símbolo da independência.

– O Caetano pelo menos é brasileiro. Meu antigo patrão era galego e me tratava muito pior. Velha! Uma pra mim!

O processo de independência e consolidação do Brasil como país foi lento e conturbado, e ainda estava em andamento. Com a abdicação de Pedro I, o último dos governantes portugueses, o trono foi deixado para Pedro II, o primeiro dos governantes brasileiros, que aos cinco anos de idade tornou-se instantaneamente o xodó, o “órfão da nação”. Com isso, o poder estava nas mãos dos regentes, até que o Imperador-Menino atingisse a maioridade – que alguns desejavam “antecipar”, dos dezoito para os catorze anos. O que se via então era uma grande disputa entre duas correntes – os liberais e os conservadores – para colocar a mão em uma fatia do poder, com os portugueses a fazer barulho pela volta da colônia. Era um período de grande indefinição na vida política brasileira, com reformas na Constituição, estruturação das Forças Armadas, criação do nosso primeiro Código Penal e do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto a unidade territorial e o próprio sistema de governo permaneciam em aberto; a regência era trina, depois una; provisória, depois permanente. Alguns eram partidários da monarquia, outros de uma república federativa nos moldes da recém-criada nos Estados Unidos, e outros até de uma volta de Pedro I ou do governo português. Vários estados tentaram aproveitar o clima de pandemônio generalizado e declarar a sua própria independência, pulando fora do Brasil. Alguns conseguiram, como o Uruguai. Os regentes, mantenedores da ordem, tinham que evitar que o Império se

esfacelasse em revoltas regionais, enquanto promoviam o culto aos símbolos nacionais e à imagem do novo Imperador-Menino. O Brasil inteiro se fatiava em guerras e revoluções. Agora mesmo não paravam de chegar notícias da Balaiada no Maranhão, da Cabanagem no Pará, da Sabinada na Bahia, ou da mais impactante, a maior e mais longa das revoltas, a Guerra dos Farrapos, na província do Rio Grande. Todos acompanhavam pelos jornais as notícias dos gaúchos, que cansaram de sua condição de província explorada pela Corte, botaram pra fora os soldados do Imperador e proclamaram sua própria República de Piratini. Agora na Corte era feito às pressas um recrutamento desesperado, à força, de homens pobres, solteiros e em idade de lutar, para recompôr o exército imperial e impedir a derrota. Aos pobres roceiros recrutados no garrote, se dizia que lutar no Rio Grande era um ato de patriotismo.

– E eu lá com o Rio Grande? Eles lá com a piratini, a gente aqui com a parati. Pinga outro godório aqui na caneca.

E onde todas essas forças contrárias se encontravam? No teatro, é claro. Não era raro que as diferenças políticas entrassem em conflito durante os espetáculos, gerando palavras de ordem, gritos, socos, cadeiradas e até mesmo tiros. Mas com o tenente Luís Alves de Lima e Silva à frente da polícia, e mais a criação da Guarda Nacional, espécie de milícia cívica oficial, formada por cidadãos armados que reforçavam as forças policiais em qualquer emergência, a Corte vivia um verdadeiro choque de ordem, com o enquadramento não só dos crimes, mas dos tumultos políticos, da embriaguez, da vadiagem, dos jogos e até da capoeira dos escravos. Enquanto o público formava fila na porta, os recrutas rondavam, suando debaixo das fardas, à espreita de qualquer emergência.

Ir ao teatro, portanto, naquela noite de março, mais do que assistir a uma peça, era tomar partido. De tudo que era brasileiro sobre tudo que era português.

– Olha o meganha aí. Desmancha o jogo.

– Tava duas pra mim.

Meganha, desde sempre, é o guarda de polícia, a serviço da proteção do governo. Tanta apreensão não foi justificada desta vez, a não ser por um ou outro grito de liberdade aplaudido pelos demais. Uma frase da peça, já famosa, estava entrando em todos os brindes patrióticos: “Nasce de cima a corrupção dos povos.” Horas depois da primeira apresentação, já era repetida por todos os lugares. O clima era contra o governo, qualquer governo, porque o governo era, afinal, Portugal. O Brasil para os brasileiros.

– Até eu já decorei. Só não vi nada mudar por causa da frase.

Pois agora, João Caetano tinha acrescentado mais um golpe publicitário em sua guerra santa de ator brasileiro: ele lutava também por um texto brasileiro. De que valia nossa independência política se não viesse acompanhada de uma independência cultural? Afinal, todos os textos que chegavam aos nossos palcos vinham de Portugal, ou no máximo, da França. *Antônio José ou O poeta e a Inquisição*, com nome duplo como estava na moda entre as peças sérias, era a primeira peça escrita por um brasileiro a ir à cena. O brasileiro em questão era ninguém menos que o doutor Gonçalves de Magalhães, homem ilustre do Império, que tinha ido fazer estágio de medicina nas Europas, e de lá voltado com a grande novidade em termos de arte, o Romantismo. Seu livro de poesia, *Suspiros poéticos e saudades*, tinha inaugurado uma nova escola de poesia feita mesmo só de suspiros poéticos e saudades. Os poetas dessa nova escola eram chamados de

românticos, e tratavam o Magalhães como guru, adotando seu mote: poesias da alma e do coração, e que só pela alma e o coração poderiam ser julgadas. Ou seja, poemas livres das amarras da métrica, prestando contas apenas à musa Inspiração. Em nome desta, se poderia fazer o que quisesse, ou quase tudo.

Agora o doutor, que tinha traduzido *Otelo* e era amigo de Caetano, queria também fundar uma nova escola no teatro. Um texto nacional, que acabasse com nossa pobreza de repertório e que reformasse nosso atraso. Sua peça, “a pedra fundamental onde se ergueriam as bases do teatro brasileiro”, como discursou entre amigos, era sobre os últimos momentos de vida de Antonio José, o Judeu, poeta e escritor de comédias, nascido no Brasil e morto pela inquisição portuguesa.

A peça captou em cheio o ânimo do momento. Um texto de autor brasileiro, com personagem brasileiro, representado por atores brasileiros, para uma plateia brasileira. E com um assunto que se pretendia novo, nacional, fugindo dos modelos da velha Europa. Mais político do que isto, naqueles tempos pós-independência, impossível. Já na estreia, soaram aplausos de tremer os lustres, e as cortinas bisaram dezenas de vezes ao som de gritos e cantos patrióticos. O sucesso foi tamanho que o público, sem parar de aplaudir, esperou Caetano na porta do teatro e o acompanhou até a porta de sua casa, ali perto, na Rua do Piolho. Uma faixa com as novas cores da pátria, o verde dos Bragança e o amarelo dos Habsburgo, foi hasteada na janela do ator. Uma segunda apresentação se tornou obrigatória, e nela o Doutor Gonçalves recitou na boca de cena um poema de autoelogio a si próprio e a Caetano, sob aplausos que nunca tinham sido reservados a um autor de teatro. O poema era esperado também naquela noite da terceira apresentação.

*Iguais porções de glória a nós pertencem;  
E como esta obra a nós deve a existência  
No futuro talvez nós lha devamos*

– Mas então isso é a primeira peça brasileira? E as peças que a gente assistiu dentro do circo, as mágicas, tudo isso não é teatro, não é brasileiro e não veio antes?

– Ora, eles que sabem ler que se entendam.

Na verdade, o Judeu tinha apenas nascido no Brasil. Mas vivia em Portugal já de criancinha. Tanto faz: o assunto da peça se vendeu como brasileiro, afinal era um brasileiro assassinado pelos portugueses, e os brasileiros vibravam em cada linha do diálogo contra Portugal, contra o atraso mental do colonizador e contra suas instituições odiosas, como a Inquisição, a grande vilã da peça. Com tudo isso, a peça já era obrigatória entre os brasileiros e simpatizantes, e as filas se formavam na porta horas antes, mesmo debaixo de chuva, como tinha sido o caso hoje.

– Será que ainda demora muito pro patrão sair lá de dentro? Já tomei tanta chuva que estou com lama pelos joelhos.

– Nada, isso ainda vai longe. Depois da peça séria ainda tem a pachuchada, esqueceu?

Um programa do teatro que começasse por volta das oito horas podia passar da meia-noite: incluía uma peça séria, intervalo e *buffet*, árias de ópera, solos de violino ou flauta, depois uma comédia ligeira, em ato único. Tão ligeira que alguns iam embora sem ver. Servia pra digestão e pro namoro. Dependia mais da graça pessoal dos atores do que do texto, tudo começando e acabando em meia hora, não havendo espaço para profundidades. Os personagens e tipos se repetiam, assim como os finais, que sempre se resolviam com casamento ou pancadaria.

O assunto nas rodas literárias, nos dias seguintes, era sempre a peça séria. Geralmente não se guardava nem o nome das pachuchadas. Seus autores e tradutores não eram nem divulgados, quanto mais ir à boca da cena recitar poesia como o Doutor Magalhães. Muitos se riam, mas poucos admitiam que iam ao teatro para comédias.

Um destes poucos era o jovem Luiz Carlos, o Pena, como lhe chamavam os conhecidos. Horas antes, lá estava ele se abrindo da chuva, debaixo dos arcos do teatro, pra garantir seu lugar, junto ao seu amigo da Academia de Belas-Artes, o Juca, da família dos Menezes, barões do café, novos-ricos do Vale do Paraíba, tornados nobres por puxar o saco do governo política e economicamente – mesmo sendo o mais baixo título nobiliárquico, uma titulação de Barão não saía por menos de trezentos mil-réis. Os plantadores do Vale eram os mais poderosos do país, e com seus latifúndios iam construindo um império próprio, à base de enxada e foice.

Apesar da amizade, as diferenças entre o Pena e o Juca eram evidentes, já a partir dos bigodes: o Juca, com o seu milimetricamente retorcido e cultivado a creme importado e rede. Já o Pena contentava-se com uma barba mais geral e mais barata de cultivar. Além disso, o Juca tinha comprado seu ingresso; o Pena tinha ganhado o seu, do professor da cadeira de Pintura Histórica, Araújo Porto-Alegre, discípulo de Debret e também cenógrafo da peça.

No caminho entre a Academia e o teatro, esforçando-se para não enlamear a roupa, teve de usar como guarda-chuva a tela em branco que comprara para um retrato de Aninha. Mesmo sendo de apenas alguns metros, a caminhada acabou com seu material.

O retrato agora teria que viver apenas na cabeça de seu autor. Surpreendidas pela chuva, a tela e as tintas novas estavam acabadas. Cada pingo colorido de tinta que se espalhava nas pedras do chão era um vintém que o Pena tinha economizado para as compras. Um vintém que se dissolvia na água.

“Por que não chove nunca quando é o Juca que vai comprar telas? Se chovesse, ele teria escravos para proteger e carregar as telas; e se molhassem, ele compraria três outras novas. Eu é que tenho que fazer malabarismos.” E comparava sua magreza à figura rechonchuda do amigo: “Pelo menos o malabarismo emagrece.”

O Juca, é claro, não podia ouvir os pensamentos do amigo, e protegido da chuva, saudou sua chegada com o otimismo próprio dos ociosos.

– Pelo menos a tela era grande e te serviu de telhado.

Órfão de pai e mãe desde miúdo, o Pena mantinha a Academia e as tintas com o auxílio da irmã Carolina, que lhe fazia as vezes de mãe, e do Tio Florêncio, que lhe cobrava como pai. Mas a doce Carolina, ao lhe despejar os vinténs desviados das despesas, pensava lhe ajudar em um curso de comércio, para que pudesse se firmar como caixeiro no armazém do tio, um sobrado na Rua Direita, o centro nervoso da Corte, a rua dos bancos, do Paço. O tio traçava à risca seu destino, todas as manhãs, antes do café.

– Tu já passas dos vinte anos. Sou viúvo e sem filhos. Começas como caixeiro, passas a guarda-livros, depois a gerente, depois a sócio, e terminas meu sucessor.

O próprio tio já tinha tentado lhe ensinar os primeiros números ainda na infância, sem muito sucesso.

– A gente diz primeiras letras, menino, mas devia dizer primeiros números. Não confie nas palavras. Elas só dizem mentiras.

Veja esse jornal. Mentira, mentira, mentira. Só nos números se pode confiar. Os números dão sempre o mesmo resultado, enquanto uma mesma palavra pode significar muitas coisas diferentes. Agora vamos à lição. Se eu tenho nove laranjas para dividir por três pessoas, como eu faço?

E o Pena, miúdo, desinteressado, um brinquedo entre as mãos:

– E eu lá é que sei? Quem são essas pessoas? Quem está com mais fome?

– Não importa, imbecil. É um problema de matemática. É lógica.

– O senhor faz um suco de laranja e pronto. É lógico.

O tio batia na mesa para ser levado a sério, e seguiam-se os arranca-rabos que só cessavam com a intervenção da doce Carolina, que protegia o çaçula, colocava a culpa em sua juventude e assegurava ao tio sua reabilitação. Depois, o Pena colocava a culpa no ensino do tio, ultrapassado, lusitano, e recolhia da irmã uns vinténs para o curso de comércio. O problema é que o tal curso já havia sido concluído, mas o Pena continuava recolhendo as “mensalidades”, aventurando-se com elas pela Academia de Belas-Artes e por uma vida dupla dentro de casa.

Todos os dias o Pena rabiscava umas contas e números em papel, pra disfarçar, e subia as telas ao seu quarto à noite, por uma corda presa à janela. Pintava pegando emprestado o ateliê do Juca, que, filho çaçula, tinha vindo à Corte pelo status – seu irmão mais velho estava se formando em direito em Coimbra, cumprindo com esta primeira ambição de qualquer família com posses. Bancado pelo pai, o Juca passava as tardes namorando as pequenas e pintando no ateliê – um palacete na Rua das Laran-

jeiras, que o Pena apelidara “Chateau Misere”. Ele próprio vivia a ocupar o espaço e os restos de tinta que sobravam do amigo. O que não seria necessário, se tivesse o apoio de sua própria família. Mas o apoio certo, não esse que tinha, que lhe empurrava uma profissão “segura” goela abaixo. Para o jovem Pena, a vocação não realizada era a raiz dos problemas do mundo.

– Eis aí por que vemos entre nós, tantos absurdos e disparates. Este tem jeito para sapateiro: pois vai estudar medicina... Excelente médico! Aquele tem inclinação para cômico: pois não senhor, será político... Ora, ainda isso vá. Estoutro só tem jeito para caiador ou borrador: nada, é ofício que não presta... Seja diplomata, que borra tudo quanto faz. Essoutro tem uma grande carga de preguiça e indolência e só serviria para o convento, no entanto vemos o bom do mandrião empregado público comendo com as mãos encruzadas sobre a pança o pingue ordenado da nação. Já eu, quero ser artista e teimam em me fazer caixeiro. Quer maçada maior que passar o dia sentado nos fundilhos da loja, com a barriga pendurada no balcão, a fazer contas o dia todo?

Todo chegado ao Pena já tinha ouvido esse discurso pelo menos uma vez. Era dito com raiva, mas todos sempre acabavam às gargalhadas. E o Pena preferia assim e até forçava o riso. A verdade é que quem reclama muito acaba sendo visto com desagrado; a maioria quer que tudo continue como está. Mudar, mesmo que pra melhor, dá trabalho... E trabalho não era o forte daquela terra... Sem esperança de mudar o mundo, o Pena se contentava em fazer os outros rirem dos ridículos da vida.

O Juca, alheio à amargura do amigo, continuava no seu otimismo obtuso.

– Tu podes ficar como caixeiro durante o dia e trabalhar nas telas à noite.

– E a que horas durmo?

– Ora, Pena, isto são detalhes, não se pode ter tudo nesta vida. Venha, já abriram as portas. Com o temporal vão nos sobrar os melhores lugares.

A abertura dos portões era o primeiro foco de desordem, pois os lugares lá dentro, sem numeração, se ofereciam ao primeiro que os ocupasse. Uma vez instalado, a primeira coisa que se sentia era o calor abafado de suas muitas velas acesas. O teatro estava magnificamente iluminado. Para uma cidade sem iluminação pública, que sumia na escuridão às primeiras horas do pôr do sol, a visão de suas 220 velas de cera ardendo, protegidas por tubos de vidro, era imponente. Como também era imponente a cortina do palco, imensa, com uma bela pintura de Debret, onde uma mulher simbolizando a América carregava as armas do Império e a tábua da Constituição, tendo ao fundo o povo – índios, negros, caboclos, mineiros, paulistas, velhos, moços, crianças – e abaixo sacas de café e feixes de cana-de-açúcar.

A plateia, mais visível e mais perto das dançarinas, era formada apenas por homens, os mais velhos com casacas cobertas de condecorações, militares ou nobiliárquicas, os mais jovens esforçando-se para parecerem dândis ingleses. As moças e mulheres, com seus penteados à francesa, exibiam-se nos camarotes, ao lado das famílias. Estudavam o momento certo de entrar, para chamar o máximo de atenção, e arrastavam as cadeiras no chão à entrada das rivais, para enfraquecê-las. Acima da plateia, ao centro, ficava o Camarote Real, enfeitado com um grande brasão do Império, bordado a ouro. Nesta noite, o camarote permanecia

vazio, o imenso lustre que lhe encimava estava apagado, como a mostrar que os tempos da política não eram mesmo para os divertimentos, apesar do tom nacionalista da peça. Na plateia, o Pena dedicava-se a observar o outro espetáculo que acontecia: o espetáculo de ver e ser visto, real motivo dos passeios ao teatro. Ali, se fechavam namoros, negócios e até acordos políticos. O Pena, por exemplo, gostava de escolher uma pessoa ao acaso e criar para ela toda uma história de vida, a partir da observação de suas roupas e de seus gestos. Já o Juca possuía um binóculo importado, último tipo, e babava-se pela chance de espiar as donzelas nos camarotes, com seus vestidos importados da Rua do Ouvidor, que deixavam os tornozelos à mostra.

– Pena, olha, aquela veio sem luvas. Ai, aquelas mãos branquinhas vão me custar uma noite inteira de sono...

– Ei, Juca, já deste uma olhada na suíte imperial dos Bragança?

– Parece até casa de verão para alugar, de tão vazia.

– Mas isso é uma ótima ideia. Por que não alugamos o camarote? Esta noite serei barão. E tu, se quiseres, podes ser meu criado.

O Juca se acostumara às brincadeiras extravagantes do amigo.

– Estamos no teatro, Pena, mas não somos teatro. Tua imaginação não pode te levar aonde quiser.

– Sério? Então, quando abrirem as cortinas, me siga e verás.

Soaram os primeiros acordes da orquestra, avisando do início do espetáculo. O Juca olhou o camarote vazio, e quando se virou de volta, já não encontrou o amigo na poltrona. De pé, junto à porta, com ar de quem fuma com piteira, o Pena sina-

lizava com a cabeça para que Juca o acompanhasse. Saíram discretamente como quem tivesse errado a galeria em busca das poltronas certas. Ouviram de costas as primeiras linhas da peça. Passaram pela chapelaria, onde o Pena recolheu uma bengala, como se fosse sua, dizendo que lhe daria um ar de “aristocrata em férias.” Quando ganharam os corredores é que o Juca deixou o otimismo costumeiro de lado.

– Tenho um péssimo pressentimento das tuas ideias erradas.

– E quem é que andou dizendo que os melhores lugares seriam nossos? Ora, os melhores lugares do teatro estão vazios e apagados, ali, ao nosso alcance!

– Mas logo o camarote imperial, Pena?

– E o que tem? O Imperador ainda não tem idade pra frequentar teatro. E esta noite, todos só terão olhos para o Caetano.

– Ainda acabo na forca pelo crime de ser teu amigo.

– Caluda! O Bilheteiro! Procura teu cachimbo no bolso e faz cara de nobre perdido.

Fizeram a tal cara, ou melhor, o Pena fez e o Juca foi atrás, e o bilheteiro abriu passagem pros dois candidatos a nobres. Subiram as escadas em direção aos camarotes. Tomaram o caminho do camarote imperial. Antes da curva final, os joelhos do Juca tremiam tanto que ele precisou se escorar na parede.

– Depois dessa curva estão os guardas do Imperador. Arrepende-te enquanto ainda é tempo.

– Se nos encontram, dizemos que estamos perdidos, é só.

– É sério, Pena. O Brasil inteiro está com pimenta no rabo pra saber quem vai se sentar no trono do Imperador. Já imaginou o que vão pensar dessa traquinagem? Dous doudos aboletados

no camarote imperial? Vamos pagar por todos os exaltados da política! Vão nos acorrentar o resto da vida no Aljube! Vamos ter que nos alimentar da caridade pública!

O Aljube era a cadeia pública, herança dos tempos coloniais, onde o preso era esquecido até morrer ou até ser libertado pelo indulto do Imperador, tradicionalmente distribuído nas grandes festas. A perspectiva da prisão não parecia tão assustadora ao Pena, que já se alimentava da caridade pública... do tio. O Juca só abandonava o otimismo porque tinha muito mais a perder.

– Ora, meu caro Juca, que tens a temer? Já não disse que esta noite sou barão? Acompanha-me como criado, e as penas da lei te livram.

E deu o primeiro passo para dobrar a curva, mas o Juca se colocou na frente.

– Nunca sabes a hora de parar?

– Criado insolente! – fez o Pena, arremessando-o de lado com a bengala e dobrando a curva.

Caído, o Juca esperou ouvir os ruídos e a voz de prisão ao amigo, mas o único som vinha dos diálogos da peça, ao fundo. Da plateia vinha um silêncio reverente e nada comum. E do camarote, nada. Será que o Pena tinha conseguido entrar? Aquele peralvilho era bem capaz de estar a estas horas sentando-se na cadeira mais cobiçada do país, enquanto o Juquinha aqui fora perdia a farra e o espetáculo ao mesmo tempo. Com a coragem recobrada pela curiosidade, o Juca ousou se levantar e dar uma espiada de quina no que acontecia.

Não havia guardas. O Pena estava parado diante de uma porta, uma simples porta fechada que protegia a privacidade imperial. Pressentindo os olhos do amigo às costas, perguntou sem se virar.

– Um guarda pode nos parar, mas uma porta pode nos deter?

– Se estiver fechada, respondeu o Juca, ainda sem ousar se aproximar.

– As cousas talvez sejam mais fáceis do que se pensa. O que é uma porta fechada com trinca aberta? É uma aparência de porta fechada. Mas quem tiver coragem de ir além do que parece, vai meter a mão na maçaneta e descobrir que o que parecia fechado na verdade está aberto. Só é preciso ter coragem.

Ficaram os dois ali, parados. O Juca, decididamente, não tinha coragem, mas o Pena, apesar do discurso, parecia medir a sua. De repente ouviram atrás de si uma voz potente e grave.

– Procurando lugar, meninos?

Com o coração na boca, sem se recobrar do susto, viraram-se e encontraram um homem alto, elegante, de fraque. E mulato.

– Ah, sim, minha bengala. Estava mesmo procurando.

E tirou das mãos do Pena a sua bengala. Não era comum um mulato naquela situação de comando, nem vestido com aquela pompa. Mas aquele aparentava tanta segurança que o Juca tratou de tirar logo o seu da reta:

– Permita-me apresentar, senhor, meu patrão, o Barão da Caradura. Eu sou seu simples criado, e tudo o que faço é a mando dele.

No que levou um olhar de reprimenda do Pena, mas ora, quem quer brincar vai até o fim. O mulato sorriu e pareceu encorajar a brincadeira.

– Muito prazer, Barão da Caradura. Eu sou Francisco de Paula Brito, um seu criado. Quer um pouco de rapé francês?

Aonde o Pena tinha ouvido aquele nome? Ah, sim, claro, era Paula Brito, o editor de jornais humorísticos, como *A mulher do Simplício*, e tantos outros que faziam o dia a dia das pessoas menos doloroso; o Paula Brito promotor das batalhas de entrudo, o antecessor do nosso carnaval, tantas vezes proibido pela ordem pública; o Paula Brito que publicou o primeiro jornal negro do país, o *Homem de cor*. O Paula Brito que corajosamente oferecia sua tipografia aos exaltados, aos republicanos, aos abolicionistas, a todos aqueles que não tivessem espaço na imprensa oficial. Eles estavam diante do maior agitador cultural da corte.

– Sou... seu ... fã... – Foi tudo que o Pena conseguiu dizer.

Paula Brito aspirou o rapé, guardou-o de volta no bolso e, dando uns passos em direção à porta, balançou uma chave.

– Vosso lugar está reservado. É só me seguir.

E entrou no camarote de Pedro II. Os outros dois ficaram em pausa, em suspenso diante daquele negro elegante que executava de forma rotineira o que eles concebiam como a maior aventura de suas vidas.

– O teatro, Barão, é como a vida: quem brilha é o astro, e também a nobreza, mas quem consegue tudo é o amigo dos pequenos funcionários, aqueles que ninguém olha. Eu, por exemplo, sou amigo do comandante da faxina, que tem as chaves de todas as portas. E aqui estamos nós, com a melhor vista do teatro.

Estavam os três acomodados no camarote, e ocultos pela sombra, e tudo isso ainda em tempo de entender a primeira cena. Estela Sezefredo, a bela mulher de João Caetano, estava em cena como a mocinha, uma atriz que fazia o elogio da profissão.

– *No teatro me cuido; escuto a orquestra,*

*Vejo a plateia, e os camarotes cheios,*

*Ouço os aplausos, bravos que me animam,  
E com esta ilusão a vida recobro.  
Mas eis que durmo, sonho,  
e de repente aflita acordo.  
É manhã; – e outra vez começa a lida.  
Oh vida! Oh ilusão! Oh meu martírio!*

Aquelas palavras silenciaram o coração do Pena. Quantas vezes ele não quis viver dentro da realidade dos quadros que pintava, dentro da realidade de uma peça de teatro, onde tudo era perfeito e acabava bem, quantas vezes não tinha sonhado com aquilo, apenas para acordar e descobrir que a vida real teima em nos rodear? Tantos esforços para se fazer artista, e para quê? Pelo quê?

A peça continuava na resposta da criada.  
– *Diga, senhora,  
Porventura Camões não amava a glória?  
Pois bem, sempre foi pobre;  
Na miséria viveu, pedindo esmolas,  
E morreu no hospital.*

Outra fala dura que lhe caiu como um soco. Pois se até o Camões tinha pedido esmola, o que é que estava reservado a ele, o ilustre desconhecido Luiz Carlos Martins Pena? O tiro de misericórdia estava reservado para o diálogo final da cena, que se referia ao personagem de João Caetano, também escritor.

– *O senhor Antônio José que lhe diga o que ganha com as comédias que ele compõe para agradar ao povo.*

– *Ganha a reputação de um ilustre escritor, de um grande homem* – respondeu a mocinha.

– *Melhor fora dizer* – de um pobre homem.

– *E o que tem a pobreza com o talento?*

– *Muito; andam casados.*

O Pena não podia deixar de pensar na sua comediuzinha, escrita por diversão nos seus dezoito anos, e que permanecia no fundo de sua gaveta. Uma brincadeira sobre “os dois Brasis”, as diferenças entre a gente da corte e a gente da roça, tão próximas fisicamente, naquele tempo onde a cidade terminava poucas ruas depois de onde estavam, na Praça da Constituição, dando lugar ao campo. Na Corte, moravam artistas, arquitetos, cientistas, professores, nobres, filhos dos grandes fazendeiros do interior e ricos comerciantes. Eram a plateia daquele teatro, frequentadora da Rua do Ouvidor, promotora de salões onde os anfitriões ofereciam jantares, música e conversações ao seu pequeno círculo de nobreza. Da porta do teatro pra fora, ficava o outro Brasil, o Brasil dos escravos, dos roceiros, dos analfabetos, das febres, do dinheiro falso, da carestia da farinha, do vinho batizado nas adegas, do esgoto a céu aberto, das crianças com barriga de verme, dos espertalhões e vigaristas, um Brasil descalço, pobre e atrasado, com um povo que ainda comia usando as mãos, e não entrava no teatro nem como personagem. Fã de comédias, ele tinha escrito cenas soltas sobre esse outro Brasil, substituindo os criados, palhaços e arlequins europeus pelos tipos que encontrava pelas ruas. E agora mesmo, assistindo à tragédia do Doutor Magalhães, o Pena achava que a sua sim seria uma primeira peça brasileira.

Mas que fim poderia levar ele como escritor de comédias? Certamente não seria queimado pela Inquisição, como o Judeu, mas dificilmente escaparia das esmolos que também assombraram Camões. Afinal, a comédia era tão malvista que muitos autores nem assinavam suas obras, com medo de se prejudicar.

Talvez o melhor fosse ceder aos desejos do tio e empregar-se no armarinho. O que não aguentava mais era ficar se equilibrando em uma corda bamba de mentiras e necessidades. Precisava começar a tomar as rédeas da própria vida.

– Diabo de peça séria demais, pensou com seus botões, vim me divertir e já estou quase a chorar, e o Caetano ainda nem entrou.

Ao fim da cena, quando a criada má (na verdade, apenas desiludida com o teatro, e quem poderia culpá-la?) se retirou, abrindo espaço para o solilóquio da mocinha, um pequeno alvoroço começou a tomar conta da plateia. Sabiam que era o momento da entrada do herói. De fato, quando se ouviram batidas na porta do quarto, as batidas de Caetano, o teatro vibrou, como, modernamente, se vibra em um estádio de futebol. E à sua entrada, todos se puseram de pé, aplaudindo freneticamente.

Protegidos pelas sombras, os espíões do camarote imperial apenas fizeram uma mímica de aplauso, um invisível endosso da opinião geral. O Pena, nem isso, nunca tinha visto o monstro sagrado em cena e queria assistir antes de passar tamanho recibo de qualidade. Conhecia o conselho de Hamlet aos atores – “acomoda o gesto à palavra e a palavra ao gesto” – mas cá no Brasil não se ligava pra isso. O que assistiu, no entanto, compensou inteiramente as expectativas.

Em primeiro lugar, o Caetano entrava possesso, em estado de nervos de um fugitivo, de um perseguido pela Inquisição. Após os aplausos em cascata, o ator não interrompia a representação para ir à boca de cena se curvar em agradecimento – algo totalmente novo. Ao contrário, permanecia em descompasso, a respiração ofegante, o coração pulando do peito, os cabelos desalinhados,

em uma espera muda e angustiada, alheia a tudo que não fosse a própria dor. Os aplausos foram cessando, quase envergonhados de atrapalharem a concentração do ator. Quando o silêncio voltou, ele então, com um suspiro do fundo das eras, sentou-se, devagar, com o olhar perdido no vazio, no passado. Dava a nítida impressão de quem tinha virado as últimas noites em claro. Nunca isso havia sido visto: os atores desempenhavam seu papel – qualquer papel – sempre muito bem-vestidos e arrumados.

Então Caetano e Estela – apaixonados em cena e também na vida real – olharam-se pela primeira vez. Nenhuma palavra, apenas um terror, um sofrimento maior do que a vida no rosto dos dois – o medo da separação pela morte. A plateia respirava junto com os atores, podia-se mesmo ouvir essa grande respiração coletiva. De repente, em um rompante furioso, o Caetano pulava da cadeira com um discurso babando de ódio, um discurso dirigido aos poderosos, à Inquisição da peça, mas um discurso ao que todos podiam dar o endereço que quisessem.

*– Ladrões... Ladrões sicários!*

*Por toda parte só ladrões encontro;*

*Tudo se rouba, vida, honra, dinheiro!*

E quem poderia dizer que o discurso não se aplicava ao nosso país? À nossa política? A plateia voltou a aplaudir, mais que isso, na verdade urravam, sentia-se o chão do camarote a tremer. E ele nunca, nunca, virava-se para a plateia em agradecimento, mantinha a realidade do personagem o tempo todo, o que tornava a peça mais angustiante e verdadeira. E cuspiam as palavras em uma fúria de emoções, muito diferente da monótona cantilena com que os versos eram sempre recitados. E o ponto – aquele que ficava acorçado em uma pequena caixa baixa no canto do

palco, soprando o texto aos atores – se trabalhou, não foi ouvido. Ao contrário de todos os atores, o Caetano parecia saber o texto na ponta da língua, dizia as palavras como se fossem suas, saindo naquele momento, sem parar para se lembrar. Confundia-se com o personagem, não se percebia onde acabava um e começava outro. E quando apareceu em ferrolhos, no calabouço da Inquisição, um calafrio percorreu o teatro, não só porque Caetano parecia realmente ter sido torturado, mas pela coragem em se tocar no tema, quando espocavam denúncias sobre torturas a presos políticos opositores do regime.

“Minha existência já não conto por dias; sim por dores” – dizia o personagem, e o ator era o próprio retrato desta frase.

– Mas que ator – pensou alto o Pena. Nunca tinha visto nada igual.

O Paula Brito virou-se:

– Então o Barão não conhecia o Caetano? Não devemos mais nada aos estrangeiros.

– Agora estou mais tranquilo. Se alguém sair preso daqui, será o Caetano, com esse discurso contra os ladrões. Então se esquece que eles estão em maioria? Inclusive no governo – fez o Juca, recebendo um cala-boca dos “patrões”.

E assim foi, de aplauso em aplauso, até as últimas palavras de Caetano, ou melhor, do Judeu, antes de subir a escada para a fogueira da Inquisição:

– Oh, mundo! Adeus, oh sonho!

E morreu, como se morre no teatro: na coxia, depois de palavras heroicas e prantos. Daí em diante foi uma verdadeira catarse grega, os aplausos e urros do público, os gritos de viva o Brasil e viva a Independência, as coroas de rosas, os brindes, os versos do

Dr. Magalhães, os gritos de viva D. Pedro II, viva o Brasil, e até viva a República – estes logo reprimidos. Os penetras do camarote aproveitaram para sair como entraram, em surdina e no escuro.

– Bela aventura – cumprimentou o Pena no corredor, já a salvo, desfeito do personagem, estendendo a mão ao novo amigo – permita que me apresente realmente, sou Luiz Carlos Martins Pena.

– Joaquim Rufino Menezes – apressou-se o Juca, mais interessado nos tornozelos das damas. – Vamos ao café do segundo andar, tenho fome.

– Quero assistir à comédia – protestou o Pena, mas esse não era o motivo único. É que gastara o dinheiro com as telas e as tintas perdidas, e não lhe sobrara nem mil-réis pro cafezinho.

– Deixa-te de extravagâncias. Comédias? Então não acabamos de assistir a obra-prima do teatro nacional?

– Aliás, a única até agora – atalhou o Pena.

– O amigo não gostou da peça? – quis saber o Paula Brito.

– Me impressionou muito. Mas o amigo sabe, na vida real ninguém morre com toda aquela nobreza, nem falamos em versos. Basta dar dois passos pra fora do teatro para se ver outro Brasil. Penso que uma peça brasileira deveria servir de espelho desse outro Brasil.

– Penso que temos cousas ruins, mas no que temos de bom somos os melhores do mundo. Este teatro, por exemplo. E nossas mulheres. Principalmente as mulatas. Não há no mundo nada igual – atalhou o Juca.

– É que nós brasileiros somos assim: ou nos dizemos piores que a África, ou melhores que a Europa. No que não somos os piores, temos que ser os melhores. É oito ou oitenta.

– Não deixa de ser boa ideia mostrar o Brasil não oficial – concordou o Brito. – Mas o amigo acha mesmo que esse outro Brasil poderia subir à cena? Um negro, por exemplo, crês que um negro poderá subir a cena e beijar a mocinha? Veja, mesmo de fraque e bengala ainda me olham torto na plateia. Por que acham que prefiro a solidão do camarote? O Brasil estará preparado para ver o outro Brasil em cena? Não repararam que a “primeira peça brasileira” se passa... em Portugal? Como alguém vai fazer uma peça passada no Brasil sem mostrar um negro?

– Em uma comédia, talvez não caísse mal – atalhou o Pena. – Todas as atenções estão voltadas aos dramas, talvez não reparassem. A comédia é para o teatro o que o negro é para a sociedade: subalterno ou marginal.

A questão negra era delicada e podia descambar para os intermináveis assuntos em torno da abolição, e antes que isso acontecesse, o Juca, com sua grande sensibilidade social, deu um jeito de escapar pela tangente.

– O que reparei mesmo foi a cinturinha de marimbondo daquela cachopa ali. Se os amigos vão discutir teatro, eu peço licença para ir ao que realmente interessa.

– Tem toda. E o novo amigo também, não se sinta obrigado.

– Eu ficaria para a comédia, também gosto delas, mas fiquei de dar um abraço ao Caetano no camarim.

O Juca nem mesmo estava mais ali, tinha partido assim que recebeu licença, mas a conversa continuou, entre um admirado Pena e um Brito envaidecido.

– Então conhece o Caetano em pessoa?

– Ora, publiquei seu livro *Reflexões dramáticas*. Não tínhamos nenhum livro teatral publicado por aqui, e sempre fui atrás

das coisas novas. Quando publiquei o primeiro jornal sobre temas raciais, o *Homem de cor*, todos me chamaram de louco, pois que negros não sabiam ler, e quem lia nessa terra lia em francês... Esquecem que o povo arranja quem lhe leia em voz alta... Há um aqui mesmo na praça que cobra para ler jornais e escrever cartas, e com isso sustenta bem a família... Além do mais, ora, eu mesmo sou negro, gosto de ler, e tenho interesse em discutir a questão racial. Resolvi arriscar. Resultado: as tiragens se esgotaram, e tirei mais vários números. Depois, publiquei a primeira revista feminina, também me chamaram maluco, e foi outro sucesso. Quando lancei *A mulher do Simplício*, o jornal humorístico, foi a mesma cousa. E outra que me encafifava: por qual razão todos os livros europeus e americanos são lotados de figuras e os nossos têm só aquelas letrinhas miúdas e aborrecidas? Temos analfabetos às pencas! Enchi os livros de figuras. Mirei no que via nas ruas. Talvez o teatro tenha que ir pelo mesmo caminho.

Sentindo-se à vontade, o Pena comentou da sua comediuzinha, no diminutivo, que se passava no Brasil, mostrava ladrões, analfabetos, escravos, e estava trancada no seu criado-mudo.

– Comédia? Ótimo! Diminutivo por quê? Fingimos arrotar tragédias em francês, mas em segredo preferimos as comédias. Somos um povo de comédias! Qual o tema?

– Bem, falo do meio rural, porque conheço bem os tipos, sou nascido e criado na Corte, mas meu tio tem propriedades – apressou-se em explicar, querendo parecer mais cortesão do que era, e sem esclarecer que a tal propriedade do tio não era uma mansão do campo, mas sua moradia diária, na região de Mata-Porcos, perto do Campo de Santana, que delimitava então a Corte e a roça. – Sempre me pareceu que havia esta diferença

entre os dois Brasis, a Corte a respirar progresso enquanto o campo afunda na ignorância; em uma cena da minha comédia, um roceiro ingênuo é enganado por ciganos, espertalhões da cidade; outra mostra um julgamento na roça, outra se passa na festa do Divino...

– Um julgamento na roça? E o que se julga?

– Pequenos casos que já presenciei, um roubo de galinha, um porco fugido, uma umbigada talvez. E o Juiz vai aceitando subornos a torto e a direito e chega a vender a sentença para os dois lados ao mesmo tempo!

– Nunca vi nada parecido no teatro. Trazer as festas populares para a cena também não é má ideia. Poderia promover algumas marchinhas de minha autoria e... Por que não encaminhas a peça às autoridades, ganhas o visto, contratas um copiadador, distribuis às companhias teatrais, aos empresários, sabes como é... é preciso circular o manuscrito. Gerar movimento. De nada, nada sai.

– Não está terminada ainda... faltam revisões... são cenas soltas...

– Então termine-a. O que lhe impede? Inspiração? É só olhar em volta. A sua ideia sobre o julgamento na roça... Leu o *Jornal do Commercio* de hoje? – o Brito escrevia para o prestigiado jornal desde sua fundação – Acho que ainda o tenho aqui – tirou o jornal do bolso da casaca. – Bem aqui; leia.

O Pena tomou o jornal nas mãos. Tratava-se da transcrição de uma sentença de um dos nossos juízes.

*À vista da denúncia, das testemunhas e do corpo de delito muito bem manipulado pelo Doutor Jerônimo, que é entendido, e*

*esteve para entrar no curso da jurídica e depois caiu na besteira de se casar, se prova que o réu deu quatro facadas boas em sua mulher, duas na veia umbilicada, que lhe fizeram sair o intestino reto pra fora; outra na espinhela, que o meu mano boticário chamou região espigada ou coisa que o valha; e outra finalmente logo abaixo da amapata, segundo disse o licenciado Gonçalo, que é quem entende desses nomes franceses que em nossa terra nunca se usaram. Pronuncio esse fariseu a prisão a galés perpétuas, por muito favor, em atenção ao reverendo vigário ter se empenhado tanto pela mulher ferida, que é sua comadre, se bem que as más línguas dizem outra coisa, que Deus me perdoe, na forma do Código do processo e do outro Código que me não lembra agora o nome, porque o emprestei ao capitão Chiquinho.*

– E nós ainda vamos ao teatro ver comédia. Isso é que é comédia! Se este é um juiz da nossa Corte, Pena, um juiz real, o que não vai pelos vastíssimos sertões que cobrem grande parte do Brasil? Desgraçada da nação cujos povos vivem na mais crassa e estúpida ignorância.

– Me parece que, de perto, somos todos roceiros.

– E isso sim é um assunto brasileiro. Fique com o jornal de presente, para dar inspiração. E faça questão de ler o texto assim que estiver pronto. Leve-me na tipografia, fica aqui mesmo na Praça da Constituição. Trabalhamos com livros também, se precisar de algum, é só me procurar.

O Pena agradeceu, o Brito pôs-se às ordens, e despediram-se, um para os camarins, outro para a plateia comum, de onde assistiu a uma comédia de Molière, *O amor médico*, onde o na-

morado se disfarça de médico para curar uma doença imaginária da amada, na verdade um golpe para que o pai da donzela consinta no casamento, com os tradicionais criados servindo de apoio ao casal de jovens amantes, com os tradicionais velhos ridículos, contratempos e vitória do amor nos últimos momentos. Mas tudo europeu, importado, a quilômetros de distância da realidade brasileira.

Aquela mesma história poderia ser contada da mesma forma, enfiando nela um pano de fundo brasileiro, pensava o Pena, inflamado pelo incentivo do Brito. Afinal, não faltavam nesta terra motivos para rir. O mocinho poderia ter dois rivais médicos de verdade, um da alopatia e outro da recém-surgida e ultrapolêmica homeopatia, trazendo ao palco uma briga que estava dividindo a medicina e os pacientes da Corte ao meio. Em vez de terminar a peça com bailados europeus, tínhamos as festas, as músicas e danças populares. Nossas mocinhas queriam casamento, mas eram namoradeiras e fúteis, nossos mocinhos não eram heroicos, mas malandros e preguiçosos. Nossa Corte era refinada, mas na roça viviam bichos e homens em condições iguais; nossa sociedade era cristã, mas vivia em um país de escravos, onde todo trabalho é visto como degradante, onde toda pessoa que consegue juntar economias compra um escravo e nunca mais levanta um copo de água na vida; e tudo isso temperado, como dizia o Caetano na tragédia, por grande variedade de ladrões e corruptos. Ah, nossos ladrões, em esperteza e número, venceriam todos do mundo civilizado. Para que buscar modelos na Europa se aqui tínhamos motivos para rir aos montes? Quando muito, por ver no palco algo com que tropeçamos todos os dias na rua. Se não podemos mudar o Brasil, podemos pelo menos rir dele.

Todas essas reflexões ultrapassaram o tempo ligeiro da comédia e ocuparam o Pena durante toda a volta para casa. O Juca tinha alugado uma gôndola para ambos, mas como não conseguia encontrar o amigo ao fim, e estava com a cabeça fervilhando de ideias, o Pena resolveu ir andando, mesmo morando um tanto afastado da Corte.

Assim que pôs os pés fora do teatro, sentiu as narinas inundadas pelo cheiro de fígado de boi grelhado. Os restaurantes das redondezas traziam fogareiros de carvão para as calçadas, atraindo os fregueses com as iscas de fígado, “com elas ou sem elas”, as batatas.

Afastou-se rapidamente, fugindo da fome e do cheiro, que perdurava até os limites da Praça da Constituição. Uns poucos passos além e as luzes da praça e os sons da orquestra iam dando lugar ao breu e ao canto dos sapos. Descendo em direção ao Campo de Santana, o Pena avistava o que o Brasil oficial tentava varrer pra baixo do tapete: as fogueiras dos acampamentos ciganos, os mendigos a se banhar no chafariz, o matagal cheio de ratos e porcos fugidos (daí vinha o nome do bairro próximo, Mata-Porcos). Ao fim do Campo, pegou a Rua da Sentinela, chamada assim porque chegava até a lagoa do mesmo nome. De lá era preciso atravessar três pontes, na verdade toscos pedaços de madeira, apelidados “Aperta a Goela”, “Cala a boca”, e “Não Te Importes”; tinham esse nome pela frequência de assaltos. A salvo, após passar por elas em passo acelerado e de olho atento, como convinha nessas horas, o Pena não pôde deixar de rir do nome das pontes, e de pensar como era engraçado esse povo fluminense, que se ria dessa forma das próprias desgraças.

Chegou em casa na ponta dos pés, evitou acender velas para não acordar a parentada e ouvir censuras pela boemia. Serviu-se da refeição que estava embrulhada em panos em cima do fogão, a salvo das baratas. Ainda estava morna: um pedaço gorduroso de carne de boi – certamente um cuidado da irmã, e não do tio – acompanhado de arroz e pedaços de batata e abóbora cozida, tudo misturado na mesma panela. Comeu em silêncio, subiu as escadas descalço e no escuro. Deitou-se em seu quarto pequeno e abafado. Abriu a gaveta do criado-mudo e lá estava seu manuscrito, a velha comédia. Com os olhos apertados pela pequena luz da vela de sebo, releu os papéis amarelados, e logo já estava fazendo anotações e correções aos pés das páginas: separou as diversas histórias, emendou algumas, retirou outras, concentrou-se na figura do Juiz, destacada pelo Brito. Mas logo um pensamento pesou-lhe no coração: era assim que pretendia escapar à situação em que se encontrava, morando de favor na casa do tio? Então não ouvira a advertência sobre os poetas feita na peça daquela noite? Não tinha visto o fim que o destino reservara ao Camões e ao Judeu? O próprio Dr. Magalhães, o poeta do momento, não era médico, se dedicando às letras nas horas vagas? E escrevendo tragédias, coisa séria e respeitada, não comédias, que gozavam do mesmo prestígio que um show de animais nas barracas da feira. Talvez fosse mesmo a hora de abraçar a profissão de comerciante. Afinal, conhecia alguma coisa de contabilidade graças ao curso. A profissão de caixeiro era cansativa e tediosa, mas ao menos dava onde morar, o de comer e o de vestir.

A vida tinha sido sempre esse pular de casas, esse vagar pela casa dos outros. Primeiro tinha sido seu avô, português, dono

de armarinho, e agora o tio, que tinha herdado o negócio e a mesma filosofia de poucos direitos e muitos deveres. Será que se o pai fosse vivo seria a mesma cousa? Afinal, não era filho do avô e irmão do tio? Mas o pai não havia seguido o comércio, e sim, o direito, tornando-se juiz, formado em Coimbra pelo suor dos vinténs duramente economizados pelo pai e o irmão. Mas tinha frustrado os planos da família, morrendo precocemente de tuberculose, tão temida à época que muitos já se matavam de uma vez ao perceber os primeiros sintomas. Se vivo fosse, o pai haveria de abrir-lhe portas, de compreendê-lo, de encorajá-lo? Haveria de forçá-lo a uma profissão contra a vontade? Se ele escolhesse algo diferente do direito, haveria de lhe dar proteção, uma cama mais confortável e uma mesa mais farta, sem jamais lhe atirar isto na cara, como fizeram os outros?

Mas que importa? Seu pai tinha morrido antes do seu primeiro aniversário, e não passava de um retrato pendurado na parede da sala, de olhar severo e bigodes fartos, o desembargador João Martins Pena. Um retrato pendurado e um buraco na sua memória. Escrever agora uma comédia satirizando um juiz não deixava de ser uma doce vingança pela ausência.

A mãe tinha morrido um pouco mais tarde, a tempo de deixar lembranças. Gostava de passear com ela, nos dias de missa, quando ela ensinava a olhar para as pessoas e inventar histórias, a partir de um detalhe da roupa, de um pequeno gesto, de um olhar. Ficavam toda a tarde contando suas histórias um ao outro, e ela gostava mais de ouvir as dele do que de contar as suas. Ela tinha sido sua primeira espectadora, e ele se esforçava pra que ela risse e ficasse interessada.

Pesando o pai e a mãe, o Pena não sabia se o mais sofrido era ter a lembrança de alguém que se perdeu, ou não tê-las em absoluto.

Mas de uma coisa tinha certeza: nem o pai nem a mãe iriam gostar de vê-lo naquela situação, precisando dos outros, tão dependente, em plena era da Independência. Era preciso honrar sua lembrança e a existência que um dia lhe deram. Ser um Martins Pena, com maiúsculas.

– Amanhã procuro Tio Florêncio para trabalhar no armário.

Foi seu último suspiro do dia. Apagou a vela de sebo, acendeu um cigarro de palha e dormiu com as folhas sobre o peito, se espalhando pelo quarto, enquanto sonhava com números e um balcão de loja apertado e sem sol nos fundos da Rua Direita.

Longe dali, ainda sob as luzes e sonhos da Corte, a ideia de um teatro realmente brasileiro continuou também na cabeça do Paula Brito, que espremido em um camarim entre dúzias de coroas de rosas e bajuladores, comentava ao Caetano a necessidade de se ver um outro Brasil em cena. Este, por sua vez, ainda vestido nas roupas do Judeu, parecia mais interessado nos brindes. Caetano não era grande bebedor, mas apreciava todos os símbolos, todo o teatro, por assim dizer, do sucesso. De modo que chacoalhava uma garrafa importada e em breve estava a espalhar espuma em tudo e em todos, a espuma que era a marca do sucesso atingido.

– Acabo de fundar um teatro nacional e tu me dizes que é preciso fundar outro teatro nacional? Esta é a diferença entre o teatro e a tua tipografia. Nela, se mandam imprimir mil folhetos e jornais variados a cada noite, e em cada um deles se funda um Brasil diferente. No teatro, é preciso esperar anos a fio até surgir um texto.

– Mas é que conheci um rapaz com uma ideia para uma comédia.

– Uma comédia? Um teatro nacional deve se fundar a sério, meu amigo. Queres fundar o teatro nacional em cima de uma comédia? Assim não fundas, afundas!

– Não foi o que fez o Molière?

– Mas em francês, meu caro, o que faz toda a diferença. E mesmo assim foi enterrado como indigente. O crime: escrever comédias. Ninguém vale nada em sua própria terra, compreende o amigo? Só se fala do Judeu, só se montam suas comédias, porque foi pra Portugal. Tivesse ficado no Brasil e seria um joão-ninguém como tantos.

– Este rapaz, ele falava de colocar o povo das ruas nas peças, tirar essa Europa toda que ninguém aguenta mais. A sua comédia fala de um juiz, mas da roça, corrupto e atrasado, e acho que isso poderia ser um bom caminho para um ator *brasileiro* pôr em cenas nossas mazelas não ditas.

– Um juiz corrupto? Pensas que isso passaria pela censura? No teatro oficial? Aqui, meu caro, só vale o Brasil das grandes figuras.

– Ser um ator *brasileiro*, é diferente de ser um ator *oficial*, amigo Caetano. Talvez não levasse no teatro oficial, mas em teatros populares. Afinal, o amigo não passa meses do ano excursionando pelas províncias? Por que não levar uma peça que fale sobre os habitantes, que reproduza seu andar, seu falar, seu modo de vida, que instrua, que comente as situações do dia a dia? O teatro, nesses lugares, não é só diversão, é também informação.

– E achas que alguém vai pagar para ver no teatro a vida real? Alguma coisa que pode ver de graça nas ruas? O povo quer a superação da vida. Eu vago pelas províncias há anos, conheço

o povo de perto, e o que ele gosta é de reis, rainhas. Se me apresentar de figurino de roceiro, levo tomate na cara, vão achar que é desleixo. O povo quer luxo. Quem gosta de miséria são vossas senhorias, os lidos, os intelectuais. Sabe qual realidade interessa ao povo? A realidade da guerra. Todo mês subo uma batalha à cena, no São Pedro. A primeira foi a *Expulsão dos holandeses*, não te lembras? Cavalos de verdade, tropas e mais tropas de figurantes, marchas, rufar de tambores, ordens de comando, heróis destemidos! Isso sim é uma boa bilheteria!

– É uma coincidência notável tantos militares em cena no São Pedro quando nosso exército sofre baixas em todos os lados.

– Arranje-me uma peça nacional de guerra e eu garanto que ela nos fará mais dinheiro do que o teu Juiz da roça.

– Então não digo nada ao Barão?

– O autor é Barão? – era o olho publicitário de João Caetano crescendo.

– Com certeza. É o Barão da Caradura. – E o Brito se despre-  
gou num riso solto e solitário.

– Se a comédia dele for tão engraçada quanto esta tua piada, estimo que o pobre autor vá morrer de fome – retrucou o Caetano, rindo alto para puxar o riso dos admiradores, o que indicava que o assunto estava encerrado. – Anda, Brito, toma uma taça e celebra. Vamos jantar ao restaurante Globo. És meu convidado. Apenas o tempo de me trocar. O teu outro teatro nacional terá de ficar pra outra noite. Esta pertence ao meu.

O Brito, pelo prazer do vinho, sorriu. Mas o Caetano tinha o péssimo hábito de andar com plateia, mesmo fora dos palcos; se juntava de puxa-sacos e adutores em excesso, e toda a bajulação atrasava a troca de roupa. Além do mais, todos iriam cobrir o

Caetano de rapapés até a porta do restaurante. A pobre Estela, de há muito já pronta, aguardava pacientemente que se encerrasse o assédio ao marido. “Deve ser o único casal do Brasil em que é a mulher que espera o marido se arrumar”, pensou o Brito, e não querendo se juntar ao cordão, despediu-se após duas ou três taças, e voltou para o sossego do lar onde a mulher e as filhas dormiam em paz.

E naquela noite, o teatro brasileiro também dormiu em paz, com a certeza de ter sido inventado pelo Doutor Magalhães.



Quando o Pena acordou, o sol inclemente que castigava a cidade entrava pela janela, batia na cama e lambia seu rosto. Sinal de que tinha perdido a hora de falar ao tio. Suspirou: ia ser uma longa caminhada até a Rua Direita.

O piano mudo na sala significava que a irmã tinha ido à missa levando o pouco de escravos que restavam, e não haveria nem liteira para levá-lo à cidade. Foi ao quintal catar uma laranja e voltou ao quarto, irritado; gostava de caminhar pelas ruas, mas não debaixo de sol; e, afinal, a moradia distante e com pouco conforto era fruto não da carestia, mas da filosofia de vida do tio, para quem todo dinheiro gasto era um luxo desnecessário e era preciso poupar, poupar sempre. Assim, moravam afastados da Corte, e o piano da doce Carolina tinha sido a única concessão do tio ao luxo, não sem alguns protestos; mas é que apenas a música era capaz de fazê-lo se esquecer das contas, das remessas que não chegavam, dos clientes que não pagavam. Enchia uma caneca de vinho e gostava de ouvir Carolina a tocar as velhas árias, a *Casta Diva*, a *Norma*, e também as modinhas populares, às quais às vezes o próprio Pena se juntava, com boa voz. Ficavam os três ao piano até noite alta, o ar da casa se tornava leve, e não raro o tio se recolhia deixando os irmãos livres, e eram as noites que viravam ao piano e se divertiam como nunca.

Mas agora não era tempo de farras nem de diversão, mas de dar aquele passo que marca um ponto na vida de onde não é possível voltar. A partir do ponto em que entrasse no armarinho, sua vida estaria traçada para sempre, a dizer, “bom dia, freguesa!”, atrás de um balcão, com sorriso falso e lustroso. Abotoou o paletó, olhou-se no espelho: parecia um condenado prestes a subir os degraus da forca. Não cairia mal no papel do Judeu, da peça da véspera. Colocou sua melhor roupa, ajeitou o chapéu, curto demais para sua cabeça, e saiu preparado para gastar a sola do sapato.

Saindo para a rua, deu uma espiada na casa vizinha, onde Aninha, namoradeira, já apontava na janela. Penteadíssima à moda da Corte, com os cabelos altos e armados e um vestido exageradamente apertado, que não combinava com a hora nem com o lugar. Ensaiaava em voz alta a leitura de um daqueles manuais de bons costumes em francês, que ensinavam as damas as boas posturas à mesa, a correta higiene, o vestuário chique, o falar refinado e outros predicados. Dir-se-ia que estava na varanda de Versalhes, não fosse o cacarejo das galinhas ao fundo. Quando se deu conta do admirador, abanou-se com um leque, imitação francesa, com madrepérolas falsas. Um bom leque era acessório inseparável de qualquer dama com pretensões à elegância. O Pena tirou o lenço da lapela e ofertou a ela.

– É um lenço da grife de Mme Josephine Coulon, lá da Rua do Ouvidor – detalhou o Pena, antes de atirá-lo à sacada.

Fingindo desinteresse, a moça tomou o presente nas mãos.

– É perfumado – agradou-se.

– Eau de fleur d’oranger n. 5.

A menina aspirou fundo o aroma, como se aspirasse um pedaço de França. Não passava de um lenço tomado ao armarinho

do tio, embebido da água de colônia da irmã. Mas romance é fantasia, como bem sabia o Pena.

– Permita-me dizer, *petit Anne* – era um charme quando ele a chamava assim –, que este diálogo na sacada me faz lembrar nós dois como os amantes de Verona...

– Amante? Que ousadia chamar-me tua amante! Essa gente, quando vai à Corte, vem perdida! – e já ia tapando o decote com o folhetim.– Só por aceitar um presente seu, o que pensa o senhor? E quem é essa Verona para ter tantos amantes assim?

– Me refiro a *Romeu e Julieta* – apressou-se o Pena – não conhece a história?

– É o casal que mudou-se para a Rua Nova do Conde da Cunha?

– Não, criatura, são os Montéquios e os Capuletos, do teatro!

– Ah, o teatro – fez um muxoxo –, meu pai não me deixa ir. Só saio para a missa e a quermesse. Maçada.

– Não há perdas, a história eu mesmo te conto, aqui na sacada, em capítulos, noite após noite. É uma belíssima história de amor proibido...

De dentro, uma voz feminina forte gritou por Aninha.

–...Que a vida real faz questão de imitar – atalhou o Pena. – Que dizes? Esta noite o primeiro capítulo?

– Tu me contas as novidades da Corte? Me contas como são os teatros, quem lá esteve, como se vestia?

Ele queria encarnar um poeta, mas a moça se contentava com um cronista social.

– Ontem mesmo estive no camarote do Imperador – comentou o Pena com um tom de quem tinha ido à venda comprar sabão.

Os olhos de Aninha revelaram a impressão que causou e o encorajaram a seguir. – Muito boa gente, tomou-me por seu do peito. Pediu que voltasse a visitá-lo na próxima récita.

– Ah, sim? E não me consegues um *souvenir*?

– Hein?

– Não é assim que se diz? Um presente, uma lembrança do imperador. Melhor ainda; podes convidar a mim e ao meu pai para a próxima récita. Quero ver se o velho tem coragem de recusar um pedido do Imperador. Então, posso marcar na folhinha?

– É... é...

A voz lá de dentro chamou Aninha pela segunda vez, e nesta o Pena não lamentou nem um pouco.

– Tenho que ir. E meu retrato, quando fica pronto?

– É preciso que poses para mim primeiro, “e que eu arranje para comprar outra tela e tintas novas”, concluiu em pensamento. E na ânsia de fechar o negócio: – Esta noite, então? Na janela do teu quarto, que é mais recolhido?

– Para o quê? A história ou as poses?

– Para o que quiseres.

Desta vez não houve chamados: a própria dona da voz entrou em cena, Dona Irene, a mãe de Aninha, portuguesa de quatro costados e vastos bigodes. Recolheu a menina à base de tabefes, lançou ao Pena um olhar ameaçador e fechou as janelas.

O Pena ficou em suspenso. Tinha conseguido um sim? Ou um não? E a aparição de Dona Irene, em quê resultaria? Em castigo para a menina? E se ela contar o assédio, e criarem uma armadilha para surpreendê-lo na janela? O pai de Aninha, o velho Pimenta, era capitão da Guarda Nacional, e por conta disso vivia

metido com rondas e ordens de prisão; consta que já tinha enfrentado até os quilombolas. Sujeito bronco, de poucos amigos e muitos cuidados. E se o deportasse pros Farrapos? O que fazer? Como continuar aquela história? Se fosse no teatro, a solução viria fácil; ali, os jovens apaixonados sempre enganam os mais velhos. Mas e fora do palco, no mundo? Como agir?

Suas reflexões foram interrompidas pelas passagens de galinhas e perus, amarrados uns aos outros, em marcha desordenada, tocados por um negro de ganho para serem vendidos na cidade. “Eis aí meus irmãozinhos condenados”, riu-se o Pena, seguindo atrás do comboio.

Naquele trecho do caminho não havia calçadas. Após pular os lixos de restos de peixe e cascas de banana às portas das casas, e desviar das poças de lama e das nuvens de mosquitos, logo o Pena cruzava as três pontes que lhe serviam como passaporte para a civilização. Se aproximando do Campo de Santana, sentia os pés a pisar um chão diferente, o chão da capital do Império brasileiro, o chão da Corte.

Um passeio a pé pelo Rio de Janeiro da época era suficiente para registrar as aceleradas transformações pelas quais a cidade estava passando nos últimos anos. Depois da chegada da família real, a cidade tinha passado de simples vilarejo e entreposto comercial a capital de um Império. O número de habitantes tinha dobrado e voltado a redobrar, provocando um inchaço na paisagem urbana. Com a abertura dos portos “às nações amigas”, um sem-número de bandeiras foram hasteadas nos navios; centenas de produtos diferentes e inéditos apareceram, alguns beirando o absurdo, como patins de gelo; e um verdadeiro exército de marinha e turistas estrangeiros desembarcava diariamente. Tudo

isso transformou nossa maneira de viver à *portuguesa*, com suas influências africanas e indígenas, para um ideal europeu de civilização. Instituições como o Colégio Pedro II, as Faculdades de Direito e Medicina, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Museu Imperial Nacional, a Biblioteca da Corte Nacional, o Gabinete Português de Leitura, a Academia Imperial de Belas-Artes, tinham sido criadas para preencher nosso vazio cultural. Prédios eram erguidos da noite pro dia, tínhamos até um Passeio Público, um jardim planejado aberto à população, e um Horto Real, um centro de estudos botânicos, repleto de plantas estrangeiras exóticas, onde D. João plantou nossa primeira palmeira. E na cidade conviviam e se equilibravam todo esse progresso com o analfabetismo da população; todo o luxo urbano com os brejos, com os mangues, com os animais soltos nas ruas, com a falta de esgoto e chafarizes públicos; todo o aparato da Corte com a pirataria, o tráfico, o contrabando e a corrupção; todo o pensamento liberal e humanista dos esclarecidos com os milhares de escravos com que se topava nas ruas; toda a religião católica oficial com as macumbas e umbandas negras, às quais inclusive a elite recorria em segredo. O Rio era, nas palavras de um de seus profetas loucos e bêbados a despejar versos pelas tabernas, um “purgatório de beleza e de caos”, onde a cada esquina se misturavam as palavras em português francês, inglês, espanhol e as línguas africanas.

O próprio Campo de Santana não passava de um campo de cajueiros, até que, escolhido para os festejos da coroação de D. João, ganhou grades, estrutura de parque e até o Museu da cidade. Logo, todos os seus lados estavam ocupados por casas, incluindo o recém-criado quartel, para abrigar as tropas vindas d’além-mar. O governo, em seu grande teatro do poder, utilizava o Campo

para oferecer ao povo festas de propaganda, com missa ao ar livre, queimas de fogos, danças, lutas e touradas, pela graça de alguma data festiva. E o Campo, assim como o teatro, também não tinha escapado da febre do troca-troca de nomes. Com a Independência, virou palco da entrega pública da Coroa a Pedro I, passando a se chamar Campo da Aclamação. Com sua renúncia, o nome foi mudado novamente para Campo da Honra. A população, indiferente, continuava a chamá-lo pelo seu nome original.

Dentro do Campo, lavadeiras se serviam do chafariz e recrutas prestes a embarcar para os Farrapos corriam e faziam exercícios. Indiferentes à proximidade do quartel, ciganos se juntavam nas laterais das grades do campo, esmolando, tentando vender objetos, ler a sorte, todo tipo de negociata. Os ciganos eram confinados naquela área de cidade, outrora um charco alagado, agora mais habitável; tinham uma rua própria, a dos Ciganos, cujo nome atual, Rua da Constituição, também não era utilizado por ninguém. A maioria tinha sido deportada de Portugal por arruaça, antes do tempo do rei, mas alguns haviam se enquadrado na sociedade, enriquecendo como traficantes de escravos, como o Rabelo, que diziam guardar todo o seu ouro em um forro sob o colchão. Morava em uma mansão avarandada de frente para o campo, e sua família de ciganos armados e ameaçadores permanecia em guarda na porta dia e noite.

O Pena tinha um misto de medo e fascínio pelos ciganos. Admirava a beleza das mulheres, suas vestimentas, cores, suas danças que às vezes exibiam em público. Mas anos antes, com os primeiros fios de barba aparecendo, observou dias seguidos um cigano jogador, para decifrar-lhe os movimentos e acertar em qual copo escondia a bola de papel. Errou o copo, mas pediu pra

ver a bolinha, certo da fraude; foi quando apareceu outro cigano, sem que ele visse de onde, para iniciar uma discussão, e quando deu por si ambos sumiram, levando não só o dinheiro da aposta, como o resto de suas notas furtadas ao bolso do paletó. Ao chegar em casa, o tio pediu o troco do dinheiro que tinha dado para quitar as despesas mensais de farmácia e armazém, e foi grande a bulha.

Nada, em outra não lhe pegavam: desviou dos ciganos como foi possível e seguiu até Praça da Constituição, sem árvores, turvada pelo sol brutal, onde o teatro, com seu fuso horário invertido, dormia o sono dos justos. Subindo da praça em direção à Corte, a cidade se dividia em um labirinto de ruas estreitas e imundas, sufocadas pelo grande tráfego humano e animal. Aqui, as casas são sobrados feios e desordenados, com telhados esburacados e varais improvisados nas janelas, com uma pequena casa de taipa ou uma torre de igreja despontando entre eles, vez em quando. A ocupação urbana na Corte era totalmente irregular, com comerciantes ricos e políticos importantes morando ao lado de artesãos e quitandeiros. Foi subindo pela Rua do Piolho, estreita, torta e encardida, passando pela casa de Caetano, que seguia o fuso do teatro e quedava fechada e sem vida. Era um sobrado modesto, como todo o casario da rua, de poucas janelas e quintalzinho de fundo. Seu ocupante podia vestir-se de rei ou príncipe todas as noites; ainda assim, não passava de um ator.

Poucos metros depois da casa do Caetano, uma carroça pesada demais jazia com uma das rodas inteiramente afundada em uma depressão de terra no chão. Seu dono, de chicote em punho, disparava improperios e palavrões ao burro magro e suarento,

que, aflito de tanto apanhar, puxava desesperadamente a carroça, sem forças para que a roda se movesse uma palha.

– Não vê que ele não aguenta com o peso? Por que não colocas tu também o arreo nas costas? Serão dois burros a puxar a carroça!

O Pena não ficou para ouvir os palavrões da resposta do carroceiro, desviando em passos rápidos até o Largo de São Francisco, uma das poucas regiões da cidade com calçamento de paralelepípedos, que ferviam ao sol e tornavam a caminhada ainda mais torturante. Nos demais trechos, havia, quando havia, o calçamento “pé de moleque”: pedras pequenas e arredondadas incrustadas diretamente na terra, com o capim em roda delas, a querer sair para a luz, tornando as ruas ásperas e irregulares como o doce. O Largo era um ponto de novidades e diversões, como a casa de bilhar, jogo recém-trazido da Inglaterra, com mesa própria, e o cosmorama, espécie de teatro de sombras à base de uma pequena caixa importada que projetava as imagens em uma tela na parede. Uma pequena multidão sedenta de novas experiências se espremia nessas portas.

Há muito o Pena adiava uma visita ao cosmorama. Achava genial que se projetasse os personagens em uma parede e pronto, adeus palco, atores, cenários. Quem sabe no futuro o projetor não acabaria mesmo substituindo o teatro? Era preciso ver, estar familiarizado com tudo que era novo, sempre curioso. Mas coçar os bolsos e encontrá-los vazios lhe deu de novo a certeza que o dia era de resoluções sérias e não para divertimentos.

Subiu do Largo até o cruzamento com a Rua da Vala, antigo limite da cidade, com o velho muro de proteção caindo aos pe-

daços, e o esgoto a céu aberto acumulado na tal vala, construída como escoadouro das águas do Rio Carioca.

Estava agora a poucos passos da Rua Direita. Porém, já tinha andado uns bons três quartos de hora. Não ficava bem apresentar-se na loja daquela maneira, com as mangas pra fora, escorrendo em suor. Decidiu voltar um pouco e se recompor no Largo da Carioca, onde descansou e bebeu na sombra do imponente chafariz de 29 bicas de bronze, polidas e luzindo ao sol, em companhia das negras de saia rodada e lata d'água na cabeça, verdadeiras vênus de ébano a levar água a seus senhores; cobichadas pelos Manés portugueses de tamancos e bigodes retorcidos, de botuca à porta dos estabelecimentos. A algazarra da água se estendia do tanque das lavadeiras ao bebedouro dos cavalos, juntando-se ao coro dos vendedores ambulantes.

– Peixe! Camarão! Olha a sardiiiiiiiiinha!

– Vai vassooooooooooura! Vai espanadoooooooooor!

– Garrafas bazias pra bendeire!

– Canjiquinha da Iaiá!

– As empedinhas especiais cum quemerão! Stam queimando! Não tendo o quemerão nem pagam nada!

– Pamonha! Pamonha quentinha!

Passaram-se cinco ambulantes, dez, quinze. Um molecote zanzava pedindo esmola para a mãe paralítica, que o assistia da sombra. Irmãos das almas vagavam pedindo esmolos para as almas da igreja. Em frente ao chafariz, a paisagem era dominada pelo cheiro de iodo e fenol do Hospital da Ordem Terceira de São Francisco, um casarão velho e triste, onde um ou outro doente espiava à janela, com olhos fundos e cabelo em desordem, e enfermeiros de avental branco passavam de maca a transportar ca-

dáveres ao necrotério, do lado do hospital, sob a indiferença dos bêbados do Chopp dos Mortos, colado ao necrotério. A gravidade de uma casa contrastava vivamente com os ruídos e impérios da outra. Os sinos do mosteiro de Santo Antônio soaram o meio-dia. Os carroceiros serviam-se do almoço debaixo de suas carroças, em busca de um pouco de sombra. E nada do Pena largar o chafariz. Sentia-se como um condenado com poder de ir adiando a caminhada à força em diversos atalhos. Resolveu subir à Rua Direita pela do Ouvidor, o que seria uma caminhada a mais, fazendo grande contorno quando podia alcançar o objetivo em uma simples reta. Mas pelo menos olhava as modas e as damas, o fardo assim até que se esquece de carregar. Atravessou a barafunda de ruas estreitas e becos apertados até chegar à do Ouvidor e se ver envolvido por cambraias, sedas, algodão, chapéus, perfumes, joias, perucas, doces, flores, tudo exposto em bancadas de jacarandá e vidro. Sem falar dos sensacionais sorvetes, trazidos pelo italiano Bassini: doces feitos de gelo, inacessíveis à população de tão caros. O gelo vinha do Alasca, nos Estados Unidos, envolvido em serragem, e era enterrado em solo profundo assim que chegava em terras brasileiras. Aquela mistura de cores e cheiros se ofertando a quem passasse deixava a quem estivesse sem dinheiro a sensação de um cão sem dono frente a um açougue, a farejar tudo sem poder levar.

Naqueles cem metros de rua palpitava a vida elegante da cidade. Os cavalheiros circulavam com casacas negras de casimira inglesa e cartola, traje quentíssimo para o sol escaldante, aparentando serena indiferença. Quase em transe, atravessou aquele pedaço de sonho mal incrustado no piso irregular e esburacado. Mas despertou do sonho da pior maneira: ao dobrar a esquina,

olhando para ontem, por um triz não foi atingido pelas águas servidas arremessadas da sacada de um sobrado.

– Não tens boca para avisar a quem passa embaixo? – gritou o Pena à janela.

– Tenho e fiz uso dela. E tu, não tens olhos nem ouvidos pra andar pela cidade, ou andas com a cabeça pelas nuvens? – respondeu o morador.

Em uma cidade sem saneamento, não havia banheiros; as “águas servidas”, usadas para o banho, louça, e outros usos menores, eram arremessadas diretamente das janelas para a rua, assim como os restos dos penicos, tendo-se o cuidado de avisar aos transeuntes antes, o que nem sempre evitava acidentes, como quase tinha sido o caso.

Ainda mal recuperado do susto, percebeu estar na esquina da Rua Direita, com seu moderno sistema de numeração das casas. Ali estavam as placas verde-amarelas com números, únicas na cidade, a se revezar nos lados par e ímpar, seguindo até a altura do Paço Imperial, que dominava o fundo da paisagem, aos pés do Morro do Castelo.

Ali estava também o ponto de tálburis, pequenas carroças que formavam o pálido e primitivo sistema de transporte coletivo da cidade. Seus cocheiros em nada lembravam os do teatro: chapéu de palha, paletó aberto, camisa rota, aboletados em bancos rasgados com palha a sair pelo estofamento, disputando aos gritos os clientes.

Logo em frente, um restaurante anunciava sua especialidade: um cartaz onde se lia “SOPA DE”, fixado a uma pobre tartaruga viva, de barriga para o ar, a confirmar que o produto era fresco.

O armarinho do tio ficava a poucos números dali, no núme-

ro 82, ao lado da importadora Carruthers & Co. Com as pernas tremendo, o Pena ainda pensou em uma forma de adiamento, cogitou tomar outra bica, desta vez no chafariz do Largo do Paço, quem sabe não avistava o próprio Imperador-Menino e este intervinha no seu caso? Já se esforçava por imaginar as palavras imperiais – “Sim, nobre Pena, claro, és um artista, até mesmo já estiveste em meu camarote, podes pintar meu retrato e ganhar uma pensãozinha do governo. Ah, e traga Aninha à Corte que quero conhecê-la.” – E o Pena beijava-lhe a mão, entre risos e lágrimas. Foi quando escutou os terríveis gritos de alerta: “Olha o tigre!” – e foi trazido tragicamente à realidade. As pessoas passavam correndo e buscando um lugar para se esconder, e assim fez ele: imediatamente colocou-se dentro da primeira porta aberta, uma farmácia, e dali pôde assistir ao grotesco espetáculo da passagem dos tigres, escravos carregando barris de esgoto caseiro para lançar ao mar. Eram assim chamados porque as fezes escorriam pelos barris e lhes manchavam o corpo, em listras negras. Pelo mesmo princípio das águas servidas, sua passagem era avisada aos gritos, e deles a população corria como se estivesse diante de tigres de verdade, ou até mais.

“Acho que ver passar esta merda toda só pode ser um sinal”, filosofou o Pena, “e não há de ser sinal de sucesso no teatro.” Aliás, só no teatro a merda podia ser uma cousa positiva. Na vida dele, definitivamente, é que não haveria de ser. Conferiu a roupa sem respingos, sacudiu a poeira dos sapatos e partiu em direção ao tio, senão em passos decididos, pelo menos em linha reta ao destino, sem mais adiamentos.

O armário vendia produtos variados, não apenas os restritos a corte e costura. Em dias de movimento, aquilo era o in-

ferno: homens discutindo preço enquanto experimentavam suspensórios e chapéus; crianças barulhentas soprando gaitinhas e brinquedos, e senhoras histéricas em busca de tecidos, rendas e bugigangas.

Hoje não havia muito movimento. O tio, em mangas de camisa, terminava de atender uma viúva, enrolando uma braça de chita em seu pescoço à guisa de xale; quando o viu, parado na porta, um tanto sem jeito, como se esperasse a venda terminar para se aproximar, a primeira reação do velho foi pensar em algum problema em casa.

“Humm... mau! O Luiz de pé a essa hora, com roupa de casamento e cara de enterro? Temos pepineira grossa.”

Despediu a viúva:

– A senhora então quer que encomende o xale à modista?

A velha, no entanto, era daquelas lentas, que tudo querem saber, medidas, preço, tempo de entrega. E quanto mais rápido se tenta despachá-las, mais ficam as garras no solo a fazer perguntas.

– E quanto fica? E qual modista? As francesas são muito caras, as brasileiras baratas demais. E caso não me assente bem, poderei trocar? É possível pagar no fim do mês? É possível dividir o pagamento? Em quantas vezes? Estou na dúvida entre este tecido e aquele primeiro, poderia pegá-lo no estoque de novo? E agora, qual dos dois? – foram algumas das perguntas da freguesa, às quais o tio foi respondendo com a elegância que foi possível, pulando do balcão para a loja e do balcão para o estoque, a desenrolar braças e braças de tecido, até que não resistiu à agonia de ver o sobrinho parado na porta, e imaginando o pior, botou a pobre mulher pra fora aos gritos.

– Tanto faz qual dos dois, minha senhora! Escolha um de uma vez, ou mande fazer dois xales!

– Oh! Como pode dizer que tanto faz? São tão diferentes, em cor, forma, textura!

– Quer saber? Não vou vender mais nada para a senhora! Rua!

E foi empurrando a velha incrédula, respondendo “passar bem” aos “mas isso é um absurdo” e “nunca mais volto aqui” dela. Livre da inconveniente, fechou a porta, girou a tranca e voltou ao sobrinho com os bofes pra fora, fuzilando antes que este pudesse abrir a boca.

– O que houve com a Carolina?

– Como assim? Nada.

– Juras? E a casa, o que houve? Está de pé?

– De pé, sim. O senhor se sente bem?

– Já sei. Me fugiu um escravo.

– Não!

– Mais de um?

– Escravo nenhum!

– Os porcos do vizinho vieram fuçar na nossa horta?

– O senhor tomou vinho daquela taberna barata de novo?

– Já sei! Tu foste chamado a lutar nos Farrapos!

– Deus me livre, tio! Vira essa boca pra lá! Para que tanta catástrofe?

– E o que é que queres que eu pense, ao ver o maior vagabundo de São Sebastião do Rio de Janeiro na porta de um lugar de trabalho? Se calhar deves ter levantado antes do meio-dia! O que foi que houve?

O Pena abaixou a cabeça.

– Vim pedir que me aceite como empregado.

Era mais grave do que o tio havia pensado. Abriu uma velha garrafa de porto na despensa, para ganhar tempo. O sobrinho finalmente havia resolvido abraçar um trabalho. E ele próprio sempre insistira para que tentasse o armarinho. Afinal, cabia a ele, como irmão do pai e substituto mais imediato do pai, prestar apoio. Isso olhado pelo ponto de vista familiar; mas e do ponto de vista profissional, seria recomendado? Quais as chances de o sobrinho relaxar no serviço, por inexperiência, parentesco ou mesmo recaídas boêmias? Sem falar da sua falta de habilidade matemática. Decidiu começar pelo ponto mais ameno.

– Então meu sobrinho quer trabalhar. Entonces, em primeiro lugar, isto é roupa que se apresente para trabalho?

– Pensei que precisasse estar bem-vestido para atender os clientes.

O tio chamou o caixeiro.

– Ó Valentim, vem cá.

Apareceu o tal Valentim, um menino de no máximo doze anos, em mangas de uma camisa que parecia já estar por aqui quando a frota de Cabral aportou, e com um rosto que não via água há algumas semanas. Postou-se de pé em frente ao tio como um sonâmbulo, esperando a ordem.

– Luiz, ser caixeiro não é dançar uma valsa no Catete. As roupas que usam têm que ser largas e confortáveis, porque vais passar o dia pra cima e pra baixo. Veja, este é meu empregado. Não dorme antes da meia-noite, e já às cinco está de pé para abrir as portas. Deita-se ali em uma rede no canto; não abre a boca; come o pouco que sobra. Se ele não andar na linha, volta pro orfanato. Pra trabalhar aqui, vosmecê tem que me convencer que vai ser mais eficiente que ele.

O menino tinha o estranho aspecto de uma criança velha, ou de um velho infantil, de sorriso triste e olheiras profundas.

– Mas é um ou outro? Eu ou ele?

– Evidente. Achas que posso alimentar mais de duas bocas? Ainda se comessem capim, como os burros do quintal!

O Pena já se sentia arrependido e filiado ao pobre órfão que trabalhava mais que os escravos. Teve vontade de dar meia-volta, mas pra não perder a viagem, tentou uma estratégia desesperada e que raramente dava certo: levar o tio na conversa. Começou chamando atenção para o estado do estabelecimento: enormes pilhas de fazenda à porta, atrapalhando a passagem da freguesia. Espalhados em desordem sobre o balcão estavam espelinhos, tesouras, botões, canivetes e outras miudezas. E do balcão para dentro, uma confusão caótica de ceroulas, calças, camisas de meia, tecidos soltos, fitas de metro. Sem falar nos figurinos encardidos do dono e do empregado.

– É preciso pensar grande, tio. Nós estamos na área mais nobre da Corte. Estamos a metros do palácio do Imperador. É um público refinado. Olhe as lojas que nos fazem vizinhança. São todos ingleses, franceses, italianos. É preciso modernizar o atendimento. Por que não ter mais um funcionário para puxar conversa aos clientes? Alguém, digamos, mais acostumado às modas da Corte? A viúva que saiu de mão vazia, por exemplo, sairia levando um xale, ou mesmo dois. As pessoas não vêm à Rua Direita, à Rua do Ouvidor, apenas para fazer compras, tio. Vêm para conversar, ouvir, ver, serem vistas. É como um teatro. E de teatro eu entendo um pouco.

Fez-se silêncio. O Pena jurava que o silêncio precederia o esporro, e que o próximo movimento sinfônico seria coroado pe-

los palavrões do tio a expulsar-lhe da vista; o moleque, por sua vez, imaginava a vida de volta ao orfanato, já que o tio jamais deixaria de dar o emprego a alguém do próprio sangue, mesmo que imprestável; já o tio cogitava que pela primeira vez o avoadado do sobrinho talvez tivesse razão; já tinha mesmo notado que os clientes andavam mais exigentes e internacionais, cheios de frufus e sivuplés. Ainda gostava de operar pelas regras que tinha aprendido do pai, quando o cliente é que tinha que entrar no humor do dono. Mas hoje a concorrência era grande, e se fazia de tudo para agradar e conquistar o freguês. Talvez não fosse má ideia manter o sobrinho por perto, jovem, bonito, de conversa agradável e cortês. Mas o diabo eram os custos. Como ter dois empregados pelo preço de um? Expôs o problema ao sobrinho.

– Fácil – resolveu o Pena. – Lembra do problema matemático do suco de laranja? O senhor faz uma laranjada e pronto. Pega os trocados que dá ao Valentim, embaralha, divide entre nós e está feito.

– Mas o Valentim, o que acha? – quis saber o tio, achando ótimo.

O Valentim mal acreditava que iria manter o emprego, e nem sentiu que lhe reduziam o salário ao meio. Preferiu comemorar o meio copo cheio a lamentar o meio copo vazio.

– Muito bem, agora te avia, estupor, que é preciso levar as encomendas do senhor António até a Saúde! – gritou o tio ao menino, que desapareceu imediatamente.

– Muito bem, e quando começo? – quis saber o Pena, pensando em tirar o resto do dia, recompor-se e voltar na manhã seguinte.

– Já começou – informou o tio, entregando-lhe o esfregão – Entre tu e o Valentim não há hierarquia. Limpa as sacadas.

Enquanto isso vou batizar as pipas de azeite e pesar o tabaco que chegou ontem.

De paletó de domingo e de vassoura na mão, o Pena suspirou e deu umas tímidas varridas, quase a pedir desculpas ao assoalho.

– Aqui não, tonto – repreendeu o tio. O Valentim já varre o assoalho todos os dias antes de abrir; quero que reabras a porta e varras a calçada lá fora. Não falaste em ter um diferencial? Pois se as calçadas da Corte são uma imundície, que tal ser a única loja sem lixo na porta?

De pé, em pleno centro da cidade, de vassoura na mão, à luz do dia. Ou melhor, à luz de um sol de rachar a catedral. O Pena fechou os olhos com força, contou até três e os abriu novamente: não, não era um pesadelo, ainda estava tudo lá, como ele podia perceber mesmo antes de abrir os olhos, porque o calor não sumia no escuro. Olhou para dentro da loja: o tio o encorajava com mímicas de varrer; resolveu começar a varrer pelo outro lado, fora das vistas. Nunca achou que tarefa tão simples fosse tão difícil: as folhas e a poeira varridas insistiam em voltar por obra do vento; a sujeira era simplesmente repostada pelos passantes indiferentes ao seu esforço, e pelos vira-latas que mijavam nos cantos do edifício. Tocou um às vassouradas e foi nomeado pelo tio guardião dos mijões. Era isso que diria quando lhe perguntassem do emprego? É isso que dirá à Aninha? “Sabe, Aninha, não consegui o convite do Imperador, na verdade vou à Corte vigiar os cães mijões, este é meu ofício, que um dia transmitirei aos nossos filhos”. Encostou-se no muro por um minuto, desanimado, com a cabeça apoiada na vassoura. Olhou os tigres, ao longe, despejando merda no mar: era a única situação que conseguia imaginar ser pior do que a

em que se encontrava. Foi quando ouviu uma voz familiar por cima do ombro:

– Pena?

Aquela breve fração de segundo, antes de se virar, foi suficiente para que o Pena, com a alma inundada de terror e vergonha, tivesse tempo de desejar que a terra se abrisse por debaixo dos seus pés, de entender que por pior que fosse uma situação, sempre seria possível piorar mais, e ainda de passar em revista alguns possíveis donos da voz, todos esnobes que se deleitariam na humilhação de vê-lo em tal situação. Virou-se, torcendo para que fosse o Juca, mesmo não reconhecendo naquela voz a voz do amigo. Era o professor, o Porto-Alegre, nada esnobe, mas ainda assim a última pessoa que o Pena queria encontrar naquele momento. Tinha ao seu lado o Gastão, monitor da turma e puxa-saco profissional. O Porto-Alegre olhava o aluno parado com a vassoura na mão, e seu olhar vagava entre a incredulidade e o espanto.

– Não o vi ontem na récita da peça. Conseguieste retirar o convite na bilheteria?

– Sim, professor, obrigado... É que acabei ficando em um lugar... meio escondido... Mas a peça é magnífica, o cenário de uma precisão histórica admirável, com todos os preceitos de verossimilhança e harmonia que o senhor vive a repetir em sala de aula.

– Não são meus. São do grande Debret – atalhou o professor, com a modéstia de reconhecer seus próprios mestres. – Aliás, o Mestre foi cenógrafo do Teatro São Pedro, antes de mim. E se não fosse a perseguição dos portugueses, ainda estaria por lá. Mas é admirável que tenhas percebido tanto no cenário. A maioria das pessoas só tem olhos para os atores.

– Ora, um cenário, uma imagem pode valer mais que mil palavras.

– Sem dúvida. Interessante colocação. Nunca tinha me ocorrido.

– A peça me fez pensar bastante. Ainda penso nela até agora. Agradeço pelo convite. Copiei o cenário todo no papel, para mostrar assim que tivesse ocasião.

– Uma boa ocasião seria a aula, não é? Por que o amigo Pena não apareceu na aula hoje? E o que faz em plena Corte de vassoura em punho?

O Pena gaguejou o suficiente para o puxa-saco dar sua facadinha debochada:

– Não me diga que veio varrer os corruptos do palácio...

Em vez de reprimir a insinuação, perigosa para a época, apesar do ridículo em que o lançava, o Pena viu nela a possibilidade de uma saída pela tangente.

– É uma campanha de moralização pública. A vassoura representa tudo que queremos limpar em nosso país, Gastão. É hora de varrer o lixo pra fora da nossa vida pública.

O professor surpreendeu-se.

– Eu não o supunha tão interessado em política... É isso que pensas do Império?

– És um dos exaltados? Queres a República? No teu caso, só se for a República... das vassouras! – o Gastão tentava se sobressair diminuindo o colega, atitude muito comum entre os artistas.

– A vassoura não é política, Gastão: a vassoura é arte. Uma forma artística de protesto. Vamos sair em uma carreata de pintores, músicos, poetas, atores, todos de vassoura em punho, var-

rendo a cidade, começando pela Academia e terminando pelo próprio Paço. É um movimento artístico sem precedentes.

O professor agora franzia a testa diante daquela resposta, dita com tanta convicção que se ficava na dúvida entre o absurdo ou o verdadeiro.

– Não queres participar do movimento? Anda, pegas tu na vassoura também – insistiu o Pena, empurrando a vassoura ao Gastão.

Atônito, quando deu por si o Gastão já segurava a vassoura na mão.

– Mas que queres que faça eu com isso?

– Ora, Gastão, não me obrigues a responder. Usa a tua imaginação.

O tio, com grande senso de oportunidade, gritou da porta do armazém.

– É pra isso que vieste me pedir trabalho? Para ficar mais perto das fofoquinhas dos teus amigos da Corte? Anda, termina com a calçada que ainda tem muito serviço te esperando aqui dentro!

Fez-se uma pausa. O Gastão, recuperando o ar de superioridade, devolveu a vassoura ao Pena com um sorrisinho de mofo começando a lhe torcer o bigode.

– Vê primeiro com o teu patrão... Se ele também quer participar do teu... movimento artístico.

Uma piedade indisfarçável se apropriou dos olhos do professor. O Pena preferia mil vezes as ironias do puxa-saco àquela piedade pesada.

– Ora, o que é isso, professor, ganha-se um péssimo caixeiro, mas em compensação perde-se um péssimo pintor! – e riu for-

çadamente da anulação da própria figura, mas o professor não embarcou na farsa.

– Não és um péssimo pintor.

– Há controvérsias – desta vez o próprio Porto-Alegre ordenou ao Gastão que se calasse.

– A Academia estará sempre aberta para vosmecê. Se passa por dificuldades momentâneas... – o Pena sentiu que poderia conversar mais sobre seu problema, negociar mesmo, tendo no professor um ouvido compreensivo; mas tal seria impossível na presença do Gastão, que voltava à carga:

– Ah, e separa um punhado de manteiga, queijo frescal e toucinho, que mando meu escravo buscar mais tarde.

– Infelizmente, não vendemos nada disso ainda. Mas se um dia a safra de café do teu pai se perder, sempre é tempo de salvar as aparências. Meu paletó é bem mais barato que o teu e não se distingue um do outro.

O tio gritou mais uma vez, e lá se foram o professor e o importuno, que sem conseguir conter o riso de deboche, voltava a cabeça como se a querer fixar pela última vez a imagem nas retinas.

Esta era a nossa sociedade: o trabalho era uma vergonha, coisa de escravo, de gente de baixa condição. Gente de bem era rica sem trabalhar. Com a cabeça apoiada no cabo de vassoura, Pena se imaginou nobre, herdeiro, a passar o dia na rede, ou melhor, pintando; mandaria chamar as melhores modelos para posar; a mesa permanentemente coberta de frutas frescas; e toneladas do tal sorvete, derretendo a olhos vistos, à espera do apetite. Talvez acabasse deixando as modelos para melhor ocasião e se dedicado a pintar os sorvetes antes que derretessem; pelo menos era mais original, uma natureza morta do mundo moderno.

– Ó moleirão duma figa! Estás a olhar pra ontem? Queres que mande instalar uma rede no pátio para ficares mais confortável? Ou que te carregue no colo cá pra dentro?

Lá dentro, as ordens do tio continuavam: fraudar as medidas dos tecidos; deitar água no tonel de aguardente, e bananas e cravos no de vinho, para lhe dar cor e tom de vinho superior, do alto Douro, pelo qual era vendido; e finalmente, o pior de todos, o trabalho sem fim: calcular quem devia o que e quanto. Quase ninguém pagava à vista, o fiado reinava, anotado em páginas e páginas amareladas pelo tempo. Diariamente era preciso atualizar os valores e correr atrás das dívidas. Já era noite avançada e o tio ainda o prendia debaixo do calor do lampião de azeite, com as folhas estendidas na mesa e o lápis a deslizar freneticamente pelos números.

– ... E 4 são 10, e 9, 19, e 7, 26, soma tudo... Duzentos e sessenta e oito mil trezentos e vinte réis que deve o Senhor Laurindo da Costa. Esse é bom pagador. Dinheiro seguro. Já o Major José Felix deve, vejamos, sobe o dois, nove fora... Cento e vinte nove mil e oitocentos réis... Já são cinco meses a comprar sem quitar... Ora, deste tenho até pena, mal lhe chega o soldo pra quitar casa e educar os quatro filhos que tem. Se ainda fosse o único, mas aí é que são elas. Pois na hora que precisam, é só mandar um bilhetinho... “Senhor Florêncio, manda-me isto...” “Senhor Florêncio, manda-me aquilo...” Mas na hora de pagar, este manda dizer que não está, aquele desculpa-se, o outro solta os cachorros no cobrador... é um inferno! Veja o caso do Senhor Manuel: a mulher vem toda semana recolher tecidos pra levar às modistas, e a conta sempre em aberto. Arre, que isso acaba! Sobrinho, amanhã tu vais atrás desta gente!

O Pena, que já estava a bater a cabeça no candelabro, a cair de cansaço, despertou no susto. Cobrar contas? Já não vale estar o dia todo de lá pra cá com a vassoura na mão? E se soltassem os cachorros em cima dele?

– Não tem problema, se algum devedor se recusar a pagar, diga que o mandarei citar no *Jornal do Commercio*. Tremem de medo.

Sim, mas aos dentes dos cachorros, dizer o quê? Pelo menos aquele dia estava encerrado. O Pena não via a hora de cair na sua cama querida e esquecer aquele dia, dormir, dormir até o sol ir alto no céu...

– Amanhã às seis horas recomeças. Saímos de casa um pouco antes do nascer do sol – a voz do tio o fez cair das nuvens. – Foi um primeiro dia razoável, ainda tens muito que aprender. Mas te levo no cabresto e darás um ótimo caixeiro. Ó Valentim, já vamos. Trancas as portas e deixas tudo arrumado para amanhã.

O Pena esqueceu momentaneamente o próprio drama, diante daquele espectro de menino, que já estava ali quando chegou, e ainda permaneceria trabalhando após sua saída, e tudo com o salário reduzido ao meio.

Saíram, e pareceu que era um homem da pré-história, confinado longo tempo nas cavernas, a contemplar pela primeira vez as estrelas no céu. Erguia os braços e respirava fundo até que o tio interrompeu a comunhão com a natureza.

– Daqui a pouco acabas dançando para a lua como um tapuia. Venha, que o burro nos espera. No caminho podemos repassar as encomendas que estão pra chegar e as que precisam ser desencaixotadas.

O Pena percebeu que a volta para casa com o tio seria penosa,

um remoer perpétuo dos assuntos do trabalho. Sentia vontade de caminhar, sem pressa nem destino certo, pelas ruas, a sentir a sua alma encantadora, diluindo o cansaço e a frustração acumulados ao longo do dia. E, principalmente, não queria testemunhas para a visita à janela de Aninha. Dispensou a companhia do tio com evasivas, contando o milagre sem contar o nome da santa.

– Não tenha receio, que não me atraso para amanhã.

– Não tenho receio, amanhã serei eu mesmo a te acordar.

– Peça à Carolina para ir aquecendo o piano, não demoro.

Meu primeiro dia merece uma comemoração – disse o Pena, menos pela vontade de comemorar e mais pela esperança de que o tio se deitasse mais tarde e perdesse a hora pela manhã.

– Sei. Espero que restrinjas essa comemoração ao familiar.

– foi tudo que o tio disse antes de esporear o burro, que se retorceu e reclamou do peso, tropicou aqui e ali, mas logo recobrou o passo, entrando pelo Beco dos Barbeiros e sumindo da vista.

A cidade à noite era um negativo de si mesma. A Rua Direita nem de longe lembrava o centro nervoso que era sob a luz do sol. Portas fechadas, o ponto de tálburis abandonado, a luz fantasmagórica de pequenos lampiões trêmulos vazando pelas vidraças, um ou outro bêbado a vagar entre as tabernas, mendigos preparando-se para dormir, o apito distante de um guarda. Havia o rumor festivo da caixeirada largando o trabalho, mas estes logo desciam em direção aos centros de diversão, ao Rocio, com suas casas de tolerância, seus cafés e restaurantes de iscas. O chão era um tapete de detritos do dia, restos de frutas e papéis amassados. Alheios ao novo fiscal, os vira-latas continuavam a mijar livremente os muros e portas do armarinho. “Eis o Brasil: três séculos de civilização e sujeira”, filosofava o Pena, quando ouviu o varrer

de uma vassoura a tocar os cachorros. Virou-se, pensando ser o Valentim, para dizer, vai dormir, homem, chega, respira, teu trabalho acabou, ou melhor ainda, que tal tomarmos um trago na taberna pelo meu primeiro dia – por tua conta? Mas quem segurava a vassoura era um autêntico lord de fraque e cartola a dar vassouradas nos vira-latas como um quixote a lutar contra dragões. Era obviamente um dos ingleses da Carruthers, um pouco mais novo do que o próprio Pena, mas já treinado no porte aristocrata e na posição de comando. O inusitado de sua figura ficava por conta da vassoura que tinha na mão. Os Carruthers eram os maiores “negociantes de grosso” da cidade, ou seja, dedicavam-se à importação e exportação de produtos por atacado – manufaturados, no discurso oficial, e também escravos, segundo as más línguas – sem falar dos seguros e das especulações na área do câmbio e da bolsa. Basicamente, eles estavam em tudo que dava dinheiro. Seu escritório era o mais importante da cidade.

O britânico virou-se para o Pena e fez sinal de ok, como a aprovar o sistema de varredura contra os cachorros. O Pena já treinava arranhar seu inglês, composto apenas de hello johnnys, good mornings e poucas coisas mais.

– Uaine!

O gringo virou-se, entre confuso e assombrado, e encarou o Pena sem entender direito. Este achou melhor repetir com mímica.

– Uaine! – e fingiu virar uma garrafa goela abaixo – Du iu lai ke?

Os ingleses estavam por todos os lados. Seus produtos dominavam os mercados; seus negociantes eram os mais hábeis, capazes de calcular em segundos as relações custo-benefício dos

negócios e das relações pessoais; seus especuladores punham em polvorosa o mundo financeiro, com um vocabulário de capitais e juros e aplicações e investimentos que soava quase alienígena para o brasileiro comum. O Pena achava uma bobagem fazer guerra aos portugueses, quando eram visivelmente os ingleses que nos dominavam, com seus tratados comerciais que nos reduziam qualquer vantagem econômica. Aquele inglesinho, da mesma idade que ele, já tinha um presente melhor e um futuro mais brilhante. Ao brasileiro, restava o serviço público, feito por nomeações, panela fechadíssima, reservada aos protegidos dos políticos ou aos bacharéis de Direito, de preferência formados em Coimbra; o quartel, para os que tivessem aptidão ou viessem de família de oficiais; e se tivessem descendência portuguesa, o comércio, para a desgraça do nosso Pena.

Por isso o convite para um vinho. Movia-o não a amizade pelo estrangeiro, mas o desejo de observar-lhe de perto os hábitos, os raciocínios; o mesmo desejo adolescente de observar o cigano e tentar vencê-lo. Os ingleses eram todos grandes velhacos, mas ele, Pena, era brasileiro e esperto, e depois de uns copos de vinho, poderia ser o cigano do europeu.

A resposta do gringo foi em português legítimo e sem sotaque:

– Não, obrigado. Não bebo. Mas gostei da ideia de limpar a calçada. Esta rua é o salão de visitas da Corte. Vocês limpam daí, nós de cá e teremos o melhor corredor da rua. Bom para os negócios.

O Pena mal conseguiu disfarçar o assombro pela língua pátria.

– Então “Mister” fala português?

O gringo gargalhou gostosamente.

– Acho que estou a ficar bem de vida. Te pareci um inglês de verdade?

– Legítimo, de monóculo, cachimbo e neblina.

– Pois ainda não fui à Inglaterra, acredite. A Europa é um estado de espírito, amigo. Não só um continente geográfico. Um dia tudo isso será uma imensa Europa. O Rio civiliza-se. É uma equação simples: basta a produção aumentar. A produção aumenta a riqueza. A riqueza civiliza o povo. Temos um país gigantesco e só plantamos café. Antes, era só cana-de-açúcar.

– Eu, por mim, nunca fui bom de equações. E quanto a civilizar-me, ainda estou cercado pelos sinais de fumaça tapuias, Mister. E sem saber o nome de Vossa Excelência, continuarei o tomando antes como um Carruthers escocês de saiote e foles do que como um patricio. Mim ser cacique Luiz Carlos Pena, guerreiro de Tupã, da tribo dos Tapanacara – e bateu a mão na boca como faziam os índios, que andavam tão afastados que ele próprio só tinha visto um por gravuras. O brasileiro mais inglês da Rua Direita riu pela segunda vez, e não era acostumado a rir. Resolveu prestar mais atenção no dito cacique.

– És o novo gerente do Florêncio?

– Caixeiro – corou o Pena.

– O que fizeram do Valentim?

– Ficou. Por meio salário.

– Diga-lhe que eu o emprego pelo salário inteiro. E ganhas um inteiro do teu tio. Eu comecei como caixeiro aqui no Rio com a mesma idade que o Valentim. Muito prazer, cacique Pena, sou Irineu Evangelista de Souza, gerente da Carruthers, mas um seu criado, brasileiro de Arroio Grande, tchê! E ainda vamos recupe-

rar o Sul destes Farrroupilhas separatistas e tomar um chimarrão em pleno Largo do Paço em homenagem a Pedro II.

Um gerente? Varrendo a calçada? Então não tinha empregados, escravos? E o que fazia um brasileiro na Carruthers? Era uma casa tradicionalíssima, nela só passavam europeus legítimos, daqueles de castelo. Quantos anos devia ter aquele rapazote para ser gerente?

O Irineu pareceu ler as perguntas nas rugas da testa do Pena, demonstrando a competência analítica típica dos ingleses.

– Achas estranho que eu esteja a varrer a rua? No Brasil, não dão valor ao trabalho; e trabalhar, se não for para servir à Família Real, é uma verdadeira marca da infâmia. Por isso faço questão de dar exemplo aos empregados. E todos recebem salário. Com escravidão não há progresso.

– Desculpe perguntar, mas... pensei que o tráfico negreiro fosse o principal negócio da Carruthers. Depois da manipulação do câmbio – alfinetou o Pena, para soprar em seguida: – Falo de brasileiro para brasileiro, nada pessoal, claro.

O outro considerou alguns segundos antes de responder:

– Quem ganha dinheiro com os negreiros, hoje, aposta no passado. Eu quero ganhar dinheiro com o futuro. Porque este, meu amigo, é o país do futuro.

Futuro. Era tudo que o Pena não teria, começando agora em uma profissão onde um pivete de calças curtas já era um veterano. O Valentim sim tinha tempo pro futuro. Já ele, Pena, precisava de uma solução para o agora, mas qual?

– E o seu negócio, Cacique, qual seria?

– Meti-me como caixeiro por ser sobrinho do dono. Mas qual... no primeiro dia já sinto ganas de me atirar ao mar. O mal

é que não sinto a vocação, e a vocação não realizada é a raiz de todos os problemas do mundo – e lá ia o Pena novamente fazendo o discurso sobre as vocações, com todos os exemplos já decorados pelos amigos, mas ainda inéditos para aquele espectador.

– Mas qual é afinal a tua vocação? – quis saber o Irineu.

– Não sei. Estudo na Academia de Belas-Artes, mas no fundo, não me vejo como pintor. Também tenho uma comédia guardada na gaveta. Mas acho que não tenho vocação pra nada disso. É só um desejo de fugir do meu destino.

– Logo vi. Como caixeiro, és um bom artista! Talvez eu tenha um trabalho para vosmecê também. É preciso que faça um retrato meu o mais rápido possível.

– Com muito prazer. Mas pintura é coisa demorada, há o tempo de se escolher as tintas, pô-las para secar...

– Não, não pintura, um desenho mesmo, um simples desenho num papel.

– Não é melhor fazer a óleo? Assim, ficava pra vida inteira.

Mais do que o pagamento, era com a imortalidade artística que se preocupava o Pena.

– Depois fazemos. No momento, o desenho me basta. É pra mandar pra minha mãe. Ela vive no Sul. Eu saí de lá, e ela não me vê desde menino. Agora vou mandar buscá-la. Já pensou ela chegando ao porto sem saber reconhecer o filho?

– E quando podemos começar? – conformou-se o jovem artista em seu primeiro trabalho de encomenda.

– Por mim poderia ser agora mesmo, enquanto termino de fechar a loja. Depois posso pedir ao cocheiro que te deixe em casa. O Florêncio mora para os lados do Matacavalos, não?

– Mata-Porcos, Campo de Santana, passando a Lagoa da Sentinela.

– É uma bela caminhada. Acho que não tens escolha a não ser me esperar. Se não pelo trabalho, ao menos pela carona. Não se preocupe, é rápido.

Fechar a loja não era tão rápido assim, como notou o Pena, rabiscando seu modelo a carvão, enquanto este conferia e organizava minuciosamente cada caixa, gaveta e papel solto. Era mais ou menos o trabalho do Valentim, após se fecharem as portas; o Irineu era o Valentim do Carruthers, concluiu o Pena, por isso a identificação. No entanto, ser um Valentim dos estrangeiros era bem mais vantajoso do que ser um Valentim dos nacionais, como mostravam os sapatos importados e a carruagem aberta à espera deles. O Pena tratou de compensar o tempo perdido caprichando no desenho para seu primeiro cliente.

Ao ver o resultado, o Irineu protestou que o desenho deveria ser mais bonito que ele na vida real, e que a função da pintura era embelezar a vida e enobrecer os homens, ao que o Pena retrucou que a função verdadeira da arte era servir de espelho à natureza. Pelo menos era o que se ensinava na Academia.

– Tenho implicância com a Academia! Os intelectuais! Teoria de mais e prática de menos.

– Ora, dê-nos uma chance. Até ontem a única coisa que se pintava neste país eram santos de Igreja. A Academia abriu nossos olhos para o que nos cerca, nossa natureza, nossas paisagens...

– Nossos mestres franceses... – ironizou o Irineu, que implicava com os franceses como um verdadeiro inglês.

– É natural que sigamos as regras deles onde não havia nenhuma. Além do mais, se não fosse a vinda dos franceses, pro-

vavelmente nem teríamos a Academia – contemporizou o Pena, que era mais simpático aos franceses que aos ingleses.

– No entanto, devem ter feito um bom trabalho, pois és bom pintor, nota-se pela brevidade do desenho, e a pouca luz. Vale o preço!

O Pena recebeu seu primeiro cachê e finalmente entraram na carruagem. O Irineu olhava as ruas escuras e estreitas com uma careta de desaprovação.

– Parece que estamos em plena era medieval. Somos a única capital do mundo iluminada apenas pela caridade da lua. Sabe o que nos falta para ser realmente o centro de um império? Luz! E ferro, carvão, indústria, além de um meio de transporte pra fazer circular toda essa riqueza. Nós ainda transportamos o ouro das minas no lombo de burricos! O burrico leva um mês para descer as serras; tivéssemos estrada de vapor, o mesmo ouro vinha à Corte em poucas horas. Mas quando se abriu licitação para construirmos uma estrada de ferro, quantos interessados apareceram? Nenhum! Ninguém! Pensam no lucro imediato e viram as costas para o progresso! E tome lombo de burro! Como se pode com essas ruas que temos?

– Desculpe perguntar, mas... o amigo tem ambições políticas? – perguntou o Pena. – Pareces mesmo um inglês. Ou um imperador.

– Nem um nem outro, meu caro. Sou apenas um negociante, e vejo o que é melhor para os negócios.

– Pois sabe o que nos impede de ser o tal país do futuro? É a piada. Somos o único povo que conta piada, compreende o amigo? Que ri de si mesmo. Acontece qualquer coisa, mesmo que seja uma catástrofe, e o brasileiro inventa uma piada na hora!

Uma burrada do ministério, no Brasil, vira piada; na Europa, vira revolução. A piada mata a revolução, Mister.

Mas o Irineu, apesar de brasileiro, era o desmentido da tese do Pena: em vez de achar graça, arregalou os olhos e seguiu calculando estradas a vapor e projetando um mundo que acompanhasse a velocidade do seu cérebro. O Pena não tardou a achar que se encontrava diante de uma variação do tio, mais moderna, mas igualmente maçante, ao cabo; e sorria concordando enquanto pensava em Aninha na janela, respirando aliviado com a chegada de seu ponto.

– Conheces a história do grego Édipo? – perguntou o Irineu, da janela, quando o Pena desceu a carruagem. – Quando criança, foi profetizado que seu destino era matar o pai e se casar com a mãe; então foi levado para outra cidade e criado por outras pessoas. Édipo cresceu e tomava seus pais adotivos por verdadeiros; ficou sabendo da maldição, e temendo executar aquelas horríveis ações contra os que amava tanto, fugiu da cidade. No caminho, matou um desconhecido em uma briga de estrada; e chegando em outra cidade, fixou-se e se casou. O desconhecido era seu pai verdadeiro, e a esposa sua mãe verdadeira. Entendeu?

– A história entendi, agora o por que dela...

– Não se pode fugir do destino. Vocação é destino, amigo Pena. E a sua é ser um artista. Vou dar mais uma força pra sua vocação: amanhã, na mesma hora, começamos a pintura a óleo. E pare de fugir de seu destino.

As rodas da carruagem puseram-se em movimento e o Pena desviou-se do respingar de lama, caminhando em direção às pontes que davam acesso ao seu outro universo, enquanto segurava no bolso a moeda do cachê, sentindo-lhe o calor da prata.

As palavras de Irineu ecoavam em sua cabeça como um oráculo grego: vocação, destino, morte. Seria possível fugir ao destino errante e incerto dos artistas? E seria ele realmente esse artista? O amigo profetizava, parecia ter certeza, mas nele mesmo esta certeza faltava. Vontade, sim, tinha, claro; mas teria coragem? Disposição? E o mais importante, talento? Perguntas difíceis, cujas respostas teriam que ficar para outro dia: de onde estava, já via os contornos da casa de Aninha. Saiu do caminho principal, entrando pelo quintal alheio, assustado e ansioso. A casa se encontrava às escuras, a janela fechada, o galinheiro quieto, produzindo no Pena uma dúvida galopante. “E agora? Não apareceu à janela, ou apareceu e cansou-se de esperar por mim?” Sem resposta, achou que o melhor era ir em frente e tentar o contato. “Melhor pôr tudo a perder por ação do que por omissão”. Pé ante pé, sem enxergar um palmo à frente, bateu a janela do quarto e bateu suavemente, acariciando a madeira da janela como se fosse a pele da amada. Esperou por resposta e nada, nem um movimento. Acariciou novamente a madeira, um pouco mais forte, e acrescentou um susurro. Nada. Desta vez já se pôde dizer que bateu à janela, sem carícias, e bateria ainda mais alto se não fosse interrompido pelo ganso, que como se pertencesse também à Guarda Nacional, fazia a ronda da casa. O ganso dava o alarme mais alto e mordida mais fundo do que o velho perdigueiro aposentado que o pai de Aninha tinha no quintal. Abriu as asas e começou a grasnar.

– Maldito ganso – desesperou-se o Pena –, fica quietinho que amanhã te trago um pedaço de pão, juro!

Mas o ganso não queria saber de pão ou de promessas, abriu as asas e partiu pra cima do Pena, ao mesmo tempo que uma vela nos fundos da casa se acendia e se ouvia o resmungar

lusitano da mãe de Aninha. Cego, desorientado e com marcas do bico do ganso, o Pena pegou uma carreira desesperada em direção à escuridão, e de lá até sua casa, onde todos já tinham desistido de esperá-lo, e o piano jazia aberto e empoeirado, na sala adormecida.

De cara, Paula Brito não reconheceu aquele rapazote de ar tímido, parado em frente ao seu estabelecimento, indeciso, como se a confirmar antes se o lugar era mesmo o que procurava. Foi só quando cruzou os umbrais da porta que confirmou tratar-se do inédito autor da comédia brasileira, o Barão da Caradura, que tinha conhecido dias antes no teatro.

– Amigo Pena! Venha de lá um abraço! Então dignou-se mesmo a visitar nossa tipografia?

Longe de parecer aliviado e devolver na mesma medida os cumprimentos, o Pena parecia tenso e desconfortável, como se carregasse uma carga pesada. Após tomar um chá de cortesia, sentiu-se obrigado a expor o verdadeiro motivo da visita.

– Sou caixeiro do armarinho do Florêncio, e tenho aqui uma conta de cinco meses para quitar, relativa a tecidos, camisas e casacas. O amigo me perdoe, vim por ser obrigado, e passei mesmo um tempo na calçada a considerar se cumpria ou não a missão.

O trabalho de ir cobrar contas em residências particulares ou mesmo casas comerciais era visto como algo extremamente rude e ofensivo, independente do tamanho ou do tempo da dívida. No ofício pela maior parte daquela semana, o Pena já tinha sido desacatado de todas as maneiras: foi tocado por uma mulher a vassouradas, enquanto outra o obrigou a esperar em pé e no sol

escaldante, e houve mesmo um senhor que, após pagar, gritou “gentalha” antes de cuspir no chão.

O Brito estava acostumado com os cobradores, afinal, quem não os tinha, com a vida no preço em que estava? A especulação tornava os serviços e produtos na área nobre da Corte caríssimos, sem falar dos aluguéis; tudo era cobrado como se estivéssemos em Paris, e não a poucos passos do mangue. A solução, na falta de *l'argent*, era empurrar os custos com a barriga, embromando o pagamento o máximo possível. Também tinha aprendido que mais valia a pena tratar o cobrador na conversa. E, sendo este seu amigo, tanto melhor; afinal, naquele país, e desde sempre, a mão de um lavava a do outro. Serviu mais uma rodada de chá, desta vez batizado com pinga.

– Não sabia que o amigo trabalhava no comércio. E a tua comédia brasileira? – quis saber.

– O amigo não esqueceu? Eu de fato andei voltando a ela, mas a necessidade de ganhar a vida me puxou a outro lugar...

– Esquecer como? Eu até levei a tua ideia ao Caetano, rapaz! Agora mesmo, quando te vi parado na porta, achei que estava a me trazer o texto.

O diabo era que o Pena, ao saber que teria que ir à Praça da Constituição cobrar ao Brito, tinha mesmo trazido junto o manuscrito revisado, embora duvidando que o outro lembrasse ou desejasse lê-lo, ainda mais em tais circunstâncias. Todavia, se o fizesse, poderia dar algum conselho útil, uma orientação, um encaminhamento. Agora a porta estava aberta e ele se sentia travado, envergonhado da peça que tinha escrito, incerto do seu talento, e culpado por proporcionar ao outro o constrangimento da cobrança pública. O Brito, parado, à sua frente, não notava,

ou fingia não notar o desconforto. Simpaticíssimo, passou do chá “pingado” à pinga propriamente dita e aos salgados; apresentava o Pena a todos, funcionários e clientes, como um grande talento do teatro, enquanto mostrava os novos periódicos publicados pela tipografia. Agradado e sem graça, o cobrador foi-se deixando ficar e entendeu, como sugestão implícita, que aproveitasse o tratamento e não tocasse mais no assunto da dívida. E assim a hora foi passando, os copos esvaziando, e logo o Pena estava entregue à sinceridade simplória dos semibêbados.

– A verdade, amigo Brito, é que gosto tão pouco disto como tu. Se eu pudesse, vivia de outra coisa. Mas tenho que voltar com alguma resposta ao meu tio ou sou eu que me lasco.

– Que é isso, Pena? Hoje mesmo resolvemos tudo! – o Brito já havia percebido o calcanhar de Aquiles do outro: – Mas antes me responda o que um camarada como vosmecê, com talento e sagacidade, com uma visão de Brasil, sim, uma visão do país, está a fazer perdendo tempo, rodando praça atrás de dívidas? O teatro te chama, estás a fugir do destino, Pena!

– É a segunda pessoa que me diz isso. Mas que raio de destino é esse? Não estamos na Grécia. Destino é ser o que as circunstâncias obrigam. Meu destino é ser caixeiro de armarinho; é o destino de não ter pais, e ser sobrinho do meu tio. Nessa terra, a falta de oportunidades é tudo. As letras são para quem tem a vida ganha.

– Que falta de oportunidades? Que vida ganha? – o Brito, mulato de origem humilde, autodidata, e desbravador da nossa imprensa nacional, se irritava sempre que ouvia alguém reclamando do azar. – E tu pensas que encontrei as portas todas abertas? Eu vim de Suruí! Já ouviste falar de Suruí? Pois é! Já

fiz de tudo um pouco e fui até caixeiro como tu. E hoje não há celebridade da Corte que não me conheça e não queira ser publicada por mim! Esse país, Pena, digam o que disserem, ainda é de quem o sabe fazer.

– O problema é este. O que sei fazer eu? Comédias? Ora, Brito, o nome do autor de comédias nem figura na porta do teatro!

– Mas circula pelas internas, e todos sabem quem ele é. Além do mais, para falar na linguagem dos caixeiros: tragédia é prestígio, mas comédia é dinheiro no bolso. O teu problema não é uma forma de arranjar sustento?

– Calculando a porcentagem de autor pelo preço de um bilhete, eu teria que colocar uma peça diferente por mês, pra conseguir um sustento razoável.

– Mãos à obra, então! – encerrou o Brito. – O que estás esperando? É preciso começar! Tu tens as palavras, eu tenho os contatos.

– Queres ser o arauto do meu destino? Não sei se sabes, mas na Grécia o deus do Teatro era também o Deus do Vinho. Ou seja, um louco.

– Dioniso, aquele bêbado tarado.

– Não achas que um bêbado pode se enganar?

– Nunca. O vinho é a bebida da verdade. E nas sociedades esclarecidas o louco é tratado como um sábio iluminado e profético. Aceitas mais um copo?

– Não achas que se o teatro tivesse planos para mim, Dioniso mandaria sinais?

– Já experimentaste pedir?

O Pena fechou os olhos e pediu um sinal antes de tomar o caneco de vinho. Apesar do clima de mofa, sua dúvida era sincera,

e seu pedido também o foi. Tomou o vinho, abriu os olhos e tudo continuava igual. Fez ver o fato ao Brito, que discordou, afinal os sinais já estavam diante dele: a peça de um, os contatos de outro.

O argumento, por si só, não teria movido o Pena de sua decisão. Mas mal o Brito terminava suas palavras, e um medonho rugido de leão africano encheu a tipografia. Ambos ficaram mudos: o próprio João Caetano acabava de entrar na loja. O rugido era a marca de *Otelo*, seu maior sucesso, e o Caetano sempre o usava para marcar sua entrada nos lugares, num misto de irreverência e publicidade.

– Se isso não é um sinal, então não sei mais o que é – sussurrou o Brito. – Trouxeste o texto, afinal?

– Trouxe. Mas o Caetano nunca iria querer fazer uma simples comédia – sussurrou de volta o Pena.

– Amigo Brito – saudou o Talma brasileiro, alheio aos comentários –, vim trazer um cartaz da nova apresentação do *Otelo*. Vê se fazes aquela tiragem de sempre.

Atrás de si, o rastro de aduladores que o seguia por toda parte aguardava, respeitosamente, fora da loja.

– Mas que coincidência! – respondeu o Brito – Falávamos justamente de si.

– Ele sempre conquista os novos fregueses com esta conversa de ser meu amigo – deu de ombros o Caetano, dirigindo-se diretamente ao Pena com ensaiado desinteresse, e em seguida voltando-se a Brito. – Aposto que contavas a história do rugido.

– Aposto ganha – mentiu o Brito –, eu tentava justamente explicar o rugido.

– Ora, não se dê ao trabalho, eu mesmo explico – e virando-se para o Pena: – é que este é o caráter que dei ao mouro de

Veneza. Como era um filho do deserto, acostumado às lutas e tempestades, entendi que eu devia dar ao espectador a ideia de um leão selvagem, e que minha voz deveria ser um rugido, e que devia falar o tempo inteiro no tom mais grave que pudesse sustentar – e bastou um gesto largo e um passo à frente para que fizesse da pequena loja um palco:

– *Porque nos seus desertos africanos*

*Otelo não morreu desconhecido!*

Era realmente uma voz gutural, de besta-fera para além do humano, um som de buzina da morte em sexta-feira santa; e era de se admirar que conseguisse sustentar aquele tom durante uma tragédia inteira.

Em seu imenso poder de criar plateias, Caetano tinha atraído para si todas as atenções e olhares do estabelecimento; e em seguida, também em demonstração de poder, voltou ao normal com um gesto tímido e um passo pra trás.

– Todos que, depois de mim, tentaram representar uma tragédia, procuraram imitar o som da minha voz; e fracassaram – disse sem poder conter a satisfação. E demonstrando seu grande senso de publicidade: – a procura é tanta que teremos ainda mais uma récita, acredita? O amigo ainda não assistiu? Assista e o Brito o leva no camarim depois.

– Ele irá – tomou a palavra o Brito, já que o Pena estava tão espantado com o sinal do destino que mal conseguia abrir a boca. – Permita que apresente o amigo Luiz Carlos Pena. É o autor daquela peça que te falei..

– A comédia? – desanimou-se o Caetano. O desconhecido deixava de ser um fã em potencial para ser alguém a lhe pedir trabalho.

O Brito conheceu que perderia a partida por este caminho. Resolveu adotar outra tática, sem aviso prévio.

– Pois o amigo Pena acabou de vender a comédia aos portugueses do Teatro São Januário. Estamos aqui a comemorar o fato. Tomas um cálice de Porto conosco?

Os portugueses do São Januário eram os rivais mais diretos da companhia brasileira. Os dois queixos caíram no chão, o do Pena e o do Caetano. O primeiro rapidamente percebeu e entrou no jogo; o segundo demorou mais a se recobrar.

– Ora, Brito, o amigo Caetano certamente tem outras ocupações, não o prenda. Mas sinta-se convidadíssimo para a estreia da comédia. É uma honra ter o melhor ator do país no teatro... nem que seja na plateia.

Mesmo envaidecido pelo elogio, o Caetano se viu envenenado pela informação. Então aquele rapazote mal saído dos cueiros já tinha um contrato? E com os portugueses? Em que termos? Para estarem a deitar garrafas àquela hora da manhã, deveria ser dinheiro grosso – e por aí afora.

A dupla Brito e Pena funcionava como se atuasse junta desde o tempo do Rei. Foi a vez do Brito tomar o controle.

– Ora, amigo Pena, não tinhas justamente trazido uma cópia do texto para o contrato? O amigo Caetano é um intelectual, um patriota da causa brasileira; não viste então que levou à cena nossa primeira tragédia, *O poeta e a Inquisição*? O Caetano há de ter a curiosidade de um dia, em um momento de folga, pôr a mão ao teu texto. E uma correção que ele possa fazer, um conselho que ele possa te dar, vale ouro, rapaz.

A mão do Pena tremeu. Era sua única cópia inteira passada a limpo. As outras eram rascunhos borrados, em folhas soltas,

com garranchos irreconhecíveis até para o autor. Naquele tempo, um texto teatral dependia do copiador para ser distribuído às companhias; e o serviço custava um dinheiro que o iniciante não tinha. Até lá, haja tempo e pulso para fazer à mão tantas cópias quanto fosse necessário, sem borrar.

– Qual o nome da comédia? – quis saber o Caetano, visivelmente mais interessado.

– *O juiz da roça* – o Pena batizava naquele momento o emaranhado de folhas. Preocupado em amarrar a cena e os personagens, esquecer-se do título.

– O papel do Juiz é verdadeiramente sensacional, um prato cheio para qualquer intérprete – afirmou o Brito, sem ter lido uma linha, mas ciente de que os primeiros atores só se interessavam por papéis-títulos. Ou seja, não se vendia a história e sim o personagem. Muitos nem liam os textos, apenas suas réplicas.

– Mas é aquela história do juiz brasileiro, corrupto? E já passou pela censura? – quis saber o Caetano, empresário precavido.

O Pena não tinha experiência no assunto e foi o Brito que safou-se:

– Os portugueses compraram no escuro. Devem confiar na liberação.

– Quem vai fazer o Juiz? – quis saber o competitivo Talma brasileiro.

– O...

– O...

– Aquele...

– O Porfírio – arriscou o Brito. Vitor Porfírio era o maior ator português do momento, uma lenda viva em ação desde a revolução francesa, elogiado por Alexandre Dumas, o exato oposto de

Caetano na balança nacionalista em que se dividia o teatro. Mas o velho mestre não se fechava em fronteiras geográficas, nunca recusando seus ensinamentos aos jovens brasileiros com quem trabalhava, incluindo Caetano, que ainda em seus primeiros papéis de fundo, tinha uma postura desgraciosa e uma gesticulação artificial. Porfírio o aconselhou a “esquecer-se que tem braços, em cena, pra que se movessem de acordo”. Caetano encontrou-se em cena e guardou para a toda a vida o ensinamento e a gratidão:

– O Porfírio? Bom, neste caso, está em boas mãos – conformou-se.

Tiro n’água. O Brito atalhou rapidamente.

– Mas o Porfírio está muito velho e quase cego. Talvez o papel fique mesmo com o Germano.

Agora tinha sido na mosca. O Caetano subiu pelas paredes.

– A besta do Germano? Como é que ele vai fazer um juiz da roça? Só se for da roça de Trás-os-Montes!

– E daí? O público o adora! – provocou o Brito. O amigo estava quase mordendo a isca.

Os dois atores eram inimigos figadais desde que o Caetano tinha sido despedido da companhia portuguesa. O Germano tomara seu lugar. Insuflado ou não por Caetano – nunca se pôde provar – o público presente na apresentação seguinte não deixou o Germano abrir a boca: assim que aparecia em cena, todos se punham a berrar por Caetano, provocando a interrupção do espetáculo e a inimizade eterna dos dois.

– Se o Germano pode fazer uma comédia brasileira, eu também posso – protestou o Caetano. E virando-se para o Pena:

– O contrato com os portugueses já foi ratificado?

– Bem...

– Bem...

– Praticamente – arriscou de novo o Brito.

– Ainda faltam uns detalhes – abriu caminho o Pena.

– O amigo Caetano sabe, casamento até na porta da igreja se desmancha. Cá o Pena é comprometido com a causa nacional, e muito orgulho teria de oferecer a comédia a si.

– O amigo faz bem. A causa nacional antes de tudo, compreende? Contudo, temo não poder cobrir a oferta dos portugueses.

O Pena repetiu o poema do Dr. Magalhães.

*– Como esta obra a nós deve a existência*

*No futuro talvez nós lha devamos*

O Caetano voltou a sorrir. Estava diante de um admirador, afinal.

– Não busco na arte apenas os trocados materiais – acrescentou o Pena, emendando rápido: – Não apenas. Mas em troca da honra de merecer de vossa companhia uma montagem, trocaria de bom grado o adiantamento dos portugueses por uma porcentagem da bilheteria dos nacionais.

– Dez por cento. É o máximo que posso oferecer.

– É pouco – sussurrou o Brito.

– Fechado – decidiu o Pena.

Selaram um aperto de mãos e o Caetano saiu com o texto debaixo do braço. O Brito deixou que a porta se fechasse novamente para reclamar do valor acordado.

– Os portugueses estavam pagando muito mais – exclamou, convencido da própria invenção.

– Ora, caro Brito, os portugueses não existem; e é melhor dez por cento de cem do que cem por cento de nada.

– E por que não dizer isto a teu tio, a respeito da dívida?  
– Mas pagas os dez por cento ao menos?  
– O diabo é que não. Mas tive uma ideia: é teu tio que vai pagar. E contente.

– Pensas que estamos no teatro, que é só inventar uma artimanha barata, que enganamos o velho e pronto? Meu tio não é personagem de comédia, pelo contrário, é capaz de transformar isto num circo de sangue.

– Teu tio é negociante, Pena, e tu, queiras ou não, herdou o tino dele. Ou pensas que convenci o Caetano sozinho? O que farás é oferecer um *reclame* do armarinho no espetáculo, em troca de apoio.

– Apoio?

– O armarinho perdoará as dívidas e ainda vai ceder tecidos para os figurinos. Convidamos teu tio a tomar champanhe no camarim do Caetano, se mostrar-se reticente.

A principal contribuição pública ao teatro vinha na forma de loterias, cujos fundos eram revertidos às companhias. O sistema funcionava mal e atrasava os pagamentos. A solução era recorrer ao apoio dos comerciantes da região, trocando serviços e produtos por anúncios nos cartazes, ou mesmo slogans dos patrocinadores, cantados nos intervalos.

O pedido de apoio ao tio vinha cercado de perigo por todos os lados. Em primeiro lugar, a missão original, de cobrança, ficava sem se cumprir. Depois, já passava da hora do almoço e mesmo da sesta; e ainda não dera notícias no armarinho. Por fim, a ideia do apoio, em si, não faria o menor sentido para o tio. Dar alguma coisa de graça? Em troca do quê? Os anúncios eram coisa velha, já estavam em nosso primeiro jornal escrito e im-

presso no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, editado já se iam trinta anos, assim que jornais brasileiros foram permitidos pelo Rei. Havia mesmo na Corte um jornal só de anúncios e classificados, o *Diário do Rio de Janeiro*. Mas Florêncio era um comerciante da velha escola lusitana, onde os contratos eram fiados no fio da barba e qualquer investimento em melhorias, atendimento ou anúncios era visto como desperdício: todo o dinheiro era poupado e acumulado sofregamente.

Porém, era com o discurso de modernizar o armarinho que se fizera empregado. Se conseguisse convencer o tio a ir aos camarins do teatro, observar o luxo, o fausto e a possibilidade de um novo mercado, talvez tivesse alguma chance. E, por tabela, se pudesse estender o convite a Aninha e sua família, ficava compensado da mentira sobre o Imperador. Decidiu arriscar. Afinal, eram dez por cento de cem contra cem por cento de nada.

Saiu da tipografia já no fim da tarde. Quase em frente, no cruzamento da Rua do Sacramento com a Praça da Constituição, um acidente: uma carruagem que vinha chocou-se com um tálburi que ia, juntando-se aos dois uma terceira carruagem que não conseguiu desviar ou frear a tempo. Com os cavalos atrelados e os arreios misturados, os donos discutiam na calçada, aos berros e palavrões, cada um querendo que o outro tirasse os cavalos do caminho sem recuar os seus. Os curiosos e desocupados de sempre já se juntavam em volta com gracejos e provocações.

O Pena considerou o acidente um mau presságio. Tomou a direção da Rua Direita; mas à frente do armarinho, com o vinho ainda a lhe atrapalhar os pensamentos, deu meia-volta, indo refugiar-se na Carruthers e na encomenda do retrato do gerente Irineu. O dia de trabalho estava perdido; seguiria diretamente

para casa, à noite, quando todos estivessem dormindo, e na manhã seguinte conversaria com o tio, que certamente cobraria satisfações do sumiço, e fosse o que Deus quisesse.

Foi recebido pelo novo Valentim, agora funcionário da Carruthers, irreconhecível de banho tomado e roupas novas. Este o levou até o escritório onde Irineu já o aguardava. Como bom homem de negócios, tinha providenciado as tintas e as telas mas não tinha muita paciência para posar. Após alguns minutos de imobilidade começava a reclamar, a puxar assunto, desviar a concentração, e com isso o retrato demorava ainda mais do que devia. Mais para distrair o homem do que para se gabar, o Pena puxou o assunto do teatro, da comédia, do Caetano, e, por fim, da necessidade do apoio do tio.

A tática funcionou: o Irineu ouviu em silêncio, absorvido, pelo resto do tempo necessário para a pose. Por fim, coçou a cabeça, pensativo, e deu ao Pena o seguinte conselho:

– O que tens que fazer não é pedir apoio, mas propor um negócio. O mal dos artistas é que estão sempre por aí de pires na mão, como se nada tivessem a oferecer. Ora, o Caetano é o artista mais comentado da Corte, atualmente: não há dia em que seu nome não esteja nos jornais. O público do São Pedro é o de maior poder aquisitivo. É um grande negócio. E se for para endossar a opinião do teu tio, pode dizer que a Carruthers entra com um apoio também. É negócio onde se entra com pouco e não se sai perdendo.

Com o apoio inesperado na manga, e um adiantamento nos bolsos, voltou para casa a pé, passando e repassando diversas propostas de apoio ao tio; ao chegar, levou um susto: viu de longe todas as luzes acesas. “Mau! Todos de pé ainda! A essa hora!

Temos pepineira grossa! Vou ouvir mais desaforos do que cão vira-lata”, resmungou.

Mas ao entrar pela porta, encontrou enredo diferente: o tio estava sentado no sofá, entre a irmã e um cavalheiro trajado à Rua do Ouvidor, de casaca e cartola importados. O tio cumprimentou de forma amistosa, como se o tivesse largado há cinco minutos na loja, em perfeita normalidade.

– Luiz, quero que estendas a mão ao Joaquim Francisco Viana, teu cunhado. Pediu a mão da nossa Carolina – e antes que o Pena pudesse se recobrar do susto, concluiu: – o Joaquim é funcionário da Alfândega e acaba de se eleger deputado provincial pelo Partido Conservador.

O coração do Pena deu saltos. Então teria um cunhado funcionário público? E deputado ainda por cima? Ainda que fosse conservador! Com uma indicação daquelas, sua vida estaria resolvida na carreira pública! Nunca mais precisaria enfrentar o balcão do armarinho! Sentia-se como quem tira uma tonelada de peso das costas. Atracou-se à mão do cunhado como a de um salvador. O bordão “funcionário público” soava como música a seus ouvidos, uma música sacra com coral de anjos.

Naquela noite, houve brindes e piano na casa dos Pena.

A paz não durou nem até o nascer do sol: o tio o puxou pelo colarinho do pijama no primeiro canto do galo.

– Não penses que teu sumiço ficou esquecido na conta do noivado. Que belo funcionário me saístes! Já na primeira semana de trabalho! Onde estão as cobranças? Explica-te!

Ainda sonolento, comprovou, detalhou e repassou as cobranças que tinha feito na manhã anterior, usando o adiantamento da Carruthers para cobrir a dívida da tipografia do Brito. Aliviado, pois esperava irresponsabilidade maior, o tio quis saber o porquê do sumiço. Era a deixa para o discurso que o Pena tinha ensaiado. Lavou o rosto na bacia do quarto, olhou-se no espelho e virou para o tio, muito sério.

– O senhor me contratou para reformar os negócios, não foi?

Começou mal. O tio tinha horror daquelas palavras, contratar, reformar, símbolos de um tempo novo que ele temia e odiava.

O Pena insistiu.

– Precisamos pensar grande, tio, pensar em expandir. Então não temos os exemplos na própria vizinhança da Rua Direita? Os comerciantes da velha guarda vão todos afundar. A população prefere os estrangeiros!

– É culpa desta vergonha de governo, que não nos apoia em nada. Aquela abertura dos portos não nos ajudou em nada. Como vamos competir com os estrangeiros em igualdade de

condições? Então não somos esmagados pelos impostos? Veja só: só no vinho, tributo de 50%! Tributos no sal, nas aguardentes, azeites, couros e tabacos, e 10% de tributos nos tecidos! Pois é para mudar isto que conto com o noivo da Carolina. Como deputado, olhará pelos nossos direitos na Câmara, na tal reforma fiscal que dizem que está para sair!

– A freguesia dos estrangeiros não é maior por causa das leis. É a qualidade. O tratamento. O atendimento. A visão de futuro, tio!

Era a hora, já tinha começado, não podia mais parar. Aproximou-se do tio e baixou a voz.

– Tio, venho propor um grande negócio para todos. Para o senhor e para mim também.

Sentiu-se, de fato, mais seguro dizendo dessa forma do que se estivesse pedindo apoio. Pelos próximos vinte, trinta minutos, falou como se inspirado pelo sopro empresarial do Irineu, falou do Caetano e do teatro como aquele falava do ferro e dos minérios: lucrativos, essenciais para o progresso e os negócios. O teatro tinha virado um símbolo do Brasil. Todas as figuras influentes da Corte davam as caras no teatro, todas as semanas: políticos, jornalistas, artistas. Fez ver ao tio como era essencial estabelecer uma marca para o armarinho, aproveitando o grau de visibilidade que a loja teria, se anunciada no teatro. O tio era um dos poucos brasileiros a tocar uma casa comercial. Era um símbolo da independência nos negócios em pleno coração da Rua Direita, cercado de estrangeiros por todos os lados. E que símbolo maior de independência do que o Caetano, que há anos se debatia como ator brasileiro contra os portugueses? Pois em troca de algumas sobras de pano para o figurino, o armarinho teria a honra de se ver anunciado como grande patrocinador do espetáculo em sua sessão solene de estreia.

O tio permaneceu todo o tempo coçando o cavanhaque.

– E como é que tu sabes tanto, e estás tão enturmado com o teatro?

O Pena sentiu o rubor a subir pela face.

– É que... vou estreiar como autor de comédias na companhia do Caetano – confessou, de um sopro.

Foi a vez do rubor subir pelas faces do tio. E não de timidez, mas de raiva.

– Era o que faltava! E agora peguem com um trapo quente! Não sei onde estou com a cabeça que não lhe puxo o couro pelas orelhas! Pois saiba que nunca um dos nossos antepassados passou por tamanha vergonha! Ah, quem dera teu pai ressuscitasse! Tu o matavas outra vez de desgosto! Então não sabe que o teatro é um antro de vadios, de desocupados, de gente malvista?

Desviou-se dos golpes e insultos como pôde, sem perder a pose de inglês a propor um bom negócio.

– Nada de vagabundagem: a comédia vai estreiar no Teatro São Pedro, compreende o tio? Na presença da fina flor da elite da Corte! Na presença do próprio Imperador!

A menção ao Imperador teve impacto, efeito teatral sobre Florêncio, que suspendeu o impropério que a língua preparava contra o sobrinho.

– Ah, é? e por acaso estivestes com ele, para saber?

– Estive – mentiu descaradamente, mas fazendo cara humilde, de pouco caso.

– Explica-me isto direito – pediu o tio, que não era Maria vai com as outras, para ser levado por qualquer história e depois ficar no ora veja.

O Pena começou por aliviar o Brito, credor da tipografia, mas bom coração, um seu chapa, e principalmente, bem relacionado

na Corte. E naqueles tempos em que viviam, as boas relações podiam ser mais importantes que o dinheiro. Pois as boas relações do Brito chegavam até o Paço, e através dele, o próprio Pena já estivera no teatro como convidado no camarote do Imperador.

– Viste em pessoa o Imperador-Menino? – o tio estava a ponto de lhe beijar as mãos, mas ainda precisava de uma prova concreta – e o que te disse ele então?

– Perguntou-me se era sobrinho do Florêncio e disse que todos os dias passa com a carruagem imperial em frente ao armazém. “Diga-lhe que estou de olho nele!”, foram as palavras de sua Majestade.

– Oh! É verdade! Realmente passa aqui em frente todos os dias! – convenceu-se o tio, sem atentar que aquele era o caminho natural de quem vinha da Quinta da Boa Vista em direção ao Paço, as duas residências imperiais. – E pensar que repara em mim, seu humilde servo, que olha por mim!

– E o anúncio é a chance de mais uma vez estar com o armazém diante dos olhos de sua Majestade...

Nada mais precisava ser dito, o jogo estava ganho, mas o Pena ainda tinha o golpe de misericórdia: o Carruthers ao lado já estava apoiando a comédia com uns cobres. “O Irineu, gerente deles, também é meu do peito e inclusive me pediu que fizesse um desenho dele para mandar à mãe. Pois o Irineu me disse querer investir nas loterias de teatro e nos anúncios, e que era um negócio tão lucrativo como investir em ações.”

Florêncio tinha implicância com os Carruthers e com o Irineu, que lhe levava o Valentim, seu pau-para-toda-obra. Mas tinha aprendido a respeitar os vizinhos como profetas dos negócios, que não perdiam uma oportunidade de ganhar dinheiro; a

evolução do Valentim era uma prova, de simples bicho do mato no armarinho à protótipo de serviçal inglês na Carruthers. E se eles estavam investindo no teatro, era porque havia lucro envolvido. Apertaram as mãos e selaram negócio: os tecidos dos figurinos em troca de anúncio nos cartazes da apresentação.

A esta altura o dia já ia nascendo, e lá fora, os escravos apeavam as mulas. Florêncio tratou de apressar o sobrinho. Mas o Pena rolou-se no colchão e declarou-se em missão de divulgação do espetáculo.

– Começou mal. E pra quem é que estás a divulgar este raio deste espetáculo? Aos teus lençóis? Ou aos teus travesseiros?

– O horário comercial é diferente do horário teatral, tio. O senhor não reparou a hora que cheguei ontem? Pois estava a trabalho, na tipografia do Brito, a tratar do anúncio do armarinho nos cartazes da peça. É bom para os negócios.

– Pois sim. Não sabia que agora se dava esse nome às tabernas. É bom que seja mesmo positivo para os negócios e é bom que o Imperador esteja mesmo nesta plateia deste teatro. Se alguém aqui a anda a inventar histórias, há de pagar caro.

Pronto: o tio se fora, praguejando, mas o sucesso estava duplamente garantido: conseguiu o apoio e se livrara do trabalho. Faltava agora a terceira e não menos importante vitória: o convite de Aninha para a estreia.

Mas isso ficaria para depois; a menina não era madruga-deira. O Pena aproveitou para cochilar mais, até o sol invadir o quarto por completo. Olhou pela janela e lá estava Aninha, infalível, a ler francês na varanda, e a fritar esturricando no sol com um vestido de baile. O Pena tinha uma queda por essa pequena coqueteria da menina. Certa vez ela lhe dissera que uma mu-

lher elegante não sua, nem sente calor. “Este calor insuportável e eterno faz desta cidade um verdadeiro matadouro de pessoas finas”, vivia a dizer.

– Aninha, *ma belle*, tua pele branca não merece este tratamento inclemente do sol. Tu não foste feita para os lírios do campo, mas para as luzes da Corte.

A menina não estava de bom humor.

– Quer uma moeda pela gracinha? Ou ainda vai tocar o realejo?

Ele não se deu por esmorecido.

– Não importa o que fiz eu para merecer de teus doces lábios tal tratamento. Pois deles eu receberei de bom grado mesmo as piores palavras. E se pudesse faria do meu coração pedras para calçar a nossa rua e ter o prazer de expiar minha culpa, pisado por teus pés.

O Pena era um manual de frases feitas, mas a menina não parecia impressionada.

– Podia começar honrando suas promessas e não deixando uma donzela esperando à janela no sereno da noite. Sabe o trabalho que dá despistar a vigilância do pai, da mãe e da mucama ainda por cima?

Então era esse o motivo das estocadas que estava a receber. O atraso de noites atrás ainda cobrava sua dívida. Mas havia um lado positivo na revelação: ela tinha ido à janela, afinal. Ele tentou se justificar.

– Mas eu lá estive! E bati na tua janela como um saci das matas, então não me ouviste?

– E o que pensas? Que sou corrimão de escada para te apoiares depois da farra? E eu lá vou abrir a janela depois de ter mofado os cotovelos à tua espera?

– Pois os teus cotovelos não estão piores que os meus fundilhos, que quase foram levados por aquele teu ganso.

Aninha bem que tentou manter os olhos raivosos, mas foi vencida pela vontade de rir. A tática do Pena com as pequenas era simples: vencer as crises pelo riso.

– Eu bem ouvi. Torci mesmo pro Barnabé te dar uma corrida. É bem-feito! E ainda tive de dizer ao meu pai que o alarme tinha sido por causa de um gambá!

– Gambá, pois sim! Eu acho que preferia as garras de teu pai às bicadas do ganso!

Aninha riu-se de vez, rendida. Mas logo nuvens vermelhas cruzaram seus olhos.

– Depois não apareceste nem deste qualquer notícia.

– Sabes como é a vida de artista...

– Sei. Artista – e havia mais incredulidade do que deslumbramento na voz de Aninha. – E o convite para o camarim do Imperador, a quantas anda? Ou esqueceste, junto com o teu horário?

– Pois como esquecer! Vim mesmo fazer um convite à sua família: não só vamos ao teatro, como vamos assistir a uma comédia de minha autoria! E então?

A menina não se rendeu.

– Agora deste para autor de teatro? Faço ideia, deve ser um teatrinho de galinheiro.

– Pois então a cidade toda é um galinheiro e nós, as galinhas, pois o teatro é o melhor desta cidade e dizem que de todas as Américas. É nada menos do que o Teatro Imperial; o Imperador estará presente, e manda dizer que seria uma honra receber-te e decidir a aposta.

– Aposta?

– Eu apostei com ele que a elegância e a beleza de todas as damas da alta sociedade somadas não são suficientes para fazer sombra à tua.

Ao ouvir tal afirmação de confiança, Aninha atraiu-se pelo Pena como se este fosse um projeto de Napoleão tropical.

– O Teatro Imperial. Tantas vezes já sonhei com ele! Nem consigo imaginar o tamanho!

– Dentro dele cabem mais de vinte pés de mangueira – definiu o Pena. – E ainda assim, quando alguém canta no palco, ouve-se perfeitamente bem na última fila.

– Como é bonita a Corte! Lá é que a gente pode se divertir, e não aqui, aonde só quem canta são os sapos do brejo.

– Além disto, há lá muitos outros divertimentos. No Largo São Francisco de Paula há bilhar e cosmorama.

– Cosmorama?

– Eles usam a luz para projetar sombras na parede, e essas sombras contam uma história, sem atores, sem nada.

– Parece mágica!

– Sim, há muitas casas de mágica, onde uma árvore de repente se vira em uma barraca; paus tornam-se cobras; um lenço pega fogo nas mãos de um homem sem queimar-lhe a mão; um homem se transforma em macaco; e outras coisas que fazem a gente ficar de boca aberta. E no Largo da Carioca há uma casa onde se veem muitos bichos estranhos, cabritos com duas cabeças, porcos com cinco pernas, etc.

– O mundo tem tanta coisa que não conheço... e eu aqui presa a rezar pai-nosso todas as tardes. Não se dá maior injustiça com as mulheres – suspirou. – Queria tanto ir para a Corte!

– Ora, mas isto se arranja, não é justamente o que vim fazer aqui, convidá-la para o teatro da Corte?

Seria a deixa para as comemorações, e amolecimentos finais; mas o coração da menina pareceu se entristecer ainda mais.

– Meu pai jamais vai permitir.

– Mas se o convite partiu do próprio Imperador...

– É que a situação mudou. Agora estou noiva, Luiz. Meu pai deu minha mão ao seu Antonio.

O Pena sentiu o céu rodar e o queixo cair.

– Seu Antonio? Antonio do Pau-d'Alho? – era um colega de Guarda Nacional do pai de Aninha. Os dois regulavam a mesma idade e o mesmo posto. – Que é isso, uma piada?

– E piada por quê? – quis saber a menina, com um princípio de indignação.

– Ora, deixe-se disso, Aninha, então vais casar com homem tão velho?

– É velho, mas tem um sítio com dez escravos, e cabeças de gado; e para meu pai isto basta.

– Se para ele basta, que ele mesmo se case com o Pau-d'Alho então!

– E eu, fico para titia? Já tenho quase dezoito anos!

– Casa-te comigo.

– Mas não tens onde cair morto! Bem sabes quanto te amei e ainda te amo, mas devo obedecer a meu pai.

– Obediência demais faz mal, Aninha! Rebel-te!

– Mas que te importa que eu dê a minha mão a esse homem? Serei sua mulher, preencheri os deveres de esposa, mas meu coração será sempre teu.

– Mas isso não me basta! – protestou o Pena. – Quero as outras partes também!

– E com que me vai sustentar? Com a comédia?

– Sempre há o armarinho.

– Merrecas. Além do mais, que serviço é esse teu? Todos os dias te encontro aqui, onze horas, meio-dia... Imagino quanto o teu tio não desconta no ordenado.

– Eu não trabalho dentro do armarinho. Sou relações-públicas, entende? Uma função muito mais importante. E de mais a mais, quando me estabelecer como artista, nós dois fugimos para a Corte.

– Sei. Para morar em cortiços e viver de aplauso.

– E qual vai ser o teu futuro aqui? Descascar mandioca na roça? E o teu lazer? Os divertimentos? A tua cultura? O teu francês? – o Pena não sabia mais ao que recorrer – E eu?

– Ora, Luiz, tu mesmo o disseste: és um artista. Enquanto vives do sonho e da ilusão, o outro vive da terra. E a terra a gente pode pegar com as mãos.

– Mas as mocinhas não querem os velhos ricos! Só estás a pensar assim porque ainda não viste nenhuma peça no teatro! As mocinhas sonham com os jovens, os poetas, os... românticos!

– Lá isso é verdade... sonham com esses; mas casam com os ricos. Ainda não fui ao teatro, mas vejo a vida cá fora e dela entendo eu! Seu Antonio pode me dar conforto e sustentar filhos; e se eu quiser algo da Corte, mando buscar. Que mais posso querer? Nem é assim tão ruim, afinal os mais velhos morrem rápido, não é? E deixam herança! De mais a mais, a Carolina também não ficou noiva? E o marido dela é rico!

– O marido dela é jovem!

– O marido é deputado, Luiz. Isso é que importa. E achas que eu vou ficar pra trás? Ela pode ter sido a primeira aqui da vizinhança a pescar seu peixe, mas não vai ser a única! E demais,

conto com sua idade avançada. Ele é velho, pouco pode viver. E depois, eu livre e viúva, nos uniremos.

Tamanho senso prático doeu na alma do Pena, romântico inveterado, para quem a vida e o amor eram ditados pelas histórias lidas nos folhetins e ouvidas no teatro, de heróis nobres e dignos, dispostos a todos os sacrifícios pelo amor de suas amadas. Derrotado, não pelo rival, mas pelo pragmatismo, o Pena foi saindo de ombros baixos, sem mais mencionar nem teatro, nem Caetano, nem Imperador, nem muito menos comédia.

Pensou em voltar para casa e cumprimentar a irmã; o noivado tinha sido tão rápido e imprevisto que ainda não tivera tempo de estar com ela a sós, de dar-lhe parabéns, de saber como tinha sido aquele encontro que a todos pegou de surpresa... Dentro dele se misturavam sentimentos contraditórios, a alegria pela irmã bailava junto à solidão que sentia por perdê-la. A vida ali, sozinho com o tio, seria seca e dura, sem o piano de Carolina a conferir a ambos aquele conforto maternal.

Mas a conversa com Aninha o perturbava, e não queria falar sobre noivos e casórios. Resolveu levar ao Brito as boas-novas do apoio, descendo o caminho rumo à Corte e deixando para trás Aninha, a irmã, o amor e os casamentos.

Chegando à tipografia, encontrou o Brito com cara de poucos amigos. Reconheceu o manuscrito, seu manuscrito, na bancada. Antes mesmo que pudesse dar bom dia, o amigo disparou:

– Como é que tu ofereces uma comédia ao Caetano sem papel para a Estela? Então não sabes que não existe um sem o outro?

O Caetano era um galã melodramático; era a Estela que se aventurava mais nos papéis cômicos e de bailado, e sem ela o marido não tinha confiança para pôr uma comédia em cartaz.

Ao passar os olhos na peça, o Caetano tinha percebido a falta de um papel feminino de peso, e devolvido o manuscrito ao Brito.

– Mas como eu poderia saber do Caetano ou da Estela? Pois se eu nem sabia que os encontraria! Então não foste tu que vendeste a peça a ele?

– Mas eu não tinha lido!

– E eu tinha trazido apenas para uma opinião! Não estava pronta!

– Se não estava pronta, por que entregaste a ele? Inventavas uma desculpa, e arrumavas o texto!

Os empresários de então escolhiam suas companhias teatrais a partir de tipos e papéis rigidamente divididos: primeiros e segundos galãs e damas, tirano, velho, gracioso – o que fazia graça – e outros, e procuravam espetáculos onde todos pudessem se encaixar, daí a repetição de personagens nas peças. Mas um laço ainda mais respeitado era o familiar: as mulheres e filhos dos donos de companhia geralmente trabalhavam com eles e era preciso oferecer peças que incluíssem a todos. Ninguém oferecia uma peça a uma companhia sem levar em consideração os tipos e as famílias. Mas o Pena ainda era novo no ramo, como poderia saber essas malandragens? Desanimado, contou ao amigo as vitórias que tinha obtido com o tio. Agora não valiam nada? Nada significavam? Se o problema era o texto, ele poderia reescrevê-lo tantas vezes quanto necessário, até que o Caetano ficasse satisfeito.

– O diabo é que o Caetano recusou o manuscrito, e não vai querer ler pela segunda vez. Eu mesmo acabo de passar os olhos nele, e tenho que concordar que não está pronta a comédia.

– E o que achaste?

– Tem potencial. Mas ainda não se parece com uma peça. Não tem uma intriga amarrada, com começo, meio e fim; é apenas uma série de casos bizarros julgados por um juiz malandro. Os casos são engraçados, não nego, e o personagem do Juiz é bom. Mas é preciso acrescentar alguma história. Use o Juiz como um recheio, um pano de fundo; não conte a história dele, e sim de um dos casos que vai julgar. Escolha um caso onde caiba um romance proibido, um casamento, alguma música; sem essas cousas uma comédia não anda. Se focares a história apenas no Juiz corrupto, o público fica sem ter com quem se identificar. Onde estão os heróis?

– São difíceis de encontrar – respondeu o Pena.

– Pois é melhor criá-los então.

– Achas que vale a pena? – perguntou o Pena, recuperando o manuscrito. – Posso trazer de volta dentro de alguns dias.

– Amigo Pena, gostaria de achar; mas no teatro a oportunidade não costuma bater duas vezes. Tivemos a nossa, desperdiçamos; paciência. Quanto ao teu tio, agradece o apoio e calcula a dívida, outro remédio não há.

– A dívida está paga – informou o Pena. – Consegui um apoio da Carruthers e quitei. Ia ser mais fácil convencer meu tio sem dívidas.

Não era uma cobrança, e o Brito sentiu-se honrado por isso.

– Amigo Pena, fico lhe devendo uma – prometeu o Brito, solene – e se não se monta a comédia, faço questão de publicar qualquer escrito seu. Traga-me um conto, por exemplo. Considere meu apoio incondicional.

O novo apoio serviu como incentivo, mas não impediu que o Pena saísse dali arrasado: as duas vitórias da manhã foram segui-

das por fracassos que jogaram tudo por terra antes mesmo que pudesse comemorar. Olhou as ruas sem ter direção nem gosto para ir a lugar algum. À sua direita havia um monte de lixo, convidativo, e por muito pouco não jogou ali o manuscrito que tinha em mãos.

Foi detido pelo orgulho: com que cara ia aparecer ao tio? E mesmo à Aninha? Agora que tinha sido preterido no namoro, tornara-se ainda mais importante o sucesso na Corte. Sim, ela havia de arrepender-se da escolha, apodreceria na roça com aquele velho Antonio do Pau-d'Alho, enquanto ele seria o principal assunto de todas as rodas na Corte. E isso sem falar dos favores que teria por ser cunhado de um deputado! Quem sabe até não se tornava um deles. Ah, Aninha seria obrigada a ouvir: deputado Martins Pena para cá, deputado Luiz Pena para lá... Quem sabe o arrependimento que não lhe rebentaria no coração? Vencer agora era uma questão de honra, e enquanto uma nova chance não surgisse, continuaria vendendo na roça a ideia da apresentação garantida, e com a presença do Imperador.

A tarde já ia ao meio, e não queria aparecer no armarinho nem voltar para casa. Estava perto do Chopp dos Mortos, e sentia-se um personagem perfeito para o lugar. Conferiu os poucos vinténs no bolso, que sobraram do pagamento da dívida do Brito, e encaminhou-se para o largo da Carioca subindo a Rua do Pio-lho. Quem sabe não esbarrava com o Caetano e tinha a chance de se explicar e até vender a comédia novamente? Nada, a casa continuava fechada, talvez ainda fosse muito cedo para falar a um ator, são todos conhecidos boêmios. Mas a ideia do cerco se formou em sua cabeça. Chegando ao bar, pediu mesa de frente para a rua, de forma a que pudesse assistir à movimentação da casa.

O Pena não gostava de chopp, e só tinha dinheiro para uma caneca de vinho; dava um trago a cada quinze minutos, para que rendesse ao máximo. Enquanto isso tratava de vigiar; e não encontrando o quê, já que a casa do Caetano permanecia em hibernação profunda, matutava na opinião do Brito sobre o texto.

Concentrando-se inicialmente na figura de um juiz da roça, o Pena tinha enfileirado em sua peça diversos casos cômicos judiciais, envolvendo caipiras e roceiros. Eram episódios quase isolados, ligados apenas por essa figura do Juiz malandro, que acabava sendo o grande beneficiado em todos os casos.

Agora o Brito sugeria que ele jogasse o Juiz para o segundo plano e enfiasse na peça uma história de amor. Repassou mentalmente os casais que conhecia das comédias, jovens amantes separados pelo casamento de um deles ou pelos diferentes níveis sociais. Começou a rabiscar algumas ideias no seu bloco de desenho. Ainda restava um dedo de vinho na caneca, que ele evitava beber, para não ter que pedir outro ou deixar a mesa.

De repente o garçom recolheu a caneca, e antes que pudesse haver reclamação, repôs outra, cheia. Alguns estabelecimentos adotavam esse procedimento, a reposição automática, evitando o procedimento dos enrolões, que seguravam mesa por horas a fio com apenas um chopp ou caneca de vinho na conta. O Pena sentiu-se obrigado a avisar:

– Posso ir embora se for o caso, mas esta caneca eu não posso pagar.

O garçom, que sentia de longe o cheiro de cliente sem dinheiro, tratou logo de tranquilizar.

– É oferta do cavalheiro na mesa 7.

O Pena virou-se para o interior do bar: na tal mesa 7, o Juca, com vários copos vazios à roda, o saudava a plenos pulmões:

– Por que me dá as costas, coração? Então não reconheces mais o teu Juquinha?

Sob grande bulha do bar, o Pena caminhou até a mesa do amigo e brindaram.

– Olhe tudo que bebi enquanto enrolavas tua caneca. Que foi, ainda não recebeste o salário do armarinho? – zombou o Juca.

– Então já sabes onde passo as tardes?

– O Gastão espalhou por toda a Academia, sinto muito.

– Essa não! Quer dizer que sou a piada da semana?

O amigo não perdia o otimismo:

– Sim, mas como tudo na vida tem seu lado positivo, a Academia concedeu uma bolsa para o Gastão estudar em Paris.

– Ótimo. O Gastão fica com todos os lados bons, e eu sem nenhum.

– Eis o teu: corre o boato que professor Porto-Alegre vai convidá-lo para a monitoria das aulas, no lugar do Gastão...

– A mim? Para a monitoria?

– Por que o espanto? Pensei que tivesse vindo à confraternização para isso.

– Confraternização?

– Início do novo período. Logo os calouros estão a chegar. Vim direto porque fiquei pintando no Chateau Misere e perdi a hora das aulas, tu bem me conheces.

– E imagino o que, ou quem, estavas pintando...

– Até o professor prometeu passar aqui mais tarde – continuou o Juca. – Por que não deixa que ele faça o convite da monitoria pessoalmente?

O Pena não teve vergonha de confessar.

– Mas eu preciso trabalhar, Juca! Então não percebeste o golpe da caneca? Por causa de alguns vinténs? Preciso ganhar a vida! A mim ninguém concede bolsa de estudos em Paris, não! Além do mais, o professor Porto-Alegre me flagrou na calçada do armarinho de vassoura na mão! Ele e o Gastão!

– Ora, Pena, o armarinho é só uma fase! Não deixe que o fracasso te suba a cabeça! A Academia continua aberta para ti. E o Chateau Misere também. Ande, sente-se, hoje eu lhe convido.

Convite aceito, emendaram na atualização das conversas: o Juca nada sabia sobre as peripécias teatrais do amigo nem sobre seu novo cunhado deputado.

– Sim, conheço o Viana. É conservador, dá-se com a minha família. Está em ascensão, afinal os conservadores estão em alta, com a eleição do Araújo Lima para regente. Não te preocupe, logo, logo o teu cunhadinho terá poder de nomear. Quem diria, Pena, estás a um passo do serviço público! – aprovou o Juca, que também tinha suas novidades, sempre amorosas, para contar. Os colegas da Academia foram chegando, aos poucos, a mesa aumentando de tamanho. Rodaram as canecas duas vezes, três, quatro, cinco, até bater a fome.

– Vamos jantar – convidou o Juca, sem dar espaço para negativa – saíste da Academia, desapareceste do Chateau Misere, não tens o direito de me negar ainda mais a companhia. Anda, aproveitas o convite para tirar a barriga da miséria.

Chamaram o garçom para *cantar* o cardápio (não havia cardápios escritos, os que não sabiam ler eram maioria esmagadora) dividiram um prato de chinês com espinha (arroz com bacalhau) e seguiram as conversas, confidências e consultas por muitas

canecas ainda, até que o Pena relembrou a tocaia ao Caetano. Correu à rua e conferiu a casa mais uma vez, por desencargo de consciência. Fechada. O Caetano já devia ter saído para o teatro. Voltou-se à mesa, desanimado, a matutar novos caminhos para a peça. Imerso em pensamentos, tomou goles do vinho – desta vez o Juca pedira um realmente bom, verde, e não do tinto barato. Além do vinho farto, fumegava na mesa um caldo verde com torradas. “O Juca realmente sabe convidar”, pensou o Pena. Mergulhou uma torrada na tigela entre lamentos distraídos:

– Ó Juca, acreditas que estou cercando o Caetano o dia inteiro em sua casa e nada? De dia devia estar dormindo, e se calhar agora já saiu para o teatro. A lição que tiro disso é que vinho e vigília não se misturam... Agora, só amanhã.

– O Caetano saiu para o teatro sim, estive com ele agora mesmo, vim de sua casa.

Aquela não era a voz do Juca; o Juca, só agora o amigo reparava, tinha mudado de lugar para melhor fazer a corte a uma pequena de vida airosa. O Pena, tonto pelo vinho, também se sentara em outro lugar; o caldo e o vinho eram de outro. A voz desconhecida continuou:

– Mas se for muito urgente, posso passar o recado. Apesar de não ser o Juca, prometo entregar ao Caetano pessoalmente.

“Ó vinho, ó infâmia, ai de mim, cada situação que me fazes passar”, suspirou o Pena como um herói das tragédias, antes de lançar finalmente ao desconhecido da mesa um olhar cheio de constrangimento e desculpas, e com esse olhar explodiu em risadas o bar inteiro, como se todos os estudantes estivessem aguardando aquele momento do reconhecimento. De fato, o engano tinha sido acompanhado por todos, como um número cômico.

Sem saber se ria junto ou cavava um buraco na terra para sumir por ele, mas aliviado pelo caso não ter acabado em briga, o Pena estendeu a mão ao risonho desconhecido. Que reconheceu antes mesmo das apresentações: com tantas mesas espalhadas pela Corte para um ébrio confuso errar, ele se sentara na de Gonçalves de Magalhães. Foi tomando a frente das apresentações.

– Aceite minhas desculpas, Doutor Magalhães. Foi tudo uma confusão e me arrependo profundamente pelo incômodo. Já do vinho verde não me arrependo tão profundamente – tomou mais um gole, atrevidamente. – O amigo perdoe, mas... – levantou-se, e recitou em voz firme para todo o bar.

*– Há dias em que o homem*

*Em profunda tristeza mergulhado*

*Se esquece de si mesmo, e se concentra*

*No mundo interior da consciência*

*Neste abismo mais vasto do que o mundo*

*Neste mistério oculto, indefinível.*

*Então se eleva nesse mundo ideal*

*Não se contenta com o mundo dos sentidos*

*Quer lançar-se além do espaço que seus olhos medem.*

Eram versos do *Poeta e a Inquisição*. O Pena os tinha decorado na estreia, tamanho o espanto que lhe provocaram; e agora os recitava ao próprio autor, acrescentando uma paródia do rugido de João Caetano, que tinha ouvido na véspera. Após terminar a récita, seguiram mais risadas e aplausos dos amigos mais bêbados. O Pena aproximou-se novamente da mesa do poeta.

– O amigo, que compreende tão bem este estado de espírito, que a ele dedicou tamanhos versos, saberá perdoar no modesto admirador os mesmos sintomas. Estava tão perdido em meu

mundo interior que tomei por seu lugar o do cretino do meu amigo, que agora está ali a rir da nossa, digo, da minha, cara.

Vaidoso por ser reconhecido e citado – com os poemas dos *Suspiros poéticos* era comum, já tinham sido publicados; mas com versos do *Poeta e a Inquisição* era a primeiríssima vez – o Magalhães riu mais uma vez, fez sinal – agora sim – para que Pena se sentasse e mandou vir outra garrafa de verde. A tática de aproximação do Pena era um tanto ousada, mas tinha dado certo. Apresentou-se ao consagrado autor, contou seus percalços, a composição da comédia, o assunto também nacional, os conselhos recebidos do Brito, a tentativa com Caetano, sempre entremeadando com rapapés e elogios variados ao Magalhães, na esperança de uma ajuda, um conselho, um encaminhamento, qualquer coisa que o tirasse do estado aflitivo em que se encontrava.

A esperança do Pena era um tanto ingênua: a classe artística não é conhecida por sua solidariedade. Talentos reconhecidos não costumam ajudar os novos, antes temem sua concorrência. Mas o Pena ainda mal começava a dar as caras, e tal fato só se percebe depois de se perder a embriagante sensação dos primeiros passos no mundo artístico, quando se tem a impressão que as luzes nunca param de piscar, e que os aplausos duram pra sempre.

O que ajudou o Pena neste caso foi a condição excepcional do Magalhães: ele não só fazia parte da literatura brasileira; ele praticamente era a literatura brasileira sozinho. Tal tratamento lhe era dado mesmo por escritores conhecidos e até por mais velhos do que ele. Aos vinte e sete anos, o Magalhães já era um veterano de muitas vidas: formara-se médico, viajara às Europas, tinha se sentado entre as ruínas da antiga Roma, admirado a grandeza das catedrais góticas, tinha lutado pela independência contra os

rebeldes do Maranhão (os últimos partidários de Portugal a se renderem ao Brasil independente), dava aulas de filosofia no moderníssimo colégio Pedro II, era membro do Instituto Histórico, era a grande faísca renovadora da poesia e do teatro, convidado para todos os salões e saraus da Corte. Portanto, não tinha nada a provar, nem nenhum concorrente à altura.

Outro ponto a favor do Pena foi a autêntica missão civilizadora das letras que o Magalhães, devido à sua posição, passou a se atribuir, com a reforma da poesia, e o surgimento de uma literatura teatral. O Magalhães funcionava como um farol para a literatura nacional, assinalando o que era novo ou superado, belo ou desmedido. Todo artista é prisioneiro de alguma vaidade; realizada a vaidade do reconhecimento, o Magalhães buscava a vaidade da influência sobre a nova geração. E mesmo esta vaidade, mais difícil, realizava-se sem obstáculos.

Curiosamente, ele próprio não considerava seu *Poeta e a Inquisição* uma peça tão boa, juízo negativo que acabaria confirmado por todos os críticos posteriores. A veia do Magalhães era científica; considerava a poesia como um descanso das horas de repouso da seriedade da ciência, da medicina. No teatro, via a si mesmo como um fundador, alguém que tinha acendido a tocha da dramaturgia nacional; e vivia na espera patriótica do talento que o sucederia, para quem poderia passar a tocha e descansar com a missão cumprida. Assim, encorajava qualquer surgimento de novos autores, mas desde que fossem peças sérias. As comédias eram para ele o rodapé da nobreza artística, uma arte comprometida com as partes baixas do corpo, da alma e da sociedade. Em relação a um autor de comédias, seu conselho era brutalmente sincero:

– Pense bem, meu jovem. Na estrada do autor de comédia,

existe um pórtico igual ao do inferno de Dante: *Abandonai toda a esperança, vs que entrais.*

– Perdoa-me o atraso, Magalhães – o professor Araújo Porto-Alegre depositava na cadeira vazia sua casaca, antes que o Pena tivesse alguma reaqo ao conselho. – Mas a Academia me toma mais tempo que uma esposa. Este diretor, o Taunay, nos vê como meros copiadores dos mestres de Europa. Temos que estudar a paisagem brasileira! Formar pintores capazes de divulgar as imagens do país. Passo as tardes a tentar pregar-lhe no ouvido. A mesma identidade brasileira que tu pretendes nas letras, pretendo eu na Academia. Vejo que já conheces o Pena, é um aluno afastado que procuro convencer a voltar.

– Então  pintor? Pensei que escrevesse peças – disse o Magalhães.

– Então escreve peças? Pensei que era pintor – devolveu o Porto-Alegre.

Foi necessário mais uma rodada de canecas e explicações. O Pena explicou que estava envolvido com o teatro e com a criação de uma comédia brasileira. Todos gargalharam com o tema do *Juiz da roça* e a narrativa da inusitada venda ao Caetano, feita com o auxílio do Brito, personagem cuja irreverência era bem conhecida por todos.

– Já disse a ele que eu mesmo entrego o texto ao Caetano. Embora ache que ele vai estar ocupado nos próximos meses.

– O Caetano vai fazer a nova tragédia do Magalhães – informou o professor.

O Pena murchou; se ia decorar a nova tragédia, o Caetano não perderia tempo com sua comédia. Orgulhoso, o Magalhães tirou da pasta um manuscrito e jogou sobre a mesa, com efeito.

– Este é o teu exemplar – disse ao Porto-Alegre. – Já podes ir começando os croquis e a pintura dos telões.

Na folha de rosto lia-se em letras triunfais: OLGIATO.

– Que título é esse? Se passa na Itália? – quis saber o Porto-Alegre.

– Milão, 1476 – esclareceu o autor. – É a história da queda de um tirano, o Duque Sforza, derrubado por uma conspiração liderada pelo Olgiato do título.

– Uma peça à milanesa? – havia uma leve decepção no tom do professor. – E a nossa bandeira de um teatro nacional para os brasileiros?

– Deslocamos a história para outro continente, mas em toda peça onde houver uma luta contra a tirania e a opressão, continuaremos simbolizando a causa nacional.

– Sei. Mas já que estás perto da Europa, agora, pelo menos na peça, espero que tenhas te aproximado ainda mais do teatro moderno a que assistimos por lá.

O Magalhães não pôde conter uma careta.

– Não posso de modo algum acostumar-me com os horrores da moderna escola. Esses dramas descabelados, com essas monstruosidades de paixões desenfreadas e ignóbeis, de amores licenciosos, à custa de querer ser natural; enfim com essa multidão de personagens e de aparatosos *coups de theatre*, que estragam a arte e o gosto, e convertem a cena em uma bacanal, em uma orgia da imaginação, sem fim algum moral, antes em seu dano. Ainda acho que a verdade está no meio do caminho entre a velha e a nova escola. O romantismo nos trouxe cousas boas; mas a velha tragédia ainda nos tem muito a ensinar, com seu bom gosto, sua economia de personagens e assuntos, seus modelos clássicos.

Era, quem diria, a opinião do “guru” dos poetas da nova escola. Porto-Alegre apenas sorriu, satisfeito em provocar o amigo, dando o assunto por encerrado:

– E o que o Caetano achou?

– Bom, ele apenas quis saber quem ia fazer o *Olgiato*.

Toda a mesa riu.

O professor Porto-Alegre e o Magalhães eram amigos de longa data, tinham estudado em Paris juntos, onde editaram em parceria uma revista de literatura, a *Niterói*. Aqui no Brasil, ambos lecionavam no Colégio Pedro II. Um sempre indicava o outro, para diversos trabalhos em teatro, jornalismo, ilustração. Eram mesmo inseparáveis. Nos *Suspiros Poéticos*, do Magalhães, havia nada menos do que dois grandes poemas dedicados ao amigo, com versos como esses:

*Sempre a teu lado*

*Vivi contente;*

*A ti ligado,*

*Uma vontade*

*Só nos unia;*

*Vera amizade*

*Nos apertava.*

*Se triste estava,*

*Tu me alegravas;*

*Em ti vivia,*

*Contigo ria.*

*Se me dizias:*

*Sou teu amigo,*

*Eu como um eco*

*Te repetia.*

*Era um exemplo  
Nossa união.  
Mas quis a sorte,  
Sempre inimiga,  
Atormentar-nos,  
E separar-nos  
Por algum tempo;  
Desde esse instante  
A dor pintou-se  
No meu semblante;  
Mas só a morte  
Dará um corte  
Ao laço santo,  
Que nos prendeu.*

O Porto-Alegre, ao contrário do parceiro, não via maiores problemas na comédia. Afinal, tinha acabado de introduzir no Brasil a caricatura como parte integrante da produção jornalística, assinando uma charge intitulada *A campainha e o cujo*. A charge mostrava um homem em pé, elegantemente trajado, com a mão direita tocando uma sineta e, com a outra, oferecendo um saco de dinheiro a um sujeito ajoelhado, em atitude servil. O tal sujeito era o jornalista Justiniano José da Rocha, que aceitara ser redator-chefe do *Correio Oficial*, a voz do governo.

O professor deu conselhos preciosos ao Pena:

– Humor é identificação. O público ri quando se reconhece nas situações e nos personagens. Portanto, observe os personagens através de modelos da vida real. Descreva-os com precisão. Descreva também o cenário e os figurinos, assim facilita o tra-

balho do cenógrafo e a visualização do público. Procure o vestuário certo, de acordo com a época e a classe social, e pesquise a geografia e a arquitetura, para criar um ambiente de realidade na cena.

Eram as inovações trazidas por Debret, e seguidas pelo professor Porto-Alegre, no campo da cenografia brasileira; até então, o cenário era um telão pintado de fundo; mas era usado qualquer um que estivesse disponível, ou o mais bonito que se pudesse pintar, mesmo sem nenhuma relação com o assunto da peça; e os figurinos eram os que os próprios atores traziam de casa. Depois da Academia de Belas Artes, os telões e as roupas passavam a buscar a precisão histórica.

O poeta e o cenógrafo, cada um em sua área, representavam a renovação no teatro; mas ao contrário do primeiro, o segundo logo percebeu o alcance da criação de um teatro brasileiro a partir das comédias.

– Ora, Magalhães, tragédia e comédia são a cara e a coroa do teatro. O que seria de uma, se a outra não viesse ao fim, para aliviar o espírito? E mais: tenho para mim que só a comédia, através da crítica, pode falar da realidade do Brasil. No drama, admiramos os golpes e as reviravoltas da história, o talento dos atores, o sabor dos versos. Mas qual; aquilo de castelos distantes e nobres nada tem a ver com nossa vida; já um juiz da roça... se até nossos juízes da Corte são de roça!

E foi cobrando ao Pena maiores detalhes da história. Ao saber que o aluno procurava um caso de amor proibido para enfiar na comédia, sorriu.

– Meu caro Pena, só o que existe à nossa volta é amor proibido. Raro é o amor permitido, compreendeste?

O Pena teve a impressão de que o Magalhães insinuava um sorriso por baixo dos bigodes. O Porto-Alegre continuou:

– Eu tenho certeza que guardarás também alguma história de amor proibido na tua algibeira. Por que não falas dele na peça?

A ideia iluminou o coração do Pena: e se usasse Aninha como inspiração para a mocinha, e ele mesmo como inspiração para o mocinho? Qualquer velho rico poderia dar mimos e presentes, mas dedicar-lhe versos e uma história de amor, somente o poe­ti­nha aqui poderia. Graças a ele, Aninha e sua beleza seriam eternizadas como personagens. E ao ver tal amor em cena, retratado na peça, como ela poderia não voltar atrás na decisão de se casar com o velho Pau-d’Alho? O conselho do professor, portanto, mais do que uma solução para a comédia, era uma esperança para a vida.

O Magalhães voltou à carga, tirando o apaixonado do transe.

– Mas se é para ser amor proibido, então é preciso haver algum conflito, alguma complicação. Senão, qual a graça? Os namorados se casariam na primeira cena, e não haveria peça. A mocinha pode estar prometida a um velho rico.

Sem saber, atingira em cheio o pretendente a colega. O velho rico, para ele, não era um obstáculo da ficção, mas algo dolorosamente real. E o pior é que, na vida, os personagens agiam diferente: a própria mocinha virtuosa era a primeira a correr para o casamento vantajoso. E ser passado para trás podia ser engraçado no teatro, mas na rua não tinha graça nenhuma.

– Que tal algo diferente? Por exemplo, e se antes do casamento o namorado ou noivo é convocado para lutar nos Farrapos? – sugeriu o Porto-Alegre, sem perceber a perturbação no ex-aluno. – Está aí uma dose de realidade, um assunto real que drama nenhum ousou tocar ainda.

O Pena adorou a ideia: se todo brasileiro homem, solteiro e sem trabalho podia ser convocado para lutar nos Farrapos, por que não interpor tal fatalidade entre os dois amantes? Ganhava em originalidade, e ainda evitava mexer em vespeiro pessoal. Um turbilhão de ideias e palavras lhe turvava os sentidos, queria discutir mais e mais, noite adentro, até que o Magalhães, que não era muito de bares, protestou que estava na sua hora, afinal só viera até ali com a missão de entregar ao amigo o texto. Cumprimentou o Porto-Alegre e se foi, não sem antes alertar ao Pena:

– Faça suas experiências e brincadeiras com a comédia, mas não deixe de tentar o drama ou mesmo a tragédia. Voe alto.

Após a partida do Magalhães, o professor Araújo dirigiu-se ao ex-aluno em tom confidencial.

– Sobre aquele dia, no armarinho... – principiou.

– Percebi que é um dia já conhecido por todos – interrompeu o Pena.

– Tal realmente acontece, é grande a maldade no coração dos homens, e maior ainda o preconceito contra quem trabalha nesta terra. Mas o Gastão está de saída e não deve importar tanto para ti.

– O que significa que a monitoria está vaga.

O professor sorriu.

– Sei que pensas rápido, mas o Juca naquela mesa te desmascara: provavelmente foi ele que te contou.

O Pena sorriu. O Juca valia como todo um serviço de informações.

– E o que pensas do convite? – quis saber o professor – O cargo não é remunerado, mas consta para currículos futuros. Não te será difícil, abrindo um bom caminho na monitoria, que con-

sigas tua própria bolsa, ou mesmo que termines como professor da própria Academia.

– Por que faz isso por mim, professor? – quis saber o Pena, com humildade sincera.

– Meu trabalho como professor não é só ensinar pintura. É identificar os artistas. E não deixar que desistam. Por exemplo, identifiquei no Pedro II um menino de oito anos, de grande talento, órfão como tu. Estou fazendo o diabo na direção para que venha para as Belas-Artes. Guarde o seu nome, porque ainda vai dar o que falar: Manoel Antônio de Almeida.

– E quanto a mim? – quis saber o Pena.

– Seu momento agora pode estar difícil, mas seu futuro pode ser brilhante. Se não fugir a seu destino.

Outra vez o destino. Onde ele estava escrito, que todos o liam, menos ele?

– Muito me honra o convite, professor. Mas acho que esse tal destino não me puxa para as telas. Não é só por causa do armário: a coisa com o teatro aconteceu rápido demais, e mesmo antes de ter lá dentro os dois pés fincados, sinto que é para o palco que todos os meus esforços se dirigem. Sinto que tudo que aprendi antes, na Academia, nas leituras, nas conversas, até mesmo no armário, tudo se dirigia ao mesmo fim maior, e este fim é o teatro.

De onde estavam, se via o chafariz do largo.

– Você quer dizer como as águas do Carioca se dirigem ao chafariz? – para o professor, até os sentimentos e ideias eram plásticos, concretos, traduzidos em imagens. Vícios de pintor. – Nesse caso, não há como obrigar as águas da vocação a seguirem outro curso. Felizmente, o curso das tuas águas não é o de encerrar os

dias como caixeiro. Mas só aceito a tua recusa com uma condição: que me chames para o cenário e vestuário da tua comédia.

Selaram ali a nova amizade e a nova relação de trabalho. Logo o Juca voltava de seu flerte; o professor também anunciou sua badalada de despedida; a conversa trocou os coturnos trágicos das alturas poéticas, pelas sandálias rasteiras das confidências sexuais. Mas o teor dos conselhos teatrais daquela noite permanecia bailando na cabeça do Pena.

Ao chegar em casa, a primeira coisa que fez foi voltar aos seus rabiscos. Com urgência febril, pensou no casal e na história de amor proibido. Então a mocinha seria da roça, mas sonharia com a Corte, assim como Aninha; e o mocinho seria um pretendente a artista, como ele; os dois, apaixonados, queriam se casar e fugir para a Corte. O Pena suspirou: se na sua vida o enredo não era tão bom, ao menos na própria peça tinha o direito de ser feliz.

Teve a coragem de dedicar à mocinha da peça o verdadeiro nome de sua inspiração, Aninha; mas escondeu-se no mocinho, sob o pseudônimo de José, “um nome comum, que pode ser de qualquer um”, pensou. Desenhou a família de Aninha com detalhes nítidos, o pai bronco da Guarda Nacional e a mãe simplória; mas criou para José uma capa romântica de malandro, andarilho sem laços, omitindo qualquer detalhe pessoal de sua história e sua família.

Em seguida dedicou-se ao obstáculo sugerido pelo professor: os Farrapos se interpondo entre os amantes, ou seja, os problemas do Estado interferindo na vida das pessoas, e não mais os velhos e manjados obstáculos de velhos ricos. José, uma vez capturado pelo recrutamento “voluntário”, se torna recruta, e é despachado para a Corte em audiência com o Juiz do título. Assim, ligava a nova história do casal ao já existente personagem do Juiz.

Pronto: não só tinha criado toda uma nova história, mas ligado esta novidade com a que já existia antes.

Apresentada a história principal do casal, faria do julgamento uma grande parte cômica central, concentrando o que nele havia de melhor e mais engraçado. Passou em revista os diversos casos dos roceiros, conservou os mais engraçados, em primeiríssimo lugar uma briga de casal por causa de uma umbigada, espécie de dança popular de ritmo africano que escandalizava tanto a sociedade que acabou proibida por lei. Era marcada pela base rítmica da percussão e por seu aspecto lascivo, evidenciado pelos rebolados, umbigadas e outros gestos sugestivamente sexuais, sem falar em letras como esta:

*Eu tenho uma nhanhazinha*

*De quem sou sempre moleque*

*Ela vê-me estar ardendo*

*E não me abana com o leque.*

Nhanhazinha era a forma como os escravos homens chamavam suas donas ainda moças. Embora fosse tacitamente aceito que os homens livres pudessem dispor de suas escravas para fins sexuais, a ideia de uma tensão dessa natureza entre um escravo macho e nossas virginais mocinhas era inconcebível. Tal ousadia, aliada às confusões inevitáveis que surgem sempre que se reúne batuque e cachaça, fizeram que os “bailes de congo”, fossem de semba, lundu, jongo ou caxambu, fossem todos previamente proibidos pela polícia.

Dali para a frente, pelos séculos afora, toda manifestação musical negra enfrentaria, na origem, as mesmas acusações de indecência, imoralidade, e desperdício da força de trabalho, sempre com os mesmos argumentos morais e policiais contra

danças e letras sexuais e libidinosas, viessem do lundu, do samba, ou do funk moderno.

Mas a população negra, escrava ou liberta, não ligava muito para a polícia, e continuava curtindo suas umbigadas em festas *legalize*.

Os escritores e poetas, porém, costumavam se interessar pelos batuques africanos e o Pena não era exceção. Aos seus ouvidos, as letras cafajustes passavam por humorísticas. E como morava mais afastado da Corte, acabava presenciando muitos bailes, que eram proibidos no perímetro urbano. Percebendo a afluência do público, o entra-e-sai incessante dos bailes, achou que poderia ganhar a plateia mais popular com tal referência. Depois da umbigada, incluiu uma disputa de vizinhos por demarcação de fronteiras de sítios, com o Juiz se vendendo para os dois lados ao mesmo tempo, e disputas pela posse de animais como porcos e cavalos.

Aí, depois de fazer a plateia rir a baldes com os roceiros, era apenas o tempo de resolver o problema dos namorados e terminar a história. Com final feliz, sem dúvida, ou seja, com casamento. Porque o teatro era o único lugar onde o casamento podia ser chamado de um final feliz. E era por isso que as comédias terminavam sempre por ali; se continuassem, teriam que se transformar em dramas. Romance era aventura, e nada mais oposto à aventura do que o casamento.

Terminada a revisão da comédia, ainda sem sono, dedicou-se ao conto pedido pelo Brito. Afetado pelo Magalhães, quis ser sério e dramático, sem abrir mão do tema nacional: escreveu sobre os acontecimentos da “noite das garrafadas”, o conflito entre brasileiros e portugueses, por ocasião da abdicação de D. Pedro I.

A tal noite tinha marcado fortemente seus primeiros anos de adolescência: tomando-os por portugueses, os soldados revoltosos tinham invadido a loja do tio, saqueado a adega, e por muito pouco não furaram suas tripas com as baionetas. Agora, através da ficção, revivia aquelas memórias, aumentando-lhes a dramaticidade, executando nas páginas o assassinato do dono de uma adega confundido com um português. Seria um conto em tons melodramáticos, e com título solene: *Uma noite em 1831*.

A lua já ia sumindo no céu, mas nada de sono: queria aproveitar o restinho de noite para outro conselho do Magalhães. Tomou uma folha em branco e escreveu diversos títulos duplos em letra rebuscada, até que um lhe agradou:

*Fernando, ou o cinto acusador.*

Copiou o título em uma folha à parte, perdido no mar branco do papel. Parecia bonito, imponente, sem dúvida nenhuma uma peça séria, de autor importante. Notou a falta do principal e logo corrigiu, escrevendo embaixo do título:

“Um Drama de Martins Pena”.

Era a primeira vez que via seu nome, assim, escrito como autor. A primeira página estava ótima: faltava só pensar em alguma história. Sua cabeça, inspirada pela nova tragédia do Magalhães, deslizou por castelos italianos e nobres dispostos a ir até as últimas consequências por seus desejos. Seu pensamento foi tão longe que adormeceu, a página do seu primeiro drama imaculadamente em branco. Sonhou que um dia seria reconhecido como o maior autor de dramas do Brasil.



O tal convite para encontrar João Caetano no camarim depois do *Otelo* não vingou. Após a peça, o ator escapuliu antes que o Pena e o Brito conseguissem localizá-lo. E fora do palco, o homem era invisível: se procurado em casa, estava no ensaio; se procurado no ensaio, estava no escritório; se procurado no escritório da Corte, era o de Niterói, onde sua companhia também tinha atividades; e quando se atravessava a baía até Niterói, tarde demais; o Caetano tinha acabado de voltar na barca contrária. De forma que, após toda essa peregrinação, só restava ao Pena andar pelas ruas a esmo, com o novo texto na mão, rezando pelo milagre de topar com o Caetano em qualquer esquina.

Quem não estava gostando nada disso era o Tio Florêncio, que após alguns dias de enrolação, pôs fim à curta carreira de relações-públicas do sobrinho: ou voltava a pegar no batente como empregado normal, ou rua.

Só restou ao Pena suspirar e abandonar a comédia mais uma vez, desta vez no fundo da gaveta do armarinho, e voltar aos “bom dia, freguesa”. Seus planos de serviço público estavam esbarrando no segundo homem mais invisível da Corte, o seu cunhado, deputado Francisco Viana, perpetuamente metido em longas viagens políticas a Campos dos Goytacazes, província que representava. E, além do mais, sendo ele próprio um deputado iniciante, talvez precisasse de um tempo para acomodar as

cousas, entrar nos esquemas, até ter gabarito para fazer alguma nomeação. E ninguém garantia que quando isso acontecesse, o primeiro nomeado fosse o cunhado, afinal deveria haver gente mais próxima. A tal vaguinha teria que ficar para depois do casamento, marcado para dali a meses; aí então a campanha da irmã poderia ser mais, digamos, *tête-à-tête*. A própria Carolina, até ali, tinha visto o noivo poucas vezes. Diz a lenda que se apaixonara por ela ao vê-la durante a missa. Mas todo o pedido tinha sido feito ao tio; ela mesma pouco falara com o noivo, palavras tímidas e envergonhadas, sempre na presença de muita gente, os olhos baixos sob o peso do olhar alheio.

Na verdade, o Tio Florêncio, como homem de negócios, tivera interesse em se aproximar da política, em ter um representante na Câmara; e o novo deputado tivera interesse em aproximar-se dos comerciantes, os grandes financiadores daquela época de frágeis instituições bancárias. De forma que o primeiro namoro real tinha sido entre o noivo e o tio, e por motivos nada românticos. Mas os romances eram breves, já os casamentos, feitos para durar e dar esperanças aos cunhados desamparados.

De modo que só restou ao Pena aposentar o paletó e recolocar o avental de caixeiro, pelo menos até o casamento. Estava sem a menor paciência pra vida quando entrou a primeira freguesa, em busca de um vestido de baile que tinha sido encomendado. Enfastiado, não se deu nem ao trabalho de virar-se, estava de costas e de costas permaneceu.

– Os vestidos mandados fazer só podem ser retirados com recibo.

A freguesa não tinha o recibo.

– Sem recibo, não recebe. Como vou saber se a senhora é

a senhora mesmo? – devolveu o Pena, ainda sem se virar; não era o tio que achava que o freguês tinha que entrar no humor do dono?

A madame não se abalou.

– É só procurar o nome. Estela Sezefredo. Não haverá outra.

E não havia mesmo. Estela, a mulher de João Caetano, não era o que se podia chamar de uma típica esposa. Para começar, era bailarina, o que naquele tempo era quase um caso de polícia. E de fato, tinha se envolvido com a polícia muitas vezes desde sua aventureira juventude. Já aos quinze anos tinha sido presa, por revidar com um tapa a uma investida amorosa de ninguém menos do que Pedro I. Ao se casar com Caetano, aos vinte e dois anos, já era mãe solteira de três filhos, alguns deles, diziam, filhos de nobres. Graças ao marido, passara de bailarina a atriz da companhia, enfrentando de cabeça erguida todo tipo de preconceito, social e artístico. Não seria um simples caixeiro de armarinho que abalaria suas estruturas.

– O senhor quer fazer o favor de ir ver logo esse vestido? Tenho pressa.

O Pena, sob o peso do nome, não ousou discutir: chispou para dentro do balcão com a desculpa de pegar a encomenda. Mas lá dentro, em vez do vestido, só pensava na comédia guardada na gaveta. Seu coração vinha aos pulos: então não tinha sido Estela a responsável involuntária pela recusa do Caetano? Tinha despendido tempo e energia caçando o ator por todos os cantos, sem reparar no caminho mais curto para chegar a ele: a esposa. E agora, sem que fizesse nenhuma força, ela estava ali diante dele.

Sem nenhuma força, não; era preciso desfazer a má impressão causada pelo primeiro atendimento. Foi até a dispensa, ser-

viu-se do caro café, convocou pela janela uma negra de ganho que vendia guloseimas e voltou à loja com uma bandeja cheia.

– Para mim? – surpreendeu-se Estela.

– Não é todo dia que temos a honra de receber a primeira dama das artes.

– Ah, então agora me reconheceu? Não é mais preciso apresentar o recibo? – ironizou Estela, disposta a dificultar.

– Ora, esse é o velho sistema da casa. Do tempo dos nossos avós. Mas fui contratado justamente para reformá-lo. O seu caso não é nem de recibo, já que o vestido seria seu de graça.

– De graça?

– Trata-se do nosso sistema de apoio.

– Explique-se.

– Digamos, se a senhora fosse usar o vestido em algum espetáculo, e o nome do estabelecimento aparecesse...

– Uma permuta – definiu tecnicamente. Pegou uma guloseima e sentou-se. Estava interessada.

– Quero que a senhora saiba que, no que precisar, o armário está à sua disposição.

Ia terminando a frase quando ouviu o tio despertar da soneca na parte de cima do sobrado, onde funcionava o escritório. Deixou Estela a sós com o vestido e correu até o perigo.

– Lá embaixo está tudo sob controle. O senhor descanse bem, e precisando de alguma coisa, água, café, livro de contas, é só chamar que venho trazer.

O tio estranhou tamanha eficiência. O Pena viu-se obrigado a abrir o jogo.

– Estou a receber o povo do teatro, a tratar do apoio.

– Mas aqui?

– E o senhor não me proibiu de sair da loja? Onde quer que eu trate de negócios?

O tio olhou pelo vão da escada e viu de relance a bela mulher a experimentar o vestido. Já tinha reparado na cachopa, no momento da encomenda, sem saber quem era.

– Quem é, alguma famosa?

Florêncio era completamente avesso ao mundo dos divertimentos e celebridades e seria capaz de passar em branco diante do próprio Imperador, se este não usasse coroa.

– Ninguém menos que a bailarina número 1 deste país, tio.

O tio ficou animado, lambeu o cabelo no espelho, quis descer; afinal, ser bailarina era sinônimo de outro tipo de permuta. O Pena teve que desfilas a ficha policial da Estela até o velho sossagar, conformado.

– Mulher que enfrenta homem, Luiz, estou passando à mesa, como o descarte do baralho. Já me bastou a tua tia, que Deus a tenha.

Depois de conseguir autorização do tio para qualquer permuta que fizesse, o Pena desceu, com o território livre. Estela, já com o vestido, se olhava no espelho e não parecia nada satisfeita.

– Este caimento de tecido me engorda, muito justo. Deveria estar mais folgado, principalmente aqui na abertura das pernas. É um vestido de bailado, vou usá-lo para dançar no palco, vou me mover. Pra que tanto enfeite, laço, pedraria? Tudo isso atrapalha a dança!

As mulheres e suas preocupações com a vaidade e os detalhes dos vestidos são as mesmas em qualquer época; mas é fato que as roupas de palco têm leis próprias, e no palco nada é o que parece realmente ser: tecidos baratos se passam por luxuosos,

os detalhes são exagerados para que se possa ver a distância, as costuras e botões são pensados de modo a facilitar os movimentos e a troca rápida, tudo tem função diferente de uma roupa da vida real. As costureiras especializadas nestes macetes das roupas de teatro cobravam caro, e vez por outra, os artistas recorriam à mão de obra não especializada. Com eventuais resultados desastrosos.

O Pena tratou de compensar a frustração da atriz com braços e mais braços de novos tecidos.

– Estão disponíveis para os figurinos da comédia.

– Que comédia? O vestido é para ser usado em um bailado!

– Já vejo que seu marido ainda não lhe falou da comédia.

Uma nuvem de fumaça cruzou o olhar de Estela.

– Como assim não me falou? Meu marido me fala tudo!

O Pena contemporizou.

– Falta de tempo, sem dúvida; mas a culpa não é dele. Se ainda nem mesmo pude entregar.

– O vestido?

– Não, a comédia! Que vem antes do bailado!

– Mas eu não sabia desta comédia! E que tem o senhor com ela?

O terreno era perigoso. O Pena avançou com cuidado.

– Sou o autor.

Os olhos de Estela o mediram de alto a baixo.

– Mas o senhor é autor de comédia ou caixeiro do armário? Decida de uma vez!

– Não sou caixeiro; sou representante cultural do armário. Mas o que estou tentando é pôr minha peça em cartaz. É a minha primeira comédia; se eu conseguir sucesso, talvez possa abando-

nar esse balcão. O Caetano leu e topou, com a condição de ter um papel especialmente para vosmecê. E eu reescrevi o papel especialmente para a sua interpretação.

– Para mim? Que tipo de papel? – a ancestral curiosidade feminina começava a lhe abrir caminho para a vitória.

O Pena vendeu seu peixe, pintando sua personagem Aninha em cores vivas, como a primeira mocinha legitimamente brasileira do teatro; deu detalhes de roupa, de sentimentos, recitou-lhe falas de cor, e, bom de plateia, ia acrescentando ou tirando conforme as reações de Estela.

E ela foi simpática à personagem. De origem espanhola, tinha o fascínio pelo Brasil, ao contrário dos brasileiros, que só tinham olhos para a cultura europeia. Gostou da ideia de representar uma morena brejeira, as bisavós das suburbanas, mas quis saber, ao fim, sobre o bailado. Os bailados eram o que realmente importavam para Estela, em uma comédia. A história era mero acessório.

O Pena engoliu em seco. Não tinha pensado em bailado nenhum. Era o que dava tentar vender a comédia como um vendedor joga um produto em cima do freguês. Agora tinha que pensar em algo que fizesse sentido no universo da peça.

– Será um bailado brasileiro.

Só ali Estela realmente se entusiasmou. Então teria a chance de dançar à brasileira?

– Um fandango? Um lundu? Uma modinha? Um fado? Bem rasgadinho? Bem choradinho?

Rasgadinha era a viola tocada com a mão inteira, vibrando todas as cordas juntas, um toque só encontrado na música popular, associado aos negros, aos ciganos e suas danças sensuais. Já o fado, embora tenha se tornado o símbolo das tradições por-

tuguesas, foi criado no Brasil, pelos portugueses daqui, que estavam longe de sua pátria, sua família e seus amores, sendo por isso a mais perfeita expressão da saudade lusitana d'além-mar. Já era cantado no Brasil desde antes da Independência, e em Lisboa só apareceria muito depois, levado justamente pelos marinheiros daqui. Mas a guitarra chorosa dos portugueses por vezes incorporava a bossa dos batuques negros, dando origem a uma dança agitada, praticada em espaços largos e públicos, onde se misturavam portugueses e caboclos, como nas arenas de touros, nas tabernas e nas casas de meia-porta, como se chamavam aquelas suspeitosas. Os cantadores de fado eram vigaristas de diversas estirpes e procedências, ostentando tatuagens, hábeis no manejo da navalha. Era um verdadeiro *wild side* luso-brasileiro. O fado, portanto, mais do que um gênero musical, era um estilo de vida.

O Pena, mesmo amante de óperas, tinha pelo fado o mesmo fascínio marginal que conservava pela umbigada. Estendeu o tapete vermelho ao desejo de Estela:

– Um fado? Pois sim! Com roda de viola e tudo!

O piano era então o instrumento nobre, tocado nos salões e aprendido pelas mocinhas; mas a viola, apesar de tida como instrumento de segunda categoria, é que era o som brasileiro por excelência, presente desde as modinhas até as serenatas. Consta que até Pedro I era exímio guitarrista.

Apesar disso, a música e as danças brasileiras, tão coloridas, ainda não tinham dado as caras em um palco. Até agora. Estela ficou tão empolgada que quis ver a tal comédia imediatamente.

Mas faltava resolver um problema básico antes: o tal bailado final não estava escrito, afinal sua criação tinha sido improvisada pelo Pena naquele momento. Com a desculpa de ir lá dentro ano-

tar as novas medidas do vestido, o autor deixou Estela distraída com as gavetas de bijuterias e enfeites, enquanto acrescentava mais uma última folha na comédia, com o texto apoiado nos joelhos.

O pano baixava com o casamento dos namorados. O tal bailado brasileiro tinha que surgir neste contexto. Com o desconforto da posição e a urgência, sem ter ideia melhor, tornou o tal bailado a festa de casamento, recheada de música brasileira e celebrada por todos os personagens da peça.

Desceu com o novo texto pronto, e logo Estela saía pela Rua Direita com uma nova comédia na mão. Se era verdade que o Caetano era um temperamento difícil, que depois que cismava com algo era definitivo, também era verdade que uma esposa como Estela sempre encontra uma maneira de impor suas vontades. De forma que o caso estava nas mãos do Destino, este soberano evocado por todos, mas controlado por ninguém.

Ao reconhecê-la, saindo do armário, o Irineu, da janela, perguntou ao Pena como ia a comédia.

– De vento em popa! – fez ele, fazendo o sinal do OK britânico, para dar ao sócio a certeza do bom investimento.

Enquanto Estela levava o futuro de sua carreira de dramaturgo em uma sacola de compras, deixemos o teatro um pouco de lado e alcemos ares mais altos, rumo à Política.

A carreira do deputado provincial Joaquim Francisco Viana progredia a olhos vistos; ele pertencia ao tipo de político mais valorizado pelo partido conservador: o silencioso que votava com a maioria. Angariando a simpatia geral, aumentava seus contatos e já estava em arranjos para passar a deputado geral, estendendo sua atuação do âmbito provincial ao nacional, aproveitando a expansão dos conservadores. Sua ambição máxima era chegar

a algum ministério. Foi justamente pelo aumento dos recursos e das possibilidades que Francisco Viana se sentira seguro para apressar o casamento. Afinal, ter família constituída era um indicativo de estabilidade muito valorizado em seu partido. Tratava agora de escolher a casa, e para isso o tio levava Carolina a longos passeios pela Corte, e mesmo além dela, para lá dos lados de Catete e Botafogo.

Como mandavam as normas do recato e do namoro oficial, os encontros continuavam a ser feitos uma ou duas vezes por semana, à tardinha, sempre na presença do tio, com a noiva mal olhando para o noivo e nem sequer lhe dirigindo a palavra. Educada como uma moça de família, Carolina podia sentir a falta de romance, mas bem sabia que o casamento não era um projeto de amor, e sim um sacrifício pelo bem da família. Tinha sido criada como moça exemplar, direto da missa para os afazeres domésticos. Passou a vida dedicando ao tio e ao irmão o cuidado que agora dispensaria ao marido. Nunca tinha feito ou dito algo sem pedir licença ou contra a vontade dos homens ao seu redor. Sabia sua parte no balcão de negócios, e a aceitou com tranquilidade, aproveitando o que poderia haver de bom, como por exemplo, poder escolher uma casa sua para morar. E em breve, uma vez acolhida, trabalhar para que também o irmão tivesse alguma colocação que o tirasse da dependência.

De modo que, se os deuses do teatro mexiam seus pauzinhos pelo Pena, os deuses da burocracia também o faziam.

E por falar nos deuses do teatro, estes presentearam Estela e Caetano com uma rara noite de folga nos palcos. Após Estela servir o jantar e colocar as crianças pra dormir, os dois postaram-se, como de costume, a pitar, na janela. Mas, como ocor-

re com a maioria dos atores, nem de folga conseguiam deixar de lado as conversas de teatro. Depois de um longo tempo em silêncio, ouvindo as estrelas, Estela riu sozinha, lembrando da comédia do Pena.

– A ideia do bailado brasileiro foi mesmo muito boa. Um bom presente que tu me fizeste.

O Caetano permaneceu no pito sem sim nem não. Em primeiro lugar, estava acostumado com os devaneios de Estela, aquilo podia nem mesmo ser com ele, podia estar a falar sozinha... e depois, se fosse com ele, essa palavra “presente” podia ser uma ironia, significando na verdade uma represália por alguma bagunça que tenha aprontado, sem ter agora lembrança ou consciência; ou mesmo sem culpa nenhuma, pois as mulheres quando querem briga, a têm, com ou sem razão.

Já a Estela, por sua vez, viu no silêncio do marido a deixa para que desse livremente sua opinião. Quando discordavam sobre teatro, ele imediatamente fazia valer seu gosto em som alto e irredutível. Ela então aproveitou o silêncio para discorrer livremente todos os detalhes do que imaginava ser o bailado, com a roda de viola, o fado, a dança dos casais, o colorido. Falou também da brejeirice da mocinha, e que já estava na hora de substituir as branquelas heroínas francesas e tísicas pela opulência das morenas brasileiras, e por que não? Espanholas também, no rastro. E lançou-lhe o desafio de interpretar não o galã, mas o papel-título, o centro-cômico da peça.

– Será mais desafiante para vosmecê. Saltar da tragédia do Judeu para a brejeirice do Juiz é um movimento que só um ator formado no ofício será capaz de fazer, e certamente nenhum outro será páreo para a tarefa.

O Caetano ainda permaneceu em silêncio, tentando decifrar se aquilo seria um devaneio, uma brincadeira ou alguma espécie de briga que ela estava anunciando começar. Como não decifrou, julgou necessário perguntar:

– Mas finalmente, coração, estás a falar do quê?

Ela soltou uma baforada.

– Do Pena, ora essa.

Pena? Quem era digno de pena? Uma coisa era certa: se era para ter pena, era porque a hipótese da briga estava confirmada. O Caetano armou-se, esperando pelo pior. Se ao menos lembrasse do que tinha feito, mas vasculhava as lembranças dos últimos dias sem achar nada suspeito.

Estela percebeu que o marido não atinava o assunto, e tirou-lhe a brasa das mãos.

– Estou a falar da comédia com bailados, que encomendaste ao novato do armarinho com o pedido de que incluísse um papel para mim. A tal que tem um juiz da roça.

Ao finalmente entender do que se tratava, metade do Caetano respirou aliviada, enquanto a outra metade recuou para a tal oposição alta e irredutível.

– Ah, sim. A tal comédia brasileira. Devolvi. Era um amontoado de causos, umas anedotas de processo sem relação umas com as outras. Não havia um bom papel feminino, somente figuração. E nem um galã. O tal Juiz é quase um vilão, mais ladrão que a necessidade. E não havia bailado nenhum. Os portugueses do Teatro São Januário iam montar. Eles que levem.

– Mas como não há mocinha nem galã? Pois se ele me contou a história todinha! E no fim há um bailado com fado tocado ao vivo! De fazer o público subir na cadeira e dançar junto!

O Caetano sentiu lhe subirem os sangues do Otelu.

– Como? Ele contou a história a ti? Que ocasião encontrou para isso? Foi a sós? Explica-te!

– Pois homem, não aproveitei a folga para experimentar o novo vestido que usarei nos bailados de cena?

– Pois nem sabia que tinhas encomendado vestido!

– E tu nem me disseste que temos permuta no armarinho!

– Permuta? Do que é que é que estás a falar? Não atino!

Estela sorriu com a confusão do marido, parecendo ainda perdido nas estrelas.

– Permuta, homem. Podemos trocar os tecidos dos figurinos por propaganda.

– Propaganda do quê?

– Do armarinho onde o Pena trabalha.

– Mas que Pena?

– O Pena da comédia, ora essa. Do *Juiz da roça!*

– Mas eu não vou montar comédia nenhuma! Muito menos esse Juiz! Já disse que devolvi o texto.

– Sim, devolveste, para que escrevesse um papel pra mim, muito gentil da tua parte, e ele o fez, meu personagem é a Aninha e o texto está na minha sacola.

– Queres saber? Vamos dormir. A lua já foi para trás da nuvem e não se vê mais nada.

Estela conhecia o processo. Obedeceu, recolheu-se com o marido, apagou a luz, mas ao deitar, na hora em que foi abraçada, alegou dores, indisposição, e virou-se de lado. Já com a voz bêbada de sono, permitiu-se sonhar alto.

– Ah, mas como eu bem queria dançar um fadinho no palco... bem rasgadinho... bem choradinho...

E dormiu, deixando acordado o marido.

Enquanto isso, não muito longe dali, também o Pena estava acordado, por motivos semelhantes ao do Caetano. A verdade é que, desde que soube do casório de Aninha, por mais que se esforçasse, não conseguia afastar a dor de cotovelo. Neste sentido, a obrigação de trabalhar estava até sendo boa, pois o melhor para o machucado é manter-se longe da inflamação. Mas às vezes, não dava certo. Nem sempre a cabeça se mantinha longe do coração, e se um estava partido, acabava afetando o outro. Por isso o dia tinha sido bom, o encontro com Estela lhe trouxe de volta expectativas perdidas no teatro. E o melhor é que agora pensava em Aninha e o que lhe vinha à cabeça era Estela interpretando o papel de Aninha. É como se Aninha fosse mudando de rosto e formas, tornando-se um personagem, o que o desviava dos sofrimentos do amor.

Mas isso só durou até chegar em casa. Pois que voltando do serviço no armário, encontra na porta da casa da ex-futura namorada a seguinte cena: ninguém menos do que o noivo, Antonio do Pau d'Alho, fardado, espingarda ao ombro, sujo e descalço, e um dos seus escravos, que carregava na cabeça um enorme cesto coberto com pano vermelho, diante da família de Aninha toda perfurada. Ao comando do Pau d'Alho, o preto se adiantou equilibrando o cesto até a frente de Aninha, quando com grande esforço o pôs no chão, sem deixar cair. De dentro do cesto, para surpresa de todos, saiu uma criança negra, gordinha e saudável, um moleque destinado a ser pajem de Aninha, pequeno mimo de donzela, um presente nada barato. Aninha bateu palmas e vibrou com o presente como se tivesse ganhado um par de sapatos importados. O velho Pimenta examinou os dentes da criança e agradeceu o noivo.

Em seguida, o noivo tirou da algibeira algo que parecia de longe ser um par de pequenos anéis. Era demais: o Pena virou-se de costas. Ao que tudo indicava, o noivado era mesmo verdadeiro, e ia de vento em popa. Deixou-se ficar, olhando o vazio, o escuro, que refletiam o que lhe ia por dentro, e só recobrou a noção do tempo quando sentiu alguém se aproximar.

– Compadre Luiz Pena – era o velho Pau d’Alho lhe saudando com o chapéu. Já não havia ninguém da família de Aninha na porta da casa. O Pena foi obrigado a parar para os dois dedos de prosa mortificantes. – Já sabe do casório com a senhora doninha?

O Pena engoliu em seco.

– Fiquei sabendo, estimo que sejam muito felizes.

– Hoje vim trazer os anéis. Dei-lhe também um moleque para seus dengos. Só vendo a felicidade que ficou. Pulava de alegria. O diabo é que agora quer ir à Corte, ao baile dos Estrangeiros, aos restaurantes, ao Passeio Público, chácaras domingueiras... Ainda não gozou o mundo, sempre trancada pelo pai... Agora cai em mim a desforra. Queremos ser gentis, e acabamos acostumando mal...

O pacóvio não percebia a dor que causava. O Pena tentou se desvencilhar com elegância.

– O amigo me desculpe, mas trabalhei o dia inteiro.

O velho ignorou a dica e iniciou outro assunto.

– Soube que o amigo está no teatro.

– Quem falou? – quis saber o Pena? Terá sido Aninha? Então falava dele?

Mas o velho aparentemente só ouvia o que queria, quando queria.

– Para mim isso são luxos da cidade. Teu tio te quer no armário, ouça o que ele diz. Mais vale pegar no cabo da enxada e garantir o futuro, do que desperdiçar o tempo a escrever.

O Pena resolveu se adiantar à lição de moral que certamente se seguiria.

– A arte é o alimento da alma, amigo.

– Pois o meu alimento é feijão com toucinho, fubá de milho e lombo de porco – devolveu o velho.

O Pena não respondeu a provocação, apenas esperou o tempo passar. Pau D'Alho abaixou a voz e se aproximou.

– Sou muito amigo do seu tio, conheci seu pai, peguei vosmecê no colo em criança. Será que eu poderia confiar ao amigo um favor?

Era só o que faltava, mas o Pena não teve como recusar. O velho continuou:

– A senhora doninha ainda é menina novidadeira. Mas já não tenho mais idade nem paciência para passeio. Será que o amigo poderia convidá-la ao teatro?

O Pena sentiu a pressão baixar.

– Em seu lugar?

– Se não for incômodo. Meus pés doem naquelas cadeiras, não aguento ficar tanto tempo sentado e calçado. E as histórias são sempre iguais, desde os tempos del Rey. É sempre a questão de dois imbecis tentando se casar. Quando ia ao teatro, mais jovem, eu dormia sem piedade. Não preciso repetir a via-crúcis agora que estou velho. Vosmecê aceitando, eu alego uma indisposição, o senhor entra em cena e a leva em meu lugar. Eu mesmo faço questão de proporcionar os ingressos.

Isto seria verdadeiro? Ou o velho teria descoberto algum dente de coelho e o estaria testando? Sem saber o que responder,

olhou de relance para a janela de Aninha e pensou ter visto a cortina tremer. Foi um relance apenas, mas seria capaz de jurar tê-la visto. Espionando, talvez?

Como a esmola estava grande demais, resolveu fazer-se de desinteressado.

– O amigo sabe, ando muito ocupado me dividindo entre o armarinho e o teatro, pouco me sobra tempo para passear.

Antonio do Pau D'Alho não pareceu aliviado pela recusa, mas sinceramente embaraçado.

– Com os diabos... Agora então terei mesmo que ir... vou precisar mandar fazer roupa no alfaiate... Solar a bota no sapateiro... Reformar o estofado da carruagem. Veja que maçada... um pobre velho...

Não parecia uma armadilha. O outro tanto chorou que o Pena acabou concordando, com o cuidado de cobrar o dinheiro dos ingressos, como adiantamento. Somente depois disso o velho concordou em se retirar, sorridente, a cuidar dos preparativos, deixando Pena sozinho na escuridão, sem saber se comemorava ou não, se o que lhe caía nos braços era ou não um presente.

Foi então que olhou novamente para a janela; e desta vez não foi impressão. Lá estava Aninha. A cabeça apoiada na janela, os olhos a brilhar na escuridão, agora sem se preocupar em escondê-los.

Não haviam se falado mais, desde o anúncio do casamento. O Pena a estava evitando, revoltado com a falta de revolta da menina com aquele casamento imposto. Não retornava os bilhetes dela, e evitava a rua nos horários em que a menina ficava à janela. Mas a inflamação naquele olhar era impossível de evitar. A verdade iluminada pelo luar: Aninha é que tinha convencido o Pau-d'Alho, com os estratagemas de que só ela seria capaz, a

propor o passeio ao Pena. Percebendo a verdade, este sorriu, e o sorriso de volta confirmou.

Repentinamente, a montagem da sua comédia ganhava outros méritos além do artístico.

Mas embora com muitas esperanças em todos os cantos, os dias seguintes correram sem novidades, na mesma teia de enganos que já era sentida como vida normal. Ou seja, o Pena prometendo aos sócios, familiares e pretendentes uma estreia no teatro que andava incerta e não dependia dele. Poderia ser uma situação complicada para qualquer um, mas ele já tinha experiência com vidas duplas, tinha sido aluno secreto da Academia de Belas-Artes, enquanto toda a família era capaz de jurar que o curso era para o comércio. De mais a mais, agora nem estava mentindo, apenas antecipando uma verdade. Bastava manter a calma e embaralhar as cartas em jogo indefinidamente, como um arlequim de comédia, até os deuses do teatro abrirem caminho e a peça subir à cena.

Se conseguisse controlar a ansiedade e o nervosismo, era capaz até de se divertir com os personagens envolvidos: o Pau-d'Alho, incapaz de dar conta dos passeios da jovem noiva, empurrava-lhe o programa, sem saber da sua ligação com a noiva; o tio, ansioso pela visita de alguma bailarina mais desprotegida; o Irineu, com suas casacas à inglesa, querendo saber do retorno de um investimento que jamais receberia de volta. A todos o Pena respondia com a mesma segurança, tudo está em andamento, é que as cousas no teatro são mesmo meio demoradas, mas quando menos se espera, acontecem. E seguia a prometer mundos e fundos, sim, será a companhia de João Caetano, sim, será no Teatro Imperial, sim, o Imperador confirmou presença, sim, estarão todos convidados.

Mas o tempo ia passando e as cousas não aconteciam. O fato é que, quando virou outra semana sem resposta de Estela, o Pena teve que encarar a possibilidade da peça ter ido parar na lixeira. Desanimado, contemplou a vida do balcão do armarinho; consolou-se: não ficaria muito tempo por ali, então o cunhado deputado não estava em ascensão? Mas a verdade é que mesmo a vida na mesa de funcionário público lhe parecia igualmente sem graça, quando comparada à vida colorida e aventureira dos artistas, perpetuamente envolvidos com diversas vidas e mortes, diversos personagens, com uma rotina que se alterava a cada semana. Mas aquela vida era para os escolhidos, ou os capazes de enfrentar as piores privações. Não se sentia pertencendo nem ao primeiro grupo, nem ao segundo.

Mas uma coisa era enrolar a todos enquanto a peça atrasava; outra era não ter peça nenhuma; com a montagem cancelada, a casa caía: em algum momento ia ter que dar satisfações a todos. Desanimado, passava na cabeça o que diria a cada um; tudo seria cobrado e teria que ser devolvido com juros. Debruçado no balcão, rabiscava caminhos e palavras de desculpas, sem perceber o novo freguês a entrar. Este, ignorado, tocou a sineta de atendimento. O Pena olhou preguiçosamente e quase caiu da cadeira. Era o Caetano.

Não tinha mais o porte leonino, nem o rugido do Otelo; ao contrário, parecia alquebrado, cabisbaixo, peito fundo, a olhar para os lados como se desejoso de não ser reconhecido.

– Posso ter uma palavra com o amigo?

Pressentindo a gravidade, o Pena conduziu-o ao lado de dentro do balcão, em um pequeno quarto inundado pelos roncões do tio na despensa.

Caetano permaneceu em silêncio por algum tempo. Só assim se podia perceber que não era um homem alto. Em cena (e mesmo fora do palco parecia sempre em cena) parecia ter dois metros de altura. O Pena ofereceu-lhe um café; e finalmente o homem se animou a falar.

– Vim tratar consigo da montagem da peça.

Por mais que o Pena estivesse preparado, ansiando mesmo por aquele assunto, não teve como não se sentir surpreso. Senão pela notícia, pelo tom em que era dada: o Caetano parecia estar protagonizando uma tragédia, e não negociando uma comédia.

– Por mim já estava tratado – disse o Pena.

– Com os portugueses? – quis saber o Caetano.

– Com o senhor – disse o Pena. – Pois então não reescrevi a peça inteira, após suas observações? Só para Dona Estela escrevi um papel inteiro.

– Estela – gemeu Caetano – ela sim, se apaixonou pela comédia; mais do que isso, se apaixonou pelo bailado. O amigo desculpe, vou ser franco; a peça ainda não estava pronta, por isso a devolvi ao Brito.

– Muito me valeram seus conselhos – fez o Pena, diplomático. – Contudo, peço que se decida logo, pois se não há interesse da companhia nacional, há interesse das outras.

– A prioridade é minha? – quis saber o Caetano.

– A prioridade é brasileira – ufanou-se o Pena.

O Caetano fez uma pausa; tomou um gole do café; parecia pensativo.

– Comecei minha carreira na comédia – disse enfim. – Empurrado para os papéis cômicos na Companhia dos portugueses. Foi sempre um sofrimento para mim. A comédia não é para o meu

temperamento; não sei se conseguirei me explicar ao amigo, mas eu sinto a dor dos meus personagens. Sou capaz de abraçar a dor de todos eles. E no caso dos cômicos, é pior; afinal, do que rimos nós? Da desgraça de alguém, nesse caso, do cômico. Não aceito muito bem que riam do meu sofrimento – era uma confidência.

– Tenho certeza que não é possível sofrer com o *Juiz da roça*.  
– disse o Pena. – Afinal o Juiz do título não sofre com nada, antes diverte-se com seu poder. Pode ser a oportunidade de vossa senhoria divertir-se em uma comédia. E também é uma bandeira da nossa causa nas letras. Precisamos de mais peças brasileiras. Sejam comédias, tragédias, o que vier.

– É o que Estela acha. Que estarei fundando o drama e a comédia brasileiros ao mesmo tempo. Mas com os diabos! Ainda que não houvesse motivo, teria que montar o *Juiz da roça*. O que ela quer mesmo é dançar o fado em cena, e eu que me esforce para fazer os outros rirem.

– Não quero causar incômodo – protestou o Pena. – Soubesse de seu desconforto com as pachuchadas e nem teria proposto o assunto a Dona Estela. Não há problema, o senhor não leva, os portugueses levam. E se estes não levarem, outros levarão. O importante é a amizade.

– E eu lá tenho escolha, amigo Pena? Estela tem seus meios. Já faz uma semana que ardo em brasas todas as noites. Quando me aproximo, está sempre incomodada, com dores, melancólica. Compreende o senhor?

O Caetano tinha a juba do leão, mas em casa, quem mandava era a leoa. O Pena solidarizou-se.

– O senhor querendo, eu reescrevo a peça mais uma vez, ao seu gosto. E estou trabalhando também em um drama...

– Ah, sim? E qual o título?

– *Fernando, ou o cinto acusador* – pronunciou o Pena da forma mais bombástica possível.

– Bom título! – o Caetano era fã de títulos bombásticos. – Está pronto?

– Ainda faltam uns ajustes – esboçou o autor, que só tinha o título. – Mas pensei em si para a peça...

– Para qual papel?

– Para o de Dom Fernando, claro. Trata-se de um herói sem igual.

– Manda-me o texto quando estiver pronto. Mas agora vim tratar da comédia. Continuamos nos mesmos termos?

– Os mesmíssimos – concordou o Pena. – Exceto pelo adiantamento do autor.

– Que adiantamento? – estacou o Caetano, que tinha alergia a desembolsar honorários.

– Os dez por cento da bilheteria – esboçou o Pena. – Então Dona Estela não lhe disse o que combinamos?

Certamente não haveria dito, visto que a conversa nunca aconteceu.

– Mas a peça ainda não estreou! Que bilheteria?

– Fiz um cálculo médio, baseado no número de pagantes do *Poeta e a Inquisição* e do *Otelo*. E quando a peça estreiar, o senhor já me pagou, os dez por cento voltarão para o senhor. É que fui só eu quem trabalhou até agora. Para reescrever a peça de acordo com suas sugestões, perdi até alguns dias no armarinho.

Às vezes, ter feito o curso de comércio tinha suas vantagens.

A argumentação parecia justa, ou ao menos fazia sentido, de forma que o Caetano deu-se por vencido, não sem antes comentar amargamente:

– Os patriotas brasileiros são os mais ávidos pelos seus direitos. O senhor e o Doutor Gonçalves de Magalhães têm muito em comum. E não falo das semelhanças artísticas não! Eu que monte uma peça dele sem lhe dar a satisfação das moedas! Não à toa vou juntar os dois no mesmo programa!

– Minha peça? Ao lado do Doutor Magalhães?

– A tua comédia será o complemento cômico da nova tragédia do Magalhães, o *Olgiato*.

– A peça à milanesa? – o Pena lembrava-se da conversa no chopp dos mortos.

– Exatamente, como sabe o senhor?

– Já tive a oportunidade de conversar com o Doutor Magalhães.

– Ótimo. Então se unem os dois para explorar e colocar na parede o pobre empresário nacional? A pedir-lhe adiantamentos? Então não sabem todos os gastos que envolvem a montagem de uma peça? É assim que nasce a dramaturgia brasileira? Onde andam os ideais artísticos? Pois saibam que os autores de Portugal e França não nos dão trabalho nem fazem semelhantes pedidos...

– É por que ou já morreram, ou estão do outro lado do oceano, onde fica mais difícil correr atrás do que lhe devem.

Funcionou com o Caetano a estratégia que empregava com as mulheres; o riso vencia o drama. O Caetano riu, e a discussão deu-se por encerrada, com os dez por cento do autor garantidos.

Quando o ator saiu pela porta, o Pena contou as notas do adiantamento, sentindo-se novamente um autor de teatro.



Os ensaios começariam no dia seguinte, no Teatro São Pedro. O Pena arranjou-se com o tio, usando novamente a desculpa de supervisionar os interesses do armarinho, e amanheceu no palco. Foi um banho de água fria observar o teatro durante o dia, quando era uma espécie de avesso das noites de gala. Algumas rachaduras e partes mal conservadas apareciam, aqui e ali; o silêncio da plateia vazia fazia-o parecer menor; a postura dos atores era preguiçosa e desleixada, sem nenhum traço do heroísmo dos personagens que representavam. E, por fim, o ensaio não seria no palco, mas em uma das salas de ensaio, apertada e escura.

Como era costume, o horário dos figurantes e atores de papel menor tinha sido marcado mais cedo. Os atores que faziam os roceiros no tribunal estavam esparramados pela sala, sonolentos, resmungando pelo atraso e pelo baixo pagamento, sem a menor ideia do que iam representar. Aquela falta de expectativa frustrou o Pena; ele mal tinha conseguido dormir de tão ansioso, colocara sua melhor roupa, e esperava ser cumprimentado com entusiasmo, por atores empolgados com seus papéis. Afinal, naquela peça os papéis pequenos eram os mais engraçados.

Não foi cumprimentado, nem com entusiasmo nem sem ele: foi apenas olhado de soslaio pelos atores: quem seria aquele desconhecido metido a dândi? Tomás, um negro de ganho que acabara de comprar sua alforria e agora trabalhava como maqui-

nista e contrarregras, se aproximou e perguntou timidamente ao Pena se ele seria o novo ensaiador. O Pena respondeu com uma ponta de orgulho que não, que era o autor. O outro fez um gesto de desânimo para o resto do grupo.

– Não é ninguém, é apenas o autor – e os demais voltaram a seus afazeres.

Assim, em seu estado normal, os atores se pareciam muito com os personagens: eram simplórios, grosseiros, sem o refinamento dos atores cortesãos, que como Caetano, protagonizavam peças, cartazes e manchetes. Era a classe Z da profissão, os atores que sobreviviam a troco de algumas moedas, fazendo figuração muda ou dizendo um par de frases em cada peça.

Restava saber se tal semelhança funcionaria em cena, pois a má vontade do grupo era visível. Quando enfim o novo ensaiador chegou, foi recebido com apupos e vaias. Carregava o texto debaixo do braço, pois era também o ponto, encarregado de soprar o texto aos atores, salvando esquecimentos em cena aberta. Ao saber que o autor estava presente, limitou-se a dizer com voz seca:

– Autor bom é autor estrangeiro, que não vem depois reclamar que a peça ficou diferente do que ele imaginava...

Começou então a ler a peça em voz alta para o grupo. Esta era a principal função do ensaiador: precisava saber ler e explicar. Era nesta primeira leitura que a maioria dos atores conhecia a história e decorava de cabeça seus papéis. O desenho da peça, em si, as marcações, só seriam feitas após a chegada do Caetano, na maioria das vezes pelo próprio.

O tal novo ensaiador poderia ser bom para ler a peça, mas não parecia bom para explicá-la: reuniu o grupo, fez um breve discurs-

so sobre o profissionalismo da companhia e a importância da disciplina – como se todos não estivessem ali no horário e não tivesse sido ele próprio o atrasado – e começou a ler. Nenhuma palavra sobre a peça, sobre ela ser brasileira, sobre os personagens.

Os atores ouviram com silêncio respeitoso. O Pena, com o coração colado na boca, tinha os olhos cravados naqueles seus primeiros espectadores, à espera de um riso, um murmúrio de aprovação, qualquer indicativo de sucesso. Nada: ouviram com penetrados do início ao fim. O ensaiador também não fazia questão de empolgar, e lia todos os personagens no mesmíssimo tom de voz. “Poderia ter me chamado para ler com ele, ao menos teria uma outra voz, para variar”, pensou o Pena, entediado. Ao fim, nenhum aplauso. O Tomás dirigiu-se respeitosamente ao ensaiador. O Pena apurou o ouvido, ansioso de um comentário que fosse. Mas era apenas uma reivindicação sobre pagamentos atrasados. O negro levou um passa-fora e voltou para seu grupo, e ali todos ficaram, obedientes, à espera do comando do ensaiador, que então, começou a distribuir preguiçosamente as “partes”, ripas de papel onde cada ator encontrava tão-somente as falas que tinha que dizer, precedidas da última palavra da fala anterior – a “deixa”.

O Pena odiou aquela obediência coletiva, aquela falta de interesse, de curiosidade. O que seria da sua peça, entregue a tratantes como aqueles? Pois mesmo o Caetano sendo a estrela que era, não poderia carregar a peça toda, sozinho; era preciso um elenco, e não aquele amontoado de marujos. Ah, como tudo conspirava contra o autor de teatro! Quando enfim, consegue por mil ardis ver sua peça montada, lá vão os atores estragar tudo!

O ensaio começou, com o ensaiador posicionado na mesa do juiz, no centro da sala; aquele era o lugar que Caetano depois ocuparia. O ensaiador limitava-se a ditar a ordem das entradas e soprar o texto; nenhuma palavra sobre os personagens, as caracterizações, nada. Quanto às marcações, assinalava as entradas e saídas e instruía todos a não obstruir a visão do público da mesa onde se sentaria Caetano.

Os atores iam cumprindo o estabelecido com mais ou menos eficiência; era cada um por si. Os com mais experiência cômica arriscavam trejeitos e improvisavam piadas. Os outros só diziam o texto de maneira mecânica.

Não havia nada naquele quadro que indicasse algum sucesso. Mesmo o ensaiador parecia não prestar atenção no trabalho. No intervalo, o Pena foi alcançá-lo ao bebedouro. Queria saber o horário da chegada do Caetano, quem sabe a ele não poderia fazer algumas queixas. O ensaiador não escondeu o muxoxo:

– O Caetano está no ensaio do *Olgiato*, do Doutor Magalhães.

Frustrado, o Pena perguntou por Estela.

– Também está no *Olgiato*. Todas as forças da companhia estão concentradas no *Olgiato*, que vai suceder o sucesso do *Poeta e a Inquisição* e a parceria com o Doutor Magalhães. Só se fala nisso, dentro e fora do teatro, nos jornais, nas ruas; todos lá estão, menos eu. E por quê? Porque me mandam ensaiar o seu *Juiz da roça!*

Soou a campanha para o reinício dos ensaios; os atores abandonaram seus cafés e cigarros, mas o desânimo impediu o Pena de voltar para a sala. Vagando pelos corredores, ouvia ao longe o eco das falas que tinha escrito, estropiadas pelos atores.

Diziam que as galerias dos teatros eram habitadas por fantasmas, espíritos de velhos atores que se recusavam a deixar a cena; desejou ardentemente que um desses velhos fantasmas retornasse e botasse todo o elenco para correr.

Aos poucos, outra voz veio se acrescentar aos ecos do seu texto; era uma voz heroica, firme demais para ser alguma assombração. O Pena seguiu aquela voz até uma porta fechada. Com todo o cuidado, entreabriu-a suavemente.

Era uma varanda interna, da altura do segundo balcão, com vista para o palco. Deveria servir para o manejo de efeitos especiais de som.

Os cinco ou seis principais atores da companhia de Caetano estavam no palco, incluindo Estela, além de uma pequena multidão de figurantes. O Caetano ocupava um largo centro, com todo o elenco à roda. Ele dizia algum discurso político, sobre uma terra melhor, girando em círculos, olhando nos olhos de cada um dos atores. Reinava um silêncio respeitoso: mesmo os atores que perceberam a presença do Pena na sacada não ousaram interromper. Aos poucos, ficava claro o objetivo do discurso: era uma conspiração contra o duque tirano. Era o ensaio do *Olgiato*.

Quando Caetano acabou o discurso, aconteceu o mesmo que nas apresentações: foi coroado de aplausos, desta vez pelos colegas de elenco. O Pena procurou pelos bigodes do Magalhães, e o localizou sentado na última fileira da plateia. Tomou coragem e desceu ao palco. Caetano tratava, agora, de coordenar os figurantes que faziam papel de povo com os efeitos especiais de chuva. Com uma das mãos comandava o povo, com a outra regia a chuva.

– Ao meu sinal gritem “Morra tirano!”

E o povo gritava.

– Ao meu sinal ventem os raios!

E os raios ventavam. “O poder do Caetano chega até às forças da natureza”, pensou o Pena, entre a brincadeira e o espanto. Os sons dos trovões, aliás, eram feitos bem da varanda interna onde ele estava minutos atrás.

Era o fim do ensaio; a roda dos atores se transferiu para o bebedouro. O Pena se aproximou, timidamente. Ao vê-lo, o Caetano não pareceu surpreso, nem feliz.

– Amigo Pena! Parece que todos os autores do Brasil resolveram vir hoje ao meu teatro! Veio fazer companhia ao Magalhães, ou tentar também um papel de ator na comédia?

O Pena começava a desconfiar que ninguém ali quisesse saber de autores, e saiu pela tangente.

– Qual, quem sou eu, se ainda soubesse fazer chover ou relampiar como o amigo...

Caetano ficou envaidecido com a piada, e quando isso acontecia, metade do caminho estava andado. Logo o estava pegando pela mão e levando ao Magalhães. O Pena mostrou-se honrado em dividir o programa da noite com o Senhor Doutor Magalhães, como o Caetano o chamava; o doutor, por sua vez, quis saber dos dramas que o Pena prometera escrever.

– Já tenho um no forno – adiantou o Pena. – Chama-se *Fernando, ou o cinto acusador*.

– Bom título – arriscou o Magalhães.

– Já está reservado para mim – lembrou o Caetano. Nenhum dos dois se impressionou: o astro dizia aquilo a todos.

– E um conto meu está para sair publicado pelo Paula Brito – arriscou o Pena. – Fala sobre os conflitos e tumultos por conta da renúncia de Pedro I.

– Quero ler – prometeu o Magalhães, fazendo o Caetano ter certeza que, de fato, o menino, de bobo, não tinha nada.

Com o final do ensaio da peça principal e as despedidas entre os autores, o Caetano pôde finalmente partir para o ensaio da comédia. Entrando na sala apertada onde se ensaiava o *Juiz*, o Pena logo percebeu como a presença do astro alterava o ambiente: não havia mais nenhum ator em má postura, ou cochilando. Alguns não escondiam a emoção de encontrar-se perto de um ídolo, de um modelo na carreira artística. Tampouco o ensaiador guardava a pose autossuficiente com que tinha conduzido o ensaio até ali. Após um breve cumprimento, o Caetano dirigiu-se aos atores para o tradicional discurso do primeiro ensaio.

– Sejam bem-vindos ao teatro São Pedro. Para os que não me conhecem, eu sou Antonio José! Sou Shylock! Sou Otelo! Sou Aristodemo! Sou Olgiate! E agora sou, também, o Juiz da roça! Esta é a porta para a carreira artística de vocês; se forem bem, será uma porta de entrada; senão, será uma porta de saída. Vamos embarcar juntos em uma grande jornada. Aqueles que acreditam que seu papel é simples, por ser pequeno, e por isso não requer atenção nem estudo, enganam-se. Mesmo o menor papel tem sua importância dentro de uma peça. Não existem pequenos papéis. Existem pequenos atores.

Foi aplaudido, e seguiu-se um discurso de incitamento à vocação e à entrega artística de cada um. O Caetano estava inflamado; dir-se-ia que não tinha largado ainda o Olgiate conspirador, e que seu próximo passo seria pedir a cabeça do duque. O elenco respondeu com vivas de entusiasmo, como se cada um tivesse naquele momento se convertido em protagonista da sua própria peça.

“Agora, sim, a comédia vai pra frente”, pensou o Pena com seus botões, ansioso por ver o prosseguimento do ensaio naquele grau de energia e entrega. Mas, para sua surpresa, o Caetano encaminhou o elenco para o ensaio do bailado final, a cargo de Estela, remarcando com todos no mesmo horário da manhã seguinte. No mesmo horário em que estaria, mais uma vez, ocupado com o ensaio de *Olgiato*.

O Pena sentiu-se tão frustrado que não teve forças para levantar do seu lugar. Os figurantes dispersaram rumo à porta como uma manada de búfalos.

Caetano esperou a dispersão dos atores para, julgando-se a sós, testar sua mesa de Juiz; rodeou-a; sentou-se, timidamente, a princípio. Colocou as mãos sobre a mesa, abaixou a cabeça. Levantou novamente o rosto, e era outro olhar, um olhar talvez de astúcia, sem dúvida de arrogância. Levantou-se, rodou em volta da mesa, parecendo examinar o teatro todo com esse novo olhar.

Foi quando o Pena entendeu que o ensaio não havia acabado; o Caetano tinha mandado todos embora para poder ensaiar sozinho. E estava agora, longe dos olhos de todos, tentando encontrar o seu Juiz, a partir do contato com o principal objeto cênico do personagem, a mesa.

Era para ser um processo solitário; o Pena tinha, inadvertidamente, permanecido, sem que o Caetano, concentrado, se desse conta. Quando este percebeu, já era tarde, já estava “transformado” em juiz. E foi como juiz, não como Caetano, que lançou um olhar de reprovação ao autor.

O Pena sentiu um arrepio percorrer-lhe a espinha, ao ser olhado de frente pelo próprio personagem que havia criado, e

que não passava, instantes atrás, de palavras escritas em um papel. Acabava de entender que os personagens tinham alma. Era a alma do juiz que via agora no olhar do Caetano; o personagem, que só existia vivo em sua cabeça, lançava-se agora no mundo exterior, com a mediação do ator. Não era muito diferente do espiritismo, essa religião recém-criada, cujos praticantes diziam emprestar o corpo às almas que não o tinham.

O Caetano, ou melhor, o juiz, continuou seu trabalho, sentando-se, levantando-se, sempre girando em torno da mesa. Em breve espalhou papéis soltos por cima dela, para em seguida pôr-se a organizá-los, depois novamente espalhá-los. O Pena espiçou os olhos: eram cópias de desenhos de Debret, com diversos desenhos de guardas, oficiais e outras figuras de poder. Caetano observava as figuras e lhes imitava o porte; ao que parece, era nelas que buscava inspiração para o personagem; nelas e nas pequenas ações físicas que este devia realizar. O Pena ficou admirado do processo, mas sentiu-se invadindo uma igreja vazia, presenciando um pequeno milagre, o surgimento de um personagem, algo que deveria pertencer só ao ator; aproveitou um momento onde Caetano / Juiz concentrava-se na organização dos papéis, e deixou a sala na ponta dos pés.

Já tinha visto o bastante pelo dia; pensava em ir embora, mas logo o som de um fado animadíssimo lhe invadiu os ouvidos, vindo de algum ponto do segundo andar. Foi atraído pelo som como a mariposa é atraída pelo brilho da luz, dando voltas e voltas, cada vez mais perto do som, até descobrir-lhe a fonte. Era uma porta fechada no segundo andar, provavelmente outra sala de ensaio. Abriu-a. Encontrou um portal para outro mundo.

Ali dentro, se ensaiava o bailado que encerrava a comédia. O músico da companhia rasgava a viola, enquanto todo o coro de figurantes rodava euforicamente, em sentido anti-horário, com Estela em transe, ao centro, regendo-lhes os passos. Homens e mulheres se improvisavam como pares, um par de cada vez no centro da roda. Primeiro os homens buscavam as mulheres, com passo ligeiro, enquanto elas, com pequenos movimentos de corpo e braços, recuavam vagarosamente; depois, eram elas que procuravam os homens, que por sua vez recuavam, até que finalmente se encontravam todos os pares.

O som ganhava amplitude, revelando a canção que todos cantavam a plenos pulmões:

*– Se me dás que comer*

*Se me dás que beber*

*Se me pagas as contas*

*Vou casar com você.*

Estela regia ao mesmo tempo o músico e o coro, com gestos que cobravam, sempre, energia. Os pares giravam em roda, cada vez mais rápido, e ela a pedir mais, mais enérgico, mais rápido:

– Aferventa, aferventa!...

E o violão aferventou o ritmo, incorporando as palmas ritmadas, e bulhas, e bravos, e risos. Chegaram à tal energia que Estela procurava: todos rodavam ao mesmo tempo, infinitamente.

O Pena, embora deslumbrado, também se sentiu invadindo terreno. O teatro era um pouco como um número de mágica, e assistir a um ensaio era como desvendar seus truques. Retirou-se, discretamente, mas feliz e confiante no resultado. Quem diria que seria assim, a julgar pelo início do dia?

Quando saiu do teatro, levou um susto com o sol da tarde a pino. Estava há horas na penumbra dos lampiões de azeite; a vista chegava a doer. Talvez por isso os atores preferiam a vida noturna; a luz da noite é mais parecida com a vida dentro do teatro.

Ainda havia tempo de passar no armarinho, mas febril de inquietação, preferiu ir para casa. Antecipava na cabeça as cenas a serem ensaiadas no dia seguinte, visualizava a estreia, ouvia os aplausos. E quem sabe não poderia ser, além do primeiro autor de comédias brasileiro, o primeiro a assinar seu nome no cartaz? Sentia o orgulho de gritar a toda uma cidade: “Eu! Eu fiz isso!” Nunca tinha sentido sinal tão poderoso de sua vocação. Então era isso que os gregos, o Irineu e o Brito chamavam de destino?

Se era, haviam esquecido de combinar com os outros deuses do destino. Pois quando chegou em casa, encontrou a irmã à sua espera, como era costume quando ele, em criança, andava fora do trilho, obrigando-a a fazer o papel da mãe ausente.

O Pena imaginou o pior, uma briga com o deputado, o fim do noivado e dos planos.

– Mas o que foi que houve?

A notícia era boa: a data do casamento havia sido marcada. Mas não batia com o semblante carregado de Carolina. O Pena suspeitou que houvesse algo escondido, algo grave, apenas à espreita, esperando a hora certa de sair. Resolveu puxá-lo pelo rabo.

– O que é que queres me dizer? Anda, dizes, te conheço bem. Então não pode dizer as cousas ao mano? Não estás feliz? Não amas teu noivo? Ele te maltrata?

A irmã espantou-se:

– Claro que não me maltrata, claro que estou feliz! Se o amo? Bem, ainda mal o conheci, mas a questão não é essa. A questão é vosmecê, mano.

– Eu?

– Por que não levas a sério o nosso projeto familiar?

O Pena suspirou profundamente. Nem se lembrava mais da primeira vez em que tivera que escutar aquela conversa.

– Mas mana, já não disse que me emendei? Por que pegar no meu pé? Não entrei para o armarinho do tio e tudo?

– E não era lá que devias estar a essa hora?

– Mas é que eu estava cuidando dos negócios em outra parte, já não lhe disse que estive no teatro...

– É sobre isso que quero falar-te, sobre o teatro.

O Pena teve um mau presentimento e, antes que a irmã pudesse começar, defendeu-se.

– Bem sei o que a mana dirá, sobre a má natureza do teatro, dos atores, sobre os vícios e maus costumes que rondam o meio, tudo isso tenho ouvido a vida inteira, mas Carolina, é um trabalho como outro qualquer. Estive hoje o dia inteiro no teatro e vi como trabalham os atores, desde cedo. São tudo menos desocupados. E além do mais, não sou ator; eu sou apenas o autor.

Falou em disparada, mas em nenhum momento Carolina tentou tomar-lhe a palavra. Costumava deixar que ele esgotasse seus argumentos antes de colocar os dela. E assim foi: quando ele cansou-se de esbravejar, ela, sem deixar de espriar-se na poltrona, fingiu mudar de assunto.

– Hoje conversei com o Francisco.

– Francisco? – fez o irmão, com cara de página em branco.

- Meu noivo, o senhor deputado.
- Ah, sim, desculpe, ainda não me acostumei.
- Pois te acostuma. Foste o assunto da tarde.

O Pena sentiu um calafrio a percorrer-lhe a espinha. Carolina continuou, com a tranquilidade de quem tem um punhal na jugular do adversário.

– Pensei em falar-lhe sobre a tua nomeação, mas... – a irmã interrompeu-se, e ficou olhando o vazio, a fazer dobras no pano da almofada.

– Mas... – fez o Pena, impaciente. Detestava tais joguinhos.

– Mano, teu curso de comércio ajuda alguma cousa, mas não tem o peso de uma faculdade de direito. Sabes que a tua nomeação depende mais da proteção de alguém do que de teus estudos. Tens realmente vontade de te tornares funcionário público? Tens ideia da responsabilidade desta indicação?

– Se tenho vontade? Mana, deposito toda a esperança da minha vida neste acordo. A última cousa que quero é o armarinho. Não estávamos só esperando o casório?

– Então não ponhas tudo a perder. Luiz, pensas que um político, do Partido Conservador ainda por cima, quer pertencer a uma família onde o próprio cunhado escreve comédias e é metido com teatro? É o teatro entrar por uma porta e o noivo sair por outra. Sou uma mulher velha, Luiz, já conto vinte e cinco anos, um quarto de século. Se perder este noivo, fico pra titia, isto se me deres sobrinhos. Condenada a vestir os santos, os defuntos e os recém-nascidos, a cuidar dos doentes da família, a assistir à missa nos dias e nas noites suspirar de frente pro retrato do noivo que se foi. Se não tens apreço ao teu futuro, talvez seja em parte culpa minha, sempre te mimei em dobro, por mim e pela mãe.

Mas não me punas destruindo a única chance de escapar do destino de depender dos parentes.

A estratégia de Carolina deu certo: com o peso do mundo nos ombros, o irmão pediu licença e entrou pelo quarto. Sua real vocação, descoberta apenas naquela manhã, ainda era forte o suficiente para afirmar-se perante as ameaças e preconceitos. Seria capaz de suportar todas as consequências, se elas se voltassem apenas sobre ele. Mas se os preconceitos e consequências caíssem sobre os que amava? Contra isso, não havia remédio ou antídoto. Poderia aproveitar a força e a certeza súbitas e seguir em frente; mas que gosto o sucesso teria, se trouxesse junto o fim do casamento da irmã? Não, seu nome teria que permanecer fora dos cartazes. Mais que isso: se esconderia em um pseudônimo, por essa peça apenas, e nunca mais se meteria com o teatro. Voltaria na manhã seguinte aos ensaios, apenas para agradecer ao Caetano a atenção dispensada e explicar-lhe o sumiço. Mas, teatro, mesmo, nunca mais. Estava prometido.

Não saiu mais do quarto pelo resto do dia. Acordou cedo e tomou café calado, repassando mentalmente o discurso de despedida, sob os olhares encorajadores da irmã. Saiu e nem o tio ousou lhe cobrar o trabalho no armarinho; se era para desistir do teatro, um ou dois dias a menos no trabalho não fariam diferença.

Ao chegar à Praça da Constituição, parou e olhou a fachada do teatro antes de entrar. O edifício, imponente, parecia mesmo obra de deuses acima dos homens. Ali, toda noite, se representavam vidas grandiosas. O que significava o seu drama diante daquelas vidas? Quem era ele, diante de Otelo, de Hamlet, de Agamenon? Sentia-se desaparecer diante de tamanhos exemplos

de heroísmo. Ele era só mais um que passava. O que tinha havido com cada um dos atores que se debruçaram sobre aqueles papéis através dos tempos? Não se sabe; os atores não importam, só o teatro importa. Todos os atores passarão, uns mais cedo, outros mais tarde. Só permanece o teatro: os edifícios, os personagens, e talvez, os Deuses. Mas talvez tudo isso fosse apenas devaneios da sua imaginação, fantasiosa demais. Apressou-se a entrar no edifício e dar por encerrada sua carreira ainda não começada. Não seria difícil, visto a recepção que tivera na véspera.

Mas foi recebido de forma totalmente distinta; para começar, o Caetano já estava presente, e pareceu aliviado ao vê-lo. Tomou-o pela mão e, sem dar-lhe sequer o tempo do bom dia, apresentou-lhe a todo o elenco. Em seguida, novamente sem explicações ou tempo para recusas, puxou-lhe a um canto e disse à meia-voz.

– Estou com problemas aqui.

– Problemas? Sim, sobre isto que vim lhe falar, eu...

– Minha filha caçula está doente, e Estela teve que ficar em casa; o ensaiador da comédia brigou com o elenco e pediu demissão. Estou tendo que me dividir em várias funções. O amigo assistiu quase todo o ensaio ontem, bem poderia ajudar...

Então, ontem era apenas o autor, e hoje, na hora da necessidade, já era útil para ajudar... ah, como teve vontade de dizer não, de contar-lhe que desistiria do teatro para ser funcionário público, profissão estável, respeitada pela sociedade, dizer que não podia mais se dedicar àquelas miudezas, que ficasse com a comédia e cuidasse apenas para que seu nome não aparecesse, pois o meio que frequentaria a partir de agora não toleraria que se misturasse com tal ambiente... Tinha vontade e razão para dizer todas essas coisas, mas o que saiu de sua boca foi:

– Ajudar? Mas como?

O Caetano sorriu. O que não faltava era o como, mas o quem. Era preciso ensaiar o bailado; arrumar um novo ensaiador; e como se não bastasse, era preciso completar o elenco, pois vários papéis estavam desfalcados.

– Mas como assim? Nem o elenco?

– Tive que fazer mudanças. Alguns atores queriam ganhar mais para atuar na comédia e no drama, o que é inaceitável. Tive que chamar para a cena até o negro Tomás – o Caetano pigarreou e continuou em voz baixa. – Além disso, eu mesmo estou pensando em mudar de personagem.

– Tu? Mas o que há de errado com o Juiz?

– Nada. Acredito mesmo que é bem escrito. Apenas não é para o meu temperamento. Para o meu *physic du role*, como dizem os franceses. Nenhum ator, amigo Pena, é bom em todos os papéis. Descobrir os personagens que pode fazer bem e os que não pode: eis o segredo do sucesso de qualquer ator. É preciso ter humildade de reconhecer, e também experiência, já ter errado antes. Sei que não posso fazer bem o Juiz.

– Mas vi vosmecê no papel do Juiz. Eu estava na sala, não lembra? Quando sentou-se à mesa. Dou minha palavra de honra que me vi diante de um evento sobrenatural. Vosmecê parecia possuído pelo olhar do Juiz.

– Tu me viste. Eu estava pesado demais, severo demais. O juiz é mais leve, é um Juiz que dança fado no final. Leva tudo na flauta. Tem uma bossa. É o herói da história, um herói brasileiro, à sua maneira. É um canalha, e ainda assim se gosta dele. Tenho muitos amigos assim. Mas se o Juiz for severo como o

interpretei, tiver o olhar que vosmecê viu, não vai ter empatia com público. O público pode temê-lo, mas não vai amá-lo. E a comédia vai por água abaixo.

– Mas se já descobriste o problema, é só corrigir.

– Já corrigi, amigo Pena; mas não da forma como pensas. Apenas achei no texto o personagem que mais tem a ver com minha forma de representar.

– Qual? – quis saber o Pena quase enfartando de curiosidade.

– José, o namorado de Aninha – revelou o Caetano. – Me identifico com sua inquietação, com seu sonho de ser artista; não se esqueça que saí de Itaboraí para tentar o teatro na Corte; ele é convocado para recrutar, e eu também fui, baixei praça e lutei nas guerras da Cisplatina, quando perdemos o Uruguai; tal como eu, ele é apaixonado por Aninha, ou seja, Estela; e finalmente, ele aparece antes. O Juiz só aparece pelo meio da peça; sou muito ansioso fora de cena, gosto de entrar na peça já de início.

Ou seja, o Caetano faria o personagem que o Pena escreveu como um alter ego de si mesmo. Provavelmente o autorretrato não tinha sido tão fiel assim, pois o próprio ator tinha se identificado com o papel; e, além disso, faltava ao autor muito da malandragem do personagem. O que tinha acontecido é que, falando de um ponto de vista próprio do que sentia e do que via nas ruas, o Pena provocava a identificação dos leitores com aqueles personagens e situações. Mas não deixaria de ser simbólico, quando levasse Aninha ao teatro, que ambos fossem representados em cena por um casal verdadeiro. Talvez conferissem mais paixão aos personagens e adoçassem o duro coração da amada. Mas ainda havia um papel vago, e o Pena não podia deixar de se preocupar com ele.

– E o Juiz, quem vai fazer? – temia que o papel mais importante fosse relegado a um dos figurantes, de pouca experiência.

– Não se preocupe, o papel está em boas mãos. Importei o Manoel.

Manoel Soares era o principal cômico em atividade no Brasil. Neste universo restrito – atores que só figuravam nas comédias – já tinha vários sucessos, conquistando a admiração dos fãs e o respeito dos empresários. O próprio Pena, fã de comédias, já o tinha visto mais de uma vez. Manoel Soares seria perfeito, se não fosse por um detalhe... era português. Tinha chegado ao Brasil há uns dez anos, acompanhado da irmã Ludovina, que se destacava nas tragédias, os dois fazendo parte da última das grandes companhias portuguesas importadas para ocupar o Teatro São Pedro.

– Ora, mas vosmecê mesmo não ia vender a peça aos portugueses? – protestou o Caetano à observação do amigo.

– E vosmecê não respondeu que um luso só poderia ser um juiz da roça de Trás-os-Montes, que era um ato de patriotismo, e não sei qual mais?

– Justamente, um ato de patriotismo. Amigo Pena, penso que seja hora de acabar com a guerra nos palcos. A rivalidade já não é tão grande nas ruas, já arrefece. E se um dos lados não der o primeiro passo, a nossa guerra nunca terá fim. Vamos dar o exemplo. Chamemos um deles para atuar aqui, mostremos que há espaço pra todos. O amigo não concorda?

E que importava se concordava ou não, se tinha vindo apenas para se despedir? Eles que se virassem como pudessem! Mas o fato é que o Pena não conseguia virar as costas para as necessidades da pobre comédia, sentia-se abandonando um filho. Além do mais, se a peça fosse bem, o autor passaria despercebido, mas

certamente colocariam nele a culpa, se fosse mal. E se seria sua única peça, que ao menos saísse bem-feita. Não, sua presença ainda era necessária, para que a cousa não desandasse; só depois dos problemas serem contornados é que poderia se despedir. De modo que só lhe restava concordar e oferecer ajuda.

– Mas vou avisando ao amigo, é só por hoje!

Como tinha boas noções musicais e sabia dançar, comandou bem o ensaio do bailado. Os atores, que o associavam à figura taciturna da véspera, se surpreenderam com seus passos leves e voz afinada. Encorajou o negro Tomás a apresentar a todos o universo das umbigadas e das danças de batuque. Passou do bailado à cena dos roceiros, onde, apesar de preso à função de ler as réplicas do Juiz ausente, pôde, suavemente, ir aproximando a peça da forma como a via em sua cabeça, orientando os atores nesta ou naquela direção. Terminou o dia nomeado como o novo ensaiador. Impôs apenas uma condição: que seu nome jamais aparecesse nos cartazes, ou em qualquer outro lugar; seria autor, ensaiador, o que fosse, mas sem publicidade.

O Caetano riu-se de exigência tão singular no mundo artístico, onde a maioria queria, acima de tudo, aparecer; mas não viu maiores dificuldades em cumprir o acordado.

Em casa, o Pena jantou em silêncio e se recolheu, sem coragem de contar a verdade. Dia amanhecido, precisava de outra desculpa para mais uma vez não ir ao armarinho. Escolheu a mais apressada de todas: era preciso voltar ao teatro porque esquecera por lá o paletó e não caía bem trabalhar sem paletó. Nem o tio nem a irmã engoliram a desculpa, e seguiu-se uma discussão extenuante e cheia de acusações, onde o Pena viu-se obrigado a inventar que tinha contraído dívidas para financiar

a peça, e estaria obrigado a trabalhar para o Caetano até saldá-las. Mentiras também, mas tornadas verdade pelo grau de desespero do nosso herói, totalmente espremido na parede. Saiu de casa prometendo ao tio que, mesmo trabalhando na peça, ainda zelava pela publicidade que o armarinho iria conseguir; e prometendo à irmã que sua ajuda se limitaria aos bastidores e seu nome jamais viria à boca de cena, nem como autor, nem como ensaiador, nem como o quer que fosse. Prometeu aliviado por finalmente fazer promessas que podia cumprir.

A apresentação de Manoel Soares foi bombástica. A atitude do seu Juiz, sentado em torno da mesa, não era mesmo severa como a do Caetano, mas jocosa. O Caetano dizia a primeira frase, “Vamos começar os trabalhos”, como um inquisidor prestes a arrancar o fígado dos réus. Já o Manoel dizia com preguiça de trabalhar, como se lhe arrancassem do fundo de uma rede. Enquanto o Caetano permanecia grave e contrito em cada caso em que o Juiz era subornado, o Manoel sorria com genuína alegria a cada “presente” que recebia das partes em juízo, e até improvisou um bordão: “O certo é que é bem bom ser juiz cá pela roça”, que repetia a cada novo suborno, em uma autêntica celebração da picaretagem e da falcatrua.

O Pena podia respirar aliviado: o papel do Juiz estava em boas mãos. Era de uma brasileirice aguda. Mas quem diria que nosso primeiro personagem autenticamente brasileiro ia ser encarnado à altura por um português?

Terminado o ensaio do *Juiz* e do bailado, vieram as cenas do casal Caetano – Estela. O primeiro encontro era feito de maneira secreta, na sala: o galã narrava os cantos e encantos da Corte para a mocinha da roça: seus teatros, suas cores e luxos – como o pró-

prio autor já tinha feito tantas vezes com a amada. A Aninha da peça, ao contrário da real, propõe logo o casamento, prontamente aceito por José, e passam então a combinar o como e o quando.

Pouco teve o Pena a acrescentar neste ensaio: Caetano e Estela eram mais convincentes como apaixonados do que qualquer outro casal de atores que não partilhasse o que eles partilhavam. O Pena chegou a desconfiar que o motivo real para que Caetano passasse ao papel do galã tenha sido o ciúme de vê-la nos braços de outro, mesmo em cena. Afinal, ele quase não a enforcara de verdade em *Otelo*? E não fazia segredo disso.

Mas em uma das cenas finais do casal, o Pena arrumou espaço para dizer a que vinha. Na história, José e Aninha combinavam de se casar, mas saindo da casa da namorada, o rapaz era capturado para ir aos Farrapos como recruta. A ironia, o *coup-de theatre* do autor era que o galã ficava aos cuidados do pai de Aninha, membro da guarda nacional (o pai dos palcos seguia a profissão do seu modelo real). Ou seja, teria que dormir como prisioneiro, na casa do futuro sogro, que desconhecia o namoro com a filha, até a chamada para ir à Corte. Logo na primeira noite o amor venciu: Aninha conseguia roubar a chave do pai, e fugir com José para se casarem em segredo, no padre da freguesia.

Na cena em que Aninha roubava a chave do pescoço do pai, o Pena sugeriu que aumentassem a dificuldade. Ou seja, em vez de simplesmente conseguir roubar a chave de primeira, dificultasse: a cada vez que a moça se aproximasse da chave no pescoço do pai, este fizesse um movimento dormindo, ou passasse a roncar mais alto, fazendo-a recuar e aumentando a expectativa do público. A ideia deu resultado já na primeira tentativa, garantindo o riso dos outros atores que assistiam e o respeito de Caetano,

que, sem lhe pedir instruções, prestou atenção nele pelo resto do ensaio, a ver se pescava alguma.

O ensaio bem-sucedido, porém, não foi suficiente para trazer contentamento ao coração do Pena. Como se não bastasse toda a confusão de estar ali sem poder estar, sem poder aparecer, ainda havia as cicatrizes da saudade de Aninha, que o amor da peça reabria. Ironicamente, doía-lhe agora o final feliz do casal da peça, aquele amor que superava os obstáculos. Doía-lhe aquela Aninha despachada, que propunha casamento antes mesmo de ser pedida. Arrependeu-se de ter elegido aquele assunto, ou ao menos de dar-lhe tratamento romântico: deveria ter mostrado Aninha como ela era, a mocinha a conformar-se e até preferir o casamento vantajoso ao por amor. Ah, que tal comportamento feminino seria castigado sem falta nas peças seguintes. Mas que estava dizendo? Não haveria peças seguintes.

O ensaio deu-se por encerrado, e seria interrompido por alguns dias, pois a companhia de Caetano iria aproveitar a Semana Santa para excursionar em Itaboraí, abocanhando outras cidades perdidas pelo interior do estado, como Mangaratiba e Angra dos Reis. O novo chefe lhe agradeceu entusiasticamente os préstimos e estimou encontrar-lhe de volta ao posto, quando voltassem da viagem.

Observou todos partindo, aos poucos, entre conversas aqui e ali, piadas e risadas típicas de fim de ensaio, e foi se deixando ficar no teatro vazio. Sentia a noite ir caindo lá fora. Faltava-lhe a coragem de sair, de enfrentar o tio, Carolina, Antonio do Pau d'Alho, a vida real. Fosse uma comédia, e tudo ficaria mais fácil, era só fugir e se casar na paróquia, resolvia-se tudo dançando um fado no final.

Mas o seu final foi diferente e sem fado: acabou expulso pelo Tomás, que além de contrarregra e ator era o vigia, e queria aproveitar aquela noite sem espetáculo para dormir. Sem rumo, deu uma banda pela praça da Constituição, foi ao Chopp dos Mortos para ver se encontrava o Juca ou alguém da Academia. Nada. Começou a cair uma chuva fina, dessas que caem sem pressa e entram no corpo como pequenas agulhas. As ruas foram ficando ainda mais desertas, de modo que só restava encarar o caminho de casa, as pontes que separavam o seu mundo de fantasia da amarga realidade.

O caminho estava completamente enlameado, o que o obrigava a andar devagar. De certa forma era até bom, não tinha mesmo pressa nenhuma. Passou em frente à casa de Aninha, e teria diminuído a velocidade mesmo que o chão não estivesse tão escorregadio, ainda mais encontrando a janela dela aberta. A chuva e a lama lhe davam o álibi perfeito. Levado por um instinto que não podia nomear nem combater, aproximou-se. Apesar de não ser tão tarde, a casa estava em silêncio e o quarto, apagado. Conferiu sinais da presença do Pau d'Alho pelas redondezas, talvez tivesse acabado de sair, a família o levado ao portão, e por isso a impressão de quietude. Nada, não havia rastro de gente pelas bandas de fora da casa. Conferiu o perdigueiro velho e o ganso: nada, talvez dormindo também.

Movido por uma força irracional, aproximou-se da janela. Nunca havia chegado tão perto de Aninha: de onde estava, diria mesmo que sentia seu perfume e a ouvia respirar, provavelmente deitada em sua cama. O Pena não conseguia prosseguir. Temia que sua respiração forte ou mesmo as batidas de seu coração acordassem a casa. E mesmo se não acordassem, prosseguir para

onde? Entraria pela janela? E o que faria? Raptar a noiva? E tal ousadia valeria o risco? Não só o risco de enfrentar o noivo ou o pai, ambos da Guarda Nacional, mas o risco da recusa e dos gritos da noiva. Afinal, Aninha estava para se casar por vontade, não livre nem espontânea, mas sem dúvida própria. E ele se expunha àquele perigo, podendo levar corrida de ganso, mordida de perdigueiro, ou mesmo tiro de sal de pai enfurecido, por alguém que nunca reconheceria todo aquele sacrifício? Não, ele tinha ido longe demais por alguém que não correspondia ao seu amor; que dali pra frente, deixasse as aventuras amorosas para a sua comédia, e soubesse perder com dignidade na vida real. Com o mesmo cuidado, iniciou a meia-volta, pé ante pé. Não tinha completado meia dúzia de passos quando ouviu às costas a doce e inconfundível voz:

– Desistiu?

Aninha o fitava debruçada na janela, os olhos brilhando.

– De-desistir...? Do quê...? – balbuciou o Pena, sem querer acreditar completamente no que seus olhos viam.

– Ah, não se faça de tonto – explicou ela, sem explicar. – Vocemê sabe.

Ele não estava se fazendo de tonto; estava tonto de verdade. Quando conseguiu reparar melhor nos detalhes mais gerais do quadro, começou a suar frio. Aninha estava só de camisola; não uma camisola de todas as noites, comum, puída, mas uma roupa especial, de renda, metida à importada, com enfeites e paetês que disfarçavam as intimidades, mas ainda assim apenas uma camisola. Ou seja, a roupa era pouca e tinha sido escolhida especialmente. A janela aberta e convidativa. E ela acordada, apesar do

adiantado da hora. Todo o quadro apontava para uma conclusão que o fez tremer da cabeça aos pés: nada ali era por acaso.

– Eu... sei? – foi tudo que conseguiu dizer.

Percebendo os apuros do rapaz, Aninha tratou de conduzir a conversa.

– Certamente vinha me trazer algum recado? O famoso convite para a peça, talvez?

– Ah... sim... não... talvez... – os olhos do Pena saltavam pelas órbitas, o coração subia pela boca e os joelhos eram leves demais para sustentar o peso do corpo.

– Ou quem sabe não vieste contar a história... como é... dos amantes da Verona?

Mas o Pena nem lembrava mais de Romeu ou Julieta.

– Quem?

Aninha suspirou. Por Deus, seriam todos os homens assim, uns bananas, incapazes de entender, a não ser que elas gritassem com todas as letras? Resolveu tentar mais uma vez por outro caminho.

– Ou então eu posso te contar uma das minhas histórias. Conheces a história de Rapunzel?

– Joga as tranças, Rapunzel... – o Pena fazia um esforço danado para falar sem que lhe caísse o queixo.

Ela sorriu. Em suas fantasias, o príncipe encantado já teria invadido a torre há muito tempo.

– Vejo que já conhece. E qual a moral da história?

Subitamente, o Pena se tornou seguro como um raio.

– Amaram-se e foram felizes para sempre.

– E nós? Devemos seguir os ensinamentos dos livros?

– Nós? Até que a morte nos separe?

Bam! Resposta errada!

– Até que a manhã nos separe – corrigiu ela.

O Pena considerou gravemente se tinha entendido a ousadia da menina. Estavam pisando em terreno ainda mais escorregadio que o solo chuvoso.

– O príncipe então deveria deixar a torre pela manhã... – ariscou ele.

Até que enfim! Agora estavam falando a mesma língua, ao menos. Ela continuou a encaminhar a negociação.

– Antes da manhã. Envolto na capa da alvorada, pois ninguém pode ver o príncipe...

– Sim. É parte da maldição – concordou o Pena. – Afinal, Rapunzel já está prometida a um bruxo velho e feio.

Aninha fechou a cara.

– Se é assim, podemos encerrar a história. Rapunzel fica trancada em sua torre, e o príncipe que se resolva com sua vida. Agora, se o príncipe souber o que está fazendo, poderá repetir muitas vezes a história.

Fez-se um silêncio cúmplice. Não se dava um passo daqueles sem muitíssimas responsabilidades envolvidas de ambos os lados. No coração do Pena, sentimentos de puro romantismo se misturavam ao pragmatismo da menina, que sabia exatamente como extrair o melhor dos dois mundos: o dinheiro de um marido velho e a disposição de um amante novo.

De modo que restava ao Pena dar o próximo passo, ciente de que este passo o poderia levar à ruína, ou ao paraíso. Ou possivelmente aos dois ao mesmo tempo. Era ao mesmo tempo ganhar, sem deixar de perder; possuir, sem conseguir ter; provar o gosto, sem poder desfrutar. Mas o outro remédio era assistir de

camarote à vitória plena do rival. Ou pior, quem sabe à entrada em cena de um terceiro e inesperado personagem, à maneira das comédias de adultério que importávamos dos franceses, para fazer por ele o que ele agora recusava. Além disso, ter a situação pela metade era melhor do que não ter. Ou, como diziam os comerciantes, melhor dez por cento de cem do que cem por cento de nada.

Mas não era hora de comerciantes, e sim de príncipes. E aquele príncipe tomou sua decisão. Deu um passo à frente, e em voz baixa, quase sussurrante, tentando aparentar uma segurança que não tinha absolutamente, implorou:

– Joga as tranças, Rapunzel!



Poupemo-nos dos detalhes do que sucedeu depois da última fala do príncipe. Imaginemos, apenas, o que se sucede nessas ocasiões, levando em conta a ousadia e o desprezo dos jovens pelas convenções. O importante é frisar o pacto dos amantes proibidos: o príncipe tinha que ir embora antes da manhã.

Mas quem disse que estamos em uma tragédia europeia, onde os amantes responsabilmente cumprem seu destino? Muito mais fácil estar em uma comédia brasileira, onde, depois das dores e delícias da primeira noite, o casal preguiçosamente se larga nos braços um do outro, como se não houvesse amanhã, mesmo havendo; e desperta tarde demais, obrigando a uma fuga cheia de disfarces e confusões. Foi o que sucedeu com nosso herói.

A primeira a ter os olhos maltratados pelo sol foi Aninha. Despertou no susto, brutalmente. Ao seu lado, ainda na parte em sombras, o Pena; perto da porta, encostado na cômoda de jacarandá, um imenso boneco de Judas, em tamanho natural. Estava sendo confeccionado pelas mucamas, para ser levado à rua e malhado, no sábado de aleluia, e foi guardado ali por ser supostamente o canto menos visitado da casa. O boneco vinha trajado com casaca de veludo, botas de montar, chapéu armado e no rosto um saco de papel com os olhos rasgados, onde se desenharam dois longos bigodes.

Antes que a menina pudesse acordar o dorminhoco, soaram batidas na porta.

– Aninha! Dormindo até agora? Anda, abre-me esta porta! Raios!

Pelo praguejar, era a mãe, Dona Irene. O Pena, desta vez, despertou de um pulo, ainda cego pela luz.

– E agora? O que é que se faz? – perguntavam um ao outro, em pantomima.

As batidas na porta não davam trégua.

– Anda, menina! As mucamas querem terminar o Judas!

O Judas! Sem querer sua mãe lhe dera excelente ideia! Fez voz de enferma e gemeu à porta para ganhar tempo.

– A mãe me dê apenas uns minutos. Estou incomodada!

O Pena permanecia calado e trêmulo como uma vara verde, à rezar para que um buraco se abrisse no chão e ele assim pudesse desaparecer. Aninha fez sinal para que tomasse o lugar do Judas.

Não foi preciso falar duas vezes: antes que batessem novamente à porta, o Pena já corria pra trocar de roupa com o boneco. Uma vez vestido, colocou-se no lugar do Judas. Aninha escondeu as roupas da noite passada e o boneco verdadeiro em uma das gavetas da imensa cômoda de jacarandá. A porta foi esmurrada, indicando que Dona Irene tinha acionado ao marido algum sinal de alerta, pela demora da menina. Aninha correu abrir. O pai entrou pelo quarto no exato instante em que Pena cobriu o rosto com o pano de bigodes.

– Que houve? Por que a demora? – quis saber o velho Pimenta, que em casa era um capitão ainda mais implacável do que na Guarda Nacional.

– Por que a pressa? – devolveu a menina, que afinal, tinha puxado o seu temperamento. – Então o pai não sabe que já sou

moça, e em certos dias tenho que me demorar mais? E como se não bastasse, estou em cólicas!

Era uma explicação convincente, e o pai pareceu se dar por convencido.

– Mas afinal, para que me chamam? – quis saber a menina, muito segura do seu papel e da sua inocência.

– Sua mãe. As mucamas. O Judas – resumiu o pai, que era mais das ações que das palavras.

– Não mande as mucamas entrarem ainda. Não estou em trajés.

– Ora, menina, elas te viram nascer! Algumas até te deram de mamar! Deixe-se de flatos!

A intenção de Aninha era ganhar mais um tempo para a fuga do falso boneco. Mas o pai não estava disposto a dengos.

– Vá pegar a minha farda da Guarda. Tenho que dar algumas voltas, a ver se cobro o dinheiro das rondas de ontem!

Aninha quis argumentar, precisava argumentar, mas nada lhe vinha à cabeça; por outro lado, conhecia o temperamento do pai, capaz de farejar um caroço no fundo da maior panela de angu. De modo que não discutiu, e dirigiu-se ao guarda-roupa do pai, que era no quarto ao lado.

Sentindo-se a sós no quarto, o velho Pimenta abriu um pequeno oratório que descansava na quina do quarto, fez o sinal da cruz para a imagem de Nossa Senhora,

– Bom dia, minha santinha.

“Só faltava essa, o homem vai pôr-se a rezar”, pensou o Judas. Mas o capitão, em seguida, levantou a imagem, destapou o fundo, e tirou debaixo da santa um maço inteiro de notas. Satisfeito, contou as notas, enquanto fazia confidências à santa, como se fosse uma companheira de copo.

– Ah, que abençoada a hora em que deixei de ser sapateiro pra me juntar à Guarda Nacional! O que eu ganhava pelo meu ofício? Desde a manhã até alta noite sentado, puxando couro com os dentes, batendo martelo, estirando o tirapé – e no fim das contas ganhava apenas para comer, e mal. Agora faço meu patrimônio das rondas e das ordens de prisão... cá as arranjo de modo que rendem, e não rendem pouco... Isso é que é viver! E no mais, é só guardar o que sobra aqui, no banco da santa... Quem é que vai pensar em procurar em tal lugar? Viva a minha santinha, e viva a Guarda Nacional!

Tirou para si algumas notas, devolveu a maioria e reconduziu a santa ao seu lugar.

Coberto pelo saco de papel, o Pena via e ouvia tudo. E agora? E quando as mucamas viessem costurá-lo? Ouviu o velho fechar o oratório e dar alguns passos na direção da porta, mas de repente parou e deu meia-volta em sua direção. Sentiu o velho à sua roda, farejando-o, olhando-o detidamente: estaria suspeitando da farsa? Foram minutos inteiros de silêncio e tensão.

Alheio ao monólogo interno do Judas, o Capitão Pimenta admirava as formas e as proporções do boneco.

– Eita, que dessa vez as mucamas capricharam. O Judas está tão bem-feito que parece vivo! Olhando esses braços e essas pernas, pode se dizer que são de um homem de verdade.

E apertou as pernas do boneco, para conferir.

O Pena ainda segurava o grito do beliscão quando entraram as mucamas, com o moleque que tinha vindo no cesto à volta das saias. A criança estava na maior algazarra: sua diversão, há dias, era assistir à preparação do boneco que sairia na procissão da

aleluia. Entrou pelo quarto em bulha, se espalhando, e só parou com a voz enérgica do sinhô.

– Se alguma cousa neste quarto se quebrar, te penduro na polé! – a polé, ou pelourinho, era um dos múltiplos instrumentos disponíveis aos senhores para a educação dos escravos. Embora os escravos em si nada apreciassem tal educação. O capitão continuou, dirigindo-se à mucama mais velha: – E tu, Pulquéria, cuida que ele não mije pelo quarto, ou é tu quem pagarás!

O moleque se escondeu embaixo das saias das mucamas. Instaurado o silêncio, o sinhô prosseguiu com as ordens.

– Estão de parabéns. O Judas nem ficou pronto e já parece de verdade. Muito, mas muito melhor do que no ano passado. Aquela surra que lhes dei naquele aleluia parece que funcionou, hein? – e riu sozinho. – Mas quero que este seja o maior Judas de todos os tempos. Tão real, mas tão real que assuste até o vigário, sempre tão confiante e cheio de empáfia. Se conseguirem, como prêmio, o moleque vai poder escolher um manuê no preto da venda!

O menino pulou e gritou pelo prazer antecipado do doce, mas logo voltou ao silêncio temendo o castigo. Satisfeito com o terror que sua presença inspirava, o Capitão Pimenta continuou:

– Mas pra isso vocês não podem descansar, que a Aleluia já é logo ali. Costurem tudo que falta costurar, encham esse traidor de Cristo de agulhadas!

As mucamas olharam fixamente primeiro o dono, depois o boneco. Era nítido para elas que aquele não era um boneco, muito menos aquele que estavam costurando, que não passava de um mero varapau de farrapos, tão indigno quanto o anterior que lhes valera a surra. Mas quem eram elas para achar qualquer coisa?

Se o dono dissesse que o céu era vermelho, não tinham que concordar? No entanto, aquele homem tapado de farrapos poderia ser um irmão escravo, amarrado para ser costurado vivo. O dono nunca havia chegado a esse ponto, contentava-se com algumas chicotadas, mas nas senzalas se comentava sobre tais horrores. Indecisas em cumprir a ordem, demoravam a preparar as agulhas.

O moleque também era capaz de perceber que aquele era um homem de verdade; as roupas eram as mesmas do boneco, e também a cabeça empacotada, mas aquele tinha muito mais corpo, e a respiração era visível, ainda mais quando o capitão mandou que enchessem o traidor de agulhas. Seria algum castigo? Que fosse: parecia muito mais divertido infligir um castigo do que sofrer um. Alegrementemente, o moleque partiu para cima do boneco de agulha em punho.

– Pega no Judas! Pega no Judas!

Naquele segundo suspenso no ar, o Pena chegou a pensar em “voltar à vida” na primeira agulhada; com sorte, passaria como milagre de Cristo. Mas antes que qualquer agulha tivesse o tempo de atingir o corpo do Judas, o quarto foi invadido por um turbilhão de mulheres histéricas.

– Mas o que é isso? – gritou o pai – O que é que deu nessa gente?

Parecia o fim dos tempos. O moleque pulava pelo quarto, as mulheres subiram pela cama, e as mucamas falavam todas ao mesmo tempo. O Judas ficou esquecido ao canto. Foi Aninha que, no meio da confusão, correu ao pai gritando de forma clara e com todas as letras.

– Um rato! Um rato!

O Capitão Pimenta não temia bandido algum; não temia se embrenhar no mato; não temia a escuridão; não temia nem mesmo a lei, como o Pena descobriu ao ouvir seu monólogo com a santa. Nem mesmo a morte. Só havia uma cousa no mundo capaz de fazer o Capitão Pimenta fugir de medo: um rato.

– Um rato?? Onde? – quis saber o capitão, com a dignidade que lhe era possível preservar.

Aninha, que conhecia em primeiríssima mão o pânico do pai, apressou-se:

– Aqui! Seguiu-nos! Entrou pelo quarto! Talvez esteja debaixo da cama! Pronto a subir pelos nossos sapatos!

Foi um deus nos acuda. As mucamas também subiram na cama, apavoradas; o moleque se atirou por baixo do estrado, a caçar o roedor; Dona Irene gritava como se tivessem lhe arrancado uma parte do corpo. O Capitão Pimenta, em seu Waterloo particular, ordenou;

– Debandar! Debandar!

Todos, sem hierarquia, tentaram passar ao mesmo tempo pela estreita porta do quarto. E de alguma forma passaram mesmo, como uma massa de bolo disforme, que primeiro se aperta e soca, depois se espalha. Ficaram no quarto apenas o Judas, finalmente podendo respirar à larga e sair daquela posição onde a câibra já lhe doía os músculos, e Aninha, que afinal tinha inventado toda a história do rato, aproveitando a fobia do pai e a credulidade da mãe, apenas para dar fuga ao Pena.

– Rápido, que eles já dão pela falta do rato e voltam.

O Pena trocou novamente de roupa com o Judas. A menina cuidou de abrir a janela e verificar o movimento.

– É a hora perfeita, não vem ninguém, apresse-se!

Ele pendurou-se no parapeito.

– Quando nos vemos de novo?

A pergunta foi dele. Ela olhou de soslaio e deu de ombros.

– E isso lá é pergunta que se faça a uma noiva?

– Mas ainda essa história? Pensei que...

Ela colocou os dedos sobre os lábios até que as palavras cessassem, desfez-se em um olhar de gata manhosa que caiu da cama. Resistência vencida. Beijaram-se.

– Mas o que vai fazer o teu noivo quando... quando descobrir... – voltou o Pena, metade por ciúme, metade por medo.

– E aquele velho tem ainda lá lembrança de como são estas coisas? Desde que não nos vejam, o que vale é a palavra – colocou a mão sobre o peito dele, não por carinho, mas para acalmá-lo. – Se tivermos cabeça, podemos repetir mais vezes. Não estrague tudo tentando ser meu marido. *Ne pas que je regrette*, Luiz.

O Pena teve um choque estético inesperado com aquele francês fora de hora.

– É que despedidas ficam melhores em francês.

Na verdade, a noite não tinha deixado de ser vitoriosa. Mas aquele rival bem que podia lhe dar ao menos o gostinho daquela vitória. Todos os heróis do teatro desbancavam por amor os velhos ricos, e ele aqui fora conseguia apenas uma noite?

Mas o colóquio já durava tempo demais, ainda por cima na janela à luz do dia, era hora de alguém passar e surpreendê-los. O Pena agarrou-se à esperança de um próximo encontro para pular a janela, que logo depois foi fechada pela donzela.

Correu para casa esgueirado entre o mato alto, como um rato surpreendido pelo sol. Deu uma olhada de esguelha para o quintal e percebeu aliviado que a carruagem do tio já havia partido.

Como àquelas horas a irmã estaria na missa, não haveria necessidade de escalar a janela do quarto, o que seria arriscado no estado quase insone em que se encontrava. Cruzou impunemente os umbrais da casa do tio. Ou quase: a irmã não tinha ido à missa e o esperava, sentada no sofá, com a mesma cara anunciadora de sermões que ele conhecia desde criança.

– Onde passou a noite, Luiz?

Pego no contrapé, o Pena limitou-se a um gesto vago, que queria dizer “por aí”, mas de fato não dizia nada. A irmã respirou fundo.

– Sei o que pensas – disse ela. – “Lá vem mais um dos sermões da mana”. E teu comportamento merece mesmo muitos. Mas queres saber? Está na hora de andares com tuas próprias pernas – levantou-se do sofá. – Eu tinha um recado para ti ontem. Esperei que chegasses do armarinho. Esperei que chegasses do teatro. Esperei que chegasses não sei de onde. Esperei.

– Mana... – o Pena só pensava em pular aquela parte e deitar-se ao menos um par de horas em sua cama quente.

– A espera, Luiz, é uma ótima conselheira – a irmã barroulhe o caminho. – E sabes o que ela me ensinou? Que meu trabalho com vosmecê encerrou-se. Vosmecê já está criado, com meus acertos e meus erros; já dorme fora de casa; já pode muito bem se virar sozinho. Está na hora de cuidar da minha vida. Foi isso que a espera me ensinou.

Aquele era um desfecho realmente inusitado; seria mesmo um desfecho? Então não seriam exigidas dele confissões de culpa, pedidos de perdão nem promessas de mudança? Como dizia o provérbio, era esmola muita; mas o santo estava cansado demais para desconfiar, agradeceu o sermão e dirigiu-se ao sonhado quarto, à sonhada cama.

– Não queres nem ao menos saber qual o recado que tinha para ti? – alcançou-o ainda a mana, sem se dar por vencida.

O Pena apenas virou o corpo e balançou a cabeça, sem forças para falar. A irmã deu um passo à frente e anunciou com a voz firme de soprano.

– O senhor meu noivo mandou-lhe dizer que hoje fosse ter com ele na Câmara pela manhã. Eu o elogiei em nosso último encontro e ele se mostrou disposto a ajudar. Veja o tamanho do meu erro...

O Pena sentiu um choque de adrenalina equivalente à energia de um raio, que lhe descolou dos sapatos.

– Nem tudo está perdido! Ainda há tempo! – balbuciou ele, tropeçando nas escadas que davam acesso ao quarto.

– Não seja tonto de aparecer na frente dele desta maneira! – a irmã foi lhe seguindo pela casa. – Vosmecê está com a cara amassada, olheiras e cheirando a teatro!

– E esta agora. E o que vem a ser cheiro de teatro?

– Álcool, cigarro e perfume barato.

O perfume barato era o de Aninha, mas não vinha ao caso.

– Mana, estou indo banhar-me, não me atrase ainda mais.

– Ainda mais? O sol já vai a pino, Luiz. Até chegares à Corte, é dia perdido. Sabe lá desde quando o senhor deputado está esperando? Tua falta pode arruinar nossa família! Vou ficar para titia! Pobre de mim que me empenhei por ti! Estou sendo punida pelos santinhos porque hoje faltei à missa!

O Pena tentava se concentrar em ficar pronto e apresentável o mais rápido possível.

– Agora escute, Mana, isso é muito importante. Vamos, pare de chorar.

A mana conteve a custo as lágrimas. Às vezes era muito difícil para ela.

– Mana, se eu tenho um talento, é lidar com as palavras. Se me repetir tintim por tintim o que ele disse, eu juro ser capaz de torcer as palavras dele até produzir uma desculpa perfeita para o atraso. Vou pensando nisso durante toda a viagem e chego lá com a desculpa pronta e fabricada.

Mas a mana ainda lutava contra as lágrimas. Ao contrário da maioria das mulheres, Carolina não chorava muito, acostumara-se a reprimir as emoções. Por isso, quando os nervos a venciam, demorava mais para sair da crise. O Pena pegou-lhe pelas mãos e sussurrou com segurança, como se falasse a um potro bravio em vias de domesticação.

– Eu sei que não deve ser fácil cuidar de mim, mana. Mas quando foi que vosmecê se arrependeu de confiar na minha palavra?

Ela tinha se arrependido dezenas de vezes, mas qual coração de mãe, mesmo de mãe irmã mais velha, se lembraria disso em tal momento?

– Está bem. Ele disse que passasse esta manhã com ele na Câmara, que teria prazer em conhecê-lo melhor para ajudar futuramente, se isto me fizesse feliz e se eu o afiançasse como rapaz sério.

– Só isso?

– Só – fez a irmã, voltando a chorar. – E eu afiançei. Agora está tudo perdido.

– Ora, Carolina, tranquiliza-te. Hei de pensar em uma desculpa perfeita. Apenas o tempo de tomar um banho e calçar as botas. A caminhada é longa, o cérebro vai trabalhando junto com

as pernas. Com sorte chego por volta do meio-dia. E o meio-dia ainda é, tecnicamente, manhã. Mande as mucamas prepararem o banho.

– O banho já foi preparado. As águas já estão perfumadas e a bacia cheia – surpreendeu a Carolina. – E a liteira pronta para partir. Ou pensas que não fui à missa à toa?

A grande parceira Carolina; apesar de todos os sermões de mãe, tinha ela pensado em alguma ajuda digna de irmã. O Pena pôs-se de joelhos e beijou-lhe as mãos.

– Vai, vai, avia-te, a hora! – como sempre, ela o repelia no momento do carinho; extremamente afetuosa, não sabia bem o que fazer com o afeto que recebia.

O Pena tomou um rápido banho de bacia e correu até o quintal: a liteira estava pronta, e os quatro escravos mais fortes e rápidos à disposição. Agradeceu à irmã mais uma vez: quatro escravos para uma só liteira era um luxo, quase uma extravagância, mas abreviaria imensamente a viagem.

Mas se por um lado chegaria prontamente à Câmara, e sem os bofes pra fora, por outro teria menos tempo para pensar em uma desculpa. E de fato, quase imediatamente após subir a liteira, já ultrapassava as pontes e a fronteira para a Corte, sem que uma só ideia lhe viesse à mente; logo, ultrapassava o Campo de Santana e a Praça da Constituição, e nada; acostumara-se a pensar demoradamente e com as pernas em movimento, e assim sentado o sono ameaçava ressurgir. Subindo a Rua do Piolho e chegando à Rua Direita, o pavor e o pânico tomavam conta do Pena: a Câmara ficava logo ali, na Cadeia Velha, bem ao lado do Paço, a poucos metros do armarinho, na rua justamente batizada como Rua da Assembleia. Daquela velha cadeia saíra Tiradentes

diretamente para a forca. Chegou a rir da absurda coincidência dos deputados terem que trabalhar no lugar onde dormiam os ladrões e traidores da pátria, mas espantou os pensamentos: havia cousas mais urgentes a resolver. E se desculpasse o atraso com um trabalho de última hora no armarinho? Não, besteira, o cunhado poderia facilmente conferir com o tio a história. A não ser que saltasse no armarinho e implorasse a colaboração do tio, mas seria perder ainda mais tempo sem certeza nenhuma de sucesso. Já avistava o paço e o passadiço que o ligava diretamente à Cadeia, quer dizer à Câmara. Estava tudo a um lance de ser perdido, bastava cruzar o arco do Paço.

E foi naquele último segundo que subitamente os batedores e o piquete de cavalaria apareceram no caminho: ao lado do Regente da vez, Araújo Lima, o Imperador menino saía da Câmara, e em carro aberto saudava a população. Tinha por volta dos doze anos, era louro, gorducho, de pele um tanto amarelada e olhos indisfarçavelmente tristes. O retrato de um menino sem infância, com obrigações como aquela se repetindo do nascer do dia e até noite adentro, com tutores sempre à roda e passeios e diversões contadas. Ao contrário de seu pai, Pedro I, que gostava de se apresentar em trajes militares, o garoto vinha em trajes nobres, mas civis: sapatos de seda, túnica branca e manto salpicado de esferas de ouro, que brilhavam e feriam os olhos sob o reflexo do sol abrasivo. Atrás do Imperador, podia se avistar o poderoso mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa, que controlava a imagem do menino a mão de ferro, a ponto de o povo repetir, à meia-boca, a piada “Paulo primeiro, Pedro segundo”. Bandeiras com o brasão verde-amarelo do Império tremulavam aqui e ali. Todas as carruagens e liteiras da

Rua Direita pararam; os passageiros desceram à rua e tiraram o chapéu; alguns chegavam a se pendurar nos postes e muros; a gente dos sobrados chegava às janelas.

O Pena desceu da liteira e abriu caminho entre as gentes até a porta da Câmara. Saudou o Imperador, como os demais, mas pensava em aproveitar-se da comoção generalizada para entrar no prédio; uma vez lá dentro, diria ao cunhado que se perdera por toda a manhã, tentando localizá-lo. Pensando bem, não era um bom começo, dava a impressão de estupidez. Mas o que fazer então? Não queria acionar o porteiro sem uma boa desculpa. Viu o Imperador que partia, e fantasiou mais uma vez ser salvo por ele.

O coro dos contentes durou até a entrada do Imperador em seu palácio; com a porta fechada, cada um foi cuidar da sua vida e a rua ficou transitável novamente. Só o Pena, ainda parado na mesma posição, parecia não ter vida a retomar. Vasculhava a cabeça em busca de uma ideia, uma solução, mas só encontrava o cansaço da noite em claro, que vinha cobrar-lhe a conta. Estava a um passo de assumir que desperdiçara uma oportunidade de ouro e dar meia-volta, quando percebeu o deputado Viana vindo em sua direção.

– Essa não, agora é que tudo se perde. Trabalha, cabeça, busca uma solução, rápido. Já sei! Foste atropelado por uma carroça! Não é boa... Hoje era o dia do teu santo e foste obrigado a assistir missa... também não é boa... Foste...

– É o senhor o Luiz Carlos, se bem me lembro, pois não?

– Ahn... eu?... Bom... quer dizer... – o Pena balbuciava qualquer coisa que não o pudesse comprometer, enquanto seu cérebro continuava trabalhando em alguma desculpa.

– Pois aperte a mão aqui deste novo parente!

O aperto de mão, firme, mas cordial, sem indícios de desapontamento, pareceu um bom sinal.

– O amigo queira me desculpar se o deixei esperando por toda a manhã – a fala não era do Pena, que afinal a ensaiara a viagem inteira, mas veio dita pelo deputado. – Hoje tivemos a surpresa da visita imperial, as sessões se interromperam e as entradas foram canceladas, foi um dia às avessas, onde nada funcionou como devia – “é eu muito menos”, emendou o Pena em pensamento. O deputado continuou: – Se soubesse teria marcado nosso encontro em outra oportunidade. O amigo está aqui na porta desde que horas, oito, nove?

O Pena sentiu todo seu sangue passar à cabeça, descer ao pé e subir a cabeça de novo. O Imperador o tinha salvado! Jurou daqui para a frente carregar consigo a imagem do menino rei como um santinho, e a beijaria em todas as aflições em sinal de gratidão. Voltou o olhar ao deputado e viu que este esperava uma resposta. Conseguiu apenas uns monossílabos.

– É... por aí...

O deputado compreendeu a tonteira do rapaz, mas não os motivos. Creditou-os ao cansaço da espera, e à fome da manhã.

– Permita que eu compense a deselegância com um almoço...

O estômago roncou alto aceitando o convite, mas o Pena ainda não tinha certeza destes protocolos, ou seja, se era mesmo um convite, uma boca-livre; e como não tinha vintém, não sabia se aceitava ou se protestava alguma desculpa: a clássica de ter outro compromisso, ou a ainda mais clássica da falta de fome. Escolheu a segunda. O deputado não acreditou nela nem por um milésimo de segundo. O rapaz à sua frente lhe parecia magro e

abatido. Certamente outros empecilhos o impediam de aceitar, e ele tratou de removê-los com uma frase.

– Por minha conta.

Foram ao restaurante Globo, enfeitado de espelhos e mármore de Carrara, templo dos *gourmands* da terra. O Pena evitou os assuntos espinhosos da política, da economia, do pedido em si; tampouco os abordou o deputado. Concentrado em ser agradável e espirituoso, o Pena produziu a sensação de ser um jovem fluido e discreto, com boa cultura geral, com um bom domínio da língua, e ainda arriscando termos em francês, inglês, italiano. Pontos positivos anotados pelo deputado. Na verdade este era o maior motivo do almoço: observar se quem estava prestes a indicar preservaria sua reputação.

Saindo do restaurante, dirigiram-se às confeitarias da Rua do Ouvidor, e o Pena finalmente teve acesso ao seu sonhado sorvete. Não conteve uma exclamação infantil de puro entusiasmo, que não ficou mal no quadro.

Ao se despedirem, na porta da Câmara, o cunhado o puxou de lado e abriu o diálogo, em tom confidente:

– Descobrimos um esquema de corrupção e desvio de verbas dentro da Alfândega. Estão para fazer uma limpa e quem for pego de mãos sujas será afastado. Mas não sabemos quando será nem como será. E os afastados vão abrir espaço para novas nomeações. Um cargo na Alfândega é de extrema confiança e responsabilidade. Temos o maior porto da nação, o café inteiro do Vale do Paraíba passa por aqui, todos os produtos do exterior passam igualmente, e tudo deve ser taxado de forma meticulosa.

– O que preciso fazer? – quis saber o Pena.

– Tu bem sabes que os principais cargos são reservados aos bacharéis de direito, de preferência de Coimbra, ou, vá lá, São Paulo. Mas teu curso de comércio pode servir para os cargos menores.

– Conheço alguma cousa das leis comerciais, aprendi no curso, e também contabilidade.

– Ótimo. O importante, agora, é a tua boa conduta. Vão estar de olho na ficha dos que entram, para que não repitam o exemplo dos que saíram. Lembre-se, qualquer crime contra o decoro, a ordem pública, qualquer injúria ou calúnia é mais vigiada em um funcionário do governo do que em qualquer outro cidadão.

Se a recomendação de boa conduta não incluísse o teatro, ele a seguiria fielmente.

Despediram-se cordialmente, o cunhado mandou recomendações à noiva e ficaram de marcar um outro dia para a visita do prédio. O Pena voltou à liteira e saiu na direção do armarinho, como rapaz aplicado e trabalhador que ainda iria cumprir um turno de trabalho. Mas assim que o deputado deu as costas, tomou um desvio pela Rua do Ouvidor, e desceu em direção aos campos, à sua casa, à sua cama.

Encontrou a irmã no sofá, na mesma posição e na mesma atitude em que a tinha deixado. Mal o Pena passou pela soleira da porta e já foi sufocado por perguntas e cobranças. Exausto, fez apenas um sinal.

– Tudo resolvido, mana.

Uma frase que produziu na irmã um misto de alívio e raiva. Alívio pelo óbvio, as cousas resolvidas, nem ela nem ele a perigo. Mas também raiva, pois mais uma vez o irmão não fizera o certo e se safara. Ela tivera que andar a vida toda na linha, uma linha chata e sem curvas, mas para ele os desvios, as saborosas maçãs

fora da estrada não só eram permitidas como nunca o atrapalhavam. Luiz era gloriosamente livre; quer dizer, livre não era; sabia era fazer-se livre, apesar das circunstâncias. Invejou sua esperteza e sua disposição para correr riscos. A primeira custara a ela conquistar, e a segunda nunca teria.

A mistura de sentimentos em Carolina era tão grande que ela nem quis saber como a conversa tinha sido; bastava-lhe saber que tudo tinha se arranjado. O Pena também não tinha interesse em explicar e passou-lhe despercebido que estivesse provocando tamanhas reflexões e sentimentos na irmã.

– Pra quando é?

– Pra qualquer momento. Não se sabe ao certo.

Foi o máximo de conversa que trocaram. Nenhum dos dois tinha dormido bem, um por prazer, a outra por vigília. Subiram as escadas para os quartos em espíritos diversos. O cansaço do Pena era um cansaço feliz, de metas alcançadas em todos os campos. Atirou-se na cama sem forças para trocar a roupa. O dia seguinte era a quinta-feira santa, como a compensar tamanho esforço, e seria folga dupla, no teatro e no armarinho. Deitado no quarto, dormiu, ouvindo, para além das cortinas, a algazarra dos moleques e mucamas costurando o mesmo Judas que tinha lhe salvado a vida.

Os dias passam rápido quando a gente se diverte, e a Semana Santa foi divertida para o Pena, com festas de quermesse, barracas e leilão de prendas, às quais se entregou com a fúria de quem estava em férias. A exceção ficou para o sábado, quando a diversão de malhar o Judas com os moleques e os escravos foi interrompida pela visão perturbadora da passagem de Aninha, com seu noivo Pau d'Alho a tiracolo, a caminho da missa. Ela ia atrás do noivo, grave, compenetrada, olhando para baixo, como convinha às futuras senhoras. Atrás dela, o inseparável pajem, o moleque do cesto, a carregar sua bolsa de donzela, com artigos de higiene, leques e penduricalhos. O velho quis mangar:

– Veja, Luiz, não consegui escapar nem do passeio à missa, não sei como há de ser isso no futuro...

Mas o Pena não conseguia ter ânimo para brincadeiras e sorriu de volta um riso frouxo e amargo, enquanto encostava-se em uma cerca para abrir passagem ao casal. A passagem de Aninha turvou seus sentidos de perfume, ciúme e desejo, pelo breve instante em que durou. Só quando se iam longe é que percebeu que o moleque estendia a seus pés um lenço, o mesmo que ele um dia dera a Aninha. O moleque apontava para Aninha, que ia andando de costas, desinteressadamente.

– Sinhazinha mandou dizer que hoje à noite faz calor e se dorme de janela aberta.

O lenço estava embebido em seu perfume: foi só aspirar e lhe voltaram todos os aromas daquela noite encantada. O moleque aos seus pés sorria, esperando. Era um bom exemplo da capacidade da menina de transformar uma limitação (um moleque colocado em seu encaço para vigiar e atrapalhar) em uma vantagem (um agente de recados treinado para ganhar gorjetas). Pagou o mensageiro e guardou o lenço ao peito pelo resto do dia, voltando às lembranças várias vezes, enquanto a noite não vinha.

Mas enquanto o mundo do nosso primeiro autor repousava em aventuras amorosas, o mundo do nosso primeiro ator, em turnê pelo interior, ameaçava desabar.

Pequenos teatros e plateias cada vez mais empobrecidas pela carestia, estradas em péssimas condições e pousadas desconfortáveis, tudo conspirava contra a companhia brasileira. O repertório também não ajudava: *O poeta e a Inquisição* podia agradar imensamente à população culta da Corte, mas aos populares pareceu uma peça tediosa, malhada em versos pobres e sem pé, que era como chamavam as métricas. O novo estilo de representar de Caetano, imerso no papel, sem declamações e agradecimentos, foi visto apenas como falta de educação, por pessoas que não adiavam ser tal estilo a última moda das Europas. E finalmente, não poderia mesmo dar muito certo uma peça que elegeisse a Igreja como vilã e um judeu como herói, em aldeias carolas e a léguas do Iluminismo, como Itaboraí e Mangaratiba.

Uma das maiores mentiras envolvendo o mundo do teatro, desde sempre, insiste em que o tamanho e a qualidade da plateia não afetam os bons atores. Na verdade, uma plateia ruim ou um fracasso de bilheteria são capazes de acabar não só com um ator,

mas com um elenco inteiro. Não há bom astral que sobreviva ao fracasso, nem conflitos que sobrevivam ao sucesso.

Duros, quebrados, estropiados, os atores voltaram da malfadada excursão às turras, com os salários em atraso e as vaidades explodindo. Caetano, mais atingido que todos, tanto artística quanto economicamente, percebeu que a cousa desandaria no Rio, se não tomasse enérgicas providências. E foi o que fez: demitiu os atores mais rebeldes ainda na viagem de volta. Da parte dos figurantes, por exemplo, ficou apenas o negro Tomás, espécie de quebra-galho faz-tudo. Enquanto vagavam de aldeia em aldeia, Caetano entregou-se à tarefa de redefinir as atividades de sua companhia, em busca de um teatro menos literário e mais comercial, com o repertório adequado ao seu público.

A imagem de João Caetano como “o” ator brasileiro estava fixada nos jornais, mas isso, em si, não garantia o público comum, pois os escritos tinham circulação bem limitada, e os intelectuais eram uma pequena minoria que geralmente não pagava ingresso, e ainda criticava tudo, depois. Para atingir a atenção do público e competir com o profissionalismo dos portugueses, os espetáculos não precisavam ser cerebrais como *O poeta e a Inquisição*, e sim, melodramas derramados, ou peças com grande aparato técnico, como as “peças de guerra”. O Caetano mesmo volta e meia fazia sucesso com alguma, como *A entrada de Napoleão Bonaparte no Egito*, com ele no papel de Napoleão, é claro. Era uma peça com banda marcial, grande número de comparsaria, cavalos, marchas, tambores, ordens de comando e heróis destemidos. E até mesmo um texto, escondido em algum lugar atrás disso tudo. Nada mais distante desse quadro do que as peças do Dr. Magalhães, que punha as lutas e batalhas e mortes acontecendo

*fora* da cena, e dentro dela uns poucos personagens a versejar. Assim mandava o bom gosto da tragédia. O Brasil, porém, não primava pelo bom gosto, refletia o Caetano, mas por um gosto bárbaro e selvagem que ainda estava para ser reconhecido e domesticado. Era preciso orientar o repertório da sua companhia na direção daquele gosto obscuro.

O problema era que a campanha pela independência cultural não dera vazão a nenhum autor nacional, com a exceção do Magalhães, que escrevia tragédias, e daquele menino, o Pena, que escrevia comédias ainda não muito prontas. Shakespeare, as tragédias e os nacionais lhe trouxeram prestígio crítico, mas se quisesse se manter na preferência do público, garantir o pão de cada dia, era preciso recorrer aos espetáculos de batalhas, e aos melodramas, além de manter as comédias em dia. Mas aqui não havia tal repertório, teria que importá-lo da França, da Espanha, países que tinham autores aos borbotões. Vasculhou a Biblioteca da Corte Nacional e os livreiros da cidade, incluindo o Brito, até escolher *A Conjuração de Veneza*, do espanhol Martinez de la Rosa, peça que, alguns anos antes, havia feito na Espanha o que ele e o Magalhães tinham feito no Brasil: apresentado ao teatro uma nova escola, a Romântica. A peça mostrava uma conspiração pelo trono irrompendo em meio ao carnaval veneziano. Caetano, imbuído da propaganda nacionalista, não tinha prestado atenção à época. Mas agora, os tempos eram outros, e parecia-lhe um bom recomeço: uma trama de conspiração pelo poder, como era o *Olgiato*; mas no lugar do bom gosto do Magalhães, o espanhol apresentava violentos contrastes de emoção, lutas grotescas, mascaradas, cenas de amor e peripécias variadas, para não falar do vilão, que, na última cena, revelava-se o

pai perdido pelo mocinho há tanto tempo. E o povo fluminense ainda não conhecia os figurinos luxuosos e o requinte dos bailes de máscaras de Veneza. Estávamos acostumados às grosserias do entrudo, onde os foliões, inclusive moças de família, se juntavam a escravos com o rosto enfarinhado de branco e moradores de rua, para sujarem-se todos mutuamente, sem distinções de classe, com “limões de cheiro”, pequenas bolas de cera repletas de farinha, água, fuligem, ovos, pó de sapatos e outros ingredientes menos cotados como urina e águas servidas. Quem sabe alguma influência daquele carnaval de bailes elegantes e mascaradas não chegava até nós...

A palavra de ordem para as semanas seguintes, portanto, enquanto *A Conjuração de Veneza* seria traduzida e ensaiada, era requestrar novas apresentações de antigos sucessos e cancelar qualquer experimentalismo que pudesse pôr a bilheteria em risco. Em consideração a Magalhães, manteria o *Olgiato* – mas não tomaria parte como ator, cedendo o protagonista ao Florindo, ator do segundo escalão da companhia, que nem sobrenome assinava. Quanto às comédias, eram essenciais ao repertório de qualquer companhia, e ele continuaria produzindo-as. Mas não tomaria mais parte, como ator. Não se sentia seguro e não eram adequadas ao seu temperamento. Deveria explorar ao máximo a imagem de herói que tinha adquirido, em tantas lutas e amores dentro e fora do palco. Sentia que se prestar a fazer os outros rirem era rebaixar esse ideal de heroísmo.

De modo que, quando a companhia voltou a pisar no palco do São Pedro, os planos do empresário João Caetano estavam redefinidos. Já bancara o patrono do teatro brasileiro por tempo suficiente. Agora, só tinha diante de si dois caminhos: ou conti-

nuava ajudando a causa nacional e mantinha a companhia em penúria, ou salvava a companhia, e os autores brasileiros que andassem pelas próprias pernas. Nem precisou tirar na sorte: ganhou a segunda opção.

O Magalhães, nobre por natureza, não acusou o golpe, comportou-se de maneira fidedigna e quase blasé, mas sua relação com Caetano esfriou e nunca mais seria a mesma, para não falar da sua vocação teatral, para sempre abandonada. Já o Pena, cuja comédia tinha sido simplesmente cancelada, não teve tempo de sentir mal: graças aos contatos do Brito, seu primeiro conto, “Uma Noite em 1831”, acabava de sair publicado pelo *Gabinete de Leitura*, pequena revista de novos autores. Naquela noite houve piano na casa dos Pena, com a revista aberta na mesa da sala, e até o deputado leu e elogiou os escritos.

Mas o cancelamento da peça e o fim dos ensaios doeram ao Pena como a perda de uma segunda família, e ele soube manter-se vivo no coração do elenco, e por tabela, da companhia. No dia em que a companhia voltou ao teatro, lá estava ele de prontidão. E após a notícia do cancelamento, foi à taberna beber com os bravos atores que restaram.

Não estavam presentes nem o Caetano, que lhe dera a notícia de forma um tanto fria, agradecendo os préstimos, mas sem desculpar-se, nem a Estela, sua possível aliada em uma campanha pela volta do *Juiz*. Mas o Pena considerou as vantagens de estender uma política de boa vizinhança ao resto do elenco. Não tocou no assunto da comédia pelo resto da noite, apenas dedicou-se a ser agradável e espirituoso, mantendo os laços pessoais com os atores, independente de sua peça ser ou não montada.

A tal taberna, na verdade, não era bem uma taberna, mas uma entre as dezenas de casas de tolerância na região do Rocio, recheadas de polacas verdadeiras e falsas. O Pena passou a noite com os atores, acompanhando até o fim os mais resistentes. Chegou em casa pouco antes do sol nascer, na surdina, escondendo-se tanto da sua família quanto da janela de Aninha. Mais uma vez dormiu pouquíssimas horas, pouco depois estaria de pé para acompanhar o tio ao trabalho. Desempregado como escritor, estava mais uma vez de volta ao armarinho. Seria uma volta difícil. Sentiria saudades da rotina dos ensaios. Estava entrando em contato, pela primeira vez, com uma das situações mais peculiares do teatro, os profundos vínculos familiares que os artistas criam entre si quando trabalham juntos. Vínculos que se desfazem ciclicamente, com o fim dos espetáculos ou das companhias. O prazer do encontro e a dor da despedida moram dentro de cada ator, no passado, no presente e no futuro.

Pelas próximas semanas, sua rotina estava traçada. Os dias eram do armarinho e as noites... bem, quando não eram de Aninha, e isso era sempre ela que decidia e planejava, eram da taberna dos atores, e, se não via o teatro de perto, ao menos sentia seu perfume.

Poderia viver assim pelo resto da vida, equilibrando a boemia teatral com a expectativa da nomeação como funcionário público, se não fosse por alguns fatores: o apoio à sua peça, concedido pelo tio e pelo Irineu, e a promessa de levar Aninha ao teatro. O cancelamento do espetáculo, em si, doía-lhe menos do que decepcionar as pessoas que tinham acreditado nele. Por um tempo tentou, ainda, fazer o velho jogo da vida dupla, de continuar representando para os “apoiadores”. Mas

nem ele próprio acreditava mais que, após tantos adiamentos, tantas idas e voltas, sua comédia pudesse mesmo um dia entrar em cartaz. Resolveu abrir o jogo e contar a verdade, para um de cada vez. Com o tio, seria fácil: o prejuízo dos tecidos seria compensado pela notícia do seu afastamento do meio artístico (as noites na taberna não precisavam ser declaradas); com Aninha, uma incógnita: quem poderia garantir que, desmascarada a estreia teatral, a amizade com o Imperador e outros quindins, o interesse da menina continuaria o mesmo? Era pagar para ver; e finalmente, com Irineu, não havia o que tirar de positivo, com este havia só o prejuízo do adiantamento que dera. Decidiu começar primeiro com o mais difícil.

Marcou o dia na folhinha, ensaiou mil desculpas em frente ao espelho e postou-se logo pela manhã na Carruthers. O Valentim, cada vez mais um inglesinho, o conduziu ao escritório, onde Irineu recebeu-o alegremente: a mãe finalmente estava instalada na Corte, em sua casa; e melhor, não viera sozinha, mas na companhia de uma linda sobrinha, Maria Joaquina, por quem o Irineu tinha se apaixonado imediatamente. O quadro à óleo, pintado pelo Pena, causara forte impressão na moça.

– Tu me pintaste mais bonito do que na vida, afinal – ria o Irineu. – Temo que a prima não esteja se apaixonando por mim, mas pelo teu quadro.

O Pena gostou da simpatia e da felicidade do outro, tornavam mais leves à sua missão de mensageiro de más notícias. Esticou a conversa e os agrados até não poder mais. Aquele assunto puxou outros, alegres e divertidos, até que todos se esgotaram e não restou ao Pena outro remédio que não entrar no tema principal.

Já estava pigarreando a garganta e agravando a voz, quando o Irineu, em um gesto inesperado, atirou-lhe o *Jornal do Commercio* na mesa.

– O amigo viu esta pouca vergonha?

O *Jornal do Commercio* era o termômetro social, político e econômico da Corte. Originalmente dedicado aos negociantes, com assuntos como os preços correntes, índices de importação e exportação de produtos e os horários de entrada e saída de embarcações do porto, o jornal foi aos poucos se envolvendo com a política, a literatura e o teatro, publicando folhetins de Victor Hugo e preciosidades como a *Biblioteca Constitucional do Cidadão Brasileiro*. Nele, escreveram todos os grandes do tempo. O jornal sabia usar da força de seu prestígio e de seu poder de informação. Políticos, proprietários, negociantes, intelectuais, toda a “boa sociedade” o temia como a uma consciência pública, que sem aviso prévio podia se voltar contra qualquer um.

O Pena olhou para a folha de rosto, que tratava da corrupção de um grupo de funcionários da Alfândega, pegos em flagrante de suborno. O inquérito administrativo instaurado decretara seu afastamento. Era a mesma informação, dada pelo cunhado, em sigilo; restava saber se o furo de reportagem do jornal trabalharia contra ou a favor dos seus interesses.

– Não compreendo a vergonha, os funcionários já não foram punidos e afastados?

– Continue a ler, não tire conclusões apressadas – disse o Irineu, batendo com os dedos no corpo da reportagem.

O resto da reportagem tratava da corrida desenfreada dos “protegidos” – aqueles que, como o Pena, tinham indicação para o cargo partindo de protetores políticos – aos cargos públicos.

O deputado Miguel Calmon, responsável pela escolha, queixava-se de ser procurado dia e noite pelos mais de oitenta interessados.

Aquela notícia foi como uma âncora, levando a confiança do Pena para o fundo do oceano. “Protegidos?”, pensou na ironia do grupo onde se enquadrava, ele que se sentira desprotegido a vida toda, e agora mais ainda. E o número de concorrentes que tinha? Mais de oitenta! Como poderia garantir a vaga? Se não tinha nem ao menos um diplomazinho de faculdade de São Paulo, que fosse!

– O Estado brasileiro é um cabide de empregos! – rosnava o Irineu. – A nossa iniciativa privada não tem iniciativa nenhuma. Se o governo favorecesse os empresários, o surgimento de empresas particulares, haveria crescimento econômico! E emprego de sobra na cidade. Mas qual! A coroa sufoca tudo que produzimos, impõe a dependência total. As aspirações não acham terreno para as realizações, e o Estado passa a ser a mãe de todos os necessitados! E depois se queixam que as pessoas não querem trabalhar por conta própria! Só se virarem plantadores de café! É a única atividade que se respeita nesse país. E quanto mais lotados de escravos, melhor!

Mas o Pena mal ouvia o discurso do amigo, entrava-lhe por um ouvido e saía pelo outro. O Irineu notou o abatimento e creditou-o ao peso maçante da conversa política.

– Mas esses assuntos nos levam longe e aborrecem – atalhou o empresário. – Diga o amigo, que vive em ambientes mais agradáveis. Como vai a comédia?

Era justamente do que tinha vindo tratar, mas a luz daquela notícia mudara tudo – se antes parecia conformado com o fim da carreira teatral e tranquilo com a indicação do cunhado, o Pena agora sentia o chão seguro de funcionário público se abrir, e a

comédia era o único corrimão onde podia se segurar. Mas não conseguiria mudar mais uma vez o plano, tão em cima da hora, para continuar mentindo ao amigo.

– A verdade é que o Caetano é um homem tão levado pela emoção quanto os personagens que representa – confessou. – Voltou de uma excursão com humor azedo, achou que era hora de mudanças na companhia, e com isso passamos às prateleiras. Nem isso: minhas folhas foram atiradas às caixas de arquivo morto do teatro.

– Mas foi unilateral? Não havia contrato, nem nada?

O Pena riu-se daquela organização do homem de negócios. Embora as companhias teatrais tivessem estatutos, recebessem verbas públicas e mantivessem seus atores sob contrato, a relação com os autores era para lá de variável, na maior parte das vezes os acordos eram feitos na palavra; as traduções, então, eram pagas aqui e ali, mudadas em uma palavra ou outra e pronto. Não havia nenhuma lei de direito autoral.

– E o que sugeres que eu faça diante desse quadro? – quis saber o Pena, afinal o outro também tinha perdido seu investimento e poderia mais uma vez ser uma boa parceria de ação.

– É preciso consultar um advogado e enviar ao Caetano uma representação – o investimento em si era simbólico e não fazia falta, mas o Irineu não gostava de perder nem ficar para trás em nada.

– Qual, isso assim não vai – aliviou o Pena. – É preciso ir cozinhando em banho-maria. Temos uma aliada lá dentro da companhia. A Estela. A verdade é que o Caetano não tem estômago para as comédias, e só para fazer a vontade da esposa estava atuando nesta. E se ela conseguiu exigir uma vez, pode exigir a peça de volta.

– Mas por que não resolver de uma vez com os advogados?  
É muito mais simples.

– Diplomacia, amigo Irineu.

– E onde a tal diplomacia levou até hoje o amigo?

– Não pergunte aonde ela me levou, mas até aonde pode levar vosmecê. Pois não vês que é o único empecilho aos teus objetivos? Estás em desacordo com o governo em tudo. Se um dia conseguires temperar tua cólera, Irineu, e trabalhar em conjunto com tal inimigo, tuas ideias hão de avançar, talvez não no ritmo que desejas, talvez em passo de caramujo, mas terão braços na vida real, enquanto hoje existem apenas na tua cabeça. Com as tuas ideias e um pouco de diplomacia, te tornarás o homem mais poderoso deste império.

O Irineu ouviu com atenção e surpresa o conselho, pois no mundo dos negócios estava acostumado a lidar apenas com bajuladores, daqueles que silenciam a verdade e dizem apenas o que o outro quer ouvir. Resolveu conceder ao Pena o benefício da dúvida. E encorajou-o a procurar Estela e agir à sua maneira diplomática.

– O amigo já investiu tanto de si nessa comédia, não vá desistir agora.

Era irônico: um homem estritamente de negócios, o Irineu era o único que o incentivava a seguir as vocações. Entrara na “Carruthers & Co.” cabisbaixo e envergonhado, mas apesar da má notícia do cargo público, saiu animado e confiante. Deveria ser essa a atitude dos empresários, dos empreendedores. Com peito altivo e passo decidido, desceu a Rua do Ouvidor rumo ao Teatro São Pedro, à procura de Estela.

Já era conhecido do porteiro, entrou fácil sem perguntas nem explicações. Vagou pelos corredores entre as sombras, sem pro-

curar se mostrar. Na verdade, não tinha nenhuma estratégia, e sua confiança não era tão grande assim; queria apenas observar, ver a companhia em funcionamento, da mesma maneira invisível em que assistira ao primeiro ensaio do *Juiz*. E esperava que alguma ideia lhe viesse em socorro, no caminho. Improvisação.

Todo o elenco estava no palco, em máscaras de carnaval veneziano; era uma imagem deslumbrante. Os figurinos tinham acabado de chegar, os atores subiam aos camarins e voltavam, disputavam os espelhos, os costureiros retocavam os detalhes, o burburinho no ar era constante e ninguém prestava atenção em nada. Ou seja, o cenário perfeito para o Pena, que sentou-se nas sombras do balcão superior. Uma vez instalado, correu os olhos pelo palco à procura de Caetano e Estela. Ele não estava; era ela quem organizava o ensaio de figurino. A um dado comando seu, todos deixaram de lado as questiúnculas e perfilaram-se no palco. Mais outro gesto e já estava a orquestra a postos. O Pena admirou-se da força daquela mulher: viria dela a força de Caetano? Afinal, este era pouco mais do que um jovem ator de talento, quando se conheceram como contratados da companhia portuguesa que então dava as cartas no São Pedro. Ou, ao contrário, seria a força dele que alimentava Estela? Antes de Caetano nem mesmo atriz ela era, desempenhando apenas as funções periféricas de corista e bailarina.

O mais provável é que o fogo e a energia de um alimentassem a do outro. Isolados, talvez não tivessem alcançado o percurso que cobriram juntos. Estava ali o tipo de casal, divagou o Pena, que fazia a gente acreditar que o amor era possível, e o matrimônio, viável. Bem diferente do casal que formava com sua Aninha. Aliás, formava mesmo? Seria possível utilizar aquela palavra?

Tais elucubrações, assim como o ensaio em si, foram interrompidas pela batida ruidosa da porta frontal da plateia, seguida da entrada de um grupo de homens de passo firme e roupas oficiais, que sem cerimônia, espalharam-se pelo palco e pelas cadeiras da plateia, em tudo mexendo.

– Posso ajudar os senhores em alguma coisa? – quis saber Estela, sem resposta.

Sem olhar ou falar nem com Estela nem com ninguém, os homens foram entrando pelas coxias e logo começaram a recolher pequenos móveis e arquivos, para espanto dos presentes. O Pena, com maus pressentimentos, escondeu-se atrás de uma das cortinas dos camarotes. Enquanto isso, Estela tentava mais uma vez:

– Ei! O senhor não pode levar isso sem pedir! É propriedade pública! – e como mais uma vez foi ignorada pelos agentes oficiais, atirou-se em um dos móveis recolhidos e ordenou aos demais atores que fizessem o mesmo, no que foi prontamente obedecida. O Pena admirou-se mais uma vez: entre a lei e Estela, os atores nem pestanejavam. Mas tamanho heroísmo não teve vida longa: minutos depois, o próprio Caetano entraria no teatro, com aspecto triste e abatido. Ao ver a cena da vida real que se armava no palco, sem ânimo para levantar os olhos do chão, desfez o impasse, recomendando a Estela e aos outros que não procurassem impedir os homens.

– Não há nada a fazer, amigos. O teatro foi privatizado.

O elenco, Estela inclusive, ficou de boca aberta. Caetano continuou:

– O teatro pertencia ao Banco do Brasil – explicou Caetano. –

Com a falência do Banco, foi a leilão. Uma sociedade comercial o adquiriu.

– E quem são os donos da sociedade que é dona do teatro? – quis saber Estela, sempre objetiva.

– Os portugueses, como sempre – devolveu o Caetano, para consternação do resto da companhia. – Vão fechar o teatro para reformas. Vai reabrir com uma companhia portuguesa.

– Mas nós estamos aqui há quatro anos! – gritou Estela. – Não podem nos chutar assim, como a vira-latas! – e se fosse preciso desafiaria até o segundo imperador, como já tinha desafiado o primeiro. O Caetano, mais lúcido, pousou a mão calma e conformada sobre seu ombro.

– Não temos mais nada a fazer aqui.

O Banco do Brasil, uma das modernizações introduzidas com a chegada da família real, era usado por esta como um cofre particular, e sofrera baques irreversíveis com a partida de D. João, que lhe raspou até os últimos tostões para as despesas de viagem. Sem poder cumprir seus compromissos financeiros, funcionou nos anos seguintes como letra morta, com ações sem valor de mercado, até ter sua falência decretada. Agora, um a um, seu patrimônio seria dilapidado, e a vez do teatro chegara.

O Caetano era a imagem do fracasso, dir-se-ia mesmo que apresentava uma estrutura frágil, diminuta, muito diferente da que emprestava a seus personagens e tentava emprestar a si mesmo na vida real. Doía-lhe o erro de avaliação; tinha apostado em uma diminuição da rivalidade com os portugueses, até sinalizara uma hospitalidade com a importação do Manoel Soares, só para ver-se agora vítima da mesma perseguição que o acompanhava desde o início da carreira. Sentia-se exausto: por mais que traba-

lhasse, por mais forças que tivesse, os obstáculos se amontoavam, pelo simples fato de ser brasileiro. Se tivesse vindo d'além-mar, tudo seria diferente, as portas todas se abririam aos rapapés, pois nesta terra só se valorizava o que vinha de fora.

Os técnicos, indiferentes, seguiam seu trabalho, desnudando o teatro de seus objetos, mesas, cadeiras. Viriam melhores. O Caetano tinha estado à frente por anos, enfrentando as piores condições, de ratos a inundações. Quando o reformava, era às suas próprias custas. Nada disso era reconhecido agora. Teria que recomençar mais uma vez do zero, descobrir novas florestas onde pudesse continuar a matar o seu leão de cada dia.

Os atores, acostumados à mão de ferro do casal de patrões, pareciam meio aparvalhados frente àquela ausência temporária de poder. Sem saber se iam ou ficavam, se a Companhia ainda existia ou se estavam desempregados, foram-se deixando ficar, completando o quadro de torpor do ambiente.

Aquela situação, tão penosa aos artistas, não parecera aflitiva ao Pena: se era uma sociedade comercial portuguesa, era bem possível que o tio tivesse nela algum conhecido, ou mesmo algum velho conhecido do seu avô. O problema seria convencê-lo a interceder, mas era um problema posterior, para que se preocupar com ele agora? Quem sabe ele mesmo não usava o nome do tio, sem que este precisasse aparecer ou mesmo ter consciência do fato? E quem sabe se o que era na aparência uma crise não poderia se tornar uma grande oportunidade?

A confiança lhe veio com tanta força que esqueceu que estava oculto, e caminhou exultante para o Caetano. Este levou um grande susto com aquela figura surgida do nada, e ao recobrar o prumo, humilhado pelas risadas dos atores e dos técnicos, ele

que jurara excluir para sempre de si as risadas, tomou o Pena como inimigo e partiu-lhe para cima.

– Tua família é do comércio! Veja o que nos fizeram!

– Nada sei sobre isso! – garantiu o Pena, se esquivando das mãos pesadas do Caetano, que era apartado pela turma do deixou-disso.

– Então o que fazes aqui? – o Caetano era forte e brigão, e já ia se livrando dos braços que o prendiam, chegando mais perto do Pena. – Não vieste pegar a tua parte? Quem sabe não és tu que vai estar à frente do teatro agora?

– Se fosse assim, a tua companhia não teria nada a temer, seriam os donos do teatro – a diplomacia do Pena enfrentando os perdigotos raivosos do Caetano. – Mas eu tenho uma saída.

– Então sai por ela antes que eu te pegue.

– Eu posso ser útil pela mesma razão pela qual me julgas um estorvo – balbuciou o Pena com as mãos do Caetano já agarradas à sua gola. – Talvez minha família tenha contatos nesta sociedade comercial, e se tiver, talvez... talvez...

Agora foi Estela quem intercedeu, dando um tapa afetuoso nas costas do marido, como quem diz, “muito bem, basta, acabou o divertimento”. Este recuou e olhou para os técnicos e atores. Nenhum sorriso, o leão estava de volta. Estela assumiu a negociação com Pena.

– É mais “talvez” do que precisamos. Queremos certezas.

– A única certeza agora é o despejo – concluiu o Pena, ainda desganhado como um personagem do Romantismo. – Qualquer esperança é bem-vinda.

Saiu dali com a missão diplomática de interceder junto à tal Sociedade Comercial. Tomou a missão como sua última cartada, comprou o *Jornal do Commercio* e foi para o armarinho.

O tio o recebeu com um cálice de Porto nas mãos. A data do casamento de Carolina tinha sido finalmente marcada, para 5 de outubro, sexta-feira, dali a um par de meses. Esta era a boa notícia; a má era que, movida pela competição, Aninha imediatamente marcara o seu para a mesma data. Diante do impasse de convidados e igrejas, Carolina, alma generosa, obrigada a amadurecer antes do tempo, não apenas sorriu como propôs que se casassem juntas. Assim juntavam tudo e teriam convidados, festas e felicidades em dobro. E os custos divididos pelas duas famílias, vibrava o Tio Florêncio. Mais uma vez, as alegrias do casamento da irmã anestesiavam o tio para os atrasos e faltas do sobrinho no trabalho.

Os sorrisos moravam em todos os cantos das duas casas vizinhas; só não moravam no coração do Pena, acabrunhado por ter que presenciar a felicidade da amada, sem poder ser feliz pela irmã, em paz.

Os encontros com Aninha prosseguiram, em ritmo seguro e confortável para ela, desesperadamente lento para ele. Mais de uma vez pensara em abandonar o barco, recusar-lhe os chamados, mas quando chegava a hora, sentia-se fraquejar e em instantes estava a pular a janela. No último encontro, nem chegara a sentir prazer: a dor da despedida próxima era mais forte.

Só o que lhe acalmava a angústia era o teatro, a missão com que fora investido por Caetano e Estela. Logo nos primeiros dias, buscou o apoio do tio para fazer contatos na tal sociedade comercial. Este, como era de se prever, não apoiou a operação nem declarou nenhum amigo na tal sociedade, antes dava graças ao fim daquele delírio teatral do sobrinho. Restou-lhe pesquisar por conta própria. Consultando o *Jornal do Commercio*,

foi fácil descobrir que a tal sociedade reunia os quarenta principais comerciantes da Corte. O jornal identificava os membros e até a sede da Sociedade, mas o Pena desconfiou da estratégia de uma aparição oficial, nada tinha a oferecer, seria recebido como um pedinte. Preferiu outro tipo de aproximação, mais desinteressada. O comércio carioca, na época, era o grande ponto de encontro da população, que passava horas a conversar em suas lojas, armazéns e boticas. E conversar com os outros era tarefa fácil para o autor do *Juiz da roça*. Mais do que isso, era das conversas com as pessoas mais diferentes que pinçava os diálogos que depois punha nos escritos.

Munido de poucas referências e usando sem permissão o nome dos Martins Pena – “afinal, também sou um Martins Pena, e a minha permissão deveria bastar” – localizou e acabou por conhecer alguns membros. Como suspeitava, o nome de seu avô ainda abria algumas portas, mesmo à revelia do tio. Não lhe foi difícil, com a sua habitual dose de diplomacia, travar amizades, ser admitido nas rodas de conversas, e, aos poucos, opinar sobre a política do Teatro São Pedro.

O ponto de vista da sociedade comercial sobre o teatro era pragmático. Viam-se como patrocinadores. E queriam fazer do São Pedro (o teatro voltava ao nome tradicional, agora em homenagem ao segundo Pedro, já que o nome Teatro Constitucional Fluminense nunca tinha caído na boca da população) uma grande vitrine turística, sem peças políticas ou nada que pudesse não ser bom para os negócios. E, principalmente, entregá-lo a uma companhia portuguesa, não por questões nacionalistas, que os negócios estavam acima disso; mas pela qualidade incontestável do teatro luso sobre o tupiniquim. O teatro, para eles, era

uma espécie de loteria de fórmulas, onde se podia prever os resultados, onde se poderia contabilizar e apostar sempre no certo.

Não era uma visão assim tão diferente da do Caetano como empresário. O Pena começou a preparação do terreno: tentou mostrar que o teatro brasileiro tinha crescido, que havia entre nós profissionais já testados e estabelecidos, que entendiam do dia a dia do riscado. E um deles estava lá no São Pedro há quatro anos, entronizado pelas verbas e pelo reconhecimento oficial do governo, com um sucesso atrás do outro, e merecia pelo menos ser ouvido e consultado.

Mas o nome de Caetano encontrava todas as portas fechadas. Nisso os portugueses estavam irredutíveis. Descobriu ali a imensa resistência que o nome do ator provocava nos patrícios: era tido como inimigo dos atores portugueses, com quem incontáveis vezes tinha medido forças ao longo da carreira. Uma vez consagrado, Caetano errara feio ao apostar no abrandamento das rivalidades nacionalistas. Sua figura era indissociável de sua condição nacional, não só por ter sido o primeiro brasileiro nos palcos a se rebelar contra o domínio português, a ser dono de companhia e não empregado de uma. Não só por acertar em todas as peças, e por sua fama ter crescido tanto. Mas principalmente porque os portugueses reconheciam seu valor, reconheciam-no como um rival à altura. Admitiam intimamente a superioridade de Caetano e, ainda pior, eram obrigados a ver diariamente o próprio a proclamar tal superioridade a céu aberto, em palcos, praças e jornais. Isto não poderia jamais ser tolerado. A cada bravata do Caetano cresciam a rivalidade e a inveja daqueles que ansiavam pela sua queda, e tal queda estava agora em poder daquele grupo de portugueses.

Com bom humor e sem jamais criticar abertamente a animosidade dos comerciantes, o Pena foi insistindo no Caetano, sempre visando as vantagens comerciais de tê-lo no teatro, do-brando-os um pouco a cada dia, até finalmente conseguir – como uma deferência a ele, Pena, não ao ator – uma última data, uma última apresentação, uma despedida de Caetano dos palcos da Corte. “Que seja uma despedida de gala”, comemorou o Pena.

Enquanto o tempo e as negociações iam se passando, na companhia ninguém teve qualquer notícia do Pena, nem de seus empenhos. Sem atividades definidas, pois não havia lugar para ensaios, nem datas ou um novo palco, a rotina dos atores era se encontrar na taberna. Estela por vezes estava presente nessas incursões noturnas, para escândalo dos clientes, mas sempre acompanhada do Caetano, amargurado pelas infrutíferas tentativas de conseguir outro teatro na Corte. Com todas as chaves na mão dos portugueses, todas as portas lhe eram fechadas, restando-lhe os sítios distantes, como Niterói. Sem alternativa, resolveu cruzar a baía para reapresentar o *Otelo*.

Na manhã marcada, todo o elenco estava no cais do Largo do Paço para pegar a barca, muitos sem dormir, virados da noite, vindo diretamente das tabernas. Os carregadores já terminavam de embarcar os telões do cenário e os baús de figurino, quando surgiu o Pena, esbaforido, na praia lotada de desembarcados, a gritar por Caetano.

– Consegui! – gritava e acenava com um pano, como se este pudesse fazer o som se propagar mais rápido. – Consegui mais uma última apresentação!

O Caetano, já embarcado, fez sinal para o condutor. O Pena se aproximou da barca até molhar os pés na água.

– Uma última apresentação! Uma despedida!

Os olhos de toda uma companhia se voltaram para Caetano. Este coçou a cabeça.

– Uma apresentação? Apenas uma? Em que isso resolve nosso problema?

Perguntava a todos, ao ar, mas era sua maneira de perguntar à Estela. Ela levantou-se de seu lugar.

– Consigo ver algumas coisas boas. Ganhamos espaço para ensaiar *A Conjuração de Veneza*, testamos o espetáculo aqui e depois levamos para Niterói algo de novo, e não o apenas o *Otelo*, que eles já viram seis vezes.

– E pense na publicidade que esta despedida pode ter! – atalhou o Pena, sem ser chamado, sempre negociante. – O público da Corte terá a última chance de ver o famoso João Caetano. Uma despedida de gala! Isto pararia a cidade. Podemos botar anúncios no jornal. Os mil lugares não bastariam para as gentes que viriam te ver mais uma última vez.

Pego em cheio em sua vaidade, o Caetano só faltou rugir à la leão de *Otelo*. Mas o homem de negócios ainda tinha algumas dúvidas.

– Quanto da nossa bilheteria vai ficar para os portugueses?

– Esta é que a melhor! – sorriu o Pena – A bilheteria é inteira da companhia. Desde que o amigo Caetano se comprometa a sair pacificamente.

“Pacificamente” não era uma das palavras preferidas de Caetano, mas “bilheteria” e “inteira”, assim unidas, eram irresistíveis. Sentindo-lhe o sorriso e adivinhando o próximo passo, o Pena adiantou-se.

– Mas há uma condição! O *Juiz* volta ao cartaz!

Pego no contrapé, o Caetano sabia que não podia negar-se, e ficou em silêncio.

– É uma condição dos portugueses – continuou o Pena. – Eu garanti a eles que teríamos o Manoel Soares no elenco. Um português como garantia.

O Caetano permaneceu parado, com uma ruga se formando à sua testa. Não estava mais acostumado a que lhe impusessem condições. Já Estela, contrastando com o marido, exibia uma alegria legítima. Riu e soltou os cabelos.

– Eu estava mesmo com saudades de ensaiar aqueles fados.

Foi a senha. O Caetano pulou da barca, soltou o famoso ruído e gritou:

– Companhia, desembarcar! Ao São Pedro! À *Conjuração de Veneza!* Ao *Juiz da Roça!*

A companhia desembarcou aos vivas. Caetano estava de volta ao São Pedro. Mesmo que fosse pela última vez.



As reformas do Teatro São Pedro estavam, literalmente, às portas. A data para a despedida de Caetano tinha sido marcada para o dia 4 de outubro, uma quinta-feira, véspera dos casamentos de Aninha e de Carolina; o pouco tempo disponível era o necessário para retomar e finalizar os ensaios antes que os pedreiros tomassem conta. A despedida foi pensada e planejada para que a companhia tirasse o máximo de proveito da publicidade, mesmo que para isso tivesse que bater mais uma vez na tecla do nacionalismo.

Como primeiro passo nesta direção, o Caetano teve a ideia de aproveitar o 7 de setembro próximo para uma apresentação extra, a encenação de mais uma peça nacional. A ideia era usar o feriado de gala para chamar novamente atenção sobre a causa nacionalista, apontá-la como a verdadeira causa do seu afastamento, e ferir aqueles que o feriam, com o mesmo ferro. Além do mais, era uma vitória do competitivo empresário, sem extrapolar o prazo, ganhava uma peça a mais do que o combinado no trato com os portugueses.

Para marcar especialmente a ocasião, Caetano apresentou o *Olgiato*, do Magalhães, tratado com pompa nos cartazes como o maior dos nossos autores. Mas Caetano, embora jogando na peça o prestígio de sua companhia, não figurava no elenco, tomando parte apenas na discreta função de ensaiador. Tampouco

figuravam Estela, ou qualquer um dos atores principais, que já se dividiam entre a *Conjuração* e o *Juiz*.

Retomar o *Olgiato* era uma decisão acima de tudo política, uma tentativa tardia e talvez arrependida de Caetano para agradar, e quem sabe, desculpar-se com um autor que era o mais proeminente entre os nossos intelectuais. Mesmo assim, era um espetáculo apressado e oportunista; e o Magalhães não comprou gato por lebre, não passando recibo de sua presença nem nos ensaios nem na apresentação, que, aliás, passou em branco sem chamar muita atenção, selando de vez o seu silêncio nos palcos.

Mas, embora o *Olgiato* não tenha feito muita diferença, a Independência ainda era muito comemorada. E no rastro das festividades, encontrou o Caetano a ocasião perfeita para começar a circular nos jornais os anúncios da despedida:

“O ator *brasileiro* João Caetano dos Santos e sua mulher Estela Sezefredo participam ao respeitável público que estão se afastando do Teatro São Pedro, após quatro anos de concessão pública, sempre levando espetáculos de sucesso e qualidade. A despedida será no dia 4 de outubro, com a encenação do drama *A Conjuração de Veneza*, de Martinez de la Rosa, seguida da nova farsa brasileira *O juiz da roça*, de autoria de hum fluminense.”

O anonimato na autoria da farsa foi imposto pelo próprio Pena, ainda temeroso que a publicidade prejudicasse suas intenções de funcionalismo público. Mas ele próprio tratou de garantir que sua estreia não passasse em branco, contratando moleques e negros que exerciam nas ruas o ofício de barbeiros para, com o apoio do armarinho, correr as ruas da Corte portando cartazes, tangendo timbales e anunciando seu refrão:

– Não percam! Em 4 de outubro deste ano del-Rey, vai ser apresentada a primeira comédia escrita por um brasileiro! *O juiz da roça*, de autoria de “hum anônimo fluminense”, vai à cena no Teatro São Pedro, montada por ninguém menos do que o ator mais patriota do Brasil! Sim, o nosso grande João Caetano. Ele, que alguns meses atrás nos mostrou a primeira tragédia escrita por um brasileiro, agora vai nos mostrar nossa primeira comédia! Chega de espetáculos de Portugal, que nada têm com a nossa realidade! É a primeira vez que vocês vão ver o povo do Brasil subir ao palco! Não percam! Um oferecimento do armarinho Florêncio, onde a seda é de primeira qualidade!

Na verdade, o elenco não era brasileiro “puro”, pois contava com a presença do Manoel Soares, que aceitou com sorrisos voltar ao papel – “É bom ser o Juiz”, foram suas palavras exatas – e não se importava com questões de fronteiras, desde que lhe pagassem o soldo em dia.

Os pregoeiros invadiram a cidade, subindo e descendo as ruas da Corte com o refrão da comédia, do Castelo ao São Bento, e deste ao Rocio. Mesmo os acostumados às publicidades do Caetano se surpreenderam com a constância. Novos clientes curiosos correram ao armarinho, e não tardou para o tal *Juiz da roça* ser comentado e aguardado. Mas não pelas pessoas certas.

Certa manhã, ao despertar, Caetano deu em sua porta com uma intimação dos oficiais da censura, indignados com o desrespeito à figura dos magistrados. Onde já tinha se visto um juiz da roça? Nossos juízes deveriam ser todos doutos, formados em Coimbra, à altura de uma capital de Império, e se assim não fosse, não cabia aos artistas sair contando por aí. Por isso, Caetano deveria apresentar-se em pessoa à Polícia, responsável pelo de-

partamento de censura ao teatro, na falta de um órgão próprio. Não era comum a necessidade desse encontro pessoal, mas a ideia de uma comédia brasileira a mostrar as nossas realidades dava calafrios em nossos censores, antes de dar-lhes cócegas.

O Caetano quis levar o Pena como acompanhante, afinal quem poderia defender melhor a peça do que o autor? O “anônimo fluminense” relutou, o lugar onde menos queria ser reconhecido era dentro do governo, mas acabou por se dobrar ao argumento de que, para a censura, o autor teria que ser identificado de qualquer modo, não havendo anonimato possível.

No dia marcado, um resoluto João Caetano encontrou-se na frente da delegacia policial com um Martins Pena resolvido a aparecer o mínimo possível, a passar em branco o máximo que pudesse. Juntos entraram no luxuoso prédio. Mas ao ver as carrancas dos oficiais e medi-las pela carranca do Caetano, o Pena concluiu que sua diplomacia teria que entrar em cena. Imediatamente após as apresentações de praxe, o Pena disparou elogios ao governo, colocando-se discretamente como ligado por parentesco a um deputado conservador; e tratou de aliviar o clima do ambiente com chistes e causos inventados de bastidores. Muitos cafés e rapapés depois, foram liberados, com a promessa de que, uma vez funcionário público, o próprio Pena, tão simpático e culto, poderia também, no futuro, vir trabalhar na censura. Afinal, havia o projeto inovador de se criar uma censura especializada, exercida por profissionais escolhidos do ramo. E a comédia acabaria permitida, com a condição da mudança do título para *O juiz de paz da roça*, que lhe caberia em definitivo.

O juiz de paz era um juiz de instância menor, sem formação específica e sem salário, eleito pela população das paróquias sem

juizes de direito, para julgar os casos menores, visando principalmente a conciliação, apesar de dispor de poder de prisão, se necessário. Era uma espécie de juizado de pequenas causas, que atuava nos ermos mais distantes da província. Uma de suas funções mais atuais era encaminhar recrutas “voluntários” a rebeliões como a do Rio Grande para a luta nos Farrapos, o que servia perfeitamente à história.

Diferentemente dos juizes de toga, não era necessário ter estudo ou diploma para se tornar um juiz de paz; bastava ter a renda mínima estabelecida, duzentos mil-réis anuais, ser indicado pela própria província, e prestar-se a ao juramento obrigatório: “Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de Juiz de Paz da freguesia de tal, Capela de tal, juro guardar a Constituição e as Leis, e às partes o seu direito”, etc., etc., sem latim ou burocracias maiores.

Com essa pequena mudança, os censores salvaram a possibilidade de uma comédia afirmar a céu aberto que nossos magistrados eram caipiras; se o eram nossos juizes de paz, a culpa estava nas comunidades atrasadas que os elegiam.

Devido à simpatia do Pena, os censores não se deram ao trabalho de ler o manuscrito, salvando-se de encontrar passagens como a que o dito Juiz, agora de paz, anulava a Constituição para poder julgar a seu favor um caso particularmente difícil, ou a que o mesmo resolvia uma contenda entre dois caipiras que brigavam por um porco tomando-lhes o animal para si. Mas enfim, o que importava era a liberação da censura antes; depois o estrago já estaria feito.

Os ensaios da comédia correram com facilidade, para os atores tinha sido como voltar a uma velha casa conhecida. Inclusive

para o Caetano, que nunca havia se sentido tão à vontade em uma comédia. É que, a conselho do Pena, o ator deixara de perseguir o humor, concentrando-se apenas em ser o galã da história, deixando generosamente para Estela as brincadeiras e brejeirices – generosidade que ele nunca tivera nem jamais teria com outro colega de palco. Estela dominava suas partes na peça com uma satisfação de quem estava cansada de interpretar mocinhas indefesas. Era ela que conduzia o namoro, que propunha o casamento, que libertava o namorado da prisão, que tratava da fuga do casal, em um comportamento escandaloso para qualquer mocinha da época, mas a própria marca de Estela era feita de escândalos. E os fados e fandangos que dançava no final explodiam em pura sensualidade e alegria, que contagiava toda a companhia. O próprio Pena, substituindo em um dos ensaios o ponto, que adoecera, largou sua função e juntou-se ao baile final.

Já o Manoel, português “infiltrado” no elenco, expunha com divertida crueldade o subdesenvolvimento dos seus rivais brasileiros, na figura caipira e despreparada do nosso juiz, agora juiz de paz...

Com a data da estreia marcada para a véspera do casamento duplo, o Pena pediu licença à família de Aninha para o prometido convite teatral. Bateu e entrou pela porta de frente. Foi encontrar a amada provando o vestido de noiva. Recuou passos, tapando a vista, horrorizado, como se queimado pelos raios do sol, provocando risos por toda a sala.

– Mas o que tem o jovem Luiz... foi picado por alguma abelha? – gargalhou o Capitão Pimenta. – Ou será que o nosso solteiro tem medo do matrimônio?

– É... que... ouvi dizer que dá azar ver a noiva – o Pena tentava justificar o injustificável.

– Isso é só para o noivo, tonto! – disse Aninha, um tanto impiedosa, mas afastando qualquer insinuação da atitude estranha.

– E então, o que achou do vestido? Estou bonita?

Aí já era ironia demais para o Pena, que sentia o ar lhe sumir. Felizmente o Capitão Pimenta interveio, recuperando os modos da menina.

– Isso é lá pergunta que uma noiva faça a um homem? Anda, recolha-se a seu quarto!

– Mas...

– Nem mais nem meio mas! Agora!

Vencida, Aninha saiu, frustrada, mas mantendo um ar de desafio nos olhos. A quem seria o desafio? Ao pai? Ao casamento? A ele, Pena?

– Essa menina... saiu o gênio da avó, igualzinha... no dia do casório, meu avô medrou-se, mudou de ideia, e ela o foi buscar escondido no galinheiro. Entrou lá vestida de noiva e tirou ele a tapa, pela orelha... – e riu-se, puxando a risada do Pena, a contragosto. – A que devo a honra da visita de vosmecê?

– Prometi ao casal Pau d’Alho convites para o camarote no teatro, e como ele mora longe, me deu licença de levar sua filha, noiva dele.

O capitão protestou.

– Teatro? Mas nunca deixei filha minha botar os pés no teatro! É um ambiente onde só se vê mentiras e depravação.

– Bem o sei, Capitão Pimenta. No entanto, o convite foi ideia do noivo, a pedido da noiva, e como partiu do próprio Imperador...

– Como é? Do Imperador? – o velho Pimenta quase cuspiu fora a dentadura.

– Sim, é um convite para os camarotes do Imperial Teatro São Pedro, o número um desta Corte, o primeiro das Américas. Trata-se da estreia de uma farsa engraçadíssima, *O juiz de paz da roça*, não viu o senhor os anúncios?

– Não – rosnou o capitão. – Não leio estes jornais da Corte que só trazem mentiras e depravação.

A cabeça do capitão é que parecia tão cheia de tais coisas, pensou o Pena. Mas era preciso espantar tais pensamentos e continuar a convencê-lo.

– A farsa vai ser levada pela companhia de nosso João Caetano, o principal ator brasileiro, comparado aos grandes de França. E antes ainda levarão uma nobre tragédia. E números de canto lírico nos intervalos. Um programa chique, um programa da nossa mais alta sociedade.

– Adiante – tornou a rosnar o velho.

– Mas é claro que primeiramente vim ter ao senhor, sei dos seus rigores – desconversou o Pena –, e é minha obrigação pô-lo a par do que se vai. E se quiser que diga não, irei pessoalmente ao Paço negar o pedido.

– Estás doido? Negar um pedido do próprio Imperador? O que quero saber é como foi que o Imperador mandou este convite assim, sem mais, sem menos? A troco do quê? E como conseguiste falar a ele? – era o instinto do guarda a trabalhar.

As meias mentiras eram mais fáceis de mentir do que as deslavadas, e o Pena ia seguindo por elas:

– Meu cunhado deputado tem contatos, estou para entrar no serviço público. Fui apresentado ao Imperador em pessoa na porta da Assembleia. Após isso, saí para jantar com o deputado, e ele me transmitiu o recado.

O capitão ainda não parecia convencido.

– E que quer o Imperador? Como sabe de nossa existência?

O Pena abaixou a voz.

– Parece que estão investigando alguns oficiais da Guarda Nacional suspeitos de suborno.

O capitão sentiu o sangue gelar.

– Dizem isso?

O Pena vibrou: o velho tinha mordido a isca. Olhou para os lados, como se temesse ser surpreendido, baixou a voz, aumentando a apreensão do outro.

– Bem... dizem que a Guarda Nacional está sem contingente nas ruas porque mais da metade paga a caixinha da ronda e fica em casa...

– O quê?

– E não é só isso: ganham caixinha para relaxar alguma ordem de prisão...

– Não! – o velho já ia levando a mão ao peito.

– Pois dizem. O senhor pode imaginar? Dizem também que os que fazem a ronda cobram propinas pelas ruas, e depois as dividem com os oficiais.

– Não! – o velho já desabotoando os colarinhos.

– Pois sim! E dizem também que a impunidade já foi longe demais e que o governo vai dar uma punição exemplar.

– E já sabem em quem? – o velho foi acometido de uma tosse desesperada.

– Ainda estão à cata do chefe da tal quadrilha de oficiais. A única pista que se tem é que ele guarda dinheiro dentro de uma imagem da santa!

– Valha-me, minha Nossa Senhora! Estou a morrer! – balbuciou o velho.

– Também me senti a morrer. Como andam os costumes do mundo! – lamentou um contrito Pena. – Mas fiz questão de falar ao Imperador do seu nome.

– Ai, que me perco... – murmurou o velho, em um legítimo aparte de teatro.

– Eu disse-lhe com todas as letras: pois lá na roça sou vizinho do Capitão Pimenta, e por lá garanto que essas bandalhas não vingam!

– Vosmecê garante?! – exclamou o capitão, entre a dúvida e o espanto, sentindo o sangue voltando a lhe correr nas veias. – E o que disse o Imperador?

– O que disse? Ora, Capitão, não é de hoje que vosso nome já chega às cortes!

– É bem o que temo... – outro aparte teatral do capitão.

– Ao ouvir tal defesa, o Imperador-Menino sorriu, e os tutores afagaram as barbas, como se olhassem teu retrato no horizonte – e o Pena lançava mão de seus recursos teatrais, dando vida à imagem e voz aos personagens – “O Capitão Pimenta? Pois claro, seus feitos já chegaram até nós. Tivéssemos mais como ele, e certamente mudávamos este país”, disseram os conselheiros. “Só uma coisa me aborrece”, disse o Imperador-Menino: “Nunca o vejo no teatro.”

– O Imperador disse isso? – meio palmo de língua escorria pela gravata do velho.

– Mas eu saí em vossa defesa! – bradou o Pena, heroico, empolgado com o enredo que criava. – “Vossa Excelência entenda que o Capitão Pimenta é homem muito ocupado, que todas

as manhãs se encontra vigilante pelo bem da nação, e não pode frequentar divertimentos noturnos sob pena de perder a hora. É pelo interesse maior da nação!” O senhor precisava ver o sorriso que o Imperador deu quando lhe disse isso.

– Sorriu, é? – e o velho sorria também.

– Eu continuei...

– Mas foste continuar, homem? Para quê continuar? – fez o velho, apreensivo.

– Eu disse: “mas sei que o capitão tem uma filha que está para se casar, e nunca pôde estar no teatro; se apraz a vossa excelência, mande a ela um convite, e a família Pimenta se fará representar gloriosamente no imperial teatro.” Ao que o Imperador e os conselheiros se reuniram e anunciaram o convite. E por isso aqui estou eu.

O velho passou alguns minutos em silêncio, se recobrando da sucessão de sustos, mas acabou por concordar, que remédio? E o Pena, sorrindo, saiu com a vitória nas mãos. Ao passar pelo quintal, escoltado pelo capataz e pelos perdigueiros, intuiu que Aninha viria à janela com o barulho. Olhou na direção do quarto e lá estava ela, já sorrindo, como quem tivesse escutado a conversa por algum buraco indiscreto; e conhecendo Aninha, como garantir o contrário? No caminho que faltava para a saída, o Pena sorriu de volta, fez o sinal da vitória, acenando até que o portão se fechasse na sua cara.

Uma porta fechada, outra aberta: Antonio Pau d’Alho, como era o combinado, assim que viu a cor dos convites protestou da distância, do horário, das varizes, da gota, num resmungar sem fim, até que o Pena, heroicamente, ofereceu-se para acompanhar a dama em seu lugar. O Pau d’Alho retrucou, desinteressadamente:

– Se a Senhora Doninha nisso não vê mal...

Aninha, como parte do espetáculo, deitou lágrimas ao chão pela ausência do noivo, e ameaçou até não ir.

– Todas as moças vão de marido a tiracolo, e eu sem ninguém?

Mas o pai estava a se pelar com as investigações de propina da Guarda Nacional e queria agradecer ao Imperador de todas as formas.

– Pois a senhorita vai querendo ou não querendo, com marido ou sem ele. Onde já tinha se visto recusar um convite do próprio Imperador?

Imperador que nem sonhava que seu nome estivesse sendo usado em tamanha intriga matrimonial, mas na guerra e no amor valem tudo, tanto hoje quanto ontem.

Fez-se então uma reunião entre todas as partes, para formalizar o convite, onde Aninha acabaria por “ceder” e aceitar a companhia do Pena para a ida ao teatro. Toda a cena teria saído exatamente como idealizada por seus autores, se não fosse um pequeno imprevisto do Pau d’Alho, que saía da intenção original:

– É claro que Senhora Dona também está convidada, não é mesmo, Luiz?

Surpresos, todos olharam de uma vez para a mãe de Aninha, que sentada a um canto, era até então como se não estivesse na sala.

Dona Irene, portuguesa silenciosa que vivia murmurando praguejamentos, era a voz secreta de comando daquela casa e daquela família. O comando visível, quem gritava alto para a plateia, era o Capitão Pimenta. Mas ela, com as pragas murmuradas como preces, sabia direcionar o leme para onde lhe importava. Chegou a ser bonita, na época do casamento com o então sapa-

teiro Pimenta, mais de dez anos mais velho. Hoje, gorda, com um buço que disputava com o marido em tamanho e proeminência, velava em primeiro lugar pelo comportamento da filha única. Cabia a ela a manutenção da dura rotina da menina, composta de pais-nossos e aves-marias na igreja e recolhimento nos muros do quarto. Dona Irene não cortava, antes endossava, o teatro de poder do Capitão Pimenta. Mas este jamais ia contra um pronunciamento seu. As escravas a temiam como ao demônio: tinha predileção especial por beliscões, e não admitia a mínima falha ou desvio. Aninha, desde cedo, a identificara como o único oponente da casa à sua altura. Por isso estremeceu à condição feita por seu futuro marido. Sabia que a ideia não poderia ter partido somente da cabeça do velho Pau d'Alho.

Como, de fato, não tinha partido. Dona Irene não chegava a ser contra aquele casamento, mas também não se entusiasmava por ele. Idealizava, em seus anseios românticos que mantinha secretos até das confissões, um marido jovem para a filha, um destino diferente. Mas o único jovem à disposição parecia ser o vizinho Luiz Carlos, por quem tinha indisfarçável horror. Aquele Pena não a enganava, nada queria com o trabalho ou o estudo, sempre a zanzar perto da janela com olhos de peixe morto. Pior, notava que os olhos de peixe morto eram correspondidos pela filha, com tossidas ou outros sinais de interesse. Iniciou uma campanha de desvalorização do pretendente, apontando-o casualmente à filha, todos os dias, como símbolo do jovem sem chão e sem futuro, até contaminar Aninha com a mesma visão. A entrada em cena de Pau d'Alho, embora não a tenha satisfeito inteiramente, a agradou pelo ângulo de afastar o outro, mais daninho. E por isso não se opôs ao casamento,

que tinha sido arranjado pelo Capitão Pimenta como um favor de trabalho.

Mas ao saber das intenções do genro de ceder ao Luiz Carlos a procuração para os passeios que Aninha insistia em fazer, Dona Irene ligou todos os seus alertas silenciosos. Primeiro apelou ao marido no quarto.

– Não quero este Pena perto da nossa filha nem muito menos à sua roda em um teatro.

Normalmente, seria conversa encerrada, e no dia seguinte o capitão, solene, faria um pronunciamento dando o dito pelo não dito e acabava-se o assunto. Mas não era um tempo normal: o capitão mordera o anzol e passava os dias martirizando-se de angústia pelas investigações de corrupção inexistentes. Abandonara a caixinha das rondas e passava longas horas em confidências com a Virgem Maria que lhe servia de cofre. Gostaria de devolver o dinheiro anonimamente, na esperança de encerrar as buscas, mas tinha se afeiçoado demais à riqueza, para chegar a este ponto. Em seus piores pesadelos, via-se preso e desmascarado em pleno casamento da filha, na frente da família e de todos os convidados ilustres do deputado dos Pena.

Mas se havia um rasgo de esperança para a situação, este rasgo era o tal convite do Imperador. O capitão não só acreditava piamente no convite como nele punha todas as suas fichas. Afinal, quem investigaria um protegido do Imperador, que lhe frequentasse os camarins do teatro? E o melhor é que tamanho elogio ainda lhe aliviava o peso na consciência...

Talvez por isso, ao ouvir o pedido, o capitão tenha trocado a sua atitude habitual de submissão por um ríspido “dorme, mulher”. Dona Irene, que nada sabia das peripécias do marido na

Guarda Nacional, não entendeu nem engoliu a atitude inédita, mas virou-se de lado como a dormir.

No dia seguinte, mal o marido pôs os pés na soleira da porta, Dona Irene convocou os escravos de transporte e dispensou Aninha da missa, não sem antes recomendar e ameaçar as mucamas pela responsabilidade de vigiar e barrar os passos da menina. Os transportadores da liteira tiveram ordem de carregar a sinhá até a chácara de Antonio Pau d'Alho, algumas léguas acima pelo caminho da roça.

Lá chegando, foi recebida por um surpreso Pau d'Alho, que não precisou de muito veneno: à mínima invocação de ameaça à saúde de sua testa já foi sugerindo a presença de Dona Irene no passeio.

De modo que agora, todos os olhares da sala se voltavam para Dona Irene, que a um canto da sala esperava a ordem do marido para se pronunciar. O Pimenta, aliviado por juntar o pedido da mulher ao resultado das circunstâncias, ordenou, grave:

– Fala, mulher.

Dona Irene, dona da situação, olhou para cada rosto na sala com atenção, em especial para os rostos aflitos da filha e do Pena, que vinha estudando desde o início da reunião. Levantou-se com a dignidade que o momento lhe conferia, e como ferida em seus princípios, declarou.

– Nunca na vida imaginei pôr os pés em outro palco que não a nave da Igreja. Mas se Deus dispõe assim, quem sou eu pra ir ao contrário? Vamos ao teatro.

Seguiu-se um brinde de Porto do bom, e somente o Pena e Aninha não levaram a taça aos lábios.

Não muito longe dali, outro brinde se fazia, nas baixas

adegas do Rocio, em nome de João Caetano. A notícia de seu afastamento do Teatro São Pedro pegou brasileiros e admiradores de surpresa, e não havia boemia nas cercanias do teatro onde seu nome não fosse saudado. Afinal, nos quatro anos com Caetano o teatro tivera bom público, e numerosos atores; e os números se refletiam no aumento do comércio noturno em todas as suas variantes. A reforma do teatro pela associação de comerciantes portugueses, com obras que o manteriam fechado por meses, dividia a opinião da classe artística e mesmo do público, reforçando velhas rivalidades entre brasileiros e portugueses. Caetano, com seu conhecido talento publicitário, alimentava a polêmica pelos jornais, através de anúncios antecipados da despedida, provocando enxurradas de cartas nas redações, a favor e contra. Esperando lotar o São Pedro com uma despedida apoteótica, Caetano apelara ao emocional da população, dedicando a noite ao benefício de sua mulher, Estela. O benefício era um costume onde a renda integral da noite era revertida diretamente ao ator beneficiado, atraindo uma legião de fãs zelosos por seus ídolos.

*A beneficiada, tendo de retirar-se de cena em consequência do teatro ter de fechar-se, espera que um público tão ilustrado quanto generoso a proteja pela última vez.*

Ao beneficiar Estela, Caetano beneficiava a si próprio por tabela, pois a renda ia alimentar os mesmos filhos, e diversificava o público: se Caetano era querido pelas tragédias, Estela o era pela beleza e comportamento ousado. A noite em seu benefício, portanto, seria garantia de sensualidade. Caetano o deixava subentendido, ao anunciar que a farsa *O juiz de paz da roça* terminava “com uma tocata”, onde Estela dançava o fado e o fandango, mú-

sica popular das ruas, condenada pela etiqueta da Corte como vulgar, exagerada e sensual.

Com todas essas promessas, cartazes, cartas, rivalidades e fofocas, a despedida ia ganhando um interesse maior: os bilhetes colocados à disposição com antecedência – outra estratégia do Caetano – vendiam-se logo, eram repostos, esgotavam-se. Houve até reclamações sobre os cambistas, insinuações de que os portugueses estavam comprando os lugares para deixar o teatro às moscas no dia.

De modo que o tal dia veio se aproximando, já visível no horizonte, e com ele as incertezas de Caetano, Estela, Pena, Aninha, Brasil e Portugal.



– Merda!

Era chegando o grande dia! Na porta do Imperial Teatro São Pedro, novamente uma grande aglomeração de cavalos e carruagens e montes do estrume tão desejado pelos artistas em uma estreia. A fila de espectadores à espera da abertura dos portões confirmava o tumulto dos cavalos, e ambos confirmavam o sucesso da noite.

– Merda!

Informado do movimento, o Caetano, já com o figurino da *Conjuração de Veneza*, respirou aliviado nas coxias. Tinha acreditado na tal campanha dos portugueses, de comprar ingressos e esvaziar a plateia. Chegou a publicar um anúncio para divulgar a presença do Manoel Soares na farsa, anunciando-o como o melhor ator d'além-mar, o que, se era discutível pelo “melhor”, era verdadeiro pelo “além-mar”. Mas o próprio ator português, ao contrário, nunca ligara ao boato, e tentava tranquilizar o chefe brasileiro:

– E achas que um patrício vai perder a chance de assistir outro patrício para juntos mangarem de um brasileiro? É riso na certa!

Na fila do portão, a mistura de brasileiros e portugueses mostrava que o Manuel tinha razão.

– Merda!

Desta vez, o Pena não estava entre os primeiros da fila. As mulheres, mesmo as carolas como Dona Irene, precisavam se emperiquitar da cabeça aos pés quando iam ao teatro, principalmente se era a primeira vez. De modo que a carruagem estava pronta, os escravos a postos, o Pena alinhado, o Capitão Pimenta perfilado, e nada de Aninha ou sua mãe. Cada vez que o capitão batia à uma porta era um “já vai” diferente.

- Já vai, estamos a fazer a bainha do vestido!
- Já vai, agora são os sapatos que não entram!
- Já vai, os cabelos insistem em sair pra fora da touca!

E tome de mucamas a fazer bainha, calçar sapatos, esconder cabelos. Sorte do Pena é que mulheres de família nem no teatro podiam usar pintura. Se pudessem, seriam outros tantos já vais.

“Ainda bem que a comédia vem sempre depois. Só vamos chegar ao teatro no quinto ato da tragédia”, pensava o Pena, com seus botões.

As mucamas, obrigadas a seguir todos os movimentos de sinhá e sinhazinha como uma sombra, pelas vinte e quatro horas do dia, também ansiavam pela partida: barradas da entrada no teatro, teriam pela primeira vez algum tempo para existir, sem ninguém para lhes ditar os passos.

Carolina, sempre prática e prudente, não demorara tanto a ficar pronta. Mas ela e Tio Florêncio eram convidados do deputado Joaquim Viana, e ficariam em outro camarote, o do Partido Conservador. E já se tinham posto a caminho, apressados pela pontualidade do político e pela expectativa do Tio Florêncio de assistir à propaganda do armarinho.

– Tu garantes que ela fará boa figura aos fregueses hein, so-brinho? – perguntou antes de partir.

Carolina também encostou o irmão à parede para as velhas advertências sobre o futuro, a prudência, a responsabilidade, o nome da família.

– O deputado nem sonha que estás envolvido nesta comédia.

O deputado considerava indigno que se trabalhasse em teatro, mas frequentá-los era um compromisso político do seu partido, que mantinha um camarote para seus filiados em cargos importantes, empenhado em promover os símbolos da civilização e do Império.

– Não se preocupe, mana, meu nome não aparece, e serei o mais discreto dos espectadores.

Enquanto o Pena esperava a hora de partir, o Caetano esperava a hora de começar o espetáculo. E o tempo, a tudo indiferente, corria solto, até chegar a hora da abertura dos portões. Aí os nobres e dândis da plateia perdiam momentaneamente a compostura, em busca dos melhores lugares. Mais recompostos, assentados nos lugares conquistados, os homens acendiam seus charutos, posicionavam seus binóculos. O camarote imperial a tudo presidia, no centro, fechado, escuro e vazio.

As mulheres, com seus lugares nos camarotes já reservados, permaneciam pelo café do terraço, ou pelos corredores, cada uma esperando seu melhor momento para uma entrada triunfal. Até que, uma a uma, iam aparecendo, como gladiadoras em uma arena romana, sob as tossidas dos admiradores e o rumor de cadeiras das rivais. Uma ou outra, mais gaiata, ainda arranjava meios de deixar cair um lenço na direção do admirador que tossia; a maioria se contentava em ser admirada com mais fervor do que os próprios artistas no palco.

Quem também estava pelos camarotes, mas ao lado dos li-

berais, era o Irineu, devidamente acompanhado por sua mãe e por sua prima, àquela altura sua noiva. O Irineu tinha recebido o convite especial do autor, mas seguindo o conselho do mesmo, procurava se inserir na Corte com mais “diplomacia”, travando seus primeiros contatos políticos.

Soaram os primeiros acordes da orquestra. Nas coxias, o elenco da peça principal, *A Conjuração de Veneza*, com máscaras de baile, se dava as mãos e gritava “merda!”, ritual comum do teatro, onde todos se desejam antes do espetáculo a mesma merda abundante, o mesmo adubo dos cavalos lá fora. Os atores que só tomavam parte na comédia estavam espalhados, alguns se vestiam e maquiavam demoradamente, outros procuravam um lugar escondido de onde pudessem assistir aos primeiros atos do drama.

As últimas e mais pretensiosas damas escolhiam este momento para a entrada, e em breve não havia mais ninguém nos corredores. Tio Florêncio e Carolina já estavam devidamente acomodados no confortável camarote usado pelo partido do deputado, que exibia a noiva aos outros políticos presentes, com uma satisfação antes social do que amorosa. O Irineu também se encontrava instalado, mas já resolvido matrimonialmente, usava o binóculo para procurar o Pena pelo teatro. Mas o autor ainda se encontrava na altura das pontes do caminho, que dividiam a roça e a Corte.

Quando cruzou a fronteira das pontes, passando da roça à Corte, já se iniciava *A Conjuração de Veneza*, com uma cena breve entre secretários que aguardavam a tal conjuração, nenhuma informação relevante, funcionando apenas como um “Ei, estamos começando o espetáculo, guardem estes binóculos, parem

de tossir, olhem para cá, daqui a pouco vamos começar mesmo com a história”. E assim se ia fazendo: a plateia aos poucos se calando e se rendendo aos verdadeiros astros da noite, que só então iam começando a dar as caras. Dar as caras é modo de dizer: a tal reunião dos conjurados se realizava em disfarces de carnaval veneziano, com todos mascarados e coloridos, para desaparecer na multidão em caso de perigo, sem deixar vestígios. A plateia se surpreendeu com a beleza das cores, em mais um grande trabalho do professor Porto-Alegre, e tentava adivinhar por trás de cada máscara seus atores preferidos. O palco precisava sempre brigar pela atenção do público, e neste momento ia ganhando a briga. Seguiu-se a inevitável cena em que Caetano descobria-se da máscara e fazia seu tradicional discurso patriótico, liberal, revolucionário, sempre aplaudido por parte da plateia, vaiado por outra.

Quando a carruagem dos Pena chegou aos contornos da praça da Constituição, a tragédia já estava em seu segundo intervalo. Em frente ao teatro, a carruagem foi logo cercada pelos guardadores de vaga, que disputavam aos tapas o privilégio de acenar com o melhor lugar para estacionar, e com isso ganhar alguma moeda. Carruagem estacionada, bilhetes conferidos, o jovem autor, Aninha e sua mãe adentraram os imponentes pórticos do maior centro cultural da Corte.

Aninha olhava para o alto, para os lados, para a frente, para trás, deslumbrada, sem conseguir conter pequenos gemidos de prazer e admiração. Dona Irene, em contraste, a tudo se benzia e olhava fixamente para o chão, agarrada ao braço da filha, ao mesmo tempo protegendo-a e sendo por ela protegida. Sem suas mucamas à roda, sentia-se como uma madame sem bolsa, sem saber onde colocar as mãos, ou os mandos.

O chapeleiro veio tomar a casaca ao Pena e o chapéu às damas, indicando pelas escadas o caminho ao camarote dos artistas, onde Caetano alojava os convidados.

– Camarote dos artistas? Não íamos para o camarote imperial?

– Aqui todo camarote é imperial, *mon chéri* – retrucou o Pena, apontando o imenso lustre apagado no camarote central – além disso, sua Majestade pelo jeito ainda não chegou.

– Mas... e a aposta que fizeste? Como ele vai saber se sou mesmo a mais bonita?

– Ora... o Imperador tem observadores!

Um ligeiro muxoxo apontou nos lábios de Aninha, o primeiro naquela noite de sonho. Mas nada que as luzes, os vestidos, a música não compensasse. Logo voltava a sorrir.

– É verdade que há um café no terraço?

Café era o único ponto fraco de Dona Irene. Ao ouvir a palavra, ela concordou pela primeira vez, sim, seria bom tomar um café no terraço, onde fosse. E lá se foi o Pena levar a menina a um encontro romântico no terraço, com vista privilegiada para a praça, sempre com a mãe dela a tiracolo. Nem em um lugar como aquele a velha desgrudava os olhos do chão.

– Ora, Dona Irene, dê uma boa olhada para a vista da praça!

– Veja, mamã, como é linda!

E nada da velha levantar a cabeça, antes apertava-se mais à caneca de café.

“Maldita hora em que a enfiaram neste passeio”, pensava junto ao casal clandestino.

O garçom interrompeu as divagações para oferecer ao casal um cálice de Porto. “Oferta do cavaleiro ao lado”, esclareceu antes que a Dona Irene pudesse protestar.

Era ninguém menos que o Juca, erguendo um brinde à felicidade “dos noivos”. Tamanha cara de pau causou um sério problema diplomático entre o Pena e Dona Irene, só solucionado com a apresentação do amigo como filho de um dos barões do café.

– Precisa conhecer o café tipo exportação, madame. Muito mais forte e requintado. Mando-lhe uma saca mensal do tipo exportação, como presente de casamento!

A orquestra voltou à carga, ia começar mais um ato da tragédia. O lugar do Juca era na plateia. O Pena foi conduzindo as damas pelo corredor em direção aos camarotes. Mas antes de os amigos se separarem, um terceiro se juntava ao grupo.

– Ora, ora, o Barão e seu criado por aqui!

Alinhado e elegante, como sempre, o Paula Brito surgia no caminho para saudar os amigos com abraços efusivos.

– Então pensaste que eu ia perder o teu *Juiz da roça*? – disse ao Pena. – Pois se a ideia nasceu do nosso diálogo neste mesmo café!

– Ainda tenho o teu *Jornal do Commercio*, com o caso do Juiz verdadeiro!

As mulheres não estavam acostumadas com isso de negro usar sapatos e saber falar ou ler, e de início pensaram que o Brito fosse algum estrangeiro mais moreno das Arábias, ainda mais por ter chamado o Pena de barão. Foi preciso que o Pena o apresentasse com rapapés:

– Aninha, Dona Irene, tenham a honra de conhecer o Francisco de Paula Brito. Cá o Brito é homem de confiança do Imperador, então não sabem? É na sua tipografia que se imprime o quanto há de cartazes e jornais por esta cidade. E ainda arranja espaços para promover bailes, cursos, palestras aí afora, o entru-do dos moleques pelas ruas....

Dona Irene se benzeu, tinha horror à depravação dos bailes, onde homens e mulheres se tocavam, se moviam juntos. Sem falar nos entrudos, onde as pessoas enlouqueciam com os tambores em plena rua e se arremessavam bexigas cheias das mais nojentas porcarias. Agora sim entendia o homem à sua frente como negro. Já Aninha o olhava fascinada: aquele homem, mulato, bem falante, bem-vestido, era o símbolo de um outro mundo, o mundo da Corte, um mundo de conto de fadas onde as oportunidades não faltavam e a vida era sempre uma aventura.

O Brito pareceu ler o que se passava no coração das senhoras, e com ironia e *nonchalance*, saudou-as como um negro forro.

– Sinhá, sinhazinha, às ordens.

As duas, sem perceber qualquer ironia, dobraram os joelhos em cumprimento. O Pena mudou o assunto.

– Então, não achas que o Imperador se encantará de Aninha?

– O Imperador? Certamente, se chegar a vê-la.

O Pena virou-se para o Juca:

– Juca, faça companhia às damas por um minuto, sim? Preciso dar uma palavra ao amigo.

E sussurrou para Aninha antes de sair:

– Não demoro, é um dos observadores.

E largou o pobre Juca à árdua tarefa de entreter a velha Dona Irene. Uma vez a sós com o Brito, não fez círculos para entrar no assunto.

– Por acaso o teu amigo chefe das faxinas não estaria de plantão hoje?

O Brito sorriu e sacudiu as chaves.

– Eu só venho quando é o turno dele.

O Pena arriscou:

– Prometi à menina que a levaria ao camarote do Imperador.

O Brito se surpreendeu.

– Mas e a mãe da moça?

– Ela é o estorvo. Veio a nosso contragosto, e está empatando tudo até agora.

– Confesso que também não fui com a cara da velha – riu o Brito. – Já a pequena é uma ninfa, parabéns.

– Não é minha. Está prometida a um velho rico. Só tenho esta noite para ser feliz, amigo Brito.

O Brito sorriu um sorriso de amores passados da juventude.

– Uma noite pode ser a eternidade, amigo Pena. Encontre-me no café, no próximo intervalo. E não se preocupe com o estorvo...

– Pensaste em algo?

– Amigo Pena, meu avô era mulato como eu, e com ele aprendi o melhor dos dois mundos, o dos brancos e o dos negros. Sou capaz de receitar plantas e ervas para cada problema do homem. Eu mesmo nunca fiquei doente, compreende? Se dependesse do que eu sei, jamais teríamos essa polêmica entre os alopatas e os homeopatas. Mestre Pena, eu sou um ervopata.

– Aceito tua ervopatia – devolveu o Pena.

– Então cuida que a velha tome o café que eu levar, e ela dormirá por mais ou menos duas horas. É quase o tempo até o fim da representação.

– Mas como? Levas a erva estratégica por aí, guardada no bolso?

– Posso ser o único negro na plateia, mas não sou o único negro do lugar – devolveu o Brito. – É só procurar entre o pessoal da cozinha. Existem muitos mundos dentro da Corte, amigo Pena.

O Brito fez um sinal ao Juca, para que o seguisse. O Pena depois se desculpou com as mulheres e conduziu-as ao camarote do Caetano. Diante do luxo para elas inédito de licores e doces finos, Aninha deslumbrava-se com as atenções recebidas, oferecendo-se aos binóculos; e Dona Irene sempre a lhe puxar os braços, modos, menina, modos.

Seguiu-se um quarto ato da *Conjuração de Veneza*. O Pena mal conseguia prestar atenção na tragédia, não pensava nem mesmo na sua comédia, a ser encenada em instantes; a expectativa de Aninha e do camarote imperial, a tensão da velha nos calcanhares e da véspera do casório, tudo isso lhe tomava inteiramente os sentidos.

Tanto que nem deu pela presença do professor Araújo Porto-Alegre, sentado na cadeira da ponta. Foi preciso que o professor viesse cumprimentá-lo.

– Só aceitei fazer os figurinos e cenários pra incentivar você, Pena. E também porque o São Pedro é o teatro da Corte, confesso. Mas o Caetano não merecia, por aquilo que fez ao Magalhães. Mas é uma noite de festa, deixemos as intrigas do *Olgiato* de lado. E que a tua peça seja a primeira de muitas comédias brasileiras! Eu mesmo ando com a ideia de escrever algumas...

No intervalo seguinte, o Brito e o Juca apareceram no camarote do Caetano com bandejas de café.

– O presente que lhe prometi! – acenou o Juca, simpaticíssimo, estendendo uma xícara a Dona Irene. – Um café da safra dos exportados, desses grãos que não vemos por aqui.

A velha, mais uma vez, abaixou a guarda para sorver os preciosos goles do líquido sagrado. O Brito entregou ao Pena uma xícara com uma chave dentro.

– O camarote está pronto e arrumado.

– Obrigado, amigo, eu repetiria obrigado mil vezes até amanhã e ainda assim não seria suficiente.

– Ora, Pena, tu me ajudaste antes, eu te ajudo agora, é assim que funciona o mundo. Bem dizendo, o mundo eu não sei, mas pelo menos o Brasil. Não esqueça de me entregar as chaves na saída.

O Juca aproximou-se. Queria a vaga do amigo no camarote do Caetano. Dali se observava melhor as donzelas nos outros camarotes. O Brito pretendia descer à plateia.

– Ao contrário dos amigos, eu realmente estou interessado em assistir à farsa do *Juiz da roça*.

O Pena voltou às mulheres, radiante de felicidade, piscando à Aninha antes de anunciar o *gran finale*:

– E não satisfeito, Vossa Majestade ainda nos abriu o seu camarote! Assistiremos de lá a comédia!

Aninha teve vontade de despencar para a plateia a gritar de felicidade, mas o Pena teve de lhe acalmar:

– Quieta, que o Imperador pediu sigilo absoluto.

– Sigilo por quê? – quis saber a menina. – Qual valor tem semelhante honra se ninguém pode ficar sabendo?

– Qual valor? Ora... – gaguejava o Pena, amaldiçoando o gênio da menina. Enfim lhe ocorreu uma saída: – O valor de não causar ciúmes e intrigas desnecessárias. Vossa Majestade jamais concedeu tal honra como a que concede agora a vosmecê, Aninha, a meu pedido. E se seus aliados ficam sabendo, poderiam se sentir desonrados e passar para a oposição.

Aquilo não era verdade, não havia a menor chance daquilo ser verdade, ela lia nos olhos dele. Mas Aninha olhou de modo

diferente para aquele homem à sua frente, um homem capaz sabe-se lá de qual estratagema para satisfazer a ela um simples capricho. Sentiu-se lisonjeada, como mulher, de uma forma que a fez corar.

Dona Irene teria notado e percebido essa alteração, não fosse a estranha sonolência que lhe brotara, assim do nada. Pelo pousar de sua xícara no pires, o Pena entendeu que as ervas já estavam fazendo efeito.

– Depressa, temos pouco tempo.

Aninha obedeceu, sem saber a quê nem por quê. Obedeceria a qualquer ordem daquele novo homem. Esperaram o último ato da *Conjuração de Veneza* começar, e quando todo o público se pôs dentro do teatro, cruzaram os corredores vazios, como um sonho, em idílio completo a não ser pela velha que já ia quase desmaiando nos braços do Pena. Aninha sentia-se flutuar; era como uma grande aventura, um rapto consentido. Já começava a sentir suas certezas se dissolvendo nas luzes diáfanas da Corte: seria mesmo o casamento, o seu casamento, o grande golpe que tinha avaliado?

Não teve tempo de conjecturas: dobraram uma curva, e quase deram de cara com Tio Florêncio, Carolina e o deputado, que se atrasavam do café, sempre em companhia de uma comitiva de outros políticos. O Pena arriscadamente arremessou-se para trás de uma pilastra, carregando a velha já grogue de sono. Aninha, cúmplice, escondeu-se atrás de outra pilastra. Aquilo a encheu de uma sensação de proibido, de transgressão, uma tontura, um êxtase, tão forte que ela teve que apoiar-se nas paredes.

Ambos prenderam a respiração, e a comitiva passou. Saíram dos esconderijos, deram os passos que faltavam, com a precaução

necessária, dobraram a parede para uma porta fechada, o Pena retirou do bolso a chave, entraram, fechou-se a porta, acabou. Estavam no camarote imperial. Uma pequena caixa de chocolates, mimo de Paula Britto, os esperava na mesinha.

À primeira vista, ainda mais assim, no escuro, não era um lugar tão diferente do outro em que estavam; maior sem dúvida, mas as mesmas cadeiras, sem muito mais, a não ser pelo imenso lustre que lhe encimava e que os deixaria mais iluminados que os artistas, se estivesse aceso. Não estando, o camarote se distinguia dos outros pela melhor vista do palco, mais central. Mas nem isso podiam aproveitar: era preciso, por prudência, manter-se longe das frisas, a uma distância segura dos olhares alheios.

Largada pelo Pena em uma das cadeiras ao fundo, Dona Irene já bocejava à larga. Tendo assistido mais alguns minutos de espetáculo, gente vestida de forma exótica, recitando versos que ela não compreendia, tomou-se de um sono irresistível e logo pôs-se a roncar, tendo o Pena que colocar seu rosto virado para uma das almofadas.

Resolvido o barulho dos roncos, ficaram o Pena e a Aninha finalmente juntos e finalmente ao vivo. Beijaram-se, abraçaram-se, disseram-se palavras mudas de encanto e saudade. O local e a ocasião ofereciam pouco além disso; mas apenas sentarem-se lado a lado de secretas mãos dadas, por algumas horas, era um alívio para os dois corações.

Desceu o pano sobre a tragédia, sob os aplausos da plateia, sem que o casal nada entendesse ou quisesse entender. O estar ali era tudo, não mais pelo camarote ser imperial, mas pelo que tinha de idílico, de esconderijo secreto do amor. Aparecer à plateia

tinha perdido o sentido para Aninha; e estar ali, no escuro, de mãos dadas, tinha ganhado um novo significado.

Houve o intervalo, a plateia levantou, destravou as pernas, desentupiu os narizes; as mesas de café, os corredores e as escarradeiras ficaram cheios, mas o casal não se mexeu, nem a mãe adormecida. No entreato, uma soprano com ares metidos a italianos estraçalhou a *Casta Diva*, ária da *Norma* de Bellini, aproveitando a verdadeira febre desta ópera, que atravessava a cidade, dos teatros líricos aos pianos das casas, dos solfejos nos conservatórios aos assobios nas ruas. Os aplausos veementes ao fim da apresentação mostravam que a plateia perdoava qualquer cantor, desde que soubesse cantarolar junto o sucesso. Aninha e o Pena tampouco aplaudiram, apenas se apertaram um pouco mais, inspirados pela música. Houve mais um intervalo, e a orquestra soou para o começo do *Juiz de paz da roça*, anunciado pelo ponto como a nova farsa de “um anônimo fluminense”.

– Um fluminense escreveu uma farsa e não têm coragem de se identificar – rosnou o deputado aos seus iguais, no camarote conservador. – Assim, pode escrever as maiores depravações no anonimato. Pois quem se dá ao trabalho de escrever uma farsa, a não ser um farsante?

Os outros políticos conservadores concordaram, graves. No camarote dos liberais, ao contrário, o Irineu louvava o surgimento de um novo autor, e vangloriava-se do apoio dado ao espetáculo. Apoio que logo foi explicitado na voz do ponto, vindo à boca de cena, acompanhado de duas belas coristas.

– *O espetáculo a seguir tem o apoio da “casa do chá e do melhor que há”, e da importadora Carruthers. Os tecidos do figurino vieram do armarinho do Florêncio, onde a seda é sempre mais macia.*

O Tio Florêncio foi fígado pela própria publicidade. Adorou saber que a seda no armarinho era sempre mais macia. Quem teria criado aquela frase mágica? Seria o próprio sobrinho? Nunca levava a sério seu talento com as palavras, reconhecia agora. Antes tarde do que nunca. Aquela poderia ser a primeira de uma série de propagandas. Orgulhoso, desfilou pelo camarote dos políticos apresentando-se como o Florêncio do armarinho, e só não se proclamou tio do autor porque a sobrinha o conteve.

O Brito e o Irineu também não escaparam dos encantos da publicidade, e cutucaram sorridentes seus vizinhos de cadeira.

A orquestra voltou a tocar indicando o início da comédia. Ocultos pelas sombras, o Pena e Aninha só ali se deram conta do que realmente tinham ido ver; finalmente se desgrudaram e prestaram atenção ao palco. O público, indiferente, ia voltando em partes, alguns preferiam ficar ao café, entrariam quando conviesse. Os que entravam, ainda estavam às conversas. Não sentiam a obrigação do respeito prévio, que se devia ter pelo espetáculo principal; a comédia, se quisesse, que lhes captasse a atenção.

E para isso se trabalhava arduamente nas coxias: os contrarregas e maquinistas posicionavam os móveis e o telão de papel pintado. O ponto organizava as páginas do texto em ordem, no caso de precisar socorrer a algum ator esquecido. Caetano e Estela, já tendo trocado o figurino da tragédia pela leveza da comédia, lideram o elenco em mais uma roda para todos se desejarem merda. O Caetano aproveita a roda para passar as últimas recomendações: atenção, concentração, ritmo, na comédia é tudo maior, mais movimentado, mais gritado, para ganhar a atenção dos cafés e conversas. Todos ouvem, todos se desejam merda, todos se abraçam, postam-se em seus lugares, tudo pronto para começar.

A primeira parte do *Juiz de paz da roça* se passa na casa de Manuel João, o pai de Aninha. A primeira cena é entre Aninha e sua mãe; conversavam generalidades enquanto o pai não chegava. Uma cena morna, como costumavam ser as primeiras cenas, sem grandes informações, só para ir captando aos poucos a atenção do público.

O Pena assistia com um olho no palco e com outro em Aninha, a real. Como a personagem não era chamada pelo nome na primeira cena, a Aninha do camarote não chegou a desconfiar, embora tenha no íntimo estranhado alguns detalhes semelhantes à rotina da sua casa: a menina esperar o pai chegava do trabalho costurando junto à mãe; a preparação da jacuba, espécie de refresco à base de limão que o pai também adorava; e certos dengos da personagem, como o de enrolar os cachos com os dedos.

O Caetano aguardava na coxia, impaciente; detestava estes momentos que precediam a sua primeira aparição em uma peça; preferia já começar no palco assim que as cortinas se abriam, tomando desde o início a responsabilidade pela condução. Afinal, duvidava que o público continuasse a tomar café e bater papo depois que ele entrasse. No mínimo soltaria rugidos de tremer o lustre, até chamar a atenção de todos. Assim, de fora, sentia-se angustiado, sendo obrigado a assistir aos colegas em cena, de fora, sem poder ajudar. Infelizmente, eram raros os autores que já colocavam o protagonista de início; a maioria preferia valorizar a entrada, adiando para segunda ou terceira cena, criando uma expectativa. “Isso é porque os que escrevem as peças não são atores”, pensava o Caetano, fazendo exercícios de respiração, aguardando a deixa para entrar em cena. “Se fossem atores, saberiam que não

queremos entradas apoteóticas, queremos apenas estar em cena, sempre, do início ao fim”.

– Ele aí vem!

Era a deixa para que o Caetano entrasse em cena, gritada do palco por uma Aninha / Estela à sua espera para um encontro secreto. Olhou-se no pequeno espelho pendurado na coxia, corrigiu o cabelo, a maquiagem era tarde para corrigir, e arremessou-se a cena, braços abertos, sorriso confiante.

– Olá, minha Aninha!

Aninha deu um salto de sua cadeira ao ver seu nome pronunciado em cena. Primeiro achou que tivesse compreendido errado o nome. Mas o amor secreto da personagem, sua condição de menina da roça fascinada pelo luxo da Corte, além de todas as pequenas coincidências que tinha notado, não deixavam dúvida de que ela era a inspiradora daquela personagem. Sentimentos confusos de vergonha e admiração se cruzaram em seus olhos. De repente tudo tinha ficado grande demais ao seu coração. Ela tinha se tornado a musa de um poeta. E ele, o poeta, tudo percebendo, um olho na comédia e outro na musa, discretamente sorvia o perfume da vitória.

O público, alheio a estas entrelinhas, alheio a Martins Pena, reagiu à entrada do Caetano como reagia habitualmente: com aplausos de balançar os lustres. Muitos espectadores, surpresos, nem sabiam que o Caetano tomaria parte na comédia; Estela já era de praxe, mas Caetano? Há quanto tempo uma coisa dessas não se via? A partir de sua entrada, a plateia cobriu-se do respeito devido aos grandes dramas, a prestar uma atenção inédita. O que teria aquela simples farsa para atrair a atenção de tamanho ator?

Em sua primeira ação, Caetano, como galã, partia para cima de Estela, a mocinha, em busca de abraços. Ela, entre inocente e sonsa, o repelia. Aquela química sensual era a marca dos dois, e transportada para a comédia ficava leve e alegre.

– Fique quieto. Não gosto destes brinquedos. Eu quero casar-me com o senhor, mas não quero que me abrace antes de nos casarmos. Esta gente quando vai à Corte, vem perdida! – dizia Estela, com ar malicioso, de quero-mais, e a plateia ria.

Punha-se em seguida o Caetano / José a narrar o que vira em seu passeio pela Corte. Começava aí a operar-se uma pequena revolução na atenção do público: a descrição da vida cultural do povo fluminense, não só nos teatros “civilizados”, mas principalmente nos populares, os de feira, os de circo de cavalinhos, provocava pela primeira vez entre nós o efeito da identificação. Os espectadores reconheciam as ruas e paisagens urbanas citadas pelo personagem de Caetano, e cutucavam uns aos outros, em um riso cúmplice.

Aninha / Estela interrompia as descrições para pôr um objetivo mais claro na peça e na relação.

– Quando é que vosmecê “pertende” casar-se comigo?

O público riu do sotaque roceiro, e enquanto os homens admiravam a audácia da mocinha, as mulheres, enciumadas, torciam o nariz para a pouca vergonha da desfrutável.

Logo o pai da mocinha chamava, de fora, obrigando o casal a se separar, o galã a fugir. Aninha, a da peça, ainda teve tempo de fazer um comentário que o Pena tinha ouvido da boca da Aninha real:

– Como é bonita a Corte! Lá é que a gente pode ser feliz, e não aqui, na roça, onde não se ouve senão os sapos cantarem...

O público, desacostumado a permanecer tanto tempo prestando atenção, ensaiava voltar à sua conversa e suas atividades paralelas, quando algo completamente inesperado aconteceu.

O personagem do pai de Aninha entrou em cena, como um lavrador roceiro, carregando sua enxada. Até aí, nada de mais, e o público teria continuado a conversa. Mas imediatamente atrás, carregando uma saca de café, vinha ninguém menos do que um escravo. Um negro. Caminhou desafiadoramente até o centro do palco, à espera das ordens do patrão.

Fez-se um silêncio mortal no camarote do deputado. Então quem era esse autor de farsa a lhes enfiar um negro goela abaixo no palco mais nobre da cidade? Pior, um negro escravo, a denunciar silenciosamente uma existência que todos sabiam ser de bom-tom varrer para baixo do tapete! Em certos assuntos não se devia tocar, muito menos em uma comédia, muito menos à vista de todos!

As ordens chegaram, o negro se retirou, provocando na plateia um misto de alívio e mal-estar. O escravo da roça, agrícola, era mais selvagem do que os domésticos, que circulavam pela Corte. Mas mesmo tratando-se de um mundo “distante” como a roça, cada proprietário de escravos da plateia se sentiu atingido.

O Irineu, abolicionista de primeira hora, exultou. Na plateia, o Paula Brito experimentava um sentimento de dever cumprido e erguia um brinde silencioso ao Pena. Alguma coisa do Brasil de verdade havia finalmente chegado ao palco oficial da Corte.

Fora da cena, o negro Tomás, que fez o papel do escravo, precisou se encostar à parede para permanecer de pé. Negro forro, filho de escravos, comprara a liberdade fazendo por anos todo o tipo de serviço das ruas, levando lucro diário para o senhor,

até juntar o valor necessário para a alforria, valor que ia aumentando conforme a repressão ao tráfico pressionava e os escravos, principalmente homens, encareciam. Mas o tempo extra nas ruas lhe valeu toda a sorte de relações, e uma vez livre, arranhou trabalho nas coxias do Teatro São Pedro, a carregar pesos, subir e descer cordas, obrigações de contrarregra e maquinista. Dormia no teatro, já tinha muitas vezes subido naquele palco com todas as cadeiras vazias, já tinha mesmo dormido em uma cama de príncipe, que fazia parte do cenário de uma ópera. Mas nada se comparava àquilo. Ele mal tinha acreditado no convite de Caetano para fazer parte dos figurantes. Depois, se incomodou em fazer papel de escravo, era um passado que preferia deixar para trás, até o cabelo já tentara alisar. Mas naquela noite, por um breve minuto, ele tinha tido a atenção de todo um teatro, mais do que isso, de toda uma sociedade, gente que passava por ele nas ruas como se fosse invisível, gente que agora se pasmava de ser forçada a testemunhar a sua existência. Por um breve minuto, ele pisou naquele reduto de brancos, e mesmo sem poder dizer nenhum texto, olhou firme para cada um deles. Agora se encostava à parede, os olhos marejados a lembrar da mãe que tinha morrido escrava e a pensar no orgulho que sentiria se o pudesse ver agora, mas é preciso espantar essa energia, pensa o Tomás, já o chamavam para a próxima cena do jantar, se o pegassem chorando poderia ser despedido.

Mal os senhores e senhoras da sociedade se recobram da presença de um tipo que se esmeravam em deixar do lado de fora do teatro, limitado a guardar seus pertences e carruagens, e eis que o negro impertinente voltava à cena, agora para partilhar do jantar com a família.

– Incômodo! – reagiu o deputado – Por que não deixaram o negro do lado de fora da casa?

O constrangimento ainda aumentaria, porque, ao chegar a vez de servir o escravo, evidentemente por último, a carne-seca havia acabado. Diante disso o pai de Aninha, chefe daquela família, ordenava ao negro:

– Pois coma laranja com farinha, que não é melhor do que eu.

A desnutrição dos escravos era um problema nacional, havia muitos que atravessavam a vida afora sem nunca ter mastigado um naco de carne, apenas farinha com restos. Apesar da comicidade da cena, provocada pela carne-seca tão dura que era impossível de engolir, o sorriso da plateia era amargo. Então era nosso aquele país mostrado em cena? Um país livre? E que tipo de país livre seríamos, se nem todos os homens eram livres? Perguntas incômodas que não se devia fazer em uma comédia, muito menos esta vir a provocá-las no íntimo do espectador...

Antes que tais questões assentassem e o jantar dos personagens chegasse ao fim, a porta batia para a entrada de um escrivão, trazendo ao chefe da casa, que também era membro da Guarda Nacional, uma intimação do Juiz de Paz para levar um recruta à Corte. Todos ali sabiam o que era e como era feito o serviço militar: era o tempo dos “voluntários de pau e corda”, dos “recrutamentos a dente de cachorro”. O exército realmente usava estes expedientes nas roças mais afastadas, e em algumas delas os recrutadores eram temidos como a verdadeiros demônios.

Era outro ponto delicado em que a comédia tocava. Havia muitos oficiais no camarote do Ministério, alguns até fardados. Os oficiais já nasciam oficiais; de fato, seus filhos recebiam ainda infantes o título de Cadete, e nunca ocupavam os postos baixos

na hierarquia. Em contrapartida, a única forma de chegar a oficial era ser filho de um. Os recrutas, convocados a fórceps nos campos, eram os escravos do quartel.

Mais desconfortáveis ainda ficaram os oficiais quando, com uma incrível desfaçatez, o roceiro analfabeto da cena (membro da Guarda Nacional!) pôs-se a fazer comentários sobre a situação do Rio Grande...

– *Mas meu amigo, os rebeldes têm feito por lá horrores!*

– *E que quer o senhor que se lhe faça? Ora é boa!*

– *Não diga isto, Senhor Manoel João, a revolução...*

– *E que me importa eu com isso? Quem as armou que as desarme!*

No Partido Conservador, os políticos e seus convidados se entreolhavam, abismados. Um lavrador se pronunciando contra a Guerra dos Farrapos? E se todos os recrutas resolvessem seguir o exemplo e se revoltassem contra a convocação dos juízes? Era demais para o deputado Viana, que com um pequeno soco no encosto da cadeira, elevou a voz ao alcance de todo o camarote.

– Ah, se descobrimos quem é esse autor anônimo! Então isto é farsa? Pois conheço por outro nome! Provocação, agitação civil, isso sim!

E a peça não ficava só pelos Farrapos, sobravam farpas até para a Guarda Nacional, que era referida pela mulher do lavrador nos seguintes termos:

– Não se dá maior injustiça! Manoel João está todos os dias vestindo a farda! Ora para levar presos, ora para dar nos quilombos... É um nunca acabar.

Enquanto os conservadores estalavam de raiva em seu camarote, os liberais como o Irineu e “independentes” como o Paula Brito sentiam-se recompensados por terem apoiado o autor.

O Pena conhecia também outros lados da Guarda Nacional, bem representado pelo episódio do Capitão Pimenta e seu maço de notas guardadas na imagem da santa. Mas as denúncias, junto com a história do amante que se faz passar pelo boneco de Judas, poderiam muito bem ser o assunto de uma próxima comédia...

Aninha não dominava os assuntos políticos, nisto era tão ingênua como sua irmã da ficção, que desconhecia os Farrapos ou os recrutamentos, mais interessada nos sapatos franceses que o pai traria da Corte, quando levasse o tal recruta.

A plateia também não parecia incomodada com política, desde que pudesse rir; e ria, ainda mais do que nas peças estrangeiras. E qual outro termômetro seria preciso para avaliar o sucesso de uma comédia? Se os mais suscetíveis se mostravam incomodados com as realidades brasileiras, a maior parte ria a fraldas despregadas daquele bando de caipiras da roça que havia tomado o palco. E olha que o juiz do título nem havia entrado ainda.

E por falar nele, lá estava o Manoel Soares nas coxias, a aguardar sua deixa. Sua postura era totalmente diferente da de Caetano: onde um ficava tenso, o outro relaxava; onde um se concentrava, o outro brincava, provocava os colegas, procurava se divertir, como se só assim fosse capaz de divertir o público logo adiante.

Estela/Aninha saiu de cena, sonhando com os sapatos da corte que o pai haveria de trazer; encerrava-se o primeiro quadro da peça. A orquestra atacou, as cortinas fecharam enquanto os contrarregras corriam para a mudança dos cenários e dos telões de fundo. A ação passaria da casa de Aninha e sua família,

para a casa do Juiz de Paz – o público e o privado não se encontravam completamente separados, e não era raro que um juiz desse audiências na própria casa. Com isso, a plateia ganhava alguns instantes, não tão fartos quanto os intervalos de ato de tragédia, mas suficientes para olhar para os lados, fazer comentários, soltar a língua. O Juca, no camarote dos artistas, logo se aproximou de uma corista de entreatos que já tinha encerrado sua participação.

O Paula Brito, ao contrário, debruçava-se na poltrona da plateia, concentrado. Por mais respeito que tivesse pelo trabalho do Caetano, achava o personagem do Juiz de Paz a verdadeira originalidade da peça. Conhecia o trabalho do Manoel Soares, cômico inteligente, de sacadas críticas certeiras. Sendo negro, e vindo da arraia-miúda, o Brito desconfiava das utopias nacionalistas, e estava curioso de ver o português Manoel no papel do brasileiro malandro.

Logo a cortina se abriu de novo, revelando o novo cenário: mesas, cadeiras, móveis mais nobres e mais novos do que os da casa do roceiro. Papéis em cima da mesa, indicando tratar-se de personagem letrado, o que funcionava como um selo de distinção, vinculando o personagem, mesmo indiretamente, a alguma nobreza. Mas quando Manoel entrava em cena, como juiz de paz, toda essa expectativa era subvertida. Para começar, vinha sem gravata, indicando o total descaso profissional.

– Vamos nos preparar para a audiência! – dizia, sem que ele mesmo parecesse preparado. Vasculhava os papéis, e via-se pela sua careta que não fazia a menor ideia do que eles tratavam. Os primeiros risos começaram a surgir. O Juiz olhava aos lados, como a pedir o socorro de algum letrado da plateia.

– O escrivão já tarda; sem dúvida está na venda do Manoel do Coqueiro...

As vendas funcionavam também como bares, onde o freguês curti sua cachacinha por longas horas.

Aquela era uma antessala dos tribunais, o contrário de toda a pomposidade que os homens da lei costumavam exigir.

E era só o começo: logo o Manoel começava a ler uma carta, assinada pelo roceiro Manoel André Sapiruruca. A carta continha um “presente”, provavelmente por algum serviço prestado anteriormente pelo Juiz. Usava como justificativa a reforma da Constituição do Império, através do ato adicional de 1834, que *permitia a qualquer um fazer o que quiser*, em uma interpretação muito livre. O presente era um cacho de bananas-maçãs, entregues, outra vez, por um escravo, no que já era francamente uma provocação. Com a saída do escravo, o Juiz soltava o primeiro de seus bordões:

– *O certo é que é bem bom ser juiz de paz cá pela roça. De vez em quando, temos nosso presente de bananas, galinhas, ovos, etc., etc.*

A plateia, puxada pelo Brito, aplaudiu a ousadia. O dar presentes, o toma-lá-dá-cá, o compadrio eram a base da nossa sociedade. E ali estava, implicitamente, para quem quisesse entender, uma tentativa de suborno. Ou pior, o agradecimento por um suborno já realizado. No camarote do deputado, os políticos se perguntavam onde estavam os olhos dos censores, que não proibiram aquele atrevimento.

Logo, com a chegada do escrivão, começava a audiência propriamente dita, com a entrada dos roceiros. Entrada apoteótica, que se assemelhava a um estouro de boiada, com todos se atro-

pelando, brigando pelos espaços nos bancos, enquanto individualmente cada ator procurava marcar uma diferente característica cômica: um apanhava da mulher; outro tentava em cima da hora calçar os sapatos; e um terceiro levava um leitão debaixo dos braços. Era o ápice do absurdo; a plateia sentiu-se literalmente transportada a outro universo. Era sem dúvida nenhuma a primeira vez que um leitão pisava o sagrado palco do Teatro Imperial.

O próprio leitão não parecia muito comovido com a honraria, e guinchava com todas as forças para sair do palco, obrigando o ator a verdadeiros malabarismos para segurá-lo. A plateia, tomada de assalto, ria e aplaudia, e foi preciso até que o Manoel usasse de verdade seu martelo de juiz, para que fosse possível continuar com a audiência.

Os casos julgados não deixavam por menos: a cada bizarrice se seguiam minutos de riso, exigindo cada vez mais o recurso do martelo, que o Manoel, malandramente, já incorporava à peça, fingindo martelar o dedo por engano, e outras gracinhas. Nas coxias, o Caetano começava a se arrepender por não ter percebido a força do papel do Juiz.

Os casos dos roceiros foram passando, um a um: primeiro foi o do assanhado que dava umbigadas na mulher dos outros (o “crime” tendo acontecido em um local cujo nome, *Encruzilhada do Pau Grande*, fez corar as senhoras e senhoritas).

Em seguida, o Juiz dava ordem de prisão a um roceiro com um grau maior de argumentação, que o interrogava sobre a demarcação de um sítio. O caipira mostrava seu poder de resistência e o grau de nacionalismo e consciência patriótica daqueles novos tempos:

– *Vossa Senhoria não pode prender-me à toa. A Constituição não manda.*

Desafiado, o Manoel, baixinho, subiu na mesa para olhar o roceiro alto e forte de cima.

– *A Constituição! Está bem! Eu, o Juiz de Paz, hei por bem derrogar a Constituição! Senhor Escrivão, tome termo que a Constituição está derrogada e mande-me prender este homem.*

A Constituição, intocável símbolo da soberania nacional, tão duramente conquistada, era ali anulada, abolida, por um simples juiz de paz, para escândalo dos conservadores e júbilo dos liberais. E o julgamento seguia...

O próximo caso era o do porco, cuja posse era disputada por dois vizinhos. Sentindo-se novamente em evidência, o animal voltava a querer escapar, mas agora era contido pelos dois vizinhos, que puxavam o pobre suíno cada um para seu lado, levando o Juiz e o escrivão a saírem de seus postos e ajudar a conter o bicho.

A comédia é a arte de rir das desgraças dos outros, no caso, dos personagens. Afinada com este princípio filosófico, a plateia se divertia com a aflição do pobre porco. Foi o momento em que Aninha, Carolina, Florêncio, o Brito, o Irineu, e até o sisudo deputado se irmanaram em uma só risada. Até o Juca largou a corista por alguns instantes. O Pena já tinha assistido diversos números com animais nos teatros de praça e rua, e sabia que sempre funcionavam para a plateia. Mesmo os mais conservadores, os que se chocavam com as pequenas doses de Brasil real da comédia, mesmo estes riram do momento do porco.

O Manoel Soares também estava preparado para aquilo. Integrante da última grande companhia portuguesa a se aventurar pelos trópicos, vinha de linhagem cômica nobre, de tradição nas

grandes capitais europeias, e tinha aprendido todos os ensinamentos familiares. E o principal deles dizia que por mais que um cômico estude o seu papel, jamais poderá vencer, no palco, uma criança ou um animal. Muitos cômicos se recusavam a contracenar com crianças ou animais por este motivo.

O Manoel não recusava nada; apenas conformava-se em perder aqui para ganhar ali. Quando porco e plateia se cansaram, ele aproximou-se do animal, recuperando para si o foco, e como quem não queria nada, continuou com o texto.

*– Meus senhores, só vejo um modo de conciliar esta contenda, que é darem os senhores este leitão de presente a alguma pessoa. Não digo com isto que me deem.*

E dizendo isto, puxava o leitão para o seu colo, e este voltava a espernear, mas a plateia agora não podia olhar para o leitão sem ver Manoel e suas caretas, e rir de um era também rir do outro.

O Juiz por fim convencia os dois vizinhos a esquecerem a briga e lhe darem de presente o leitão. Ao fim deste causo, ainda houve outro parecido, de contenda entre vizinhos, agora por um cavalo, que felizmente (para o Manoel) não vinha à cena, e só constava dos autos do processo.

O sucesso do julgamento dos roceiros entre a plateia, quase uma peça dentro da peça, desvinculada da intriga principal, mostrou ao Caetano que estava justamente ali o ponto forte do espetáculo. Espiando pelas coxias, o ator percebia a importância do personagem do Juiz, e admitia a si mesmo que tinha sido um erro de cálculo entregar o papel a outro ator. Não foi um pensamento amargo: Manoel Soares não era um ator qualquer. E cada um à sua maneira, ele como galã, o outro de centro cômico, garantiam o sucesso da bilheteria, que importava acima de tudo.

E como se não bastasse, aquela farsa não era dedicada a ele, mas ao benefício de Estela; ela sim deveria brilhar, dançar, fazer rir. E não deixava de ser uma atitude nobre escolher um papel à sombra da mulher, deixá-la no centro, em vez de competir.

Já o lado empresário do Caetano raciocinava que a peça poderia ser esticada com ainda mais causos; ou, uma ideia melhor, que a roça era um filão aberto, e que a plateia ainda poderia se interessar por mais duas ou três comédias sobre o tema, comédias que haveria de pedir ao Pena.

Veio a deixa, e o Caetano espantou os pensamentos de empresário e voltou a pisar o palco como ator. A plateia, que ria frouxamente como se tivesse esquecido a participação do astro, voltou a calar-se, respeitosa. Caetano vinha amarrado e conduzido pelo pai de Aninha. Era ele o tal recruta que seria conduzido à Corte, provavelmente enviado aos Farrapos! O galã, o Caetano, morrer de tal modo!

“Pobrezinho”, pensava Aninha, a de verdade, e suas mãos apertavam com mais força a mão do autor, do poeta, do namorado secreto que em um ato de paixão romântica e desesperada havia lhe oferecido aquela história de amor.

O Caetano, por sua vez, não se deixava abater: apesar de ser uma cena muda para ele, onde seu personagem limitava-se a aparecer capturado, injetava tamanha paixão e sofrimento naquelas amarras, tamanha sensação de perda da liberdade, de arrependimento, os olhos em um pedido mudo de ajuda à plateia, que nada podia fazer... muitos se esqueceram inteiramente que estavam em uma comédia.

Tamanha era a força do Caetano, que converteu o Juiz malandro e folgão em um vilão aos olhos da plateia, o vilão que

haveria de separar o mocinho de seus amores. O Manoel, sentindo que a plateia passava ao outro lado, suavizava o personagem, recomendando, em voz cúmplice, ao pai de Aninha que abrigasse o recruta por uma noite em sua casa, para que seguissem a viagem à Corte em segurança, com dia claro. Ou seja, o inocente pai levaria o lobo para dentro do galinheiro, sem saber que se tratava do namorado da filha. Conselho dito, conselho aceito, para alívio do público, que adivinhava alguma traquinagem.

Enquanto a plateia ia sendo apresentada a esta primeira comédia escrita por um brasileiro, cá fora do Teatro São Pedro os capitães Pimenta e Pau d'Alho, com suas fardas e condecorações da Guarda Nacional, faziam a ronda à Praça da Constituição. Não que tivessem sido escalados: é que o Pimenta, com a consciência rebentada pelas investigações de que seria alvo, desabafou com o Pau d'Alho. Este, como o outro adivinhava, também tinha seus pecados na Guarda, e entrou em pânico igual. Resolveram, então, se unir, o Alho e o Pimenta, para investigar a investigação. Isso queria dizer dar um jeito de estar por perto da Corte; e que ocasião melhor do que esta, que tinham acabado de recusar, a tal apresentação de teatro para o qual o Imperador tinha convidado sua mulher e sua filha? Se estivessem ao redor, a serviço, cumprindo com o dever, mantendo a ordem, poderiam ser notados pelo próprio Imperador, que veria como eles eram guardas devotados ao dever, acima de qualquer suspeita.

Tiraram as fardas do armário, correram para a praça, mas a ronda não era uma tarefa fácil: estavam, os dois, há muito, afastados das ruas, tinham perdido o vigor e energia do trabalho. O corpo não se acomodava mais por tanto tempo em cima de um cavalo; as pernas cansavam de rondar pra cá e pra lá; os olhos se

desviavam para nada avistar de errado, pois então as outras partes do corpo também teriam que agir. Aproximando-se do teatro, notaram as portas abertas, sinal de que o espetáculo ia chegando ao fim; alguns espectadores mais apressados já estavam mesmo indo embora. Apeararam; nem o bilheteiro se avistava, era fim de noite, entraram sem nenhum obstáculo. Admiraram o luxo do salão principal, dos lustres. Aquilo não era apenas um edifício. Era como se o chão, as paredes, o teto, tudo fosse feito de uma outra substância, a substância da qual se erguem os reis, os príncipes, os sonhos.

O Alho e o Pimenta de repente não se encaravam mais, um ao outro; é como se fossem tomados por uma vergonha mútua, não de sua pobreza, mas vergonha da imensa nobreza daquele lugar, que os tornava ainda menores.

Do salão cruzaram as chapelarias, sem que ninguém ousasse pedir chapéus a dois oficiais fardados da Guarda. Dali, eram alguns passos até o corredor que levava a plateia, passos que cruzaram em quase sonambulismo. À medida que se aproximavam, os sons da representação iam chegando cada vez mais alto, formando uma paisagem sonora que enfim se revelava, por detrás de uma tênue cortina, como luz e cor e som e atores.

Estacaram, de pé, maravilhados, incapazes de dar mais um passo, avançar ou recuar. Atrapalhavam a vista de alguns espectadores, sem perceber, e estes por sua vez não ousaram reclamar. Outros acharam que se efetuava alguma busca, e por precaução, retiraram-se às escuras.

No palco, a mocinha Aninha / Estela tentava libertar o galã-recruta José / Caetano, prisioneiro trancado na despensa, roubando do pai a chave. Sem entender nada da história, os dois

oficiais riram como crianças ao ver aquela menina que tão desesperadamente tentava tirar uma chave do pescoço de um velho, sem que este acordasse.

O velho Capitão Pimenta não se reconheceu naquele oficial da Guarda Nacional, que no palco, dormia como um pateta enquanto uma rapariga lhe passava a perna. Em parte pelas caretas do Vasquez, o ator que sempre garantia risadas com seu contorcionismo facial. Alguns momentos antes, na cena do jantar, ele superara o incômodo do público com um escravo em cena, mimando quebrar os dentes ao morder um pedaço duro de carne-seca. Agora, a cada momento que a filha se aproximava, era um ronco mais alto, um estertor de pesadelo, um bocejo de quase acordar, uma mudança de posição no sono. Tudo exasperava a menina e elevava o suspense da situação. Até que, como o espetáculo tem que continuar, Aninha / Estela consegue roubar a chave e dar escapula ao namorado.

O encontro entre os dois era breve, o suficiente para José / Caetano explicar como foi parar nas garras do Juiz de Paz – ninguém na plateia ignorava os meandros das convocações para os Farrapos. Novidade maior foi quando, logo depois, em uma completa inversão de papéis, a mocinha pediu o galã em casamento. E comandou a fuga. As mocinhas da plateia suspiraram de inveja e os rapazes tremeram de medo daquela coragem; os idosos reagiram com aquela parcela de escândalo composto do despeito de não fazer mais parte da juventude.

A verdadeira Aninha, em seu camarim, sentia-se arrebatada de coragem para fazer o mesmo. Deslizou a mão pelo braço do Pena, encostou-se em seu peito, sussurrou em seu ouvido:

– Se quiseres, fazemos a mesma cousa.

O Pena a princípio não entendeu. Ela teve que tornar a explicar. Por que diabos os homens nunca entendiam as meias palavras das mulheres, era um mistério que ela ainda não tinha decifrado em seus quase dezoito anos.

– O casamento. Se quiseres, fugimos agora mesmo.

Ouviu-se um barulho de vidro caindo ao chão. Era o queixo do Pena. Passara os últimos meses fantasiando aquele momento de entrega, e agora que estava diante dele, não sabia o que fazer.

– Fugir? Mas... e tua mãe?

– Ora minha mãe... quando acordar, estaremos longe. Não foi para isto que a envenenaste? Envenenaste sim, puseste algo no café, pensas que não percebi? Aposto que envolve os amigos que encontraste, o negro elegante... ou o outro, o Barão do Café... E qual foi o estratagema para este camarote? Podemos até ir parar na cadeia por estar aqui, não é?

– Que é isso, Aninha? Assim você até ofende... Então pensas que eu...

Ela o agarrou pelo rosto e quase o engoliu com os olhos.

– Esse é um daqueles momentos do folhetim onde as máscaras caem, o galã e a mocinha se confessam tudo. Diga a verdade. Não fizeste tudo isto, não tomaste todos esses riscos, só para estar perto de mim mais uma vez?

O Pena confessou.

– É verdade. E outros mil riscos tomaria.

Ela, em vertigens.

– Só para que eu fosse sua?

Ele pensou em alguma imagem de folhetim.

– Sim, por... que... prefiro a solidão de mil cadeias ao arrependimento de não ter arriscado por ti tudo o que estava ao meu alcance.

Ela, em brasas.

– Então. Nós largamos a mãe aqui no teatro. Largamos a roça. E vamos ser felizes na Corte, Luiz. Aqui, na Corte, onde tu és poeta, onde o sol brilha para todos, onde se dá bons-dias em francês, onde a gente pode sonhar e se divertir. Não foi isto que tu mesmo escreveste na comédia?

Mas o roteiro que o Pena escrevia para a vida real era um pouco diferente.

– Sim, coração, também quero viver ao teu lado, mas... fugindo?

– Que importa fugir? Eu não estou do teu lado? Que tens a guardar da tua antiga vida?

O Pena foi de uma sinceridade brutal.

– Meu empreguinho de funcionário público que está pra sair. Como é que vou sustentar família sendo apenas artista?

Chocada por aquela dose inesperada de realidade sobre seus sonhos de folhetim, Aninha ainda conseguiu balbuciar:

– O Caetano consegue... todos esses atores conseguem...

– Sim, conseguem viver – corrigiu o Caetano. – Mas não viver bem... Aninha, por que não fazemos tudo às claras? Você desmancha com o velho, peço a tua mão ao Capitão Pimenta, casamos na igreja da freguesia como manda o figurino. Quem sabe até casamos junto com a minha irmã, muda-se apenas o noivo!

– Enlouqueceste, Luiz? O casamento é amanhã! E assim às claras, jamais conseguirei ir contra a vontade de meu pai. Fugir é a nossa única chance!

Além do mais, que graça tinha toda essa aventura sem a fuga, o rapto? As pernas de Aninha ficavam bambas só de imaginar-se raptada pelo amado.

As pernas do Pena também estavam bambas, mas de aflição. Gaguejava enquanto pensava em alguma saída. Então como é que ele, àquela altura da vida, já um homem feito, entrado nos vinte anos, iria largar tudo, a família, o emprego, e fugir para Corte só para satisfazer um capricho da amada? Parecia fácil na comédia do palco, mas a comédia da vida era bem diferente... por outro lado, se não aceitasse, então que espécie de homem seria ele, que tinha lutado até ali por aquele amor, e agora dava as costas a ele no exato momento em que o conquistava? Entre a coragem e a vergonha, o que venceria?

No palco, os namorados voltavam a aparecer, já casados, havendo um perdão generalizado entre a família da noiva, e grandes abraços emotivos de um lado para o outro.

O Pena, animado pela esperança de uma reconciliação familiar futura, concordou com a fuga. Aninha se atirou sobre ele. Explodiram em um beijo. Bem ao lado, a mãe de Aninha, Dona Irene, começou a balançar a cabeça e despertar de um longo sono.

– Raios! Ambientes escuros sempre me fazem dormir! Onde estão as luzes?

Enquanto isso, alguns lances de escada abaixo, o Alho e o Pimenta viravam as costas para a plateia, a buscar vestígios dos parentes pelos camarotes. Não foi difícil localizar o camarote imperial, graças ao imenso brasão dos Bragança. Mas visto da plateia, pareceu apagado, desabitado. Resolveram então fazer a ronda dos corredores, seguindo em direção ao andar dos camarotes.

Com a busca, viraram as costas para o último discurso “político” da noite, a crítica ao despreparo do Juiz “de paz” (os de toga, ao contrário, seriam preparadíssimos, quase sagrados, graças à censura), inspirada nos casos reais de bandalhas judiciárias, publicadas

no *Jornal do Commercio*. Era feita pelo próprio Manoel Soares, que na pele do Juiz de Paz, comentava com o escrivão:

– *Quero me aconselhar com um letrado para saber como hei de despachar alguns requerimentos que cá tenho.*

O escrivão pasmava-se:

– *Pois vossa senhoria não sabe despachar?*

E o Juiz exultava:

– *Eu? Ora essa é boa! Eu cá entendo disso? Ainda quando é algum caso de embigada, passe; mas casos sérios, é outra coisa.*

E contava algumas anedotas judiciárias, relatos de erros, casos, tudo na primeira pessoa, como se tivesse sido ele o responsável; em vez da culpa, contava tudo com indisfarçável orgulho.

O escrivão não se continha:

– *Vossa Senhoria não se envergonha, sendo um juiz de paz?*

Era a deixa para o mais autêntico retrato do Brasil já feito até ali em uma peça de teatro.

– *Envergonhar-me de quê? O senhor ainda está muito de cor. Aqui para nós, que ninguém nos ouve, quantos juízes de direito há por essas comarcas que não sabem onde têm sua mão direita, quanto mais juízes de paz... e além do mais, cada um faz o que sabe...*

Na plateia, o Brito puxou um aplauso em cena aberta, seguido pelo Irineu em seu camarote e pela maioria da plateia. O fim estava próximo, e a comédia cumprira com todas as expectativas. Agora era espocar champanhe sobre o Caetano e o Pena, pois o sucesso, evidente pelas risadas e aplausos, era bem superior à polêmica desencadeada pelos assuntos brasileiros.

Era um sentimento semelhante ao dos artistas no palco. Entravam na reta final do espetáculo com o sentimento do dever cumprido. Faltava apenas o Juiz reconhecer o casal, suspender

a convocação para os Farrapos e anunciar a festa, a música, as danças, que eram o fim de todas as comédias, como deveria ser o de todas as vidas.

Deveria ser, mas raras vezes o é. No camarote imperial, por exemplo, o clima de idílio e fuga foi bruscamente interrompido pelo despertar da mãe portuguesa. Reinava agora um sentimento misto perante a dificuldade da fuga: a menina frustrada pela volta antecipada à realidade, e o Pena aliviado por não precisar bancar o herói de folhetim.

Sem falar que, com a mãe acordada, eram obrigados a sair imediatamente dali, antes do fim da comédia, sem despertar suspeitas. O Pena aproveitou a queixa do escuro:

– A luz aqui não anda boa. Vamos sair e procurar algum lugar mais iluminado.

E escapuliram, em silêncio, exilados da festa no palco, expulsos da festa da vida.

No palco, atores e plateia, alheios a tudo, cantavam e dançavam em honra do casório. Dir-se-ia que o teatro havia virado um grande salão de baile, não um baile de gala, mas daqueles bailes públicos, de quintal, de praça. A plateia marcava com palmas o compasso do violeiro. Os atores rodopiavam. Estela, no ponto alto de sua noite, comandava a roda do centro, erguia as saias com as mãos, mostrava os tornozelos, abusava da sensualidade em danças de par.

– *Ganinha minha senhora*  
*Da maior veneração*  
*Passarinho foi-se embora*  
*Me deixou penas na mão.*

Enquanto o arrasta-pé dos bárbaros tomava de assalto a delicada madeira do palco imperial, o Pena conduzia as mulheres de volta ao camarote do Caetano, pé ante pé, olhando em todas as direções, contando com a colaboração de Aninha, e a confusão de Dona Irene, ainda sonolenta. Ouviam, de longe, ecos abafados da festa de um casamento que só viveriam no teatro.

*– Se me dás que comer*

*Se me dás que beber*

*Se me pagas as contas*

*Vou casar com você*

Era uma ironia do destino aquele refrão, pensaram juntos o autor e sua musa. Como era um ironia aquela fuga, de um camarote a outro, tão diferente daquela que sonhavam momentos antes, muito mais ampla, com o poder de mudar vidas. Apesar das tantas ironias, e talvez como mais uma delas, chegaram em segurança ao camarote do Caetano, ainda a tempo de surpreender o Juca na conversa com a corista. O Brito os avistou da plateia, se pôs de pé e fez uma reverência ao Pena.

– O autor! O autor!

Constrangido, o Pena fez sinal para que o amigo se calasse. Foi o mesmo que nada. Na empolgação do champanhe, o Brito subiu ainda mais o volume:

– Qual! Faço questão de imprimir o texto da peça! Quero ter a honra de ser o primeiro a editar uma peça de Martins Pena!

– Acalma-te, amigo, quase ninguém sabe que escrevi a comédia – o Pena em desespero tentava sussurrar de um andar para o outro. – E para o bem do meu futuro, é melhor que continuem não sabendo.

O Brito se indignou com aquele anonimato ostensivo, subiu aos camarotes para exigir que o autor se mostrasse, subisse ao palco ao lado do Caetano e recitasse poemas, como fazia o Magalhães. O Pena ainda tentou argumentar, mas foi interrompido pelo Juca, que com a corista a tiracolo, chamava a atenção dos dois.

– O espetáculo ainda não terminou. Venham ver o que está acontecendo aqui!

Foram e viram. Os lustres balançavam. Os violeiros seguiam em brasas. Os atores cantavam e marcavam o ritmo com caquinhos e o público seguia com palmas.

*– Por cima daquele morro*

*Há um pé de ananás*

*Não há homem nesse mundo*

*Como o nosso juiz de paz!*

O Manoel soares já deixara de ser o Juiz de Paz há muito tempo, era mesmo como Manoel Soares que dançava e caía na folia e ajudava a tocar mais fogo no teatro com seus gritos:

*– Aferventa, meu povo! Aferventa!*

A plateia atendia: os homens, de pé, batiam palmas para as dançarinas. Nos camarotes, as famílias dançavam entre si. Até os funcionários da chapelaria, do café, os bilheteiros, tinham abandonado suas funções e balançavam os corpos com a discrição que lhes era possível. A música prosseguia sem que ninguém se lembrasse de encerrar o espetáculo, como se fosse possível prosseguir para sempre, até que Estela, a noiva, se desvencilhou de Caetano, o noivo, ganhou o centro da roda e acenou de forma a sincronizar os músicos e os atores, que a um gesto seu, encerraram a noite ao mesmo tempo e em grande estilo.

A plateia, pega de surpresa, continuou sozinha por um compasso até se dar conta do fim; permaneceu ali, suspensa, incrédula, dando-se conta do transe em que caíra, transe que era a marca dos bailes mais populares; os atores deram-se as mãos, no centro do palco. Ouviu-se um riso vindo dos balcões superiores, que logo se alastrou pelos balcões vizinhos e desceu à plateia; um riso feito de alegria, de festa, de reconhecimento do ridículo. E com o riso, vieram os aplausos, muitos, incomuns para uma comédia, onde as pessoas ou não prestavam atenção, ou já tinham ido embora mesmo antes do fim.

Os atores, surpresos, curvaram-se ante os aplausos. Os figurantes, como ensaiado, deram um passo à frente. Geralmente este procedimento só servia para marcar, por contraste, o aumento dos aplausos para os principais, os últimos a dar o tal passo à frente. Mas até a forma do público agradecer, naquele momento, era diferente: se antes se preocupava apenas em aplaudir os medalhões, naquela noite levantou-se das cadeiras e urrou bravos mesmo pelos menores papéis.

Que o diga o negro Tomás, que acumulava castigos e punições como escravo, fora dos palcos; mas nunca tinha recebido tantos elogios de uma só vez como agora, como escravo no palco. A começar pelo Brito, que gritava a perder os pulmões e quase se arremessou dos camarotes para lhe vir beijar os pés em cena. Com as lágrimas a correr livremente pela fronte, sem pejo, o Tomás agradecia os aplausos e realizava que poderia passar o resto da vida no teatro, mesmo sem dizer uma palavra, e ainda assim morrer feliz.

Depois do Tomás, foi a vez do passo à frente dos roceiros, tanto os do tribunal quanto os da família da mocinha, e o delírio

da plateia foi maior. Não apenas aplaudiam, mas caçoavam dos personagens, imitavam-nos, o que para um cômico, era o supremo elogio. Os atores ficaram ali na frente do palco, parados, de sorriso aberto, por mais tempo que o combinado, ouvindo as palavras roceiras que os espectadores atiravam, sem perceber que tinham se tornado roceiros também. Era como se fosse um exorcismo às avessas: a Corte, enfim, reconhecia a roça como sua cara metade, sua vizinha tão próxima; e em vez de empinar o nariz, a plateia se divertia à larga. Tão à larga que confirmava o pressentimento do Caetano, de que a plateia iria exigir mais espetáculos sobre a roça. Os roceiros, de fato, nunca mais saíram do repertório cômico nacional, e o público nunca mais deixaria de amá-los.

Como os cômicos roceiros não saíam do lugar, certamente desacostumados a um tratamento tão benevolente, o Manoel, próximo na fila de aplausos, viu-se obrigado a ultrapassá-los, quase os derrubando no fosso da orquestra, o que provocou ainda mais risadas e uma chuva de aplausos para o português, provando que a noite não havia se transformado em mais uma batalha nacionalista, para alívio de todos os envolvidos.

Terminava a vez do Manoel; Caetano e Estela, os últimos, como mandava a tradição dos donos de companhia, chegaram a temer se sobraria algum fôlego para a plateia aplaudi-los, após tantas palmas desperdiçadas para os figurantes. Se tivesse adivinhado tamanha repercussão, certamente o Caetano quebraria a tradição e se faria entrar primeiro. Agora era tarde: o astro-rei e a primeira dama do teatro nacional cumprimentaram a plateia com a cabeça, e saudados em um corredor formado pelos demais atores, avançaram à boca da cena. Seria impossível aumentar

ainda mais o volume das palmas, mas foram coroados por uma chuva de rosas, mimo dos fãs a que somente os monstros sagrados e as divas tinham direito. O Caetano, canastrando uma humildade, apontava para Estela, dedicando a ela a noite. Em seguida, acenou para os camarins, de onde avistou o Brito e o Pena debruçados, a assobiar e aplaudir. Apesar dos gritos do Brito, nem o Pena fez questão de se anunciar à plateia como autor, nem o Caetano fez questão de anunciá-lo.

Os deuses do teatro, felizes, aprovavam a peça, assistindo-a do teto, onde foram pintados. Consta que até a máscara da tragédia, pregada acima deles, esqueceu a dor por instantes. Após tantas idas e vindas, finalmente abençoavam uma comédia brasileira.

E este seria o final perfeito de uma comédia, os deuses felizes no teto, os atores felizes no palco, os personagens felizes na ficção. Mas quando as cortinas do palco se fecham, as da vida se abrem, nem sempre em concordância.

O Pena, por exemplo. Em vez de fugir para casar, precisava conduzir Aninha e Dona Irene de volta ao lar. Despediu-se dos amigos do camarote. O Juca ainda destilou uma dose de veneno.

– Não te apoquentes que o melhor é isso. Casamento é maçada. Não te cases, e deixe para outro os aborrecimentos.

O Brito deu seus últimos parabéns efusivos.

– Venha me visitar depois na tipografia. Temos muito assunto para esta peça e as tuas próximas.

Mas o autor não tinha as mesmas certezas sobre o futuro. Naquele momento, seu único plano era chegar em casa. Lá, passaria tudo em revista, a noite, a estreia, a quase fuga. Agora, se contentava em devolver a chave do camarote, e sair escoltando sua não-noiva e sua não-sogra. Aninha, não tão conformada, ainda passava em revista os corredores, com os olhos, como se buscasse uma última ideia de fuga. O teatro, a Corte, a nova forma de olhar para o Luiz, eram muitas coisas de uma só vez, mas mesmo sob a tontura do momento, era capaz agora de dar-se conta do que a esperava, ao casar-se na roça com um homem da idade do seu pai. Viu-se envelhecida ainda jovem, os olhos

opacos, os filhos à roda, o corpo desgastado, a boca destreinada do francês. Ah, por que as mulheres não tinham o direito de se arrepender e pensar melhor?

Foram sair do camarote, e nem três passos adiante, toparam com o Irineu e sua família. Irineu fez questão de apontar o autor da peça e do retrato que encantara a futura mulher.

– Agora terás que fazer o retrato do casal. A óleo, como que-rias, para durar. Daqueles de pendurar na sala, para os filhos ve-rem. Afinal, és quase um padrinho desse casamento.

O Pena abraçou o amigo, recebendo outros parabéns e o con-vite para o casório. Sentiu-se aliviado em seu inferno interior. A única fortuna da vida, afinal, era deixar amigos pelo caminho. Amores, posses, juventude, poder, todo o resto haveria de passar. Ah, sim. E os escritos. Os escritos talvez permanecessem.

O Irineu, como um *gentleman* inglês, ofereceu a mão à Dona Irene e fez questão de ajudá-la a descer as escadas. Foi uma pe-quena brecha que permitiu os últimos olhares entre o Pena e Aninha. Ele podia jurar que nos olhos dela ainda havia um pe-dido desesperado de fuga. Mas suas últimas esperanças termina-ram com a aparição surpreendente do Pau d’Alho e do Capitão Pimenta, algumas galerias abaixo, gritando por Aninha como se estivessem em um quintal, chamando atenção de dezenas de pes-soas além do necessário.

O Capitão Pimenta tratou em primeiro lugar de interpelar o Irineu, de braços dados com sua mulher. Foi preciso que Aninha, envergonhada, saísse em defesa do cavalheirismo alheio.

Em seguida, o Pau d’Alho saudou as damas com babosos bei-jos na mão.

– Senhora Dona, senhora Doninha.

Parecia ainda mais velho e inadequado para Aninha, tão bem inserido naquele ambiente cortesão como uma nadadeira grudada em uma porca.

Por fim, o Pimenta entrou no assunto que os tinha trazido ali.

– Vimos ver o Imperador.

Fez-se um momento de silêncio. Temendo o desmascaramento, o Pena aproveitou que estava no teatro e começou a interpretar. Retrucou com segurança:

– Sua Alteza sempre se retira algumas cenas antes do fim, por causa do assédio. O senhor não imagina quantos vêm procurá-lo a pedir as mais diversas cousas.

Os velhos balbuciam algo sobre como todo o esforço da vinda tinha sido em vão. Mas ninguém contestou, nem os velhos, nem Aninha, nem o Irineu, que não tinha tido nem o tempo de se afastar. Já mais dono da situação, o Pena prosseguiu.

– Mas Vossa Senhoria foi muito bem representado por sua família. O Imperador encantou-se com Aninha.

Dona Irene acordou de vez.

– O Imperador? Estivemos com o Imperador? Mas quando?

– A senhora estava dormindo, mamãe – interveio Aninha, reforçando sua parceria com o Pena e a credibilidade da história.

– Eu?

– Então dormiste na frente do Imperador, ó lambisgoia? – desesperou-se o Pimenta.

– Mas eu não me lembro de nada!

– Pelo menos de tu, Aninha, vossa Majestade se agradou? – tornou o Pimenta. – E o que mais ele te disse? Por acaso falou de mim?

– De ti? – surpreendeu-se Aninha – Mas o que falaria de ti?

– O Imperador não é muito de falar. Ainda é um menino, muito tímido – interveio o Irineu. – Mas ser recebido por ele é um sinal de distinção. Estive com Vossa Majestade poucos dias atrás. Aliás, tenho que agradecer ao meu amigo Pena pelos conselhos. A diplomacia, meu caro. Por causa dela começo a perceber a possibilidade de ter projetos junto ao governo...

Sem saber, o Irineu acabava de emprestar sua credibilidade à farsa. Frustrações e arestas aparadas, o grupo todo foi se encaminhando para a saída em passos largos e silenciosos. Ao chegar na chapelaria, o Irineu ofereceu carona para quem precisasse, e o Capitão Pimenta fez questão de liberar o Pena do compromisso da volta.

– Tu te portaste bem e honraste tua palavra. Podes vir conosco, mas podes também comemorar com teus amigos do teatro. Sinta-se livre.

Nunca a liberdade tinha sido tão indesejada. No entanto, mais indesejável ainda era chorar diante do inevitável. E o inevitável entre Pena e Aninha estava bem ali diante deles, na figura do velho Pau d'Alho. Entregue a seu verdadeiro noivo, a moça caminhava para a carruagem como uma franga abatida de véspera. O Pena inclinou-se e beijou-lhe as mãos, em despedida, e o Capitão Pimenta se encarregou da última pá de cal:

– Nos vemos amanhã no casório!

Quem saberia, quem saberia... O amanhã ainda estava muito longe. Mas aquela última noite, por que não aproveitá-la? A carruagem moveu-se, partiu, distanciou-se. Ele apenas deixou-se ficar ali, na porta do teatro, autor anônimo em meio ao público que saía.

Mas não era anônimo para toda gente, e logo foi avistado pelo tio e pela mana, agarrada ao braço do deputado, que ia criticando a comédia sem sonhar estar diante do autor.

– Tomara que esta novidade de comédia brasileira não vin-gue! As comédias são melhores entre os arlequins e as colom-binas, longe da nossa realidade. Esta chegou a sugerir que se anu-lasse a nossa Constituição!

– Realmente, muito me chocou – concordou o Pena, sisudo. – É por isso que, se um dia eu entrasse para o teatro, teria de ser para escrever peças nobres, tragédias, dramas que educassem a nação para o amor aos símbolos da Pátria! Já tenho até o título do primeiro: *Fernando, ou o cinto acusador...*

– Luiz! – escandalizou-se a irmã.

– Teria meu nome estampado bem grande nos cartazes, seria chamado de doutor poeta e viria à boca de cena nos agradeci-mentos – continuou o Pena, indiferente.

– O amigo tem razão – discursou o deputado. – O impulso da arte enobrece, quando aplicado de maneira sadia, em concor-dância com os interesses da nação.

– Servir à nação é tudo que me interessa – resumiu o Pena.

O deputado deu-se por satisfeito.

– Muito me agrada conversar com o senhor. Suas opiniões são sempre equilibradas. E por falar nisso, a sua indicação para aquele assunto foi aprovada.

– A indicação?

– Pode se considerar nomeado amanuense.

Era a grande novidade guardada para todos os presentes. O cargo de amanuense, ou escriturário, era um dos mais baixos na hierarquia, mas tinha todas as garantias do emprego público.

A Carolina quase desmaiou nos braços do noivo; o tio abraçava o sobrinho e o levantava no ar com pulos desajeitados. O Pena só conseguia repetir as palavras mágicas:

– Amanuense...

– Em estado probatório, é claro... terás que comprovar frequência e competência nos primeiros meses – o deputado tinha o sorriso suave da condescendência orgulhosa. – Mas tenho certeza que não será um problema para ti...

– Problema? O nobre cunhado acabou de me arranjar a grande solução! Amanuense...

– Então se apresente depois de amanhã na Alfândega. Farei uma carta de apresentação.

– Depois de amanhã? – surpreendeu-se o novo funcionário público. – Mas... mas é...

– É o dia seguinte ao casamento – interrompeu o tio. – E daí? Até parece que és tu quem vai casar!

Até parecia mesmo, pensou o Pena. Mas depois do casamento, vida nova. Para os noivos e para ele.

– E por falar, nisso, onde estão Aninha e Dona Irene? – quis saber a irmã, sempre desconfiada.

Já deveriam estar cruzando a ponte de casa, mas ninguém precisava saber. O irmão sentiu a possibilidade de escapar do cerco familiar. Precisava absorver melhor todas aquelas mudanças, andar pela noite a sós com suas reflexões.

– Elas estão à minha espera no café; preciso levá-las até a carruagem, se me dão licença.

– Tem toda! – exultou o tio, abraçando o sobrinho e avançando alguns passos, de forma que ninguém mais pudesse ouvir.

– Eu vi as duas saindo com o Pimenta e o Pau d’Alho.

Surpreso, o Pena não sabia se confessava ou desmentia, mas o tio não lhe deu tempo.

– Estás certo. Não deves mesmo voltar conosco. Trata de comemorar esta noite, que tu mereces. Esqueça a hora de voltar pra casa. Já não tens que estar atrás do balcão do armarinho. Tens o governo e tens o teatro também. Tenho orgulho de ter te feito melhor que eu. Teu pai se estivesse aqui estaria orgulhoso.

O Pena balbuciou um agradecimento comovido.

– Depois temos de conversar sobre a propaganda – continuou o tio. – Gostei muito do nosso *reclame*. Ficas nomeado meu assessor para os anúncios do teatro, aceitas? Podes conciliar com as outras obrigações... e é sempre um troco a mais. Pensei em alguma coisa que podíamos acrescentar nos próximos: eu poderia aparecer também, que tal?

– Aceito, tio... mas o Caetano está se despedindo do São Pedro, e a companhia está sem teatro... Talvez não seja uma ideia tão boa assim... A crise está às portas...

– Desde os tempos del Rey que ouço falar que o teatro está em crise. E no entanto, continua onde sempre esteve. O teatro vai estar sempre em crise, e nunca vai desaparecer – disse o tio, antes das bênçãos e despedidas finais. – Lembra-te de aproveitar tua última noite. Se quiseres, conheço uma casa de meia-porta pelas redondezas que...

– Pode deixar, tio, sei onde achar essas cousas. Bênção.

Pela segunda vez naquela noite levou noivos até a carruagem e os assistiu partir. Queria partir também, andar pela noite, sem destino, mas alguma força invisível o tornava a puxar para o teatro, onde encontrou o Juca a sair com a corista, um se equilibran-

do no outro de tão bêbados. O Pena correu a amparar o amigo antes de uma queda.

– Aceitas carona? – perguntou o Juca, assim que o reconheceu. – Eu juro que tenho alguma carruagem guardada por aí. Não é mesmo, docinho? Pena, deixe-me apresentar a... Como é mesmo o nome?

– O meu? – disse a corista.

– Não, o da carruagem. Eu grito pelo nome da carruagem e ela aparece sozinha! – o Juca riu alucinadamente da própria tirada.

– Não leve a mal, ele está bêbado – desculpou-se o Pena.

– Estamos – corrigiu o Juca. – Não queres juntar-se a nós? Vamos continuar a brindar lá no Chopp dos Mortos.

– Creio que um par seja o número ideal – esquivou-se o Pena.

– Então pelo menos nos ajude a subir na maldita carruagem. Meu condutor provavelmente já está bêbado também, a essa hora.

O Pena atendeu ao pedido, e com um bêbado em cada braço, atravessou o chão enlameado da Praça da Constituição. Ao subir na carruagem, o Juca lhe deu os parabéns.

– Fizeste bem em deixar a Academia e procurar teus caminhos. Sabe, Pena, no fundo eu sempre quis ser assim como és. Não vá dizer a ninguém, só confesso bêbado e sóbrio, negarei.

– Queres ser como sou? Estás brincando, Juca? És filho e neto de barões de café! O Brasil inteiro quer ser o que tu és! Inclusive eu!

– Filho... neto... – fez o Juca. – As melhores cousas na minha família já foram feitas... Todos os meus problemas nasceram resolvidos. Nunca precisei correr atrás de nada. Estou há anos nes-

sa Academia, quase não tenho quadros, e nem escrevo para ter peça montada ou conto publicado. Mas tu, meu amigo, não serás nem filho nem neto... mas o primeiro de tua linhagem...

Era a sinceridade sentimental e derramada dos bêbados. A corista já tinha subido. O condutor fez sinal. Estava tudo pronto.

– Estou deixando a Corte – continuou o Juca, já com um pé no estribo. – Papai está mal e mandou me chamar. Meu irmão vai assumir os negócios na fazenda, e eu devo ficar como representante comercial, a transportar as sacas e negociar com os comissários de exportação. Este Juca que conheces vai desaparecer. Vai existir só o filho, o neto de barões do café... Lembra-te do meu eu verdadeiro, meu amigo... Alguém precisará lembrar, quando nem mais eu mesmo for capaz.

O Pena abraçou o amigo e assistiu ao terceiro casal a embarcar em uma carruagem, sem dúvida o menos romântico de todos. O fluxo de pessoas saindo do teatro já era bem menor, praticamente desaparecera. Algumas derivações de casais semelhantes à formada pelo Juca e a corista iam aparecendo e desaparecendo, aqui e ali. O Pena se perguntou se os encontros amorosos não seriam mais importantes para a plateia do que os próprios espetáculos. Onde estaria a arte teatral?

Como um raio a iluminar a resposta, assomou no pórtico o trio formado pelo Caetano e a Estela, com o Brito a lhes funcionar de guarda-costas involuntário. Ao ver o autor perdido na desolação da praça vazia, o Caetano avançou para ele com saudações efusivas.

– Então estás aí a guardar as carruagens? E nós lá dentro a te saudar e a perguntar por ti! Venha de lá aquele abraço!

Juntaram-se todos em um grande abraço coletivo, um lirismo de artistas na praça vazia. Os quatro sentiram uma estranha realização.

– Precisamos conversar sobre as próximas peças – adiantou o Caetano. – O público adorou os roceiros, vão querer mais comédias passadas na roça.

– Tenho uma tragédia na gaveta – mentiu o Pena. – *Fernando, ou o cinto acusador*.

– Não, tragédia não; mande-me outra comédia na roça. Preciso de peças populares, não estou mais no palco nobre da Corte. O povo quer comédias.

– Amigo Caetano, já disse da roça tudo que tinha a dizer. Minha vontade é prevalecer como um autor sério.

– O artista não tem vontades, amigo Pena. Quem tem vontades é o público. E o público quer mais roça. E é uma cousa que só tu podes fazer. Mais vale investir nisso do que competir com os autores estrangeiros.

– Queres uma sugestão? – interveio o Brito. – Acho que podias mostrar as festas da roça. O amigo conhece alguma?

– Vamos nos aproximar da festa do Divino, poderíamos ter uma comédia – arriscou o Caetano.

– A festa do Divino Espírito Santo – ironizou o Pena. – Aqueles tapumes de madeira caindo aos pedaços, acomodando um séquito inteiro de imperadores em fantasias rotas.

– E não é motivo para risos? – indagou o Brito.

– Mas eu não quero fazer rir. Quero estar no espetáculo principal. Quero aparecer com o retrato no jornal. Amigos, eu quero a porta da frente.

– Shakespeare não sabia que era Shakespeare – sorriu o

Brito. – E tu ignoras que és um Martins Pena. A cada um o seu destino.

– De novo o destino? – desesperou-se o Pena.

– Manda-me uma comédia para percorrer o interior nas folias do Divino. Ainda há bastante tempo para a preparação. Se não participar como ator, monto como empresário. E eu, amigo Brito, sei muito bem quem sou: João Caetano.

Um séquito de admiradores, vindos sabe-se lá de onde, começou a se formar em volta do ator. Sim, ele sabia quem era. Em breve estava a atender os fãs, a assinar autógrafos, a apertar as mãos indistintas que se lhe estendiam. Era a deixa para que fossem embora, antes que a aglomeração virasse tumulto ou palco para pedidos de récitas espontâneas e intermináveis do ator.

Estela recolheu o marido dos fãs, com a desculpa que as crianças estavam a esperar, como era praxe nestas ocasiões; em seguida aproximou-se do Pena e o agradeceu em alto e bom som pela melhor comédia que já tinha representado. Era um sinal claro de prestígio, pois Estela não elogiava nada nem ninguém, salvo, às vezes, o próprio Caetano.

– Vamos levar o *Juiz de paz* para Niterói. Sei que vais mudar de ideia quanto às comédias, quando vires o borderô.

Estela tirou um maço de notas da bolsa, e a contragosto do marido, as repassou ao Pena.

– A próxima quero com mais danças da terra. A ideia da festa do Divino não é má...

Aquilo encerrava a questão. Com sua capacidade intuitiva de entender as pessoas e ir direto ao ponto, Estela acabava de assegurar ao teatro brasileiro a segunda comédia de Martins Pena. Este embolsou as notas com um sorriso amarelo.

– Dona Estela sabe mesmo convencer qualquer um a ser escritor. Já me veio até o título: *A família e a festa na roça*.

O Caetano se despediu:

– Vá nos visitar em casa. Leve a comédia. Vamos passar uma temporada em Niterói, mas cedo ou tarde encontraremos outro espaço na Corte.

Abraçaram-se.

– E que seja o início de uma longa parceria – quis o Brito.

Nem tão longa: o Caetano estava mais interessado na nova comédia como empresário do que como ator. E o Pena estava mais preocupado com a nova carreira de funcionário público do que na de autor teatral. Era o início de um esforço duplo: trabalhar na Alfândega durante o dia e escrever *A família e a festa da roça* ao longo das noites.

Mais uma vez acompanhou um casal até a carruagem, tinha perdido a conta de quantos tinham sido naquela noite. Agora era a vez de Caetano e Estela. Sobrava apenas o Brito.

– Manda-me o texto do *Juiz*. Quero publicá-lo. E se agilizas esta nova comédia, publicamos as duas juntas.

O Pena não quis dizer que, como funcionário da Alfândega, jamais poderia figurar em livros como autor de comédias, ainda que as encenasse anonimamente; preferiu convidar o Brito para continuarem a comemoração. As publicações e os livros poderiam ficar para depois.

– Ainda aguentas um trago? Não quero voltar para casa. – convidou o Pena. – Minha cabeça ainda fervilha de ideias.

– Também é cedo para mim. Ainda deve existir alguma taberna aberta para os lados da Rua da Vala...

– Acompanho-te. Diga-me, amigo Brito, para além da amizade: viste mesmo algum valor na comédia de hoje?

– Comparada ao quê? A qual comédia nacional? Nunca tivemos uma! Ora, amigo Pena, por definição, foi uma noite incomparável!

– Mas não quero condescendência; não quero ser o primeiro brasileiro. Nunca em minha vida me senti da maneira em que me senti hoje, quando o pano subiu e vi em cena meus personagens, minha história. Senti que poderia fazer isto pelo resto da vida, mesmo se banido como marginal.

– O que te impede? Encontre a vocação!

– Meu cunhado me arranhou colocação. Vou ser burocrata. Se fosse para continuar como balconista de armarinho, eu abraçava o teatro. Mas estou prestes a começar vida nova.

– E que conselho esperas de mim?

– Tu já viste todo tipo de peça e ópera a pisar o palco nobre da Corte. Confio em teu juízo crítico. Para continuar a escrever vou ter que me esconder no anonimato. Posso ser despedido. Não me faças arrastar a condição de artista desnecessariamente. Vês mesmo algum valor no que escrevo?

Naquele momento, o Tobias já tinha colocado os últimos espectadores para fora e fechado as portas do Teatro. Com a partida da companhia de João Caetano, seu futuro como ator tornava-se obscuro: era pouco provável que os portugueses o aproveitassem para algo além de pregar pregos e subir panos, fora das vistas do público. Ao ver o autor conversando sobre o último poste de lampião aceso da praça, aproximou-se.

– Dão licença? Não tive oportunidade de encontrar o senhor depois da peça...

O Pena era sempre diplomático.

– Nem eu a oportunidade de lhe dar os parabéns. E me chame de Pena, como todos os meus amigos.

– Durante todo o tempo que trabalhei neste teatro vi muita peça. Muito ator, muita palavra sobre um mundo que não existe. Hoje, na sua peça, pela primeira vez senti que o mundo existia, que o Brasil existia. Principalmente, que eu existia. Por isso, muito obrigado.

– Acho que isto responde àquela sua pergunta, caro autor em crise – brincou o Brito, saudando efusivamente o Tobias: – Tampouco pude lhe encontrar para os parabéns, embora o tenha aplaudido como um doido varrido a ponto de quase cair dos camarotes.

O Tobias riu, mostrando os dentes de maneira tímida.

– E o que fazes depois que o teatro fecha, ó Tobias? – o Pena percebeu naquela timidez uma forma de solidão, e três solitários bebendo juntos eram melhores do que cada um ao seu canto.

– Não vais dizer que acordas para a missa ao canto do galo – provocou o Brito. – Estamos indo tomar a última da noite. Nos acompanha?

O Tobias sorriu um sorriso que o Pena conhecia bem: o sorriso de quem não possui um vintém no bolso. Adiantou-se à aflição do rapaz:

– Não te preocupes, és nosso convidado. Estamos todos a comemorar. Não é toda semana que reúne uma estreia, dois casamentos e um emprego novo.

– Uma vida nova – emendou o Brito. – Para ti também, caro Tobias, nada será igual de agora para diante.

O Tobias sorri mais uma vez, desta vez um sorriso que concordava e celebrava com os novos amigos.

– Sabem o que é realmente o teatro? Teatro é fazer amigos.  
– disse, para surpresa dos outros dois. – Se um espetáculo criou amizade entre as pessoas, foi um bom espetáculo.

– Então este foi um ótimo espetáculo, eu diria mesmo um espetáculo histórico – proclamou o Brito. – Porque tenho certeza de que este é o início de uma grande amizade. Vamos, amigos, o estoque de vinho da Corte nos espera! Até o sol raiar!

E foram deixando a luz do lampião e sumindo como sombras na praça deserta.

Este livro foi produzido  
na cidade do Rio de Janeiro  
pela Fundação Nacional de Artes – Funarte  
e impresso na gráfica Walprint em 2012  
com arquivos fornecidos pela Funarte.

Na porta do teatro as carruagens e cupês de luxo, vazios, esperavam. Os cavalos, desatrelados, devoravam sem cerimônia o capim nascente da praça. Os cocheiros, embora impecáveis em suas sobrecasacas e botas, se espalhavam aqui e ali em pequenas rodas de jogo e bebida. Um ou outro negro de ganho esperava a saída pra vender laranjas. E um cambista contava a fêria do dia.

Influência de hábitos franceses, o ato de desejar “merda” antes dos espetáculos teatrais vem daí: espetáculo que juntava merda de cavalo na porta era sucesso.



Este projeto foi contemplado com a Bolsa Funarte de Criação Literária de 2010

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES  
**funarte**

Ministério da  
Cultura

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA